

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CAMPUS II - CENTRO DE HUMANIDADES  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

O SABOR AMARGO DO "MANJAR DOS DEUSES":  
ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO IMPOSTAS PELO  
CAPITAL À PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA DISPERSA  
PELA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA

JOÃO MANUEL AFONSO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COMISSÃO JULGADORA DA COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS, COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ECONOMIA, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. RENE LOUIS DE CARVALHO.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA  
1991



A256s

Afonso, Joao Manuel

O sabor amargo do manjar dos deuses: estudo sobre as formas de subordinacao impostas pelo capital a pequena producao familiar camponesa dispersa pela regioao litoral sul da Bahia / Joao Manuel Afonso. - Campina Grande, 1991. 249 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural 2. Pequena Producao - Historia - Bahia  
3. Pequeno Produtor - Historia - Bahia 4. Dissertacao I.  
Carvalho, Rene Louis de, Dr. II. Título

CDU 338.43.01(043)

JOÃO MANUEL AFONSO

O SABOR AMARGO DO "MANJAR DOS DEUSES":  
ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE SUBORDINAÇÃO IMPOSTAS PELO  
CAPITAL À PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA  
DISPERSA PELA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA

TESE APRESENTADA A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II-  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA, COMO  
PARTE DAS EXIGÊNCIAS DO CURSO  
DE ECONOMIA RURAL, PARA OBTEN-  
ÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE.

APROVADA EM:

---

---

---

---

PARA:

ÂNGELA, MINHA ESPOSA E COMPANHEIRA NOS MOMEN-  
TOS DE GÁUDIO OU TRISTEZA.

MEUS FILHOS KARINA, YGOR, SÉRGIO E SANDRO A  
ALEGRIA DE SEMPRE PENSAR EM RECOMEÇAR.

OS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DA REGIÃO  
LITORAL SUL DA BAHIA, OS EXPLORADOS PELO "MAN-  
JAR DOS DEUSES" EXTRAÍDO DA "ÁRVORE DOS FRU-  
TOS DE OURO", DE CUJAS CONDIÇÕES DE EXISTÊN-  
CIA ORIGINA-SE ESTE TRABALHO.

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta obra é fruto de toda uma construção histórica, que se inicia com o balbuciar das primeiras palavras e que passa por todas as fases vivenciadas por nós até o presente momento; interações que moldam as concepções do ser social geração após geração. Esta miríade de relações sociais, culturais, políticas e econômicas conformam a consciência dos homens, agregados engendrados pela dinâmica da sociedade, ou seja, as idealizações individuais arquitetadas pela reciprocidade das relações entre os homens, determinadas pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

A consecução do curso e a dissertação para o credenciamento ao Título de Mestre em Economia (área de concentração Economia Rural) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Campus II - Campina Grande-PB., contou com o apoio material, o suporte moral e/ou social, a cooperação literária ou científica e o espírito crítico de pessoas ou instituições que influíram para o atingimento de mais esta experiência de vida. À oportunidade registram-se as que de alguma maneira colaboraram para a efetivação deste intento.

Com relação à cooperação literária ou científica vale ressaltar o incentivo e a orientação do Professor Rene Louis de Cav<sup>u</sup>valho; a abnegação do corpo docente e o companheirismo dos mestrandos do curso de Economia Rural. Nesta direção ressalta-se o afável relacionamento e a dedicação dos funcionários de Coordenação do mestrado para a concretização do aprendizado.

Vale destacar a prestimosa colaboração dos pequenos produtores abarcados pela pesquisa de campo – que responderam aos questionários – no município selecionado em cada um dos quatro agrossistemas em que foi subdividida a Região Litoral Sul. Estes constituem-se na base sobre a qual se assentam as premissas apostas neste estudo.

O apoio material e financeiro foi aportado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, compartilhado pelos Departamentos que a integram. No Departamento de Extensão tivemos a corroboração dos seus diretores Cloildo Guanaes Mineiro e Roberto Araújo Setúbal; o criterioso trabalho datilográfico de Dalva Monteiro da S. Santos e Mary Marta Amaral dos Santos; a digitação prudente de Paulo Nascimento de Oliveira; o suporte de Washington Luiz Jesus dos Santos e de Sílvio Romero Dantas Nunes; o esforço dos funcionários dos escritórios de Gandu, Itagibá, Itamaraju e Valença e das respectivas chefias de divisão.

Do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento recebemos consistentes informações de Elizabete Rodrigues Silva. No Centro de Pesquisas do Cacau contamos com a disposição das bibliotecárias Lícia Margarida G. Lopes, Maria Neide da Silva e Jandira Ubaldina Santos Pittro; do programador Roberto da Costa Mendonça, do desenhista Evandro Araújo de Miranda, do escriturário Roberto Paulo Santos de Lima e da estatística Irene Maurício Carzola. A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos procurou oferecer os meios necessários ao adequado desempenho do mestrando.

Destaca-se nesta oportunidade o apoio e o esforço da direção da Associação dos Funcionários da CEPLAC, na busca de meios financeiros para a viabilização da dissertação. Da FASE (Fundação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) fomos contemplados com a cuidadosa revisão do texto, processada por Braulino Pe-

reira de Santana.

O suporte moral e/ou social teve como principal sustentáculo a esposa, os filhos, os familiares e alguns devotados amigos, dentre os quais distinguiram-se: Adão Luiz G. Ornellas, Edmilson Chagas do Nascimento, Everaldo Anunciação Farias, Barachisio L. Casali, Luzivanda Guimarães da Silva, Eliezer Barros Correia, Maria do Carmo dos Santos, Eliana Souza Santos, Carlos Augusto Pereira Filho, Helomar Duarte Ramalho, Ailson Roque Pereira, João Antonio Firmato, Antonio Luiz Freire, Jorge da Paz dos Reis, Afrosival Olímpio de Almeida, Luiz Carlos Nascimento (tradutor).

## SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	10
ABSTRACT	12
RELAÇÃO DE TABELAS	14
RELAÇÃO DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	16
- CAPÍTULO I	
. Área Física Objeto da Pesquisa	22
. Características Físicas e Sócio-Econômicas	22
. Delimitação do Ambiente da Pesquisa	31
. Metodologia da Pesquisa	40
- CAPÍTULO II	
. Histórico e Gênese da Pequena Produção Camponesa	47
. A Terra e o Homem nos primórdios da Colonização	47
. A Expansão da Cacaucultura	53
. As Crises e a Intervenção Estatal	58
. A Expansão da Monocultura e a Diversificação	61
. Trajetória Sócio-Econômicas	64
- CAPÍTULO III	
. Características da Pequena Produção Camponesa	67
. A Propriedade Camponesa	67
. A Terra e o Camponês	73
. Caracterização da Produção	76
. Composição do Capital	81
- CAPÍTULO IV	
. Processo de Subordinação da Pequena Produção ao Capital	94
. Os Mecanismos de Integração Agroindustrial	94
. Fontes de Despesas	103
. Fontes de Receitas	115
. Observações a Respeito das Receitas e Despesas	122
- CAPÍTULO V	
. Relações Sociais de Produção	127
. A Força de Trabalho Familiar	130
. Venda de Força de Trabalho pela Unidade Camponesa	133
. Compra de Força de Trabalho pela Unidade Camponesa	144
. Composição da Força de Trabalho na Unidade Camponesa	150
. Encaminhamento dos Pequenos Produtores	154

- CAPÍTULO VI	
. Organização Social Camponesa	156
. A Família Camponesa	158
. O Campesinato como Classe	172
. Formas de Solidariedade	182
. Vinculação em Instituições Sociais	184
. Vida Social e Política	193
CONCLUSÕES	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	218
GLOSSÁRIO	224
ANEXOS	229

## RESUMO

O estudo que se efetiva nesta monografia busca identificar as formas de subordinação que o capital impõe à pequena produção camponesa dispersa pela Região Litoral Sul da Bahia, a qual abarca as unidades produtivas que utilizam preferencialmente mão-de-obra familiar e esporadicamente compram ou vendem força de trabalho para a execução dos afazeres afetos às mesmas.

Para aferir as hipóteses levantadas pela presente pesquisa, tomaram-se como parâmetros principalmente as variáveis econômicas, culturais, sociais e ideológicas atinentes à população em apreço. Estas variáveis são fortemente influenciadas pelas determinações do capital e redimensionadas em seu movimento para a dinamização da acumulação capitalista.

Estes indicadores retratam a real situação dos pequenos produtores, no que concerne ao seu encaminhamento na direção da diferenciação ascendente ou proletarização. A ascensão econômica de alguns pautou-se no capital trabalho incorporado à terra primordialmente pelos membros da família, subsidiariamente pelo trabalho alheio e crédito rural. Parcela ponderável destes direciona-se para a expropriação, tendo no reduzido porte da gleba e no deficiente suprimento de recursos os fatores causadores deste fenômeno.

Na região demarcada os produtores familiares dos menores estratos de área – estabelecimentos com menos de 20 ha – encontram-se em avançado estado de pauperização. Os que atingiram algum nível de capitalização – ascenderam economicamente – possuem maiores superfícies de terra, nas quais agregam mais capital traba

lho na forma de culturas permanentes e/ou temporárias.

A submissão e a dominação que o capital estabelece sobre os pequenos produtores são confirmadas e realçadas pelo atrelamento comercial, situação sociocultural, engajamento político, vinculação ao mercado de trabalho, formas de solidariedade e ambivalência de classe. Condições de existência que evidenciam e ratificam o elevado grau de subordinação a que estão subjugados os camponeses inseridos na investigação. .

## ABSTRACT

The study which is put into effect in this monography searches to identify the sorts of subordination that the capital imposes to the small rural production spread through the South Coast Region of Bahia, which encloses the productive units which use preferentially the domestic manual labor and, occasionally buy and sell working force in order to perform affairs related to them.

In order to compare the hypotheses which were found by the present research we took as parameters the economical, cultural, social and ideological variables concerning the population in estimation. These variables are strongly influenced by the determinations of capital and redimensioned in the movement to stimulate the capitalist accumulation.

These indexes show the real situation of the small producers, concerning its guidance to the direction of ascending differentiation or impoverishment. The economical ascension of some producers was based on the working capital embodied to the land primarily by members of the family, subsidiarily, by the work of others and agricultural credit. An appreciable part of these are directed to the expropriation, having in the reduced size of the glebe and the deficient supplement of resources, the causing factors of this phenomenon.

In the demarcated region the domestic producers who have got the smallest plots of land - establishments smaller 20 hectares are found in advanced impoverishment. The ones which have some level of capitalization have reached a higher economical standard - they own larger areas, on which they aggregate more working capital in the forms of permanent and/or temporary crops.

The submission and domination established by the capital over the small producers are confirmed and enhanced by the commercial harness, socio-cultural situation, political activism, bond to the work market, forms of solidarity and ambivalence of class. Conditions of existence which put in evidence and ratify the high level of subordination which the peasants inserted in this investigation are subjected to.

## RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1	- Distribuição Estratificada das Unidades Produtivas	69
Tabela 2	- Composição do Capital	82
Tabela 3	- Distribuição Estratificada das Relações entre as formas de capital e a Unidade Produtiva	86
Tabela 4	- Relações da Unidade Camponesa em termos das formas de capital com o trabalho por empresa	86
Tabela 5	- Distribuição Estratificada pelos Agrossistemas da relação do capital com a área e as culturas	87
Tabela 6	- Discriminação das despesas por agrossistema	96
Tabela 7	- Despesas com Consumo	112
Tabela 8	- Fontes das Receitas dos Pequenos Produtores	115
Tabela 9	- Distribuição da área e população	230
Tabela 10	- Distribuição de Estabelecimentos	232
Tabela 11	- Estrutura Fundiária - Estabelecimentos	234
Tabela 12	- Estrutura Fundiária - Terras	234
Tabela 13	- Utilização das Terras	235
Tabela 14	- Efetivo Pecuário	237
Tabela 15	- Máquinas e Equipamentos Agrícolas	237
Tabela 16	- Uso de Fertilizantes e Depósitos	238
Tabela 17	- Local de Residência do Produtor	239
Tabela 18	- Pessoal Ocupado	240
Tabela 19	- Produção de Origem Vegetal	241
Tabela 20	- Produção de Origem Animal	243
Tabela 21	- Produção dos Produtos Extrativos	243
Tabela 22	- Valor dos Bens	244
Tabela 23	- Valor da Produção Animal e Vegetal	246
Tabela 24	- Despesas	246
Tabela 25	- Preços e Produção de Cacau	247
Tabela 26	- Preços ao Produtor	248
Tabela 27	- Quantitativo de Calorias e Proteínas	249

## RELAÇÃO DE SIGLAS

AFC	Associação dos Funcionários da CEPLAC
CEPEC	Centro de Pesquisas do Cacau
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COPERCACAU	Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia
DEADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento (CEPLAC)
DEPAD	Departamento Administrativo (CEPLAC)
DEPED	Departamento de Educação (CEPLAC)
DEPEX	Departamento de Extensão (CEPLAC)
DIDES	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CEPLAC)
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
FAO	Organização de Alimentação e Agricultura
FASE	Fundação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUSEC	Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
pH	Símbolo empregado para designar o potencial de hidrogênio na medida da acidez efetiva em um líquido de solução
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

## INTRODUÇÃO

Os estudos concernentes à questão agrária remontam aos fisiocratas, os quais sustentavam o princípio de que apenas a exploração da terra teria capacidade de gerar excedentes e com base nesta premissa constata-se a superioridade da agricultura capitalista sobre a camponesa<sup>(1)</sup>. Smith evoluiu esboçando uma teoria para a renda fundiária, define-a como o preço de monopólio pago aos proprietários rurais para a sua utilização<sup>(2)</sup>. Posteriormente Ricardo polemizando e contrapondo-se ao parasitismo da renda territorial, exprime a tese de que esta conecta-se com a taxa de lucro, enunciando que as terras de melhor qualidade e/ou localização não pagam renda, mas com a expansão dos cultivos para solos cada vez menos produtivos, amplia-se gradativamente a renda fundiária e reduz-se em sentido inverso a taxa geral de lucro<sup>(3)</sup>.

Os estudos de Marx revolucionam o campo das ciências sociais, formula teorias, leis, conceitos e categorias que desmistificam (desfetichizam) o caráter exploratório e/ou expropriatório que no modo de produção capitalista a burguesia impõe ao proletariado e aos segmentos de classes que não conseguem apropriar-se dos frutos do seu trabalho. O tema enfocado ganha outra dimensão com o legado marxista, este pensador vincula a origem da renda fundiária<sup>(4)</sup> com o contexto mais geral do sistema, no qual as

---

(1) Cláudio NAPOLEONI, *Smith, Ricardo, Marx*, p. 22-39.

(2) Adam SMITH, *Riqueza das Nações*, p. 104-128.

(3) David RICARDO, *Princípios de Economia Política e Tributação*, p. 65-73.

(4) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. VI, p. 734-784 e 860-886.

classes sociais desempenham papel determinante na distribuição da riqueza (mais-valia).

Dentre os clássicos que abordam o assunto vale também ressaltar as posições de Kautsky e Lenin<sup>(5)</sup>, que focalizam a problemática da agricultura alemã e russa respectivamente, destacando em seus estudos a expropriação das pequenas unidades camponesas mercantis simples pelas capitalistas, isto é, propugnam a superioridade da grande exploração sobre a pequena.

No Brasil o debate sobre esta questão assentou-se na dicotomia feudalismo *versus* capitalismo, neste embate político-científico estavam em jogo as posições ideológicas dos pensadores atrelados a cada uma destas correntes. Os que defendiam as reminiscências feudais anteviam que no campo estava o potencial revolucionário para a transformação social<sup>(6)</sup>. Os opositores inserem a agricultura nos marcos do capitalismo, a qual gradualmente seria conquistada pelo capital e engajada na dinâmica da acumulação<sup>(7)</sup>.

O desenvolvimento das forças produtivas no meio rural acarretou marcantes alterações nas relações sociais de produção que passaram a exigir da comunidade científica explicações para os fenômenos engendrados. As concepções a respeito do assunto pautam a polêmica entre os que estabelecem argumentações favoráveis à permanência (campesinista)<sup>(8)</sup> da pequena produção camponesa e os que visualizam a sua expropriação (proletarista)<sup>(9)</sup>.

(5) Karl KAUTSKY, *A Questão Agrária*, p. 112-149; Vladimir I. LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, p. 35-162.

(6) Alberto P. GUIMARÃES, *Quatro Séculos de Latifúndio*, p. 221-226.

(7) Caio PRADO JÚNIOR, *A Revolução Brasileira*, p. 29-76.

(8) José V. T. dos SANTOS, *Colonos do Vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, p. 126-135.

(9) José Graziano da SILVA, *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, p. 7-81; Mª de N. B. WANDERLEY, *O Camponês: um trabalhador para o capital*, p. 58-61.

A matriz teórica para esta criação mental é captada dos princípios firmados por Marx em "O Capital" e nos escritos de Chayanov<sup>(10)</sup>.

O avanço do capitalismo no campo tem interposto historicamente toda a sorte de vicissitudes à trajetória do campesinato, a sua resistência tem conturbado as posturas de algumas escolas do pensamento e estimulado os cientistas sociais a repensarem as idéias já concebidas. Contudo, esta situação impõe como desafio uma profunda e continuada investigação das modificações que se operam no meio rural, visando a descortinar as perspectivas que o futuro reserva a esta camada social.

Na Região Litoral Sul a partir dos anos 70 a modernização agropastoril sob a égide da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, expande as diferentes formas de capital (financeiro, industrial e comercial) por todos os seus rincões. O movimento do capital infunde à agropecuária a aparência de superação das adversidades a que está sujeita a produção animal e vegetal; a manutenção desta sensação passa a depender da crescente vinculação ao crédito, à tecnologia e à intermediação comercial, agentes que a subordinam à lógica do capital apropriando-se de parcela significativa do excedente gerado por esta.

O elemento propulsor das transformações ocorridas foi o crédito, direcionado basicamente para a burguesia agrária, que fazia parte do "bloco no poder" e como tal constituía a classe dominante. Situação que lhe confere a condição de co-participante do poder econômico, político e ideológico do Estado, permitindo-lhe influir na conduta do governo e inspirando pacotes econômicos para se locupletarem com os recursos sociais, como no caso específico dos abundantes subsídios creditícios abocanhados por

---

(10) Alexander CHAYANOV, *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas*, 234-263.

estes.

A concentração da propriedade da terra e do capital decorrente da modernização da agricultura na área em estudo, afetou sobremaneira a fração social que não integra a elite rural dominante — os pequenos produtores mercantis simples. Interessa a esta pesquisa dimensionar a profundidade das transformações havidas, tencionando elucidar a problemática das populações envolvidas e contribuir para a evolução dos conhecimentos atinentes à questão enfocada.

O estudo que ora se expõe tem por alvo a pequena produção camponesa, localizada na área de abrangência da CEPLAC, ou seja, o espaço compreendido pela Região Litoral Sul. Busca-se identificar os métodos de extração do excedente pelo capital, avaliar as perspectivas da agricultura familiar frente ao avanço do capitalismo no campo e dimensionar seu grau de inserção ao capital comercial, financeiro e industrial.

Neste contexto definiu-se como tema básico: pesquisar as formas como o capital subordina à sua lógica o excedente gerado pelas pequenas unidades camponesas, que utilizam predominantemente mão-de-obra familiar e esporadicamente compram ou vendem força de trabalho. Portanto, a investigação procurará desvendar os processos que dissimulam a extorção do sobretrabalho camponês.

Para efeito da análise da subordinação imposta a exploração familiar dispersa no polígono definido para aplicação da pesquisa, subdividiu-se este espaço em quatro agrossistemas, que têm por base a sua composição florística preponderante. Parâmetro que permitiu identificar a monocultura cacaueteira e as diversificações ciclo longo (especiarias), ciclo curto/longo e o binômio cacau/pecuária.

Captaram-se as formas de extração do sobretrabalho, recorrendo-se aos dados secundários constantes dos censos agropecuá-

rios (1970 - 1980) e aos relatórios e trabalhos científicos elaborados pelo corpo técnico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. As informações primárias foram buscadas com a aplicação de questionários em um município de cada um dos quatro agrossistemas mencionados, cuja amostra foi estatisticamente dimensionada, relacionando as propriedades familiares que dispõem de uma área compreendida entre menos de 1,0 e 50,0 ha.

A comprovação das hipóteses formuladas para a pesquisa em basa-se nos aspectos econômicos (organização da produção, sistema de comercialização, relações de trabalho, nível de renda, composição orgânica do capital, etc), culturais (formas de transmissão dos bens, lazer, grau de escolaridade, etc.), sociais (estilo de vida, interação social, papel social, etc.) e políticos (forma de engajamento político, participação em associações e/ou cooperativas, etc.).

Para clarificar a percepção e a compreensão do conteúdo da dissertação, encadeia-se o texto que a integra em seis capítulos, nos quais se expõem as idéias que culminarão com a comprovação ou negação das hipóteses levantadas pelo estudo. A sua estruturação obedece à seguinte sequência: no primeiro capítulo descor<sup>ti</sup>nam-se os horizontes da pesquisa, delimitando as suas características físicas, sócio-econômicas, o ambiente e a metodologia. O segundo trata do histórico e da gênese da produção camponesa na região pesquisada. A seguir enfocam-se as características da pequena produção camponesa (Capítulo III), no que concerne à propriedade da terra, à composição do capital e à produção agrícola. O Capítulo IV analisa o processo de subordinação da pequena produ<sup>ção</sup> ao capital, pauta-se nos mecanismos de integração agroindustrial, inserção ao crédito e aos bens de consumo. As relações so<sup>ci</sup>ais de produção (Capítulo V) têm por base a interação força de trabalho, unidade camponesa e subsistência. Já o Capítulo VI evo<sup>l</sup>

ca a organização social camponesa em suas formas de solidariedade, vida social, percepção política e a família. Por fim evidenciam-se as principais conclusões a que o presente estudo nos possibilitou chegar.

Este é um projeto individual em razão das exigências formais do curso, mas o seu conteúdo reflete horizontes do aprendizado, localizados em diferentes fases da vida do pesquisador e em cada uma delas detecta-se a interferência dos seus correlacionamentos. Entre estes vale ressaltar os que marcadamente se reportam ao pequeno produtor, os quais se manifestam desde a sua origem até o atual momento. Portanto, o estudo em questão resgata uma série de saudosas e alegres reminiscências, calcadas nas lições que a população pesquisada revivenciou em toda a sua plenitude. Como contrapartida por tudo isso esta dissertação aborda a problemática destas populações, no intuito de mostrar aos poderes constituídos o real quadro em que se encontram, pois só com vontade política se equacionará o estado de depauperamento a que o capital historicamente conduziu a pequena produção camponesa dispersa pela Região Litoral Sul.

## CAPÍTULO - I

### ÁREA FÍSICA OBJETO DA PESQUISA

#### 1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E SÓCIO-ECONÔMICAS

##### 1.1. LOCALIZAÇÃO

A área objeto desta pesquisa abarcará a Região Litoral Sul (Divisão de Planejamento do Estado da Bahia) a qual compreende uma superfície de 60.916 Km<sup>2</sup>, distribuídos por 83 municípios, que integram sete Microrregiões Homogêneas (FIBGE): sendo trinta e seis na Cacaueira, doze na Encosta do Planalto de Conquista, dez na Interiorana do Extremo Sul, oito na de Jequié, sete na Litorânea do Extremo Sul, um no Planalto de Conquista e nove nos Tabuleiros de Valença<sup>(1)</sup>. Este espaço localiza-se entre a linha da costa atlântica e o meridiano 40 graus e 45' de longitude Oeste e limitado pelos paralelos 13 graus e 00' e 18 graus e 15' de latitude Sul.

##### 1.2. SOLOS

Em termos pedológicos a região em apreço é bastante complexa, revelando uma grande variabilidade de solos, distribuídos de acordo com os fatores morfoclimáticos. Dentre os grupos de solos destacam-se: solos com horizonte óxico (*oxisols*) — origi-

---

(<sup>1</sup>) FIBGE, *Censo Agropecuário da Bahia*, 1980.

nados em condições de elevado imtemperismo, isto é, onde vigoram altas temperaturas e precipitações; situam-se em relevos que vão de plano a movimentado; caracterizam-se por serem profundos, ácidos (pH entre 4,5 e 5,5), baixas reservas minerais e pouca diferenciação morfológica, destacam-se as seguintes unidades: *Distróficos* — *Haploorthoxs* variação Tabuleiro e Cristalino; *Aplusthoxs* variação Tabuleiro, Cristalino e Chapada; *Umbriorthoxs*; *Eutróficos Eutorthoxs*. Solos com horizontes argílicos (*Ultisols*) — dotados de um horizonte iluvial, no qual há o acúmulo significativo de argilas silicatadas, portador de alta saturação de bases (30 a 50%), profundidade efetiva mediana, localizam-se predominantemente em relevo ondulado a movimentado, unidades mapeadas; *Mesotróficos-Tropudults* variação Itabuna, Camacã, Morro Redondo e São Paulinho; *Distróficos-Tropudults* variação Nazaré, Cururupe, São Mateus e Vargito; *Endo-Distrófico-Tropudults* variação Itagimirim<sup>(2)</sup>. Esta diversidade pedológica, climática e topográfica oportuniza a exploração de uma gama de cultivares permanentes e temporárias, que possibilita ao produtor a escolha das opções econômicas mais demandadas pelo mercado, oferecendo a perspectiva de melhores preços e de lucros compatíveis com o capital investido (aplicado).

### 1.3. RELEVO

O relevo do polígono enfocado constitui-se de várias unidades geomorfológicas, entre as quais destacam-se a planície costeira, formada por uma faixa de sedimentos arenosos marinhos e/ou fluviais. A Oeste da planície costeira encontram-se os tabuleiros cuja altitude fixa-se entre 50 e 100 metros, com cristas planas cortadas por vales abertos. Adentrando o continente surgem as colinas arredondadas; sequenciadas por cristas baixas, patamares,

(<sup>2</sup>) Luiz F. da SILVA, et alii, *Solos da Região Cacaueira, Aptidão Agrícola dos Solos da Região Cacaueira*, p. 55-151.

cristas altas e encostas. O ponto de cota mais alto situa-se na faixa dos 500 metros. Havendo possibilidade de mecanização dos tabuleiros e grandes limitações à sua aplicação nos relevos movimentados<sup>(3)</sup>.

#### 1.4. CLIMA

Com base no sistema de classificação climática de Köppen, as características atmosféricas (temperatura, umidade, precipitação, luz solar e vento) manifestadas na região, permitem identificar três tipos de clima, a saber:

. Af - Clima de florestas tropicais (mata atlântica), quente e úmido, sem estação seca, com pluviosidade superior a 1.300 mm/ano. Manifesta-se numa faixa de 40 Km por toda a extensão costeira. A temperatura média situa-se entre os 24 e 25 graus centígrados, com a umidade relativa superior a 80% e um período seco não pronunciado ou então bastante curto.

. Am - Clima de transição entre os tipos Af e Aw, quente e úmido, com estação seca compensada por elevados índices pluviométricos (1.000 a 1.200 mm/ano). Estende-se por uma faixa de 40 a 70 Km da costa marítima; a temperatura varia entre 23 e 24 graus centígrados, verificando-se uma estação seca de 2 a 3 meses por ano.

. Aw - Clima tropical quente e úmido, com precipitações superiores a 750 mm anuais. Ocorre no espaço situado a partir dos 70 Km da orla marítima, até aproximadamente a encosta do planalto, a temperatura média gira em torno de 22 a 23 graus centígrados, revela um período seco de 3 a 4 meses durante o ano<sup>(4)</sup>.

(3) Everaldo GONÇALVES, *Geologia Econômica e Recursos Minerais*, p. 5-29.

(4) Miguel ROEDER, *Reconhecimento Climatológico*, p. 3-63.

### 1.5. VEGETAÇÃO

A composição florística apresenta uma grande variedade de formações e associações vegetais naturais, cuja distribuição ocorre em zonas morfoclimáticas que se dispõem em faixas que se estendem obedecendo a um gradiente decrescente de umidade e pluviosidade do litoral para o interior (Leste-Oeste). O arranjo fitogeográfico obedece à sequência de formações descritas a seguir:

. Vegetação litorânea e/ou pluvial (mangues, restingas e várzeas) apresenta formas arbóreas (mangue vermelho - *Rhizophora mangle*, arbustivas (*Cyperaceae*, *Bromeliaceae* e *Tiliaceae*), herbáceas (*Eriocaulaceae*) e algumas palmáceas (coco, dendê, piaçava, etc).

. Mata higrófila sul baiana (mata atlântica) - estende-se por uma faixa paralela à linha da costa de aproximadamente 70 Km de largura em todo sentido Norte-Sul. Ocorre em várias unidades edáficas e topográficas. Trata-se de floresta imponente, com estrutura pluri-estratificada, rica em espécies de grande interesse comercial (brauna - *Melanoxylon braunia*, Schot, louro - *Nectandra angustifolia* Ness., peroba - *Aspidosperma Polyneuron* Muell. Art.; *Plathymania foliolosa* Benth., Pau-d'arco - *Tebebuia* sp., etc).

. Mata mesófila sul baiana - ocorre em relevo ondulado, em solos geralmente férteis. Caracteriza-se por uma associação florestal densa e alta, onde predominam árvores de diâmetros menores do que as da mata higrófila, localiza-se na faixa de transição entre a mata atlântica e a mata de cipó<sup>(5)</sup>.

### 1.6. RECURSOS HÍDRICOS

No que concerne aos recursos hídricos das sete microrregiões que integram o espaço em estudo, constata-se a existência

(5) COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, Recursos Florestais, p. 1-31.

de uma vasta rede hidrográfica, com potencialidades para a exploração sócio-econômica, a saber: o suprimento humano, irrigação, navegação, pesca e geração de energia elétrica. Esta ampla rede de rios principais e seus tributários estende-se por uma superfície superior a 126.000 km<sup>2</sup>. Entre as principais bacias destacam-se: Almada, Buranhém, Cachoeira, Contas, Itanhém, Jequitinhonha, Jiquiriçá, Jucuruçu, Mucuri, Prado, Una, etc. <sup>(6)</sup>

#### 1.7. LITORAL

O litoral mostra-se quase retilíneo, os poucos recortes revelam pequenas baías e embocaduras de rios; possui uma extensão de aproximadamente 640 km, integrado por 110.000 ha de mangues e por uma plataforma continental que se estende desde Valença a Mucuri. O seu potencial econômico manifesta-se através das possibilidades turísticas (rico em belezas naturais e relíquias históricas) e pela qualidade e quantidade de crustáceos (caranguejos, siris, guaiamus, lagostas, camarões, etc.), moluscos (ostras, sururus, mexilhões, etc.) e de espécies nobres de pescado (badejo, vermelho, dourado, pescada, anchova, bijupirá, canapu, garoupa, etc.). <sup>(7)</sup>

#### 1.8. POSSE E USO DA TERRA

O polígono ora estudado dispõe de 78.091 estabelecimentos, os quais ocupam uma área de 4.927.151 ha. A estrutura agrária revela que existem 28.209 (36,1%) unidades produtivas com menos de 10 ha, ocupando uma superfície de 116.574 ha (2,4%), o estrato de 10 a 100 ha, possui 39.925 (51,1%) explorações agrícolas com 1.296.922 ha (26,3%). Portanto, estes 87,2% de estabelecimentos apossam-se de apenas 28,7% da área, índices que denotam um

---

(6) Carlos A. ROCHA FILHO, *Recursos Hídricos*, p. 2-122

(7) Orlins FERREIRA, *Aspectos da Atividade Pesqueira*, p.3.48

significativo grau de concentração da propriedade da terra.

Quanto à condição do produtor verifica-se que 71.233 (91,2%) são proprietários de 4.827.315 ha (98,0%), os 1.175 (1,5%) arrendatários exploram 18.225 ha (0,4), já os 695 (0,9%) parceiros dispõem de 26.019 ha (0,5%) e os ocupantes são expressos por 4.988 (6,4%) agricultores apropriando-se de 54.078 ha (1,1%). Este quadro expressa que um marcante contingente de proprietários fundiários assumem também a função de empresário capitalista, isto é, aplicam o seu capital na exploração agropecuária.

As condições edafoclimáticas do espaço em análise permitem a exploração da terra com uma grande variedade de cultivares (diversificação), as de ciclo longo (cacau — *Theobroma cacao* L., café — *Coffea arabica* L., canela — *Cinnamomun ceylanicum* Ness., coco da bahia — *Cocos nucifera* L., dendê — *Elaeis guianensis* Jacq., guaraná — *Paullinia cupana* H.B.K., citrus — *citrus sp.*, nóz-mosca da — *Cryptocarya moschata* Mart., piaçava — *Attalea funifera* Mart., pimenta-do-reino — *Piper nigrum* L., seringueira — *Havea brasiliensis* Muell. Art., urucum — *Bixa orellana* L., cravo-da-índia — *Syzygium aromaticum* Merr. e L.M. Perry., macadâmia — *macadâmia integrifolia*, cardamomo — *Elettaria cardamomum* Maton., baunilha — *Vanilla palmarum* Lindl., etc.) estendem-se por 796.110 ha (16,2%); as lavouras de ciclo curto (abóbora — *Curcubita pepo* L., feijão — *Phaseolus vulgaris* L., mamão — *Carica papaya* L., mandioca — *Manihot utillissima* Pohl., melancia — *Citrullus vulgaris* Scherd, melão — *Cucumis melo* L., milho — *Zea mays* L., patchuli — *Pogostemon sp.*, fumo — *Nicotina tabacum* L., amendoim — *Arachis hypogaeae* L., etc) estão instaladas em 133.502 ha (2,7%); as pastagens (capim colônia — *Panicum maximum* Jacq., sempre verde — *Panicum maximum* Jacq., variedade *Gongyloides* Doel., capim elefante — *Pennisetum purpureum* Schum., capim angolinha — *Eriochloa polystachya* H.B.K., "Buffel grass" ou

capim búfalo — *Cenchrus ciliaris* L., capim agulha ou quicuío da amazônia — *Brachiaria humidicula* Schw., brachiária decumbens — *Brachiaria decumbens* Stapf. Prain., "Tranner grass" — *Brachiaria radicans* Napper., brachiária ruziziensis — *Brachiaria ruziziensis* Stapf., etc.)<sup>(8)</sup> abarcam 1.771.528 ha (36,0%); o restante da área 2.226.011 ha (45,1%) distribui-se entre matas, capoeiras, terras produtivas em descanso e improdutivas.

Economicamente as duas atividades mais importantes são: a cacauicultura (633.718 ha - produção de 321.000 toneladas) voltada predominantemente para o suprimento do mercado externo e a pecuária de corte e leite que dispõe de um efetivo bovino de 1.488.425 cabeças, fornecedora de matérias-primas para as cooperativas, frigoríficos e indústrias de leite e seus derivados, estes produtos destinam-se basicamente ao abastecimento do mercado interno<sup>(9)</sup>.

#### 1.9. POPULAÇÃO

Nos 60.916 Km<sup>2</sup> de superfície da Região Litoral Sul distribui-se uma população total de 1.717.369 habitantes, destes 724.946 (42,2%) vivem no meio urbano e 992.422 (57,8%) no meio rural. Em termos de área territorial o maior município é Porto Seguro (3.540 Km<sup>2</sup>) e o menor é Itamari (88 Km<sup>2</sup>); o mais populoso é Itabuna com 153.432 habitantes e o menos é Lajedão com 4.682 habitantes. A densidade demográfica é superior a do restante do Estado da Bahia, situando-se respectivamente em 28,2 e 23,0 habitantes/Km<sup>2</sup>, o município de povoamento mais concentrado é Ubaitaba

(8) Paulo Bardauil ALCÂNTARA e Gilberto BUFARAH, *Plantas Forrageiras: gramíneas e leguminosas*, p. 24-68; Luiz A. M. SILVA, Gildro LISBOA e Talmon S. dos SANTOS, *Nomenclatura Vulgar e Científica de Plantas Encontradas na Região Cacaueira da Bahia*, p. 13-43; Edmilson C. do NASCIMENTO, *A Bacia Leiteira do Polo de Itabuna*, p. 8-13.

(9) FIBGE, *Censo Agropecuário da Bahia*, 1980.

(178 hab/Km<sup>2</sup>) e o de população mais dispersa é Lajedão (7,7 hab/Km<sup>2</sup>). Na década de 70/80 a taxa de crescimento populacional foi de 2,1%; sendo que a urbana atingiu um índice de 3,3%; situação que retrata um processo de urbanização, que se efetiva às expensas (êxodo rural-migração) dos municípios onde vigoram relações de produção retrógradas em favor dos pólos mais dinâmicos.

A população economicamente ativa é constituída por 550.470 pessoas, cuja distribuição pelos três setores guarda uma certa correlação com o peso de cada um destes na economia regional. Na agricultura, o contingente de pessoas que exerce uma ocupação remunerada em dinheiro ou espécie é de 321.238 (58,4%); já o setor terciário (comércio, prestação de serviços, administração pública, etc) ocupa 163.613 (29,7%) e a indústria emprega 65.619 (11,9%) pessoas. Em relação à taxa de ocupação, observa-se que 32,1% representam a população ativa vinculada a algum setor da economia, a parcela restante (67,9%) não participa do processo produtivo<sup>(10)</sup>.

#### 1.10. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O setor secundário da região em estudo dispõe de 2.319 estabelecimentos, entre os quais predominam as unidades de pequeno porte, que empregam sete pessoas em média (16.402). A maior concentração do capital industrial é aportada às agroindústrias localizadas a jusante da agricultura, voltadas para o beneficiamento de matérias-primas de origem animal e vegetal, mais especificamente as indústrias alimentares que processam cacau e leite. O capital industrial é predominantemente atraído para os pólos de Itabuna e Ilhéus, onde existe uma abundante oferta de mão-de-obra e condições infra-estruturais (energia, comunicações, transportes, serviços, etc) propícias à sua expansão. Dispersas pelos demais

---

(10) FIBGE, *Censo Agropecuário da Bahia*, 1980.

municípios, encontram-se algumas manufaturas (serrarias, marcenarias, serralherias, casas de farinha, cerâmicas, etc.) de limitada expressão econômica<sup>(11)</sup>.

As atividades comerciais abarcam um conjunto de 19.591 estabelecimentos, responsáveis pela alocação de 38.861 pessoas. Têm por mola propulsora a comercialização de produtos primários, interligados por uma vasta rede de agentes comerciais que vai desde o pequeno comerciante (feirante, bodegueiro, caminhoneiro, etc.) às cooperativas e grupos exportadores. O movimento do capital comercial é mais acentuado nas cidades de Itabuna, Ilhéus, Camacã, Ipiaú, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Gandu e Valença, locais para onde afluem os circuitos comerciais circunvizinhos e interregionais<sup>(12)</sup>.

#### 1.11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O espaço objeto desta pesquisa dispõe de um sistema de transportes e comunicações (rodoviário, marítimo e aéreo) que o interliga aos circuitos econômicos nacionais e internacionais. No que concerne aos transportes rodoviários, a região possui uma considerável malha de estradas vicinais, que conecta o meio rural às comunidades urbanas e estas às principais estradas federais e estaduais para o escoamento da produção: destacam-se a BR-101, que corta este espaço em toda a sua extensão no sentido Norte-Sul; a BR-415 liga Ilhéus a Vitória da Conquista (Leste-Oeste); a Ba-330 interliga a BR-101 à BR-116 (Rio-Bahia) entre as cidades de Ubaitaba/Jequié e outras de menor importância.

O transporte marítimo tem por base centralizadora o Porto de Ilhéus, por onde flui parcela ponderável dos produtos agro-

---

(11) FIBGE, *Censo Industrial da Bahia*, 1980

(12) FIBGE; *Censo Comercial da Bahia*, 1980

pecuários; existem alguns outros atracadouros espalhados pelo litoral, para pequenas embarcações que se dedicam primordialmente à atividade pesqueira. Com respeito ao transporte aeroviário, Ilhéus serve de conexão com outras partes do país, pois possui aeroporto capaz de receber aeronaves de maior porte; para o atendimento dos vôos domésticos, existem campos de pouso nos municípios de Belmonte, Canavieiras, Caravelas, Eunápolis, Ipiaú, Itabuna, Itacarê, Ituberá, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Valença.

## 2. DELIMITAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa abarcará os pequenos produtores simples de mercadorias <sup>(13)</sup>, que utilizam preferencialmente mão-de-obra familiar e esporadicamente compram ou vendem força de trabalho, dispersos pelo ecossistema terrestre <sup>(14)</sup> demarcado pela Região Litoral Sul, onde originalmente predominava a Mata Atlântica (Mata Higrófila Sul Baiana). A ação do homem sobre este meio tem exercido considerável influência sobre a composição taxionômica do mesmo, através da remoção e/ou introdução de espécies, cujas características edafoclimáticas induziram um espectro de associações vegetais (arranjo espacial), definidoras de quatro agrossistemas distintos <sup>(15)</sup>.

Os espaços compreendidos por cada um dos agrossistemas, foram delimitados pelas explorações agropastoris predominantes em cada um deles, a saber: monocultura cacaueteira, diversificação cacau-pecuária, diversificação cultivos permanentes-especiarias e

<sup>(13)</sup> Por pequenos produtores simples de mercadorias entende-se o conjunto social que possui poucos meios de produção, produz as mercadorias que vende (M) e com o dinheiro (D), compra as mercadorias (M) para se reproduzir e continuar produzindo.

<sup>(14)</sup> Ecossistema compreende o resultado do relacionamento entre o meio biológico ou biótico com o meio físico. Engloba os organismos vivos e não vivos de uma dada área e as relações existentes entre os mesmos.

<sup>(15)</sup> Eugene P. ODUM, *Ecologia*, p. 27-62; Roger DAJOZ, *Ecologia Geral*, p. 360-378.

diversificação pecuária-cultivos temporários e perenes (vide mapa). Para efeito da pesquisa de campo (aplicação do questionário) selecionou-se um município em cada agrossistema, escolha que recaiu sobre o que detinha maior concentração de unidades produtivas com área até 50 ha.

Nos oitenta e três municípios que integram o ecossistema pesquisado existem 59.455 (75%) estabelecimentos com área inferior a 50 ha, que se estendem por 862.522 ha (17,5%). Os municípios selecionados (Gandu, Itagibá, Itamaraju e Valença) ocupam uma superfície de 11,7% (582.500 ha) das terras, distribuídas por 14,6% (11.427) das propriedades cadastradas, índices que expressam o seu significado no universo do espaço pesquisado. No que concerne à estrutura agrária observa-se uma certa analogia entre as informações gerais da região e a dos municípios escolhidos, os quais possuem 9.111 (11,6%) unidades potencialmente enquadradas nos requisitos da investigação, que se apossam de 11.470 ha (2,24%); situação que retrata o elevado grau de concentração da propriedade da terra, em consonância com o alto percentual atingido pelo índice de Gini (75,9%) revelado pelo espaço amostrado<sup>(16)</sup>.

## 2.1. MONOCULTURA CACAUEIRA

Esta subárea é delimitada por todos os 36 municípios que integram a Microrregião Cacaueira, a qual possui uma extensão territorial de 1.412.964 ha, distribuídos por 28.562 estabelecimentos rurais. As características edafoclimáticas predominantes neste meio possibilitaram o ambiente adequado ao desenvolvimento da cacauicultura, engajando no processo 24.820 (86,9%) propriedades, que implantaram 310.920 ha de cacau, produzindo 230.111 toneladas

---

<sup>(16)</sup> Os dados que fundamentam as análises desta parte da dissertação foram extraídos do Censo Agropecuário da Bahia - 1980.

# MAPA DA ÁREA PESQUISADA (REGIÃO LITORAL SUL)



4° 00'  
14° 00' +

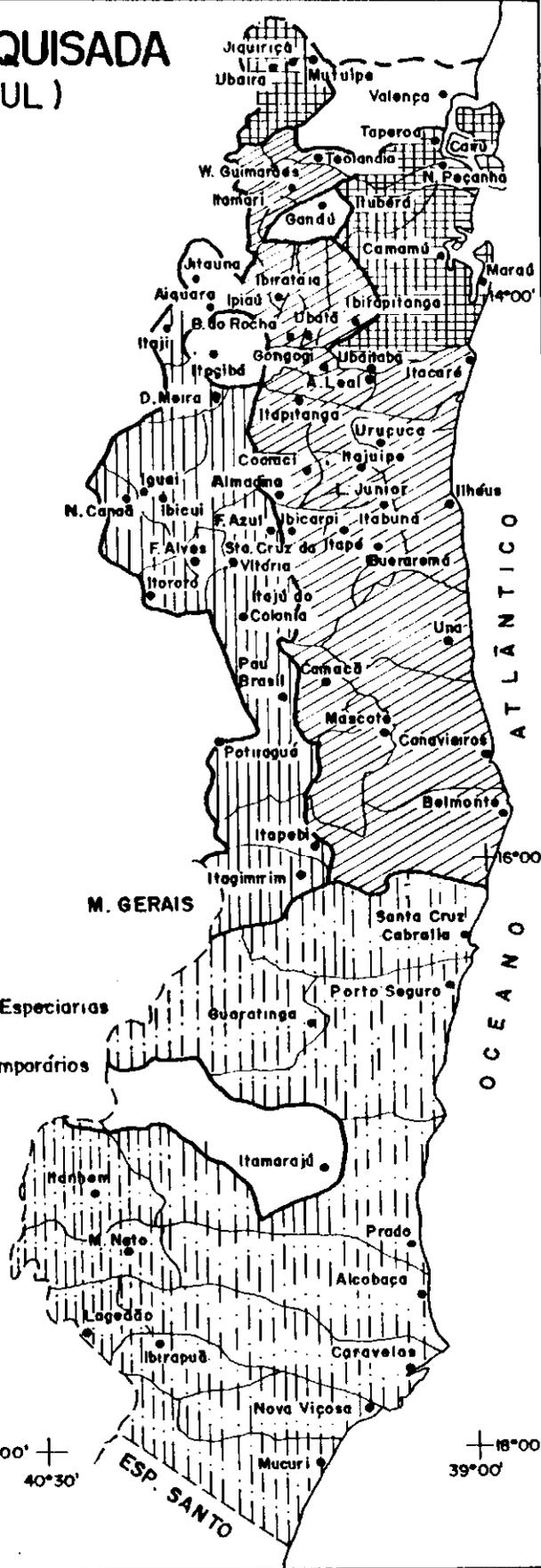
## AGROSSISTEMAS

-  Monocultura Cacauera ou Região Cacauera
-  Diversificação Cacau - Pecuária ou Região Pastoral
-  Diversificação Cultivos Permanentes - Especiarias ou Tabuleiros de Valença
-  Diversificação Pecuária - Cultivos Temporários ou Extremo Sul

## MUNICÍPIOS PESQUISADOS

-  Gandú, Itajibá, Itamaraju e Valença

• CIDADE



18° 00'  
40° 30'

18° 00'  
39° 00'

de amêndoas e auferindo uma produtividade de 762 kg/ha.

Para efeito da pesquisa de campo optou-se pelo município de Gandu, em razão deste dispor de 1.208 (84,6%) unidades produtivas que poderão ser enquadradas nas condições de estudo, absorvendo 33,9% (14.883 ha) da área recenseada. O cultivo do cacaueteiro estende-se por 36,9% (16.227 ha) do território, onde existem 1.420 (99,4%) propriedades explorando esta cultivar, revelando uma produção e produtividade de 9.332 toneladas e 895 kg/ha respectivamente; números que expressam a superioridade do dinamismo das forças produtivas em relação ao conjunto da microrregião tratada.

A força de trabalho absorvida pelos imóveis corresponde a 11.206 pessoas, sendo que nas unidades familiares estão alocados 5.296 (47,3%) trabalhadores, destes 40,4% (2.140) são homens, 27,8% (1.474) mulheres e 31,8 (1.682) constituem os menores de 14 anos do sexo masculino (918) e feminino (764). Por tratar-se de uma cultura altamente exigente em mão-de-obra e propiciar em reduzida área alta renda bruta, afere-se que um certo número de produtores situados nos limites determinados pela pesquisa não se ajusta às premissas definidoras da pequena produção camponesa mercantil simples. A agricultura especificamente capitalista prepondera neste agrossistema, deslocando a familiar para os piores solos, as zonas mais longínquas e de difícil acesso. Mantem-se como supridora de braços para os outros setores da economia, assim como, o refúgio do "exército latente" a serviço do capital.

Com relação à condição do produtor averigua-se que, dos 1.428 estabelecimentos que constituem o município, 1.326 (92,9%) gozam da situação de proprietários legais e apossam-se de 98,2% (43.169 ha) das terras; reservando às demais categorias (arrendatários, posseiros e ocupantes) pequena representatividade. A atração que a cidade exerce sobre o homem do campo, tem provocado al-

terações quanto ao local de residência dos produtores, observando-se que 66,0% (943) vivem no estabelecimento ou no meio rural e exploram 39,4% (17.321 ha) da superfície do espaço em exame, de notando tratarem-se dos agricultores familiares que ainda não foram expropriados, ou dos agropecuaristas cuja renda é insuficiente para a manutenção de dois locais de morada.

## 2.2. DIVERSIFICAÇÃO CACAU - PECUÁRIA

A região onde dominam a cacauicultura e a pecuária situa-se a Oeste da Microrregião Cacaueira, alastra-se por dezessete municípios, sendo quatro (Aiquara, Apuarema, Jitaúna e Itagi) da Microrregião de Jequié, um (Dário Meira) do Planalto de Conquista e os doze que compõem a Encosta do Planalto de Conquista. Ocupa uma superfície de 906.704 ha, repartida por 11.065 imóveis agropastoris. Neste espaço prevalecem os solos de mediana a boa fertilidade, o gradiente de umidade e pluviosidade decresce do litoral para o interior (manifestando uma estação seca de 2 a 4 meses), fatores que limitam o cultivo do cacaueiro, mas que favorecem a exploração da bovinocultura de corte e leite. A pecuária está instalada em 6.520 estabelecimentos, que contêm 679.148 ha de pastagens nas quais apascentam-se 635.194 cabeças de gado. A cacauicultura difunde-se por 8.172 unidades produtivas, onde estão implantados 49.710 ha de cacaueiros, propiciando uma produção de 41.722 toneladas.

O município de Itagibá foi o selecionado para a aplicação da pesquisa de campo, o qual possui 1.450 (92,2%) imóveis rurais dedicados a cacauicultura, gerando 5.570 toneladas de produto em 5.317 ha de cacaueiros; a pecuária instala-se em 901 (57,3%) propriedades, onde estão implantados 54.222 ha de gramíneas (nativas ou plantadas), suportando uma população bovina (corte e leite) de 45.659 cabeças. A agricultura familiar que atende às exigências

do estudo, tem possibilidades de ser detectada em 1.313 (83,5%) estabelecimentos, que ocupam 12,5% (9.297 ha) da área recenseada e o seu tamanho médio situa-se na faixa de 7,1 ha, dando a real medida do porte da pequena produção remanescente nesta localidade.

O trabalho familiar no município em análise corresponde a 43,6% (3.834 pessoas) do total da força de trabalho ocupada na agricultura, confrontando este dado com a disponibilidade (12,5%) das terras que lhes pertencem, observa-se que a área trabalhada por pessoa ocupada situa-se em torno dos 2,5 ha; no que se refere aos empregados temporários e permanentes a área por trabalhador aproxima-se dos 15 ha, números que evidenciam a existência de um excedente de mão-de-obra nas unidades camponesas, consubstanciando-se a tese de que estas se constituem no abrigo do exército latente de reserva. O conjunto dos trabalhadores (homens e mulheres) com idade acima de 14 anos é expresso por um contingente de 3.614 (94,3%) pessoas e os menores engajados no processo produtivo são representados por 220 crianças.

Averigua-se que dos 1.572 estabelecimentos, 1.025 (65,2%) enquadram-se na condição de proprietários, apoderando-se de 73.113 ha (97,3%), a segunda categoria mais significativa são os ocupantes com 37,3% (530) das glebas, alongam-se por apenas 1,8% (1.360 ha) da superfície; este quadro de posse e uso da terra retrata uma situação de instabilidade, na medida em que parcela ponderável dos pequenos produtores não dispõe do reconhecimento legal das suas terras. No que concerne ao local de residência do produtor, os dados revelam que 1.036 (65,9%) moram no imóvel ou zona rural e instalam-se em 20.737 ha (27,6%), deduzindo-se que a urbanização atraiu predominantemente os grandes produtores.

### 2.3. DIVERSIFICAÇÃO CULTIVOS PERMANENTES-ESPECIARIAS

Este agrossistema situa-se ao Norte da Microrregião Cacaueira, sendo integrado por quatro municípios (Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra) da Microrregião de Jequié e pelos nove dos Tabuleiros de Valença. Compreende uma extensão territorial de 640.770 ha, repartidos por 22.584 propriedades rurais, destas 19.876 (88%) possuem menos de 50 ha de área, que se apropriam de 233.146 ha (36,2%) das terras, números que revelam um expressivo percentual de pequenas propriedades produtivas potencialmente adequadas às exigências da pesquisa. Em termos agrícolas constata-se o predomínio da policultura, centrada nos cultivos permanentes (cacau, coco-da-bahia, cravo-da-índia, guaraná, pimenta-do-reino, etc.) que estão implantados em 156.235 ha e distribuídos por 21.177 estabelecimentos; a exploração pecuária corresponde a 7.007 imóveis, onde existem 104.528 ha de pastagens e uma população bovina de 63.864 cabeças.

O município de Valença foi selecionado para aplicação do questionário, em função de conter entre as 5.548 unidades produtivas 5.061 (91,2%) com área inferior a 50 ha, as quais assentam-se sobre 49,1% (57.443 ha) da superfície total, configurando um alto grau de concentração da propriedade da terra. O mais importante suporte da economia agrícola municipal é originado pelas seguintes cultivares. cacau (3.211 ha - 2.866 toneladas), dendê (3.174 ha - 38.980 toneladas), cravo-da-índia (740 ha - 503 toneladas), mandioca (4.779 ha - 50.006 toneladas), coco-da-bahia (261 ha - 710.000 frutos) e pimenta-do-reino (328 ha - 742 toneladas).

No que concerne ao pessoal ocupado, observa-se que o trabalho familiar corresponde a 88,5% (18.229 pessoas) da mão-de-obra disponível no município; os maiores de 14 anos são representados por 15.001 (82,7%) adultos e os menores por 3.228 crianças. Os membros não remunerados da célula familiar (mulheres e

crianças), são expressos por 55,1% (10.048 pessoas) da força de trabalho alocada nas unidades camponesas. O quadro ora exposto demonstra que nesta subárea é rudimentar o nível da divisão social do trabalho, situação que se conecta com o incipiente desenvolvimento das forças produtivas, isto é, as relações especificamente capitalistas (assalariamento) ainda não sobrepujam as retrógradas vigentes

Entre os 5.548 estabelecimentos cadastrados averigua-se que 5.464 (98,5%) colocam-se na condição de proprietários legais de suas terras e apropriam-se de 99,3% (116.093 ha) da superfície territorial, situação que lhes confere o caráter de empresários capitalistas e oportuniza-lhes, em princípio, a percepção da renda da terra e do lucro médio. O imóvel e os povoados constituem-se no lugar de morada para 91,4% (5.073) das diferentes categorias de produtores, os quais estão instalados em 68,4% (80.023 ha) dos terrenos, evidenciando que o campo em Valença mantém significativa parcela da população de produtores, que ainda não foi expropriada ou atraída pela ilusão da cidade.

#### 2.4. DIVERSIFICAÇÃO PECUÁRIA-CULTIVOS TEMPORÁRIOS/PERENES

O território determinado por este agrossistema localiza-se ao Sul do definido pela monocultura cacaeira, o qual abrange as Microrregiões Interiorana do Extremo Sul (dez municípios) e Litorânea do Extremo Sul (sete municípios). Estende-se por 1.929.343 ha de área total, distribuídos entre 15.899 estabelecimentos cadastrados, a estrutura agrária revela que 9.063 (57%) possuem superfície inferior a 50 ha e apossam-se de 8,1% (155.338 ha) das terras, quadro que retrata um alto grau na concentração da propriedade agrícola. Quanto à ocupação dos solos constata-se que as pastagens estendem-se por 1.143.714 ha (59,3%), suportando uma população bovina de 728.600 cabeças, com 9.181 (57,7%) pro

dutores dedicados à pecuária; devotam-se aos cultivos temporários 11.234 (70,7%) unidades produtivas que se alastram por 79.058 ha (4,1%); já os plantios permanentes envolvem 7.378 (46,5%) imóveis e abarcam 78.155 ha (4,1%) da superfície em estudo.

A investigação centra-se no município de Itamaraju em função deste possuir 53,1% (1.528) dos estabelecimentos censitados com área abaixo de 50 ha e ocupam apenas 8,3% (28.756 ha) da extensão municipal, conjunto de unidades com possibilidades de enquadrarem-se nos requisitos da pesquisa. A diversidade dos solos deste espaço permitem a exploração de uma gama de cultivares, dentre os quais destacam-se os 190.611 ha de gramíneas, os 13.335 ha (6.522 toneladas) de cacauzeiros, os 1.907 ha (676 toneladas) de feijão, os 1.677 ha (14.579 toneladas) de mandioca e os 816 ha (358 toneladas) de milho; situações que lhes permite uma maior autonomia em relação às imposições estabelecidas pelo mercado.

A força de trabalho familiar (homens, mulheres e crianças) corresponde a 56,3% (10.005) da totalidade da mão-de-obra em pregada no setor agrícola deste município, os menores de 14 anos somam 2.273 (22,7%) pessoas e os adultos do sexo feminino montam a 2.909 (29,1%) mulheres. Dados que enfatizam a existência de um contingente de trabalhadores nas unidades familiares superior às suas necessidades, pois mesmo retirando do processo produtivo os membros não remunerados da família, os homens (acima de 14 anos) ainda são expressos por 27,3% (4.823); quando dispõem para cultivar apenas 8,3% do solo, inferindo-se que a agricultura familiar funciona como supridora dos proletários eventuais nas propriedades capitalistas, para a execução das tarefas ainda não atingidas pela tecnificação.

Com relação à condição do produtor comprova-se que 92,5% (2.733 produtores) são juridicamente considerados proprietários, os quais apoderam-se de 97,1% (333.399 ha) das terras, entre as

demais categorias a mais significativa é a dos ocupantes com 6,9% (203) dos estabelecimentos e 1,6% (5.476 ha) da área. No que diz respeito ao local de residência observa-se que 78,3% (2.321) dos produtores moram no imóvel ou na zona rural e apossam-se de 49,8% (172.391 ha) da superfície territorial; o alto percentual de produtores que vivem no campo não se resume tão somente aos pequenos produtores, sendo esta uma das características dentre outras utilizadas para defini-los, mas certamente inclui também parcela dos médios e grandes.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa pauta-se no método científico, que buscará promover o ordenamento das idéias que conduzirão a descoberta dos princípios básicos que regem os fenômenos revelados pelo objeto de estudo enfocado. Portanto, a compreensão da realidade da população pesquisada, partirá da seleção das manifestações ou dimensões desveladas, procurando discernir do contínuo movimento da realidade as contradições entre essência e aparência.

A comprovação das hipóteses formuladas para a investigação terão que estar respaldadas em fatos por ela explicados, os quais serão captados pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, efetivando-se posteriormente a sua arrumação e a sistematização, para em seguida processar as análises que promoverão a conexão destas com a realidade. Os conhecimentos assentados neste trabalho são derivados do meio sócio-político-econômico determinantes da vontade, da personalidade e da consciência dos indivíduos, estando estas diretamente entrelaçadas com o desenvolvimento da produção e com o intercâmbio material dos homens.

### 3.1. METODOLOGIA DA AMOSTRAGEM

Nos quatro agrossistemas em que foi subdividida a Região Litoral Sul, escolheu-se o município que revelou uma concentração mais expressiva de unidades produtivas com área inferior a 50 ha, entre as quais se encontram as possivelmente captadas pela pesquisa de campo. Para efeito do cálculo do tamanho da amostra recorreu-se ao cadastro das propriedades cacauceiras assistidas pelo Departamento de Extensão-DEPEX, tomou-se por base a área de cacauzeiros safreiros e como variável determinante a produtividade. Em razão destes parâmetros se revelarem bastante heterogêneos e manifestarem um alto grau de dispersão, levou a que se considerasse como índice para o erro relativo o patamar de 10%, tomou-se o nível de significância em 5% e o t-Student igual a 2, indicadores comumente utilizados em análises estatísticas cientificamente precisas.

O levantamento dos dados embasa-se no método de "amostragem acidental extratificada com repartição ótima"<sup>(17)</sup>, aplicado às unidades produtivas que possuem até 5 ha de cacauzeiros safreiros, repartidos em cinco estratos (1 ha, 1 a 2, 2 a 3, 3 a 4 e 4 a 5 ha), a variável produtividade foi tomada em 40 arrobas por ha, em razão deste patamar representar a média regional; amplitudes nas quais certamente se enquadram as pequenas unidades camponesas que se dedicam a cacauicultura. O dimensionamento da amostra teve por base a fórmula da repartição ótima presumível.

Diante da inexistência de informações cadastrais a respeito dos estabelecimentos que se dedicam a exploração de outras atividades agropecuárias, que permitisse o dimensionamento dos imóveis rurais com área inferior a 50 ha, conjunto entre o qual se encontra a população objeto desta pesquisa, superou-se esta di-

---

(17) William G. COCHRAN, *Técnicas de Amostragem*, p. 127-212.

ficuldade recorrendo ao artifício de aplicar a estratificação des conhecida (até 2 ha, 2 a 5, 5 a 10, 10 a 20 e 20 a 50 ha) os mesmos erros absolutos, variância amostral e desvio padrão do cadastro disponível acima especificado.

Para efeito da pesquisa de campo selecionou-se um município em cada agrossistema, cuja escolha recaiu sobre Grandu (monocultura cacauqueira), Itagibá (diversificação cacau-pecuária), Valença (diversificação cultivos permanentes-especiarias) e Itamaraju (diversificação pecuária, cultivos temporários e perenes). O instrumental de programação do DEPEX<sup>(18)</sup> foi a fonte onde foram extraídos os dados para o cálculo final da amostra, das 1.646 propriedades registradas com menos de 50 ha em Itamaraju captaram-se 101, em Gandu, o questionário foi aplicado em 79 estabelecimentos dos 1.208 existentes, selecionaram-se 62 dos 244 cadastrados em Itagibá e Valença contribuiu com 84 dos 3.255 computados nos estratos abarcados pela pesquisa. Portanto, nos quatro agrossistemas em apreço aplicou-se o questionário em 326 unidades camponesas mercantis simples dispersas nas jurisdições municipais escolhidas.

A localização dos produtores familiares contou com a colaboração dos extensionistas (Agrônomos, Veterinários e Técnicos Agrícolas) vinculados aos Escritórios Locais situados nas municipalidades pesquisadas. Para atingir os pequenos produtores adotou-se a estratégia de quantificá-los por ramal, visitando um número correspondente a relação entre os potencialmente engajados na pesquisa e os a serem amostrados. em caso do produtor sorteado não se amoldar aos requisitos prescritos pelo estudo optou-se por um dos seus vizinhos. Tentou-se incorporar à pesquisa unidades camponesas situadas em todas as zonas em que se subdivide a

---

(18) Os dados foram retirados do formulário correspondente ao diagnóstico da área, levantamento referente ao ano de 1988.

área rural municipal. A aplicação do questionário ocorreu no período compreendido entre março e agosto de 1990.

### 3.2 METODOLOGIA ANALÍTICA

O presente estudo embasa-se nas informações constantes dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e a sinopse preliminar de 1985, nos relatórios, documentos e publicações emitidos pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, na pesquisa bibliográfica e na amostra das 326 unidades familiares distribuídas pelos quatro municípios pesquisados, às quais foi aplicado questionário objetivando captar os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais atinentes a esta população.

Em primeiro lugar a análise da pequena produção camponesa centra-se nas condições de posse e uso da terra, para tanto foram tomados como parâmetros a situação do produtor em relação às terras do estabelecimento, a forma de utilização das mesmas, a infra-estrutura disponível e os demais bens de produção. Estas informações oportunizaram o dimensionamento do montante do capital fundiário, no que diz respeito ao capital fixo (cultivos perenes, máquinas, equipamentos, efetivos pecuários e infra-estrutura) e ao capital circulante (insumos agrícolas, medicamentos, rações, combustíveis e lubrificantes, etc).

O exame do item acima enfocado realizou-se a partir dos seguintes indicadores: o grau de ocupação das terras (relação entre a superfície explorada e a área total do estabelecimento), produtividade (produções vegetais e animais) e composição do capital fundiário e agrário. No que concerne aos resultados econômicos procurou-se determinar o valor da produção animal e vegetal, assim como as despesas integrantes do custo de produção, o saldo resultante do confronto destes dois valores, representa os recursos auferidos pelo pequeno produtor e os demais membros não

remunerados da família, com os quais os mesmos suprem a sua subsistência e fonte do possível excedente para a manutenção do processo produtivo e provável acumulação.

Para o estudo das formas de subordinação da propriedade familiar, torna-se imprescindível conhecer e avaliar os sistemas de comercialização e o modo de organização da produção engendrados pelo capital, através dos quais se dissimula a apropriação do excedente. Indicadores que retratam o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de capital que preponderantemente as determinou.

As relações de trabalho nas unidades camponesas constituem-se em importante fator para aferir a validade das hipóteses da pesquisa, como parâmetros se tomaram a produtividade do trabalho (relação entre o volume de produção e o número de horas trabalhadas), a taxa de ocupação da mão-de-obra (medida pelo coeficiente de área média por pessoa ocupada). Neste contexto dimensiona-se o estágio de inserção da pequena produção ao mercado de trabalho (compra e/ou venda de força de trabalho) e a distribuição das tarefas entre os membros da família com a respectiva hierarquização dos serviços.

Para efeito do cálculo da força de trabalho existente no imóvel e que realmente se engaja na atividade agropecuária, considerou-se que as mulheres representam 0,50 a 0,75 e os menores de 10 a 14 anos 0,25 a 0,50, enquadramento que se associa ao tempo de trabalho dedicado a unidade produtiva. Dimensionada a mão-de-obra ocupada no estabelecimento, tomou-se como padrão para o cômputo dos prováveis dispêndios com capital variável o valor do salário mínimo arbitrado pelo Estado, supondo que a todos cabe pelo menos este nível de remuneração; gasto que em princípio foi incorporado às demais despesas, para daí se extrair a contribuição do seu trabalho para o produto social.

Os aspectos culturais afetos às populações objeto da pesquisa, constituem-se em importante balisador das proposições deste estudo, pois geralmente estão associados ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Nos quatro agrossistemas selecionados buscou-se captar o grau de escolaridade, as formas de transmissão dos bens, os veículos de comunicação aos quais têm acesso, os meios de diversão, o nível de ajuda mútua e os relacionamentos pessoais. Estas variáveis permitem estimar o engajamento da unidade camponesa ao capital; as gradações de suas manifestações revelam o grau de desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes das formas de capital predominantes.

As questões políticas não poderiam deixar de ser contempladas neste estudo, em razão destas refletirem o nível de conscientização e organização do camponês frente a sua situação sócio-econômica. Com relação a este ponto torna-se imprescindível anexar a sua visão a respeito do sindicalismo, política agrícola, partidos políticos e grupos dominantes. A dimensão da sua percepção será de grande valia para a pesquisa que ora se desenvolve, buscando discernir a ambivalência deste segmento social como classe.

Quanto aos fatores sociais constata-se que estes são essenciais à compreensão das proposições preconizadas nesta investigação, na medida em que os mesmos se correlacionam intimamente com os aspectos econômicos, os quais são determinantes na formação da consciência dos homens e a base da ideologização da classe dominante sobre as subalternas, ou seja, os fenômenos sociais manifestam-se como fruto da vontade individual do cidadão e supostamente desconectados de qualquer força exterior ao ser social. Assertiva contestada pela inserção de classe que o sistema impõe às pessoas independentemente delas se aperceberem de tal engajamento.

A análise das questões sociais respeitantes à agricultura familiar centra-se nas seguintes variáveis: condições de vida, composição da cesta básica, relações de amizade, participação em festas ou manifestações esportivas, local de residência, relações familiares, etc. A diversidade das facetas sociais agregadas às culturais, políticas e econômicas permitem estimar os efeitos do capital sobre a pequena produção camponesa, oportunizando informações que possibilitaram a aferição da validade das hipóteses propostas e a consecução dos objetivos preconizados pela pesquisa.

## CAPÍTULO - II

## HISTÓRICO E GÊNESE DA PEQUENA PRODUÇÃO CAMPONESA

## I - A TERRA E O HOMEM NOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO

O espaço compreendido pela Região Litoral Sul constituiu-se o berço do Brasil, nestas terras, Cabral aportou com sua esquadra fundeando seus navios ao abrigo de uma baía (Baía Cabrália) que denominaram de Porto Seguro, paragens nas quais permaneceram enquanto averiguavam as suas potencialidades econômicas; ao tempo em que notificavam — carta de Pero Vaz de Caminha — o Rei Dom Manoel de feito tão relevante para os interesses da Coroa Portuguesa<sup>(1)</sup>.

As descobertas ultramarinas e os consequentes métodos de colonização postos em prática, conectavam-se com os processos que se desencadeavam à época na Europa, isto é, ocorria o período de transição em que emergia o capitalismo e desintegrava-se o feudalismo<sup>(2)</sup>. Constituíam-se as premissas básicas para o engendramento de novo modo de produzir, para o qual as colônias integravam-se à "acumulação primitiva", através da exploração de suas riquezas minerais (ouro e prata), vegetais (matérias-primas e especiarias) e excedente escravista capitalizado (tráfico negreiro). Aportando recursos à gestação das classes basilares do capitalismo, os donos dos meios de produção (burguesia exploradora) e os des-

(1) Hélio VIANNA, *História do Brasil*, p. 41-49.

(2) Paul SWEEZY, *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*, p.33-196.

possuídos (proletários), detentores apenas da força de trabalho para suprirem a sua subsistência<sup>(3)</sup>.

A primeira forma de ocupação da colônia consistiu na concessão (arrendamento) da exploração do comércio do pau-brasil - *Caesalpinia echinata* Lam. a comerciantes lusos, desde que estes se comprometessem a remeter para a metrópole seis navios carregados com esta essência e a construção de feitorias fortificadas para garantir a posse do território. O interesse por esta espécie vegetal atrela-se ao seu valor como madeira tintorial destinada a servir de matéria-prima à produção de corantes para o tingimento de tecidos.

Divulgada a existência e a utilização deste produto, logo atraiu ao litoral brasileiro navios de outras potências (França, Espanha, Holanda), que passaram a praticar o comércio ilícito (tráfico) do pau-brasil. Diante do patente insucesso desta forma de ocupação a Coroa Lusitana recorreu a outros procedimentos com o intuito de sustar as incursões estrangeiras, povoar e explorar economicamente a terra. Com este fim foi subdividido o território em capitânicas hereditárias, doadas a fidalgos e comerciantes portugueses que se obrigariam a colonizá-las por sua conta, investindo seus cabedais neste empreendimento.

O espaço limitado pela Região Litoral Sul foi originalmente subdividido pelas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, doadas inicialmente a Jorge Figueiredo Correia e Pero do Campo Tourinho respectivamente. O donatário de Ilhéus não tomou posse da capitânicia, delegando tais poderes a seu preposto Francisco Romero fundador (1535) da Vila São Jorge; sendo posteriormente vendida ao sementeiro italiano Lucas Giraldes. A acusação de heresia formulada

---

(3) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, Livro 1, v. II, p. 828-882.

contra o donatário de Porto Seguro fêz com que este fosse remetido a Portugal, sendo a capitania vendida por seus herdeiros a João Lencaster, Duque de Aveiro.

Os donatários ou seus institores adotaram a partir de 1530 o sistema de concessão de sesmarias, que consistia na cessão de grandes áreas de terra a colonos que assumissem a responsabilidade de aproveitá-las dentro de um determinado prazo. Para a exploração econômica das terras doadas, os beneficiados ou seus representantes tentaram introduzir a cultivar que gerava o produto mais requisitado pelos países europeus — açúcar — explorando a cana-de-açúcar — *Saccharum officinarum* L.; da qual extraíram o açúcar consumido pelas elites européias. Os primeiros engenhos para o beneficiamento da produção datam de 1546. Inicialmente a mão-de-obra para o desenvolvimento das atividades agrícolas certamente teve por suporte a escravidão dos aborígenes. As dificuldades na sua captura e a rebeldia contra a sujeição que o trabalho lhes impunha, levou os colonizadores nos idos de 1542 a interessarem-se pelos escravos africanos, recrutamento que se acentuou após a instalação do Governo Geral - 1549<sup>(4)</sup>.

A submissão e o trabalho estafante caracterizavam também a exploração da mão-de-obra escrava vinculada à faina do canavial em Ilhéus. Este estado de coisas levou a que no Engenho Santana em 1789 ocorresse a contraposição às atividades agrícolas e fabris, resultando na paralisação do trabalho. O retorno ao serviço foi precedido do atendimento das suas reivindicações, as quais se pautavam na redução das tarefas diárias, introdução do sistema de duplas no corte da cana e a colocação de auxiliares no processo de moagem para o revezamento no beneficiamento do produto<sup>(5)</sup>.

(4) Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 12-36.

(5) Vera Lúcia A. FERLINI, *Terra, Trabalho e Poder*, p. 135-150.

Movimento que corroborou para o avanço das relações sociais vigentes, legado histórico fundamental à evolução das conquistas da classe trabalhadora.

O desenvolvimento das duas capitanias pode ser aferido pela expansão dos engenhos de açúcar; em 1570 Pero de Magalhães Gândavo escreve o "Tratado da Terra do Brasil", registrando a existência de oito engenhos em Ilhéus e três em Porto Seguro; já no "Livro que dá Razão ao Estado do Brasil" de 1612 aparecem Ilhéus com cinco engenhos e Porto Seguro com apenas um. Consta-se por estas informações ter havido no período uma regressão na prosperidade das duas capitanias, imputando-se as causas a agressividade com que os índios "invasores" — defesa de suas terras — atacavam e destruíam engenhos, roças, rebanhos e povoações<sup>(6)</sup>.

Para contrapor-se aos ataques indígenas hostis e/ou refratários ao convívio com os colonos, o Governo Geral contratou o serviço de sertanistas, que adentraram o continente cometendo toda sorte de arbitrariedades para atingirem o seu intento. Alguns destes bandeirantes estabeleceram-se nestas capitanias em grandes fazendas de criação de gado, tendo no índio escravizado o suporte da força de trabalho exigida pela atividade pecuária. A bovino-cultura instalada com base no sertanismo veio apenas minorar a débil situação econômica das duas capitanias (Ilhéus e Porto Seguro).

As condições históricas para a emergência da pequena produção na região em apreço, revelam-se a partir do momento em que são interpostos entraves à expansão do latifúndio canavieiro. Tema enfocado por Prado Júnior como o exposto abaixo:

*"... A grande propriedade precedeu sempre a pequena, que surgiu como fato posterior e como consequência da divisão daquela grande propriedade. Divisão essa que nas regiões onde ocorreu, foi devida sobre*

(6) Hélio VIANNA, *op. cit.*, p. 62-77 e 204-212; Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 19-34 e 119-156.

*tudo, ou por efeito de sua decadência. Foram essas circunstâncias que tornaram possível o fracionamento das primitivas grandes propriedades, e a sua substituição pelas pequenas." (7)*

A proximidade entre as capitanias de Ilhéus e a da Bahia de Todos os Santos sede do Governo-Geral e um dos principais centros consumidores, favoreceu o surgimento de uma agricultura de subsistência instalada nos limites entre ambas e voltada preponderantemente para a exploração da mandioca — *Manihot esculenta* Grantz. No que concerne a de Porto Seguro, desde os idos de 1553 que o curso do rio Jequitinhonha (Francisco Bruza de Espinosa), serve de entrada a incursões em busca das terras auríferas de Minas Gerais. Com a decadência do ciclo do ouro a partir de 1789, parte significativa do contingente populacional dependente desta atividade alocou-se em pequenas unidades camponesas familiares, nos hoje municípios de Guaratinga e Itamaraju dedicando-se ao cultivo do feijão — *Phaseolus vulgaris* L. e do milho — *Zea miz*.

Economicamente a redenção da Capitania de Ilhéus viria a ocorrer após a introdução do cacauzeiro — *Theobroma cacao* L. (manjar dos deuses), planta originária das florestas equatoriais (confluência das bacias do Orenoco e Amazonas). As sociedades pré-colombianas (Maias e Astecas) consideravam-no um vegetal divino, sendo o seu plantio precedido de um ritual religioso (árvore dos frutos de ouro). De suas sementes os Astecas extraíam uma bebida refrigerante, revigorante e afrodisíaca por eles muito apreciada<sup>(8)</sup>. Os mesmos utilizavam também as amêndoas como moeda (encarnação do valor) as quais foram eleitas como o meio de intercâmbio, isto é, "equivalente geral do valor" através das quais se expressava so-

(7) Caio PRADO JÚNIOR, *A Questão Agrária*, p. 54.

(8) A terminologia "árvore dos frutos de ouro" deve-se às suas virtudes e a coloração amarelo ouro de seus frutos. O nome científico dado por Carolus Linnaeus ao cacauzeiro significa "manjar dos deuses", inspirado na mitologia Asteca que o considerava uma planta de origem divina.

cialmente a magnitude do valor das demais mercadorias<sup>(9)</sup>. Os espanhóis difundiram as suas virtudes alimentícias pela Europa e integraram-no como matéria-prima em suas transações comerciais.

Portugal até o último quartel do século XVII extorquiu extrativisticamente os frutos dos cacauzeiros que constituíam os estratos inferiores da floresta amazônica, a partir deste período tentou estimular o plantio desta *Sterculiaceae*, expedindo Carta Régia e Alvarás que premiavam e favoreciam aos que se dedicassem a esta atividade; por fim isentou de todos os direitos alfandegários aos exportadores do produto. Mas nenhuma destas medidas atingiu a amplitude esperada pela Coroa Portuguesa, ou seja, a área plantada evoluiu muito lentamente, frustrando as aspirações dos colonizadores<sup>(10)</sup>.

Em 1746 o botânico franco-suíço Louis Frederic Warneaux presenteou com sementes de cacau a Antonio Dias Ribeiro que as plantou na fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, no atual município de Canavieiras. O cultivo do cacau estendeu-se muito lentamente estabelecendo-se sob a mata raleada (cabruca) nas áreas ribeirinhas, sujeitas à deposição constante de matéria orgânica e servindo como via de penetração mais fácil às terras longínquas. Constituíram-se em seus principais desbravadores os retirantes das secas periódicas que assolavam o Nordeste. Esta questão é tratada por Garcez e Freitas nos seguintes termos:

"...O método inicial de implantação do cultivo através de pequenas lavouras em mãos de muitos agricultores (na maioria dos casos, imigrantes sem maiores recursos que sua força de trabalho), importava em fator moderador de sua expansão, na medida em que não ocorriam substanciais inversões de capital que funcionassem como dinamizador do processo..."<sup>(11)</sup>.

Os migrantes embrenhavam-se pela floresta, lá onde pou-

(9) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, Liv. 1, Vol. I, p. 63-68.

(10) Jefferson F. RANGEL, *CEPLAC/Cacau*, ano 26, p. 1-8.

(11) Angelina N.R. GARCEZ e Antonio F.G.FREITAS, *História Econômica e Social da Região Cacaueira*, p. 17.

cos podiam chegar, abriam a clareira, construiam o rancho, plantavam os produtos de subsistência (mandioca, feijão, milho, etc.) para suprirem o seu sustento, concomitantemente raleavam a mata e semeavam o cacau sob a proteção das essências florestais nobres; sistema de plantio que até certo ponto mantinha o equilíbrio do ecossistema, as árvores remanescentes viriam a constituir-se num rico banco de germoplasma natural.

O lento desenvolvimento da cacauicultura levou a que se tentasse reverter este quadro, recorrendo à colonização de estrangeiros, cujas tentativas com suíços, alemães e irlandeses remontam à época da Independência e revelaram-se infrutíferas, principalmente por dificuldades de aclimação às condições inóspitas e vicissitudes outras de ordem legal (localização, amparo institucional, qualidade das terras, etc.)<sup>(12)</sup>.

## 2. A EXPANSÃO DA CACAUICULTURA

Após a Proclamação da Independência (1822), foi revogado o Estatuto das Sesmarias, que normatizava o regime de concessão de terras devolutas e que dificultava o acesso às mesmas aos deserdados pela aristocracia dominante. A falta de legislação que tratasse desta questão entre 1822 e 1850, permitiu o assentamento de parcela significativa de pequenos produtores; processo que passou a ser entravado com a promulgação da Lei da Terra, a qual estabelecia que o acesso à terra somente se poderia efetivar através de contrato de compra e venda.

Logo após a Independência, a Inglaterra passou a pressionar o Brasil para que promovesse a extinção do tráfico negreiros, pois este regime de trabalho era incompatível com os seus interesses comerciais, isto é, para a realização das mercadorias industrializadas por esta potência, o mercado brasileiro era muito limitado e

---

<sup>(12)</sup> Ibidem, p. 5-31.

a sua expansão só ocorreria caso fossem modificadas as relações de trabalho vigentes, instituindo conseqüentemente o assalariamento.

A burguesia comercial agro-exportadora protelou enquanto pôde a preservação do escravismo, a gradual redução do suprimento de escravos levou à falta de braços para a condução das lavouras, para resolver este impasse apelou-se para a imigração de colonos estrangeiros. A classe latifundiária impôs a Lei da Terra de 1850 para obrigar o imigrante a engajar-se como força de trabalho nas grandes fazendas de café e possivelmente mais tarde tornar-se um pequeno produtor rural, caso se enquadrasse nas exigências legais<sup>(13)</sup>. No período em que o direito de propriedade permaneceu de certa maneira indefinido (1822-1850) e diante da grande disponibilidade de terras propícias ao cultivo do cacau, esta região se constituiu num dos pólos de atração dos fluxos migratórios sem, contudo, dinamizarem o padrão de desenvolvimento agrícola.

A cacauicultura toma outros rumos a partir do início do último quartel do século XIX, quando o Nordeste era assolado pela grande seca de 1877, acarretando um maciço êxodo rural dos espaços afetados para as zonas não sujeitas a este flagelo. O movimento destas populações é abordado por Prado Júnior nos seguintes termos:

*"...Este movimento de populações tornar-se-ã particularmente ativo de pois da grande seca 1877-80, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças a extração da borracha); o Sul da Bahia (produção de cacau em progresso), finalmente e sobretudo São Paulo o grande pólo de atração..."* (14).

Este fluxo migratório para o Sul do Estado da Bahia agiliza o sistema de ocupação das terras recriando milhares de pe-

(13) Manoel C. ANDRADE, *Nordeste: alternativas da agricultura*, p. 9-34; Alberto P. GUIMARÃES, *Quatro Séculos de Latifúndio*, p. 105-156; José de S. MARTINS, *O Cativo da Terra*, p. 9-22, Hélio VIANNA, *op. cit.*, p. 488-491.

(14) Caio PRADO JÚNIOR, *História Econômica do Brasil*, p. 202.

quenas unidades camponesas, que se espalham extralegalmente por todas as áreas propícias ao plantio do cacau. Amado assim se expressa a respeito deste fenômeno:

"... A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata a dentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar..." (15).

As adversidades do meio físico e das condições de vida foram responsáveis pela eliminação de parcela ponderável dos desbravadores que se aventuravam a plantar a "árvore dos frutos de ouro" (16). Rapidamente o cacau se tornou uma das principais atividades econômicas do Estado, atraindo para esta região o interesse do capital comercial, que engendrou sua forma de dominação, asenhorando-se do controle da comercialização, restringindo a sua ação à realização das mercadorias; o predomínio deste capital entrou por décadas o avanço das forças produtivas (17).

A partir do final do século XIX iniciou-se o processo de reconcentração da propriedade da terra, constituem-se grandes fazendas de cacau com a expropriação de inúmeros pequenos e médios produtores. Conflitos, litígios, subversão, pilhagem e toda ordem de fraudes precederam esta incorporação, promovida pela emergente burguesia comercial agro-exportadora com a conivência do Estado.

Os métodos adotados tomaram as formas mais variadas, desde a instituição do coronelismo (18), que se utilizava das prerrogativas que o posto lhe oferecia para impor a sua dominação sobre as populações subalternas, pois tinha a seu serviço além da milí-

(15) Jorge AMADO, *Terras do Sem Fim*, p. 29.

(16) IDEM, *Gabriela Cravo e Canela*, p. 35.

(17) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, Liv. 3, Vol.V. p. 372-388; Rosa LUXEMBURGO, *A Acumulação de Capital*, p. 49-64.

(18) Jorge AMADO, *Terras do Sem Fim*, 1969.

cia legalmente constituída, um grupo de jagunços que se incumbia da segurança do coronel e efetivavam as tocaias para a eliminação dos ocupantes que se opunham e/ou reagiam à expulsão<sup>(19)</sup>. Recorria-se também ao expediente do "caxixe", que consistia na legalização fraudulenta de grandes áreas de terra, falsificando medições, corrompendo autoridades cartoriais e advogados. Os pequenos produtores localizados no perímetro "caxixado" eram sumariamente expulsos pelos jagunços. A indenização das benfeitorias (culturas, casas, etc.) ficava a critério da classe dominante (comerciantes e grandes produtores)<sup>(20)</sup>.

A venda antecipada das safras (venda na flor)<sup>(21)</sup> e o atrelamento ao capital usuário propiciaram significativo aumento dos domínios de comerciantes e grandes fazendeiros, pois se tratavam de relações danosas ao pequeno produtor, na medida em que desestruturavam economicamente a unidade produtiva, levando-a a um estado de insolvência, que impunha a entrega da mesma ao credor como forma de honrar os compromissos assumidos.

A renda trabalho aportada pelos pequenos produtores às suas terras, com o plantio das roças de cacau, incorporadas ao processo produtivo, transformou-se gradativamente em renda capitalizada, ativada pela escassez de solos propícios à expansão desta cultivar e à crescente demanda mundial pelo produto. Através dos métodos explicitados acima constituiu-se a burguesia comercial agro-exportadora regional; que sedimentou o seu poder econômico apropriando-se fraudulentamente de parcela significativa da

(19) José de Souza MARTINS, *op. cit.*, p. 59-94; IDEM, *Os Camponeses e a Política no Brasil*, p. 50-80.

(20) Jorge AMADO, *Terras do Sem Fim*, 1969.

(21) Forma de venda da produção em que o comprador estipula o valor do produto o mais baixo possível, libera de imediato ou em parcelas o montante estipulado, não sendo este valor suficiente para manter a subsistência do produtor, impelindo-o a endividar-se e posteriormente a entregar a roça ao credor.

renda trabalho capitalizada nas pequenas unidades produtivas anexadas ao seu patrimônio.

Para a expansão da cacauicultura nas áreas de mata da grande propriedade, a classe dominante não recorreu ao trabalho assalariado, mas recriou a figura do "contratista" recrutada entre os migrantes chegados à região. A relação consistia no fornecimento de uma gleba, na qual o contratante se comprometia a entregá-la dois ou quatro anos depois plantada com cacau. Durante o tempo de vigência do contrato era permitido aos lavradores o plantio de gêneros de subsistência (milho, mandioca, etc.), que lhe cabiam totalmente ou em parte (meia, terça, etc.), de acordo com o acerto prévio. Por ocasião da entrega da roça seria ressarcido do valor correspondente ao número de pés efetivamente plantados. Com relação a esta questão Amado constata que:

*"...Modalidade interessante do trabalhador, o contratista. A fazenda contrata com um chefe de família a derrubada de uma mata e o plantio, no terreno, de uma roça. O contratista fica dono do terreno durante dois ou três anos do contrato. Planta mandioca e legumes, com que vive, e no fim do contrato o patrão paga a quinhentos ou oitocentos réis o cacauero" (22).*

A relação contratista versus grande produtor dá condições a que o segundo se aproprie da renda-trabalho agregada à terra no período, transferindo-lhe também o excedente incorporado aos frutos do seu trabalho, além de desonerar o contratante dos riscos inerentes ao engajamento na exploração agrícola. Os conflitos entre contratistas e contratantes manifestavam-se desde o momento da divisão do produto anual e culminavam com o acerto final das contas. Com os recursos auferidos com a entrega da roça de cacau, o plantador tencionava adquirir meios para a compra de um pequeno trato de terra, mas nem sempre o fazendeiro estava predisposto a cumprir o acertado, gerando conflitos com os que não se conformavam com a sua desdita, isto é, os que se mostravam reticentes eram expulsos

(22) Jorge AMADO, *O País do Carnaval, Cacau, Suor*, p. 170-171.

ou mortos e suas casas queimadas pelos jagunços.

Os pequenos produtores expropriados pela concentração fundiária e os contratistas ressarcidos ou não pelo trabalho incorporado às roças de cacau, tiveram por destino a sua reprodução nas zonas marginais à exploração cacauceira, o assalariamento nas fazendas de cacau, ou o êxodo para outras regiões de atração. O avanço da grande propriedade provocou o persistente deslocamento da pequena e a conseqüente dispersão da mesma pelo espaço compreendido pela Região Litoral Sul.

As disputas pela terra não se restringiram ao conflito entre o grande e o pequeno, mas também as que se efetivaram entre os próprios "coronéis do cacau" para os quais o poder político conectava-se com o tamanho de suas posses. O confronto levou à formação de alianças, que resultaram na ruína ou luta sem trégua entre os grupos beligerantes<sup>(23)</sup>.

A cacauicultura em seus primórdios assentou-se em bases empíricas, não só em função dos rudimentares conhecimentos agrônômicos dos migrantes pioneiros, mas também pela inexistência de informações científicas a respeito da exploração econômica desta cultivar. Os indicadores que demonstram as assertivas apostas acima são: a baixa qualidade do material botânico (cacau da variedade fo rasteiro), o sistema de plantio direto, o excessivo sombreamento definitivo das roças de cacau, as deficiências do beneficiamento do produto. Tudo isso reflete o grau de capitalização e desenvolvimento das forças produtivas na cacauicultura.

### 3. AS CRISES E A INTERVENÇÃO ESTATAL

Entre os anos 20 e 60 a cacauicultura passou por fases de retração e expansão, isto é, as crises cíclicas tornaram-se uma

---

<sup>(23)</sup> Jefferson F. RANGER, *op. cit.*, p. 14-16

constante na vida dos segmentos sociais mais débeis envolvidos pela cadeia produtiva do cacau: normalmente atrelados aos preços auferidos pelo produto no mercado internacional, direcionadores da ação do cacauicultor em relação ao manejo (manutenção) e expansão da área cacauícola, resultando na conseqüente oscilação da produção.

O Estado durante este período foi forçado a intervir por duas vezes na economia regional: a primeira ocorreu em 1931 quando o Governo Estadual criou o Instituto de Cacau da Bahia-ICB, cabendo-lhe como atribuição a recuperação econômica da lavoura caueira; através do estímulo à melhoria técnica, incentivo à diversificação agropecuária, fomento à industrialização e a sua interferência no mercado do produto. O Instituto conseguiu minorar a crise principalmente em decorrência da sua ação na esfera da comercialização e dos empréstimos hipotecários (carteira hipotecária) liberados para os pequenos e médios proprietários rurais.

Este órgão nos seus primórdios adotou políticas que feriram os interesses da burguesia comercial agro-exportadora, principalmente no que se refere à entrada do mesmo no sistema de comercialização, pois esta concorrência estabeleceu relações que propiciaram preços mais justos ao cacauicultor e como conseqüência redução dos lucros dos exportadores. A interferência nos ganhos engendrou a aliança dos mesmos, com o fim precípua de desestabilizar o Instituto, intento atingido com total sucesso.

A desestruturação do ICB deixou a cacauicultura à mercê do capital comercial (intermediários, agentes comerciais e firmas exportadoras), para antepor-se a esta dominação os produtores organizaram em 1942 a Cooperativa Central de Agricultores do Sul da Bahia Responsabilidade Ltda., germe de uma forma de capital mais evoluída, mas que inicialmente não contou com adesões suficientes para consubstanciar o seu desígnio, ou seja, a limitação de recursos

não lhe permitiu uma efetiva competição intercapitalista, que tornasse possível operar como reguladora de preços e impusesse ao capital predominante a sua transmutação em agente de geração do valor, capaz de provocar o avanço das forças produtivas e o consequente aprimoramento das relações sociais de produção. Posteriormente, com o fortalecimento do cooperativismo (anos 60 e 70), emergiram as condições para levar a efeito satisfatoriamente o papel que lhe cabe na acumulação capitalista e possibilitou o engendramento do Sistema Cooperativista Integrado da Região Cacaueira da Bahia-COPERCACAU (1978), que reflete o movimento exigido pelo capital no sentido da concentração e centralização.

A segunda intervenção estatal ocorreu em 1957, momento no qual a economia cacaueira era atingida por uma grave crise, marcada pela superprodução de cacau, ao tempo em que se aviltavam os preços do produto e crescia o endividamento dos agricultores. Para equacionar as reivindicações da lavoura, o Governo Federal gerou a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira-CEPLAC (hoje Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), que se incumbiria de impulsionar a restauração financeira e o fortalecimento econômico e social da Região Cacaueira<sup>(24)</sup>.

Inicialmente, a entidade recém-criada preocupa-se apenas em resolver a situação financeira, mas a decadência da cacauicultura não se resumia só a este aspecto, ressaltam-se os concernentes ao desenvolvimento técnico-científico no campo agrônomo. Até 1962 a ação da Comissão centrou-se na problemática do endividamento, solução imediatista que recrudesceu ainda mais a crise. A partir deste período a Organização insere-se no circuito do grande capital, assumindo a responsabilidade pela pesquisa agrônoma

---

(24) Ibidem, p. 20-23.

(Centro de Pesquisas do Cacau-CEPEC - 1963), pela difusão de tecnologia (Departamento de Extensão-DEPEX - 1964) e pelo ensino agrícola (Departamento de Educação-DEPED - 1965). Estes serviços vinculavam-se à dinâmica do capital, na medida em que estimulavam a modernização conservadora<sup>(25)</sup>; coube aos mesmos a promoção da modernização agrícola determinada pela lógica da acumulação capitalista.

A CEPLAC emerge no momento em que se instalavam no país os ramos industriais produtores de bens de consumo duráveis e os de bens de capital, que a partir dos anos 60 passariam a determinar a lógica da acumulação capitalista. No que concerne à agricultura, ganha corpo o desenvolvimento da agroindústria localizada à montante da mesma (máquinas, equipamentos, insumos, etc.), expande-se também o setor industrial colocado a jusante (alimentares).

O modelo de industrialização definido para a Nação reservava à agricultura as funções de absorvedora de bens industriais, fornecedora de matérias-primas, fonte do exército de reserva a serviço do capital, supridora dos produtos de subsistência a custos baixos a fim de baratear a força de trabalho urbana e geradora de excedentes exportáveis. Princípios buscados pela CEPLAC em sua ação econômico-social-política.

#### 4. A EXPANSÃO DA MONOCULTURA E A DIVERSIFICAÇÃO

A abertura da rodovia litorânea (BR-101) nos anos 70, permitiu a redescoberta do Extremo Sul da Bahia e a integração econômica da Região Litoral Sul com outros centros consumidores. As ocupações do Extremo Sul remontam às capitâneas hereditárias, à pecuária resultante do apresamento dos indígenas, a pequena produ-

---

(25) José Graziano da SILVA, *Progresso Técnico e relações de Trabalho na Agricultura*, p. 7-100.

ção reproduzida com o fim do ciclo do ouro, a cacauicultura que esparçamente ocupou algumas áreas propícias ao seu cultivo e a bovinocultura que mais recentemente se instalou nos limites dos Estados da Bahia e Minas Gerais. Antes da abertura da rodovia litorânea (BR-101), o espaço invadido por estas atividades não provocou transformações de grande monta sobre a vegetação nativa (recursos naturais renováveis - mata atlântica) que originalmente cobria esta região.

A via litorânea expõe às garras do poder econômico as essências florestais nobres que integravam a mata Sul Baiana, a exploração irracional deste recurso levou a que hoje pouco reste do que no passado se constituiu numa exuberante floresta. O negócio foi de tamanha magnitude que gerou pólos madeireiros em Itabela, Eunápolis, Teixeira de Freitas e Itamaraju, gradativamente desativados pela limitada oferta de matéria-prima.

A devastação dos recursos naturais renováveis das Regiões Litorânea e Interiorana do Extremo Sul, pautou-se no imediatismo econômico; desnudava-se o solo com a retirada das essências nobres, destruindo-se concomitantemente os estratos inferiores da mata, o que privou a humanidade de identificar e avaliar um sem número de espécies vegetais que indubitavelmente lhes teriam sido muito úteis. Os solos foram inclementemente expostos aos fatores climáticos, o que acarretou o comprometimento das suas características físicas e químicas; a sua ocupação econômica ocorre posteriormente com a exploração da bovinocultura extensiva, que teve por base alimentar principalmente as pastagens nativas e em menor escala as artificiais.

No decorrer dos anos 70 a Região Sul Baiana passou por um significativo surto de desenvolvimento, refletido pelo desempenho da cacauicultura no que concerne ao incremento da área plantada (405 para 551 mil ha), da produção (105 para 323 mil toneladas) e

da produtividade (375 para 756 kg/ha), como resultado dos bons preços auferidos pelo produtor no mercado internacional e a farta disponibilidade de crédito rural<sup>(26)</sup>. A pecuária neste período passa também por marcantes transformações, evoluindo para uma exploração mais tecnificada, à qual é incorporado o melhoramento genético do plantel (corte e leite), as pastagens nativas são substituídas pelas artificiais, os pastos são mais bem dimensionados, a sanidade animal e a suplementação alimentar passam a fazer parte da tecnificação da atividade.

Os capitais industrial, financeiro e comercial determinam a dinâmica deste desenvolvimento, na medida em que as suas aplicações são estimuladamente remuneradas, fruto do crescente excedente gerado por estas atividades, enquanto que o setor primário se tornava crescentemente dependente do crédito, da tecnificação e do sistema de comercialização. Consubstanciado no crescente atrelamento financeiro; na necessidade de manter o suprimento exigido pelas plantas e animais para a continuidade da exploração; no atrelamento a formas lesivas de venda e na determinação dos preços dos produtos agropastoris abaixo do custo de produção, os quais estão levando a agropecuária a uma situação de insolvência.

Os anos 70 marcam também o direcionamento para a diversificação agrícola, principalmente nos solos inadequados ao plantio do cacaueteiro. Inicialmente expande-se nos Tabuleiros de Valença centrada na seringueira, coco-da-baía, dendê, cravo-da-índia, guaraná, pouco depois os japoneses trouxeram a pimenta-do-reino e mais recentemente introduziram-se a baunília, cardamomo, macadâmia, nóz-moscada, patchuli e canela.

No Extremo Sul a diversificação ocorre em meados desta década, favorecida pelas suas propícias condições edafoclimáticas e

---

(26) Angelina N.R. GARCEZ, *CEPLAC de Corpo e Alma*, p. 92-99.

pela estratégica localização em relação aos mercados de Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, para os quais passou a remeter milho, feijão, abóbora, melância, melão, mamão, etc. A diversificação propiciou aos produtores a redução das incertezas climatológicas e oportunizou-lhes uma certa autonomia com relação ao mercado (realização das mercadorias), pois a gama de gêneros ofertados permite-lhes a formação de um preço geral mé dio mais equilibrado, em decorrência das oscilações que poderão ocorrer na oferta e/ou procura, isto é, os produtos alcançarão diferentes gradações nas suas cotações, o que poderá permitir alguma margem de acumulação, possibilitando-lhes uma maior independência financeira frente à subordinação imposta pelo capital.

O surto de desenvolvimento que no decorrer das duas últimas décadas afluiu à agricultura da Região Litoral Sul, implicou, em princípio, a ampliação da sua composição orgânica, fruto dos avanços tecnológicos a ela aportados, propiciados pelo capital pro dutivo de origem financeira, industrial e comercial.

A modernização agrícola pautou-se fundamentalmente na quimificação, ou seja, entre 1967 e 1980 a adubação saiu de 2.300 ha para 225.000 ha, o combate às pragas ascendeu de 22.000 ha para 474.000 ha e o controle de doenças passou de 12.000 ha para 161.000 ha. Este dinamismo contou com o maciço aporte de recursos creditícios, cujo montante cresceu 5.632% no período.

## 5. TRAJETÓRIAS SÓCIO-ECONÔMICAS

A cacauicultura constitui-se na principal base econômica regional a partir do final do século XVIII, quadro que praticamente se mantém inalterado até os idos dos anos 60, ocasião na qual a agropecuária se insere intensivamente na lógica da acumulação capitalista. Processo que desencadeou a diversificação agropastoril, a instalação de indústrias processadoras de insumos (montan-

te) e de matérias-primas de origem animal e vegetal (jusante). Como também a acelerada urbanização decorrente das transformações ocorridas no meio rural, que dinamizou sobremaneira o setor terciário. O perfil da economia evoluiu com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Averigua-se que a estrutura agrária passou historicamente por marcantes transformações, mas imperceptíveis em decorrência da disponibilidade de terras para a reprodução dos pequenos produtores expropriados. Com a inserção da agricultura à dinâmica capitalista, observa-se que o avanço do capital no campo passa a exigir patamares crescentes no porte da propriedade rural, a ampliação de seus domínios se efetiva através do apossamento (fechamento) das regiões de expansão, conectado à persistente e progressiva incorporação das pequenas unidades camponesas familiares.

Os pequenos produtores expropriados reproduziram-se extra legalmente enquanto puderam nas regiões de expansão agrícola, constituíram-se nos amansadores da terra para o posterior abocanhamento pelo capital para produzir ou especular (reserva de valor). Fechado este espaço os produtores familiares excluídos da terra, seguem as trajetórias que as condições econômicas lhes per mite, uns poucos conseguem voltar à terra, outros migram para as cidades instalando-se como pequenos comerciantes, muitos tornam-se assalariados urbanos e rurais e alguns passam a integrar o con junto dos marginalizados pelo capital, que não encontram ocupação no processo produtivo.

O capital comercial impõe por décadas a sua dominação à cacauicultura, mantendo-se à margem do processo produtivo. Com o advento da modernização agrícola as várias formas assumidas pelo grande capital articulam-se para a apropriação da mais-valia social. Inicialmente atuam complementarmente a fim de promover o su primento de matérias-primas agroindustriais, estimular a tecnifica

ção e dinamizar o mercado de terras - capital bancário, industrial, comercial e agrário. Posteriormente, a competição inter-capitalista impõe o seu entrelaçamento através da centralização, este movimento teve por principal desencadeador o crédito rural abundante e subsidiado, o qual conectou e emaranhou a agricultura com os demais capitais.

## CAPÍTULO - III

## CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO CAMPONESA

## 1. A PROPRIEDADE CAMPONESA

As vicissitudes da propriedade camponesa remontam ao período colonial, ocasião na qual o Estado monárquico e a aristocracia rural interpuseram toda a sorte de entraves à sua proliferação. A mesma, porém, extralegalmente<sup>(1)</sup>, espalhou-se por todos os rincões do país. Subsequentemente a burguesia comercial agro-exportadora, no afã de estender os seus domínios territoriais, abarca as pequenas unidades produtivas, recorrendo a processos de expropriação forçada – grilagem, subornos, "caxixes", invasões, expulsões, intimidações, perseguições, tocaias e mortes – ou consentida – venda ou troca. Azevedo e Martins vêem esta problemática nos seguintes termos:

"...O latifúndio, a princípio, apela para a força, visando derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaças de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês..."<sup>(2)</sup>.

"...As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro..."<sup>(3)</sup>.

(1) Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, p. 84-88; Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio*, p. 105-156; José de Souza MARTINS, *Os Camponeses e a Política no Brasil*, p. 21-49; Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 119-269.

(2) Fernando Antonio AZEVEDO, *As Ligas Camponesas*, p. 82.

(3) José de Souza MARTINS, *O Cativo da Terra*, p. 69.

A agricultura familiar da Região Litoral Sul passou historicamente por semelhantes agruras para a sua emergência e expansão. A análise empreendida neste trabalho compreenderá o período 1970-1990, no qual a agricultura do espaço pesquisado é intensivamente inserida na lógica da acumulação capitalista, para cumprir o papel de fornecedora de matérias-primas agroindustriais, absorvedora dos produtos industriais, geradora de excedentes exportáveis, abastecedora de alimentos baratos para a reprodução da força de trabalho urbana e supridora do exército de reserva a serviço do capital<sup>(4)</sup>.

Os reflexos da penetração do capital no campo revelam-se pelas modificações provocadas na estrutura agrária. No que concerne ao grau de concentração da propriedade da terra, a área média dos imóveis com menos de 100 ha, decresceu de 26 para 16 ha (38%), enquanto as maiores do que 100 ha passaram de 268 para 571 ha ou 113%. Este quadro é confirmado pela concentração forte a muito forte (entre 0,701 a 0,900) revelada pelo índice de Gini<sup>(5)</sup>, constatado no decorrer do período enfocado, as mais fortes detectam-se na diversificação cacau-pecuária e na monocultura cacauzeira. A população pesquisada dispõe de maiores áreas no agrossistema demarcado pela diversificação pecuária-cultivos temporários-perenes girando em torno de 28 ha, já nos demais situa-se entre 10 e 14 ha, a exiguidade deste bem de produção, nestes últimos, direcionou-os, preferencialmente, para a exploração agrícola.

A estrutura agrária das unidades produtivas pesquisadas revela que 75% possuem área inferior a 20 ha, as quais ocupam apenas 41% das terras, constatando-se que a marcante maioria dos produtores familiares exploram glebas de reduzido tamanho. Esta situação

(4) John WILKINSON, *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*, p. 70-96.

(5) Carlos Augusto PEREIRA FILHO, *Crédito Agrícola, Modernização Tecnológica e a Concentração de Terras na Região Cacauzeira*, p. 8.

ganha relevância ao constatar-se que a área média desta situa-se em 9,3 ha, a dos demais estratos estudados em 41 ha e as do universo da região em 95,3 ha, números que apontam o estágio da concentração fundiária. Entre os agrossistemas o que mais reflete este fenômeno é o Extremo Sul, sequenciado pela monocultura cacauceira, diversificação cacau-pecuária e por fim os Tabuleiros de Valença.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO ESTRATIFICADA DAS UNIDADES PRODUTIVAS PESQUISADAS

	E S T R A T O S (HA)					TOTAL	UNIVERSO DA REGIÃO
	≥ 5	6 a 10	11 a 20	21 a 30	< 30		
Nº DE EMPRESAS	76	95	75	42	38	326	56.426
ÁREA TOTAL (HA)	304	833	1.140	1.090	2.185	5.552	5.376.937
ÁREA CULTIVADA (HA)	262	653	854	533	1.192	3.449	3.191.920
ÁREA MÉDIA/EMPRESA	4,0	8,8	15,2	26,0	57,5	17,0	95,3
ÁREA CULTIVADA/EMPRESA	3,4	6,7	11,4	12,7	31,4	10,7	56,6
GRAU DE OCUPAÇÃO (%)	85	76	75	49	55	63	59

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990 e Relatório do DEPEX - 1986.

O grau de ocupação da terra decresce dos estratos menores (85%) para os maiores (55%) nos estabelecimentos investigados, isto é, as unidades produtivas de reduzido porte exploram mais intensivamente a pouca terra que dispõem. Esta assertiva ganha consistência ao verificar-se que os estratos de até 20 ha exploram 77% do terreno e os que vão de 21 ha a 50 ha tão-somente 50%, revelando uma maior disponibilidade de solos para plantar, situação que em princípio poderá relacionar-se com a sua baixa capacidade de reinversão de capital e/ou com a falta de braços para manter e expandir os cultivos.

O índice de ocupação revela a sua real dimensão quando conectado a área cultivada por unidade produtiva, a qual cresce do menor para o maior estrato, como também a terra em desuso. O incremento da área explorada aproxima-se de 923% e com relação ao conjunto da região este diferencial atinge 1.665%, percentuais que

patenteiam a magnitude econômica das propriedades camponesas com menos de 20 ha. A diversificação cacau-pecuária (79%) exibe a mais expressiva ocupação da terra, sucedida pela monocultura cacau eira (70%), Extremo Sul (62%) e Tabuleiros de Valença (53%).

A distribuição das terras entre as diferentes categorias que integram o campesinato contempla os proprietários com 82% das mesmas, os assentados apossam-se de 11% e 7% cabem aos posseiros, parceiros e arrendatários. Em média os assentados apropriam-se de 47 ha, os proprietários de 17 ha e os demais de 8,5 ha. A discrepância no tamanho das terras atribuídas decorre do processo de concentração fundiária; a favor dos mais capitalizados, em função da inadequada escolha de alguns dos assentados, das deficientes condições infra-estruturais, da imprópria seleção da gleba em termos de recursos naturais e da falta de vontade política para que um projeto de reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores, possa efetivamente ser implementado.

A luta pela terra desencadeada na década de 80 pelos "sem terra", faz emergir a forma de ocupação por atribuição (assentamento). Este fenômeno verifica-se com maior intensidade nas regiões de expansão capitalista, onde a propriedade da terra tem o seu ordenamento jurídico em processo de definição. Entre os agrossistemas detecta-se que a situação tratada regride na sequência: Extremo Sul, Tabuleiros de Valença, monocultura cacau eira e diversificação cacau-pecuária.

No que diz respeito à condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, averigua-se que 80% destas são próprias e os restantes 20% são representados por posseiros, parceiros, ocupantes, arrendatários e assentados; dos quais 20% resultam da reforma agrária decorrente de conflitos pelo acesso à terra. Afere-se, pelo exposto, que a grande maioria dos produtores constitui-se em proprietários dos meios de produção, ou seja, detém o monopólio

da terra, o que lhe oportunizaria a captação da renda territorial e do lucro médio determinado pelo conjunto da economia. Questão teorizada por Marx nas citações abaixo:

"...A propriedade privada de certas pessoas sobre a terra, (...) muito simplesmente as capacita a desviar, interceptar e capturar o excesso de mais-valia que ultrapassa o lucro (lucro médio, taxa de lucro determinada pela taxa geral de lucro) e se contém nas mercadorias dessa esfera particular de produção, dessas aplicações particulares de capital, e a impedir que esse excesso entre no processo geral por que se forma a taxa de lucro..." (6).

"...A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista só se produz o que se pode quando se pode produzir com lucro." (7).

A utilização das terras pelos produtores familiares apresenta em 1990 uma ocupação de 63%, o qual ascende dos menores estratos para os maiores; no que compreende as unidades produtivas com menos de 5 ha este índice situa-se em torno de 85% (6 a 10 ha 78%; 11 a 20 ha - 75%; 21 a 30 ha - 62%), as maiores de 30 ha exploram apenas 55% do território. Nos agrossistemas esta variável revela-se mais expressiva na diversificação cacau-pecuária (79%), monocultura cacauzeira (70%), Extremo Sul (62%) e Tabuleiros de Valença (53%). Apesar do desnível no grau de ocupação entre o maior e o menor estrato, constata-se que os agricultores enquadrados no primeiro cultivam 897% (31,4 ha) mais área do que os primeiros (3,5 ha), situação que se eleva à medida que cresce a área dos estratos.

Os cultivos permanentes expandem-se por 28% da área de 91% das glebas nos quatro agrossistemas, os temporários estabelecem-se em 15%, preponderantemente em 77% dos imóveis localizados nos agrossistemas mais diversificados (diversificação cultivos permanentes-especiarias e diversificação pecuária-cultivos temporários-perenes) e as pastagens artificiais (16%) e nativas (4%) estendem-se por 20% das terras de 58% das unidades produtivas voltadas principalmente para o apascentamento de bovinos e animais de servi

(6) Karl MARX, *Teorias da Mais-Valia*, v. II, p. 471.

(7) IDEM, *O Capital: crítica da economia política*, .v. IV, p. 297.

ço. Nas terras em desuso (37%) prevalecem as capoeiras com 27% e as matas com 10%.

Com respeito às características edafo-climáticas verifica-se que os solos, em seus aspectos físicos e químicos, classificam-se em 28% como bons e 62% regulares. Em termos de tipos climáticos, as pequenas propriedades localizam-se em ambientes cujas condições atmosféricas mostram-se favoráveis à implantação das culturas e/ou criação de animais<sup>(8)</sup>. No geral transparece que a qualidade das terras pode ser classificada como apropriada, pois a mesma não reflete a especificidade das unidades produtivas e dos agrossistemas.

Nos 60.916 Km<sup>2</sup> de superfície do espaço pesquisado, detectam-se diferentes gradientes quanto às propriedades físicas e químicas do solo. Os estabelecimentos localizados nas melhores terras, colhem das lavouras que exploram maiores rendimentos do que os obtidos pelas instaladas nas piores – o preço de produção das terras mais pobres em princípio são os reguladores do preço de mercado. Este privilegiamento os capacita a apropriarem-se da renda diferencial decorrente do incremento de produtividade<sup>(9)</sup>.

A fertilidade natural dos solos nos agrossistemas apresenta uma considerável variabilidade tanto entre os mesmos, como no polígono que os delimita. A monocultura cacaeira detem as terras mais ricas em elementos nutritivos para as plantas, em plano um pouco inferiores estão as da diversificação cacau-pecuária e as piores detectam-se no Extremo Sul e nos Tabuleiros de Valença. Portanto, a composição química fonte do lucro suplementar varia de um agrossistema para outro e até entre as unidades produtivas dentro do mesmo enclave.

(8) Para maior aprofundamento no assunto recorrer aos itens 1.2 (Solos) e 1.4 (Clima) do Capítulo I, onde se descreve a "área física objeto da pesquisa".

(9) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. VI, p. 734-770.

No que tange ao reconhecimento legal do domínio, averigua-se que apenas 21% dos estabelecimentos dispõem do título de propriedade devidamente demarcado e registrado em cartório. Esta situação não se configura como de instabilidade para os demais, pois 92% têm suas terras socialmente reconhecidas como próprias devido ao tempo de registro e 4% emanam dos projetos de assentamento, fruto da luta pela terra.

## 2. A TERRA E O CAMPONÊS

A relação do camponês com a terra é uma das variáveis definidoras desta categoria, o local de residência é um dos indicadores que refletem esta conexão; na unidade familiar ou no meio rural moram 93% dos pequenos produtores, os 7% que vivem nas cidades estabelecem-se em casas humildes nos bairros pobres das sedes municipais onde se localiza a propriedade. Basicamente, o perímetro urbano é buscado por motivo de doença pelos mais velhos e a educação dos filhos por parte dos que dispõem de melhores condições econômicas. Soares vê como características da produção camponesa as descritas abaixo:

*"...De um modo geral se reconhece que a especificidade do campesinato reside no caráter familiar da produção que empreende, no fato de que o grupo doméstico compõe uma unidade de produção e consumo, e na relativa independência da unidade frente ao mercado. Por relativa independência se entende que seria própria e distintiva do campesinato uma certa capacidade, derivada do controle que exerce sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, e da natureza peculiar do meio de produção essencial, a terra, uma certa potencialidade sui generis de se ligar mais ou menos ao mercado, de acordo com as imposições das circunstâncias..." (10).*

O acesso à terra por esta população deu-se em 50% dos casos por herança, 31% compraram de parentes ou de outras pessoas, 15% através da posse ou ocupação e 4% por atribuição via reforma agrária. A transmissão por herança tem um peso ponderável nos a-

(10) Luiz E. SOARES, *Campesinato: ideologia e política*, p. 189.

grossistema monocultura cacauceira, Tabuleiros de Valença e diversificação cacau-pecuária, retratando uma maior estabilidade na propriedade da terra. Já a compra de terceiros é mais expressiva na diversificação cultivos permanentes-especiarias e diversificação pecuária-cultivos temporários-perenes para onde afluíram os que desejavam continuar se reproduzindo como pequenos produtores. No Extremo Sul localiza-se a maioria dos posseiros, ocupantes e assentados – trata-se da região onde ocorreu desbravamento mais recente, cuja estrutura agrária está em constante mutação, movimento do qual fazem parte os conflitos por este recurso.

Para efeito da análise constata-se que o casal explorador situa-se numa faixa etária relativamente avançada, tomando-se como referencial a expectativa de vida do brasileiro (60 anos) e a precocidade da sua incorporação ao trabalho agrícola, revelando que os homens estão em média com 49 anos e as mulheres com 43. Estes tiveram acesso à terra há 22 anos na Região Cacaueira, 17 anos na diversificação cacau-pecuária, 15 anos nos Tabuleiros de Valença e 9 nas Microrregiões Litorânea e Interiorana do Extremo Sul, dados que se conectam com o período histórico de ocupação dos solos com a estabilidade da posse da terra, com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção vigentes em cada um destes espaços.

No que concerne ao tempo que o camponês habita o polígono pesquisado, observa-se que este período no maciço cacaueiro aproxima-se de 44 anos, no agrossistema cacau-pecuária beira os 47 anos, na diversificação onde predominam as especiarias gira em torno de 31 anos e no Extremo Sul dos 25 anos. Se confrontada esta informação com o tempo que assumiram a propriedade, constata-se que os produtores familiares antes de se instalarem como tal, passaram por outras relações de trabalho para garantir a sua subsistência até terem acesso à terra por herança, compra, ocupação ou

atribuição. Esta tese é reforçada pelo baixo índice dos produtores familiares que retornaram à terra em decorrência de expulsões por métodos extra-econômicos, os 3,5% registrados efetivaram-se na diversificação pecuária-cultivos temporários-perenes, constituem-se principalmente de capixabas que buscaram esta região em razão dos acessíveis preços da terra e da proximidade do Estado de origem.

A direção do estabelecimento é exercida em 95% dos casos pelo próprio agricultor, os filhos assumem esta responsabilidade no impedimento dos pais; em apenas 1% dos imóveis encontram-se administradores estranhos à família, que são também executores das tarefas agrícolas atinentes à unidade produtiva, isto entre idosos sem filhos e/ou doentes na mesma situação. Quanto ao grau de liberdade na tomada das decisões, observa-se que 75% têm autonomia para decidir livremente, aos restantes 25% interpõe-se algum empecilho ao poder decisório, normalmente vinculado a aspectos familiares, legais, econômicos e culturais, consubstanciados na co-propriedade da terra, falta de documentação, atrelamento aos agentes comerciais, com os quais transacionam e o analfabetismo.

Com respeito à condição do produtor em relação às terras, denota-se que 80% são proprietários, 15% posseiros, 4% assentados e 1% representa parceiros, ocupantes e arrendatários; números que bem expressam a gama de categorias que compõem o conjunto dos pequenos produtores dispersos pela Região Litoral Sul, os quais requerem reivindicações divergentes, pois não se definem como uma classe social homogênea. Assim Pinto enfoca esta questão:

*"...Sem embargo, há que entender o campesinato não como uma classe social homogênea e uniforme, mas como um conjunto social complexo, constituído por várias frações, cuja especificidade se origina do processo de desenvolvimento histórico da sociedade, no qual distintos modos de organização da produção conduzem a diferentes tipos de relações sociais. Ainda que exista uma unidade dentro da classe camponesa, há também entre as várias frações diferenças e condições que não chegam, porém, a serem antagônicas..." (11).*

(<sup>11</sup>) João Bosco PINTO, *A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Rural*, p. 74

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A caracterização da produção agropecuária nas unidades familiares constitui-se em parâmetro demarcador desta categoria de produtores pois, do trato com a terra, este segmento de produtores retira o seu sustento e o de seus dependentes, base sobre a qual, sem se aperceberem, constroem a consciência do seu ser, definidor da inserção de classe, da visão de mundo e de outros atrelamentos psicológicos, culturais e étnicos<sup>(12)</sup>.

Na Região Cacaueira, a pequena produção é praticamente monocultora (70%), todos os estabelecimentos deste espaço exploram cacau, dispondo de uma área média de 6,0 ha, produzindo 189 arrobas, com uma produtividade de 38,5 arrobas/ha. A limitada diversificação é feita com a mandioca: esta cultivar normalmente serve de suporte de sombra até uma determinada etapa do desenvolvimento dos cacaueiros. Concluído o ciclo desta cultivar, fica no solo a "árvore produtora dos frutos de ouro". A diversificação funciona, portanto, como forma de expansão da monocultura, não como uma estratégia sócio-econômica da pequena produção. As pastagens ocupam uma área de 3,6 ha e estão presentes em 68% dos imóveis, nas quais pastoreiam 2 bovinos e 2 animais de serviço; a pecuária mostra-se subsidiária aos trabalhos e à subsistência da unidade produtiva.

O agrossistema diversificação cacau-pecuária tem na cacauicultura o principal suporte econômico de 92% dos produtores. Cada unidade familiar dispõe de 3,8 ha de cacaueiros, produzindo 134 arrobas, com uma produtividade de 38,8 arrobas/ha. Apenas 8% dedicam-se exclusivamente à pecuária, dispondo de 8,8 ha de pastagens, onde apascentam 6 bovinos por propriedade. A diversificação ocorre em 58% dos estabelecimentos centrada nas culturas do cacau, pastagens e mandioca, as áreas de pastagens giram em torno de 4,4 ha,

---

(12) Amilcar BAIARDI, *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia*, p. 69-118.

destinadas ao pastoreio de uma população animal constituída por 21% de gado leiteiro, 50% para o de corte e 29% para asininos, muares e equinos. A mandioca serve de sombra provisória para os primeiros anos de vida do cacauero, poucos destinam uma gleba especificamente para o plantio desta cultivar, aferindo-se que as propriedades (21%) que estão cultivando 2,2 ha com esta *Euforbiácea* servem à expansão da cacuicultura.

O Extremo Sul revela que 45% das pequenas unidades produtivas são monocultoras, onde se planta o cacau, o café, as pastagens, a mandioca, o milho, ou o feijão, não havendo qualquer sentido na direção da especialização. A diversificação abarca os restantes 55% dos produtores familiares, que se dedicam a dois ou mais cultivos, dentre os mais importantes, destacam-se o cacau, o café, as pastagens, a mandioca e outros de menor importância. A cacuicultura estende-se por 13% dos pequenos estabelecimentos, com uma média de 8,5 ha, produzindo 207 arrobas e obtendo uma produtividade de 23 arrobas/ha. O café espalha-se por 18% dos imóveis, cada um com 3,3 ha, conseguindo uma produção de 84 sacos, fruto de uma produtividade de 21 sacos/ha. A mandioca ocupa 3,7 ha em 33% das propriedades camponesas, auferindo uma produção de 7,1 toneladas de farinha e uma produtividade de 2,6 toneladas/ha. As pastagens fazem-se presentes em 20% das pequenas propriedades, com uma média de 14 ha, onde pastoreiam 11 cabeças, 38% são bovinos de leite, 37% de corte e 25% animais de trabalho. Em menor escala os pequenos produtores ainda cultivam milho, feijão, laranja, banana, abacaxi, amendoim, cana, seringueira, abóbora e pimenta-do-reino.

As pequenas propriedades dos Tabuleiros de Valença têm na diversificação, principalmente com especiarias, uma das suas características marcantes; 95% dos pequenos produtores cultivam duas ou mais espécies vegetais, entre as quais destacam-se: cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná, coco, dendê, cacau, piaçava, man-

dioca, laranja, pastagens, banana, feijão e milho. O cravo é plantado em 21% dos imóveis, sobre 2,3 ha, geradores de uma produção de 472 kg e uma produtividade de 276 kg/ha. O cacau é encontrado em 22% dos estabelecimentos, ocupando em média 2,0 ha, produzindo 48 arrobas e com uma produtividade de 25 arrobas/ha. A mandioca encontra-se em 21% das unidades familiares, plantada em 1,7 ha, com uma produção de 4,3 toneladas de farinha, conseguindo uma produtividade de 2,3 toneladas/ha. Os dendezeiros espalham-se por 5% dos estabelecimentos, a área média situa-se em 3,9 ha, os quais produzem 12,7 toneladas, a produtividade é de 3,0 toneladas/ha. Os coqueiros estão em 6% das unidades produtivas, assentados em 1,7 ha, produzindo 22 centos de coco e obtendo uma produtividade de 21,2 centos/ha. Com relação às pastagens, constata-se a sua presença em 8% das propriedades camponesas, cada qual com 2,2 ha, destinam-se ao pastoreio de um bovino e três animais de serviço. Chonchol tem a seguinte visão a respeito da diversificação agropecuária:

*"A policultura e combinação agropecuária necessitam ser enfatizadas, uma vez que não será jamais a monocultura com alto emprego de insumos que resolverá o problema da fome dos camponeses do Terceiro Mundo. Monocultura que o poder impõe atualmente, mesmo quando as condições sócio-econômicas, climáticas e pedológicas recomendam uma agropecuária diversificada. Essa monocultura já produziu em demasia desastres ecológicos e humanos em meio ambiente complexo e frágil, como o são a maioria dos ambientes tropicais." (13).*

A consorciação centra-se em dois agrossistemas, na diversificação cultivos permanentes-especiarias – abarca 67% dos estabelecimentos que detêm uma área média de 2,6 ha com cacau/cravo/guaraná, cacau/cravo, cravo/banana/mandioca, coco/laranja/cacau/cravo e cacau/mandioca/banana. No Extremo Sul, consorciam-se 23% das unidades produtivas em 4,1 ha com café/mandioca/milho/feijão, milho/feijão/mandioca, milho/feijão, mandioca/banana e milho/mandioca. A rotação de culturas é praticada em pouco mais de 7% das propriedades familiares, mas a grande maioria dos camponeses desconhece os

(13) Jacques CHONCHOL, *O Desafio Alimentar: a fome no mundo*, p. 82-83.

seus efeitos.

Pelo exposto, averigua-se que a pequena produção nos quatro agrossistemas tem, na exploração agrícola, o seu suporte econômico. Tal assertiva pauta-se na repartição da área cultivada, da qual 64% são ocupados com culturas e 36% com gramíneas. Vale ressaltar que a pecuária prepondera em pouquíssimos casos, normalmente é considerada como suporte e/ou reserva para alguma eventualidade, principalmente para atender aos requerimentos nos momentos de aperto, doença, ajuda aos filhos, etc. Parcela significativa das pastagens é consumida pelos animais de serviço, utilizados nas tarefas afetas à unidade produtiva e para transportar pessoas e mercadorias.

Nas unidades familiares a execução das práticas agrícolas é feita predominantemente de forma braçal. Direcionamento realçado pela insignificante mecanização e pelos pouco expressivos 12%, que recorrem parcialmente à tração animal. O aluguel de equipamentos em co-propriedade é empreendida por 5% dos pequenos estabelecimentos, tendo por mentores, em 57% dos casos, os familiares e 43% com outros produtores; os pulverizadores são os preferidos neste tipo de relação. O papel da máquina no processo de produção capitalista é analisado por Marx no texto a seguir:

*"A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual do seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário." (14).*

Com relação ao acesso eventual às técnicas modernas, observa-se que 68% das unidades familiares adotam inadequadamente a prática da adubação química e 24% a orgânica, em consequência de não aplicarem as quantidades recomendadas. Constata-se também a errô-

(14) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. I, p. 463.

na aplicação de inseticida em 75% dos imóveis, dos fungicidas em 8% e dos herbicidas em 2%. O controle biológico de pragas e doenças é desconhecido pelos pequenos produtores; já o uso de sementes selecionadas ou certificadas averigua-se em 16% das unidades camponesas, sobretudo, resultantes do material botânico (amêndoas de cacau) distribuído pela CEPLAC. O tratamento dispensado ao rebanho é bastante rudimentar, a alimentação baseia-se exclusivamente de gramíneas artificiais e/ou nativas, a mineralização praticamente inexistente, a sanidade animal só em casos de extrema necessidade e o melhoramento genético não os atinge.

Os rendimentos físicos das explorações agrícolas dos pequenos produtores situam-se, de maneira geral, abaixo dos obtidos pelas propriedades capitalistas, tanto em relação aos cultivos permanentes voltados para o mercado interno e/ou externo, como temporários. A constatação deste fenômeno verifica-se quando se levanta o percentual alcançado pela produtividade das cultivares instaladas nas propriedades camponesas em relação à média regional, no cacau representa 71%, guaraná 53%, feijão 53%, milho 69%, mandioca 52%, cravo-da-índia 67%, dendê 82%, coco 92%, etc.

A menor produtividade física decorre principalmente da mais reduzida obtida pelos produtores familiares com área inferior a 5,0 ha, que são forçados a assalariar-se com maior intensidade para continuar se reproduzindo, relegando a gleba a um plano secundário. Mas a situação em questão também é afetada pelo peso que representa a consorciação (9,2%), na qual os cultivos explorados não atingem a produtividade conseguida das áreas plantadas com uma espécie vegetal. Os baixos índices da pecuária atrelam-se à sua conotação de atividade coadjuvante e ao nível elementar como é conduzida por este conjunto social. Para Accarini a modernização agrícola toma as direções especificadas a seguir:

*"A modernização agrícola, como se sabe, pode tomar duas direções prin*

*cipais: o aumento da produtividade da mão-de-obra, obtido fundamentalmente, com o uso de tecnologias mecânicas e o aumento da produtividade da terra, principalmente através do emprego de inovações biológico-químicas e métodos de produção mais aprimorados. O primeiro grupo abrange a introdução de modelos mais aperfeiçoados de tratores, colheitadeiras, semeadeiras e muitos outros equipamentos. O segundo inclui sementes e mudas mais produtivas, fertilizantes, defensivos e corretivos, além de novos métodos de preparo do solo, plantio e cultivo." (15)*

#### 4. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Para uma melhor caracterização das pequenas unidades produtivas, busca-se dimensionar a composição do capital agrário que as integra; o aporte deste dará a real medida do peso deste segmento produtivo na economia, assim como, a sua participação na repartição da mais-valia social, partindo do princípio de que esta subdivisão é uma relação social que reflete o embate das diferentes formas de capital pela sua crescente captação. Processo explicitado por Marx na citação a seguir:

*"Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recebem os valores de capital consumidos para reproduzi-las, mas, a mais-valia (lucro) que colhem não é a gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias e sim a que cabe a cada parte ali quota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro) global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos..." (16).*

Então quanto maior a composição orgânica do capital maior a capacidade de atrair a mais-valia social gerada pelo conjunto do capital explorador do trabalho produtivo, dentre os quais se enquadra o executado nas pequenas unidades produtivas agrícolas. Para efeito de comparação se trabalhará inicialmente com o volume de capital, análise que incluirá o montante do capital fundiário, forma que não fará parte da variável em apreço, pois não é fruto do trabalho.

(15) José H. ACCARINI, *Economia Rural e Desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*, p. 109.

(16) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. IV, p. 180.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

FORMAS DE CAPITAL (Cr\$ 1,00)	A G R O S S I S T E M A S					
	MONOCULTURA CACAU/EIRA	DIV. CACAU/ PECUÁRIA	EXTREMO SUL	TABULEIROS DE VALENÇA	MÉDIAS AGROSSIST.	MÉDIAS REGIONAL
CAPITAL FUNDIÁRIO	312.000	241.000	687.000	347.000	397.000	6.670.000
CAPITAL AGRÁRIO	1.749.000	1.256.000	1.494.000	1.028.000	1.382.000	7.401.000
CAPITAL VARIÁVEL	325.000	237.000	309.000	322.000	302.000	1.016.000
CAPITAL TRABALHO	1.147.000	857.000	843.000	519.000	836.000	5.008.000
INFRA-ESTRUTURA	513.000	326.000	495.000	450.000	456.000	1.277.000
MÁQUINAS E EQUIPA- MENTOS	35.000	2.419	49.703	15.238	25.590	275.000
ANIMAIS	53.000	71.000	102.000	22.000	64.000	714.000
INSUMOS	1.329	-	4.822	22.000	7.485	127.000

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990 e Programação DEPEX - 1986.

No que se refere ao capital fundiário, isto é, o montante de capital empatado em terras, em média o valor de cada unidade familiar situa-se em torno de Cr\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil cruzeiros), o qual oscila entre os agrossistemas de acordo com o tamanho médio das glebas e do preço da terra em cada um deles, cuja amplitude situa-se entre Cr\$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil cruzeiros) e Cr\$ 687.000,00 (seiscentos e oitenta e sete mil cruzeiros). Valores pouco expressivos se comparados com a média de Cr\$ 6.670.000,00 (seis milhões, seiscentos e setenta mil cruzeiros) atingida pelo universo das empresas do espaço em estudo, as quais mostram um capital fundiário 17 vezes superior ao das pequenas unidades produtivas<sup>(17)</sup>.

O capital constante e o capital variável aportados às unidades familiares oportunizam o cálculo da composição orgânica do capital neste segmento produtivo. A quantificação do capital agrícola constará do valor das culturas perenes e temporárias, os efetivos de pecuária, a infra-estrutura, as máquinas e equipamentos e os insumos utilizados. Nestes pequenos estabelecimentos o capital agrícola aproxima-se de Cr\$ 1.382.000,00 (um milhão, trezentos e

(17) José LUCAS, S.O.S. *Homem do Campo*, p. 41-128; IDEM, *Capital Ilusão*, p. 105-112.

oitenta e dois mil cruzeiros) dos quais 60% correspondem ao valor das culturas perenes e temporárias, 33% à infra-estrutura, os demais são pouco expressivos. Vale ressaltar, porém, que os itens reveladores da modernização agrícola (máquinas, equipamentos e insumos modernos) são expressos por minguados 2% do capital.

Na média geral das empresas da região demarcada, estas formas de capital demonstram o seguinte quadro: o capital agrícola é 5,4 vezes superior ao das pesquisadas; com relação ao capital que dinamiza a produtividade do trabalho (acesso a insumos, máquinas e equipamentos) a sua superioridade é de 1.463%. O aporte de capital variável corresponde a 30% do despêndio pelas unidades familiares, indicativo do nível de produtividade do trabalho numa e noutra situação. Estes números dão uma idéia da reduzida expressividade das pequenas propriedades.

Nos quatro agrossistemas pesquisados, esta forma de capital se concentra mais na região cacauceira e no Extremo Sul, com Cr\$ 1.749.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil cruzeiros) e Cr\$ 1.494.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), respectivamente. A diversificação cacaupecuária capitaliza-se com Cr\$ 1.256.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) e os Tabuleiros de Valença com Cr\$ 1.028.000,00 (um milhão e vinte e oito mil cruzeiros), os quais têm em média 28% e 41% menos capital do que o maior deles, valores que apontam para o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada um dos espaços pesquisados. Fica patente também, que o capital agrícola é 348% superior ao fundiário, resultante do capital-trabalho incorporado à terra, diante do baixo índice de tecnificação observado.

O capital por empresa eleva-se com o crescimento dos estratos de área em termos de capital trabalho, capital imobilizado em insumos, infra-estrutura, animais, máquinas e equipamentos. Os es

tabelecimentos com menos de 5,0 ha possuem um patrimônio de Cr\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil cruzeiros), o das com mais de 30 ha monta a Cr\$ 3.184.000,00 (três milhões, cento e oitenta e quatro mil cruzeiros) e a média regional fica em Cr\$ 7.401.000,00 (sete milhões, quatrocentos e um mil cruzeiros). As unidades produtivas do maior estrato e as do polígono demarcado dispõem respectivamente de 405% e 942% mais capital do que as especificadas acima.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO ESTRATIFICADA DAS RELAÇÕES ENTRE AS FORMAS DE CAPITAL E UNIDADE PRODUTIVA

RELAÇÕES	E S T R A T O S					TOTAL	UNIVERSO DA REGIÃO
	≥ 5	6 a 10	11 a 20	21 a 30	< 30		
ÁREA DOS IMÓVEIS	304	833	1.140	1.090	2.185	5.552	5.376.937
ÁREA CULTIVADA	262	653	854	533	1.192	3.494	3.191.920
CAPITAL TRABALHO/EMPRESA (Cr\$ 1.000)	455	655	887	728	2.067	836	5.008
INSUMOS/EMPRESA (Cr\$ 1.000)	5,3	2,5	12,4	5,5	16,9	7,5	127
INFRA-ESTRUTURA/EMPRESA (Cr\$ 1.000)	306	363	535	425	865	456	1.277
MÁQ./EQUIPAM./EMPRESA (Cr\$ 1.000)	1,3	14,8	6,9	68,6	41,7	19,9	275
ANIMAIS/EMPRESA (Cr\$ 1.000)	19,2	54,5	52,7	68,2	193,0	63,8	741
CAPITAL/EMPRESA (Cr\$ 1.000)	786	1.090	1.494	1.296	3.184	1.383	7.401
CAPITAL/HA (Cr\$ 1.000)	196	124	98	50	55	81	78
CAPITAL/HA CULTIVADO (Cr\$ 1.000)	228	159	131	102	102	129	131

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990 e Relatório do DEPEX - 1986.

Efetivando-se a relação entre o capital agrícola aportado às propriedades censitadas no espaço delimitado pelo estudo e o das unidades familiares pesquisadas, observa-se que no geral o incremento situa-se em 535%, revela-se mais significativo nos fatores que afetam a produtividade do trabalho, a saber: insumos 1.693%, máquinas e equipamentos 1.382%. Diferenciais que se acen- tuam quando comparadas estas variáveis relativamente aos estabele- cimentos com menos de 20 ha - insumos 2.268%, máquinas e equipa-

mentos 4.297%.

Com relação ao capital aplicado por hectare cultivado averigua-se que este decresce dos estratos inferiores (menos de 5,0 ha) – Cr\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) – para os superiores (mais de 30 ha) – Cr\$ 102.000,00 (cento e dois mil cruzeiros). Circunstância provocada pela maior incorporação à terra em termos de culturas permanentes – cacau, café, cravo-da-índia, dendê, pastagens, etc – e por causa das inversões em infraestrutura – residências.

Em todos os agrossistemas o capital alocado por hectare de cresce das menores explorações para as maiores. A monocultura aparece com a melhor performance – Cr\$ 308.000,00 (trezentos e oito mil cruzeiros) para Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), seguido pela diversificação cacau-pecuária – Cr\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil cruzeiros) para Cr\$ 92.000,00 (noventa e dois mil cruzeiros), Tabuleiros de Valença – Cr\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil cruzeiros) para Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) e o Extremo Sul – Cr\$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil cruzeiros) para Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). O valor por hectare pelos agrossistemas conecta-se à maior ou menor presença de cultivares de ciclo longo.

A análise do capital aplicado por unidade de área (ha) dá a impressão de que a pequena produção é economicamente superior à grande. Ilusão provocada pela preponderância dos capitais que não interferem na produtividade social do trabalho – capitalizado como capital trabalho e infra-estrutura – os que poderiam dinamizá-la são pouco expressivos nas unidades familiares – investimentos em insumos, rações, medicamentos, máquinas, equipamentos, etc<sup>(18)</sup>.

<sup>(18)</sup> Louis PERCEVAL, *Com os Camponeses para uma Agricultura Moderna*, p. 9-126.

TABELA 4 - RELAÇÕES DA PROPRIEDADE CAMPONESA EM TERMOS DAS FORMAS DE CAPITAL COM O TRABALHO POR EMPRESA

RELAÇÕES	E S T R A T O S					TOTAL	UNIVERSO DA REGIÃO
	≥ 5	6 a 10	11 a 20	21 a 30	< 30		
POPULAÇÃO TRABALHADORA	278	350	293	169	167	1.257	488.143
ÁREA TRABALHADA (ha)	1,1	2,4	3,9	6,5	13,1	4,4	11,0
ÁREA CULTIVADA/TRABALHADOR (ha)	0,9	1,9	2,9	3,2	7,1	2,8	6,5
GRAU DE EFICIÊNCIA (%)	82	79	74	49	54	64	59
CAPITAL TRABALHO/TRABALHADOR (Cr\$ 1.000)	124	178	227	181	470	271	579
INSUMOS/TRABALHADOR (Cr\$ 1.000)	1,4	0,7	3,2	1,4	3,8	1,9	14,6
INFRA-ESTRUTURA/TRABALHADOR (Cr\$ 1.000)	84	98	137	106	197	118	148
MÁQ. EQUIP./TRABALHADOR (Cr\$ 1.000)	0,4	4,0	1,8	17,0	9,5	5,2	83,0
ANIMAIS/TRABALHADOR (Cr\$ 1.000)	215	296	382	322	724	359	855

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990 e Relatório do DEPEX - 1986.

Para efeito do estudo mais acurado da pequena produção camponesa, torna-se indispensável identificar as conexões do trabalho com a terra e o capital. Neste sentido ganha relevância a área cultivada por trabalhador, a qual no estrato com menos de 5,0 ha é expressa por 0,9 ha, evoluiu com o crescimento dos mesmos, atingindo 7,1 ha nas unidades pesquisadas com mais de 30,0 ha, perfazendo uma diferença de 789%. Estes números revelam o desnível da produtividade do trabalho entre os maiores e os menores estratos de área.

Complementa e sedimenta a análise, o comportamento ascendente do capital por trabalhador, quanto conectado ao tamanho da exploração agrícola, este em média no conjunto da região é 397% (Cr\$ 855.000,00 - oitocentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros) superior ao das menores unidades produtivas (Cr\$ 215.000,00 - duzentos e quinze mil cruzeiros). Desnível fortemente influenciado pelo capital investido em insumos, máquinas e equipamentos, que alcançam os índices de 1.048% e 8.000% respectivamente; fatores que concorrem para a elevação da produtividade social do trabalho.

Os dados registrados acima comprovam a real medida da produtividade do trabalho nas unidades familiares, ou seja, as mercadorias que produzem incorporam um grande desperdício de trabalho, fruto do maior esforço físico para gerá-las. Enquanto a renda auferida continuar suprindo a subsistência dos membros da unidade familiar, o camponês buscará o aumento da remuneração, mesmo com crescentes disparidades entre o custo social e o individual por eles praticado nas matérias-primas que produzem. Trata-se de trabalho que produz mercadorias que se realizam no mercado, sendo portanto socialmente necessário<sup>(19)</sup>.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO ESTRATIFICADA PELOS AGROSSISTEMAS DA RELAÇÃO DO CAPITAL COM A ÁREA, AS CULTURAS E O TRABALHO

ESTRATOS	A G R O S S I S T E M A S (Cr\$ 1.000)							
	MON. CACAUEIRA		DIV. CACAU-PECUÁRIA		EXTREMO SUL		TABULEIROS DE VALENÇA	
	CAP./HA CULTIV.	CAP./TRABALHADOR	CAP./HA CULTIV.	CAP./TRABALHADOR	CAP./HA CULTIV.	CAP./TRAB.	CAP./HA CULTIV.	CAP./TRABALHADOR
5	308	252	214	260	177	104	184	169
6 a 10	262	420	159	469	67	143	126	159
11 a 20	181	553	178	654	59	187	163	375
21 a 30	110	187	153	432	88	328	140	303
30	120	646	92	778	102	963	90	300
MÉDIA	200	419	166	416	87	377	139	250

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990

A pequena produção nos quatro agrossistemas, caracteriza-se por manifestar um gradativo decréscimo do capital por hectare cultivado dos menores estratos para os maiores. Este fenômeno adquire maior proeminência na monocultura cacauqueira Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), sucedida pela diversificação cacau-pecuária Cr\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil cruzeiros), Tabuleiros de Valença Cr\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil cruzeiros) e Extremo Sul Cr\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil cruzeiros).

(19) José Vicente dos SANTOS, *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, p. 25-134.

Motivado pelo aporte de capital trabalho à terra, agregado principalmente sob a forma de cultivos permanentes.

Entre os agrossistemas o capital aplicado por trabalhador aumenta com o porte da exploração agropecuária, resultante da maior produtividade do trabalho nas mesmas. O desempenho da monocultura cacaeira com Cr\$ 419.000,00 (quatrocentos e dezenove mil cruzeiros), assemelha-se aos Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros) da diversificação cacau-pecuária, mas revela-se 11% superior ao Extremo sul e 68% em relação aos Tabuleiros de Valença. Informações que apontam em cada espaço o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a maior ou menor presença do exército latente.

A composição da força de trabalho para a execução das tarefas nas pequenas unidades camponesas tem 83% do seu peso recaindo sobre os membros não remunerados da família; os homens representam 43%, as mulheres 25% e as crianças 15%. A mão-de-obra remunerada corresponde a 17%, sendo que os trabalhadores temporários são expressos por 8%, os permanentes por 1,5% e os membros da família por 7,5%. Os filhos, filhas, genros ou noras pagos pelos trabalhos que executam no estabelecimento, são corriqueiramente requisitados para os afazeres mais prementes, vendendo o restante do tempo para fora.

Cada unidade produtiva consome em média 776 diárias/ano, o que corresponde ao trabalho efetivo de três pessoas. Em princípio, parte-se da suposição de que o trabalho familiar está auferindo um valor semelhante ao salário mínimo<sup>(20)</sup>, como forma de dimensionar o capital variável que em tese eles deveriam pagar, caso se constituíssem em explorações especificamente capitalistas, este dispêndio, com base em tal suposição, situa-se em Cr\$ 302.000,00 (trezen

---

(20) Com base no salário mínimo de agosto de 1990, correspondente a Cr\$ 6.032,28 (seis mil, trinta e dois cruzeiros e vinte e oito centavos).

tos e dois mil cruzeiros) anualmente.

Os estratos de até 20 ha comportam 73% das unidades familiares, das quais 44% recorrem à venda de força de trabalho para terceiros, a fim de continuarem se reproduzindo como agricultores. Pais e/ou membros da família compreendidos no limite especificado são os responsáveis por 85% da procura de trabalho fora. Pelo exposto constata-se que a venda de trabalho para outros estabelecimentos é mais intensivamente buscada pela população obreira das minúsculas propriedades. A situação enfocada dá indícios do maior ou menor encaminhamento para a expropriação.

Potencialmente observa-se que entre os agrossistemas, aqueles que detêm a maior disponibilidade de trabalho é o Extremo Sul, com 884 dias/ano, seguido pela monocultura cacauceira (853 dias), Tabuleiros de Valença (740 dias) e diversificação cacaupecuária (553 dias). Vale ressaltar que os últimos agrossistemas são os que mais vendem força de trabalho familiar para fora, com 16 e 12% cada um respectivamente; o assalariamento nos outros dois atinge para o primeiro 5% e o segundo 7%. Indicador que revela o estágio de desenvolvimento das forças produtivas nos mesmos. Graziano formula a luta pela continuidade da pequena produção nos termos abaixo:

*"...A maior produção por unidade de área nas pequenas propriedades se faz às custas do aumento da quantidade absoluta de trabalho empregado através da maior utilização do trabalho do proprietário e dos membros não remunerados de sua família. É o proprietário produtor e sua família que prolongam a sua jornada de trabalho de modo a compensar a pequena área de terra que possuem, para dela tentar extrair a sua sobrevivência. Em outras palavras, a maior produção por unidade de área nas pequenas propriedades significa um aumento da exploração do pequeno produtor e de sua família e não um aumento da produtividade do seu trabalho." (21).*

O fator que evidencia no sistema capitalista a apropriação da mais-valia social, é a formação dos preços com base nos preços de custo praticados em cada ramo de atividade, equalizados através

(21) José Graziano da SILVA (Coord.) et al, *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, p. 72.

da perequação da taxa de lucro, os quais têm por função determinante a composição orgânica do capital<sup>(22)</sup>. Nos estratos em que foi subdividida a população pesquisada as despesas por hectare cultivado – remuneração do trabalho familiar, compra de força de trabalho, aquisição de insumos, conservação da infra-estrutura (3,3%) e manutenção das máquinas e equipamentos (10%) – reduzem-se com o seu tamanho, tomando como referência as unidades familiares com área inferior a 5,0 ha (Cr\$ 74.000,00/ha), observam-se os seguintes desníveis: 6 a 10 ha - 49%, 11 a 20 ha - 64%, 21 a 30 ha - 68% e mais de 30 ha - 84%.

No conjunto das pequenas propriedades estudadas o custo para produzir é 77% superior à receita obtida com a comercialização das mercadorias geradas e a força de trabalho para fora. O universo da região demarcada apresenta um custo por hectare de Cr\$ 16.000,00 (dezesesseis mil cruzeiros), que propiciam Cr\$ 19.000,00 (dezenove mil cruzeiros) de renda; enquanto os estabelecimentos investigados despendem Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros) para auferirem tão-somente Cr\$ 16.000,00 (dezesesseis mil cruzeiros). Em termos de quantidade de produto extraído, cada tonelada no polígono delimitado custa o desembolso de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), com o retorno situando-se em Cr\$ 19.000,00 (dezenove mil cruzeiros); entre os produtores familiares o dispêndio ascende a Cr\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil cruzeiros), conseguindo apenas Cr\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros).

Os custos de produção nas unidades camponesas têm o peso mais significativo no valor que caberia à mão-de-obra familiar não remunerada (88%), a compra de força de trabalho provoca um ônus de 4%, a conservação da infra-estrutura, a manutenção de máquinas e equipamentos 6% e a aquisição dos insumos 2%. O suposto assalariamento da família é mais intensivo nas menores propriedades (93%).

<sup>(22)</sup> Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. IV, p. 29-234.

Constata-se que 91% da receita são provenientes do intercâmbio dos produtos agropecuários e 9% resultam da venda de trabalho para terceiros. Compra ou venda de força de trabalho pelos pequenos produtores manifestam trajetórias opostas, enquanto a procura ascende com o tamanho da unidade produtiva, a oferta revela o comportamento inverso.

O exame dos agrossistemas demonstra que a monocultura cacueira gasta Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros) para produzir uma tonelada de mercadorias, obtendo uma receita 60% inferior; a diversificação cacau-pécuária despense Cr\$ 78.000,00 (setenta e oito mil cruzeiros) e auferir 53% a menos; no Extremo Sul a despesa situa-se em Cr\$ 33.000,00 (trinta e três mil cruzeiros), apurando 65% deste valor; os Tabuleiros de Valença consomem Cr\$48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros) para arrecadar uma importância 153% mais baixa. Estas informações aferem que o grau de extração do sobretrabalho difere de um espaço para outro, fruto dos desníveis de produtividade conseguidos nas cultivares que exploram.

No modo de produção capitalista o artificio para a extração da mais-valia social baseia-se na transmutação do valor em preços. Quando o custo individual de produção é inferior ao social a unidade produtiva forma um preço capaz de captar excedentes. Em caso de serem superiores ao social, como o constatado entre os produtores familiares, o preço equalizado fica menor do que o custo de produção e conseqüentemente consolida a transferência do sobretrabalho camponês para os ramos mais capitalizados. Portanto, estas averiguações corroboram a tese de que os pequenos estabelecimentos não têm acesso ao lucro médio, a superioridade do preço de produção em relação ao preço de mercado retira-lhes a condição de apropriarem-se da renda da terra; estes ainda transferem para o conjunto da mais-valia social o valor que ultrapassa a sub-remuneração do trabalho familiar<sup>(23)</sup>.

(23) IDEM, *O Capital: crítica da economia política*, v. VI, p. 860-886.

Para efeito do cálculo da composição orgânica do capital, procura-se apresentá-la de forma fracionada de acordo com os componentes que integram o capital constante. Com relação ao conjunto do capital, esta é igual a 4,6; considerando-se a referente ao capital-trabalho incorporado à terra, desde quando o camponês assumiu a propriedade situa-se em 2,8. Os efetivos de pecuária somam 0,2, para os bovinos e os animais de serviço. A infra-estrutura contribui com 1,5, sendo 1,3 imputada à social e 0,2 para as instalações de beneficiamento. As máquinas e os equipamentos participam com 0,1 e a dos insumos agrícolas é praticamente insignificante. A categoria composição orgânica do capital e a lei tendencial da queda da taxa de lucro foram conceituadas por Marx como o exposto nos textos abaixo:

*"A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo o capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados..." (24).*

*"O aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência queda gradual na taxa de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital." (25).*

A subdivisão acima enfocada, demonstra que o capital aplicado nas pequenas unidades produtivas que poderia promover o avanço das forças produtivas e a consequente substituição de trabalho por capital, apresenta uma baixíssima composição orgânica que certamente não interferiu na produtividade do trabalho, o que os coloca à margem da captação da mais-valia social. A composição mais expressiva resulta do acúmulo de capital-trabalho, mas que não tem capacidade de transformar os processos de trabalho, mesmo em situações de disponibilidade de terras e mão-de-obra, estes recursos te

(24) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. II, p. 712-713.

(25) IDEM, *O Capital: crítica da economia política*, v. IV, p. 242.

rão que permanecer ociosos ou buscar outras formas de utilização corriqueiramente danosas ao futuro da pequena produção, pois ambos são sub-remunerados em termos de produtividade social do trabalho.

As atividades agrícolas das pequenas unidades familiares camponesas são conduzidas com baixíssima produtividade do trabalho, ou seja, incorporam mais trabalho vivo às mercadorias que produzem, nas quais o peso dos dispêndios com mão-de-obra prepondera sobre os outros meios de produção, mais especificamente aqueles que determinam a lógica da acumulação capitalista — máquinas, equipamentos, insumos, sementes selecionadas, produtos veterinários, melhoramento animal, etc. Fato que coloca este segmento social à margem da captação da mais-valia, em razão de o valor individual das suas mercadorias ser bem superior ao social equalizado pela economia, causado pelo acentuado desnível de produtividade em relação aos demais setores, processo que consubstancia a transferência do sobretrabalho camponês.

De maneira geral o estado de depauperamento das unidades familiares decresce com o porte da terra que possuem, isto é, as probabilidades de expropriação são mais esperadas entre as menores glebas, já as possibilidades de diferenciação aumentam com o tamanho da exploração agropecuária. A perspectiva de sair da sub-remuneração do trabalho, para a recepção do trabalho necessário e até a captação de parte do lucro médio e/ou da renda fundiária — propiciando-lhes meios para reter alguns fundos de acumulação — evolui gradativamente com a superfície territorial aliado à melhor produtividade do trabalho.

## CAPÍTULO - IV

## PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AO CAPITAL

## 1. OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL

A inserção da agropecuária da Região Litoral Sul à lógica da acumulação capitalista efetiva-se a partir dos anos 60, como parte do projeto de modernização conservadora<sup>(1)</sup> engendrado pelas elites, que propugnava a conexão da agricultura ao complexo agroindustrial<sup>(2)</sup>, com o fim de torná-la absorvedora dos insumos produzidos pelas indústrias situadas a montante e fornecedora de matérias-primas às localizadas a jusante. As alianças que idealizaram este modelo tinham por objetivo não explicitado, desestruturar a organização dos segmentos sociais que reivindicavam o acesso à terra aos que haviam sido expropriados deste bem de produção e, conseqüentemente, tranquilizar o grande capital agrário. Crzybowski enfoca a modernização com a seguinte conotação:

*"O processo de modernização da produção agrícola foi seletivo em termos de produtos, regiões do Brasil e classes de produtores. Houve uma grande expansão da produção, mas de forma extremamente desigual. Tradicionais culturas alimentares estagnaram ou foram substituídas por culturas mais rentáveis e pela pecuária extensiva. A desigual-*

(1) José Graziano da SILVA, *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, p. 114-176.

(2) Bernard SORJ, *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, p. 29-67; Bernard SORJ, Malori J. POMPERMAYER e Odacir L. CORADINI, *Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*, p. 13-43; Geraldo MULLER, *O CAI de Carnes no Brasil*, p. 4-17; IDEM, *O CAI Brasileiro e as Transnacionais e o CAI Soja/Indústria das Oleaginosas*, p. 3-62.

*dade deste capitalismo se manifestou sobretudo ao nível dos produtores, devido à diversidade de condição para obter financiamente subsidiado, a adquirir máquinas, equipamentos, insumos e aumentar a produtividade. Na verdade, a modernização agrícola se articulou com a estrutura agrária e de poder existentes no campo, potencializando diferentemente os produtores, elegendo uns, excluindo outros." (3).*

O papel do Estado na região em estudo foi assumido pela CEPLAC, a qual foi organizada de maneira a implementar com eficiência as políticas delineadas para a agricultura de forma a propiciar os meios necessários à dinâmica capitalista. Esta instituição intermediou o movimento do grande capital agrário, industrial (fabricantes de insumos, máquinas, equipamentos, etc.), bancário (liberação de crédito agrícola) e comercial (grupos exportadores nacionais e/ou internacionais) na captação das benesses embutidas nos subsídios e estímulos governamentais, que propiciaram à burguesia a histórica apropriação dos recursos sociais, pois assim se constituiu o enriquecimento privado da classe dominante.

Interessa, agora, captar a vinculação dos pequenos produtores às diferentes formas de capital, partindo do princípio de que estas são as responsáveis pela extração do sobretabalho gerado por este grupo social. Assertiva que poderá ser confirmada ou negada com o decorrer das análises dos fenômenos revelados pela população alvo da pesquisa.

### 1.1. TECNIFICAÇÃO DA AGROPECUÁRIA

Tenta-se captar a vinculação das unidades familiares com o capital industrial, buscando dimensionar o peso que esta forma de capital representa na modernização desencadeada nestas propriedades, o direcionamento dos investimentos em relação ao capital constante e variável e os reflexos sobre a produtividade social do trabalho.

(3) Cândido GRZYBOWSKI, *Política Agrícola e Reforma Agrária: subsídios ao programa do PT*, p. 176.

TABELA 6 - DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS POR AGROSSISTEMA

	A G R O S S I S T E M A				MÉDIAS
	MONOCULTURA CACAUZEIRA	DIV. CACAU/ PECUÁRIA	EXTREMO SUL	TABULEIROS DE VALENÇA	
ADUBOS	446	-	3.137	16.898	5.434
INSETICIDAS	759	-	901	3.650	1.404
CORRETIVOS/MEDICAMENTOS/ HERBICIDAS	203	-	743	3.579	1.201
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.506	242	4.970	1.524	2.828
AJUDA AOS FILHOS	1.575	1.484	941	1.643	1.411
CONSUMO ALIMENTAR	84.415	90.182	101.508	105.492	95.399
COMPRA DE FORÇA DE TRABALHO	9.096	12.644	14.406	10.450	11.649
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>104.552</b>	<b>126.606</b>	<b>143.236</b>	<b>118.599</b>

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990

Com relação ao uso de fertilizantes químicos, observa-se que apenas 17% das pequenas unidades camponesas aplicam o adubo na área correspondente a 34% da cobertura com cultivos permanentes e temporários, em cada estabelecimento. A adoção desta prática direciona-se para as cultivares geradoras de produtos voltados para a exportação, principalmente para a cacauicultura que representa 51% das lavouras. A decisão do produtor em expandir, reduzir ou modernizar a área de plantio é fortemente influenciada pelos preços compensadores obtidos pelo produto no mercado.

O nível de tecnificação da produção familiar avalia-se ao constatar-se que o consumo de fertilizantes é de 210 kg/ha e o de inseticidas 2,0 kg/ha, os quais representam pouco mais de 10% e 16% respectivamente da quantidade aplicada pelas empresas agrícolas que modernizam. O uso de fungicidas, herbicidas, rações e medicamentos é praticamente insignificante. O grau deste incipiente aporte de insumos eleva-se com o aumento dos estratos de área.

As unidades camponesas despendem com adubo a soma de Cr\$ 5.434,00 (cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros) por unidade produtiva, as capitalistas gastam em média

Cr\$ 260.604,00 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e quatro cruzeiros), portanto, os pequenos têm uma despesa que corresponde a 25% da dos grandes, percentual constatado também em relação à área adubada.

Os inseticidas são regularmente aplicados às culturas de 8% das pequenas propriedades, 58% recorrem de vez em quando a este insumo e 25% nunca o usaram. O valor investido monta em média a Cr\$ 1.404,00 (um, quatrocentos e quatro cruzeiros), confrontando-se aos Cr\$ 69.924,00 (sessenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros) gastos pelos grandes fazendeiros, representam 2,0%. As pragas causam significativos estragos às culturas, reduzindo a produtividade a níveis baixíssimos. Os prejuízos e as agressões provocadas pelo combate químico à saúde humana e ao meio ambiente, seriam sanadas caso os produtores conhecessem e aplicassem os métodos de combate biológico ou integrado.

Muito poucos recorrem aos herbicidas, fungicidas, cálcario, rações e medicamentos para o controle das ervas daninhas, das doenças, a correção dos solos, o aração e a sanidade animal. Estas práticas demandam em média um montante de Cr\$ 1.201,00 (um mil, duzentos e um cruzeiros) por estabelecimento camponês; comparando-se ao conjunto das grandes propriedades, observa-se que cada um despense Cr\$ 124.965,00 (cento e vinte e quatromil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros), superando em 10.405% o constatado nas unidades familiares.

A introdução de máquinas e equipamentos no processo produtivo, desencadeado pelas pequenas propriedades, incorpora, principalmente, os pulverizadores manuais e motorizados para a aplicação dos defensivos agrícolas em 14% dos estabelecimentos. Para o beneficiamento artesanal da produção, verifica-se a presença dos motores para as casas de farinha, complementada pelas prensas e balanças em 11% dos imóveis. A fermentação e a secagem rudimenta-

res do cacau são feitas por 22% dos lavradores. Tratores, arados e camionetes detectam-se em 0,3% das unidades camponesas; componentes que mais fortemente, interferem na produtividade do trabalho e agilizam a circulação das mercadorias. Mas pelo peso que representam, pouco interferem para o incremento das variáveis abordadas. Loureiro justifica a baixa produtividade das unidades camponesas argumentando o seguinte:

*"A mais baixa produtividade da pequena produção explica-se pela ausência de capital (materializado em máquinas e equipamentos agrícolas) que lhe permitisse potenciar o trabalho humano e, portanto, extrair mais-valia de cada trabalhador..." (4).*

O capital investido em máquinas e equipamentos nas pequenas unidades familiares situa-se em Cr\$ 2.828,00 (dois mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros), reduzidíssimo se comparado ao que supostamente teriam que desembolsar com a compra de força de trabalho, valor que se mostra 107 vezes superior, o que demonstra o baixo grau de capitalização destes lavradores. Deste instrumental, 53% estão em estado de conservação regular para ruim, o que exigirá a sua substituição no curto e médio prazos, sem se considerar a sua obsolescência tecnológica<sup>(5)</sup>.

Os pequenos produtores não se beneficiam dos ganhos de produtividade decorrentes do melhoramento genético do rebanho, os mesmos não têm acesso até mesmo às tecnologias mais corriqueiras. A pecuária é explorada com maior intensidade em 4,2% (2,1% corte, 1,5% leite e 0,6% misto) das propriedades, a população bovina por unidade atinge 29 cabeças para corte e 36 para leite (engloba todos os sexos e faixas etárias). Neste grupo melhora a qualidade e a divisão das pastagens, fazem com certa regularidade a mineralização e o uso de medicamentos, em casos de debilidade em algum animal recorrem ao arraçamento. É inexpressiva a presença de máqui-

(4) Maria R.G. LOUREIRO, *Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*, p. 37.

(5) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. I, p. 423-476.

nas e equipamentos direcionados para a modificação dos processos de trabalho, com vistas ao aumento da produtividade social.

## 1.2. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Desde a pré-história da humanidade que o homem se relaciona com os seus semelhantes através de alguma forma de intercâmbio de mercadorias, a qual se dinamizou com a evolução, sendo no capitalismo que esta ganha maior abrangência, rompe com o localismo e difunde-se ao nível mundial, além de incluir, entre as mesmas, a força de trabalho — a substância geradora da riqueza — que dá a este modo de produzir uma conotação fetichizada de liberdade e igualdade entre detentores dos meios de produção e os despossuídos. Busca-se captar o grau de interação da pequena produção com os diferentes agentes de comercialização, ou seja, como o capital comercial se relaciona com estes lavradores para aquisição dos gêneros por eles produzidos.

A atuação dos agentes comerciais diretamente ligados ao grande capital restringe-se, praticamente, à compra do cacau concentrando-se nos agrossistemas monocultura cacaueteira com 75% e Extremo Sul com 25%, em razão de apresentarem um grau mais elevado de desenvolvimento das forças produtivas e, no caso específico de Itamaraju, esta constatação deve-se ao fato de este município contribuir com uma expressiva produção de cacau. Os demais agentes não revelam grandes diferenciais nos quatro agrossistemas, pela uniformidade na sua distribuição ou pelo pouco peso no conjunto da comercialização<sup>(6)</sup>.

Com respeito à venda da produção verifica-se que as unidades familiares transacionam com uma grande diversidade de agentes

---

(6) Delma Pessanha NEVES, *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, p. 55-133.

comerciais: destacam-se os intermediários e agentes de grandes conglomerados multinacionais representados por 64% e 22% respectivamente, as cooperativas e os comerciantes são expressos pelo mesmo percentual de 5,5%, nas feiras livres vendem 2% e aos bodegueiros 1%. Constata-se que o capital comercial toma diferentes formas, os 5,5% do capital cooperativo fica subsumido ao grande capital nacional e internacional, o capital comercial multinacional (intermediários e agentes comerciais) domina o mercado adquirindo 86% dos produtos agrícolas e finalmente os 8,5% do mais atrasado (comerciantes, feirantes e bodegueiros) margeia a produção.

A penetração das formas mais evoluídas do capital comercial historicamente substituiu, transformou, relegou ou deslocou os mais atrasados para atividades ou regiões menos capitalizadas. Prevaleceram o capital comercial mais dinâmico e o cooperativo, os quais alimentam um confronto que favoreceu ao primeiro, pois o mesmo já se instala com um altíssimo grau de concentração e centralização, limitando a concorrência do seu co-irmão mais fraco, sendo até mesmo subsumido pelo grande capital, para o qual funciona como um intermediário especial. Essa transmutação do capital mercantil em capital produtivo é assim explicada por Marx e Santos:

*"Na produção capitalista, o capital mercantil deixa a antiga existência soberana para ser um elemento particular do investimento de capital, e o nivelamento dos lucros reduz sua taxa de lucro à média geral. Passa a funcionar como agente do capital produtivo." (7).*

*"...Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital.(...) Nela vão-se constituir também as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista." (8).*

Os produtores familiares (75%) internalizam a concepção de que acompanham a evolução dos preços dos produtos no mercado, os

(7) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. V, p. 377.

(8) José Vicente Tavares dos SANTOS, *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, p. 120.

quais desconectam-se da realidade dos custos de produção efetivos nestas unidades produtivas, mas ditados pelo grande capital que controla a fase do ciclo correspondente à comercialização, ou seja, no que diz respeito à realização das mercadorias. Para manter os preços dos produtos de exportação baixos, a burguesia recorre à falácia da superprodução, com o intuito de esconder a dominação<sup>(9)</sup> que o capital imperialista impõe, pois não se identifica nenhum fenômeno que leve a caracterizar a crise nestes termos, a saber: o entravamento do processo produtivo, rigor da classificação e dificuldades na venda dos produtos.

A política dos monopólios consiste em formar estoques estratégicos que lhes possibilitem controlar a produção e os preços das matérias-primas geradas pelos países do Terceiro Mundo. Este estoque lhes permite a margem de manobra para a manutenção do volume de transformação em patamares que propiciam uma lucratividade excitante ao capital. Quando fica comprometida a capacidade de beneficiamento por falta de produto, os monopólios oferecem preços estimulantes que induzem os produtores a tecnificarem e/ou ampliarem mais as áreas cultivadas. Quando a produção se encaminha para a superprodução reduzem os preços, mantendo-os oscilantes de acordo com o comportamento da produção. Martins e Singer assim abordam estas questões:

*"...A fixação dos preços agrícolas não passa pela lógica da reprodução ampliada do capital na própria agricultura, mas pela lógica da reprodução do capital na indústria..."* (10).

*"Finalmente, é preciso notar que os capitais monopólicos tendem a dominar os mercados em que vendem e os mercados em que se suprem, administrando os preços que cobram e os que pagam e planejando suas inversões, tendo em vista mudanças futuras de processos produtivos e lançamento futuro de novos produtos..."* (11)

O desconhecimento pelos produtores com relação ao sistema

(9) Eduardo GALEANO, *As Veias Abertas da América Latina*, p. 223-281.

(10) José de Souza MARTINS, *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*, p. 132.

(11) Paul SINGER, *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*, p. 75.

de formação dos preços que recebem, como resultado de um processo de dominação engendrado pelo capital, é demonstrado quando 62% destes reconhecem que auferem os preços de mercado, 24% acham que são inferiores e 10% têm a percepção de que são determinados pelo comprador. Poucos se apercebem das nuances que mistificam a formação dos preços, uma relação social que revela a força dos capitais no embate pela extração do excedente.

A forma de venda do produto mostra o atrelamento das unidades familiares ao capital comercial. 75% recebem o recurso contra entrega do produto, 8,5% recebem um adiantamento em dinheiro para posterior entrega do produto, neste caso consubstancia-se uma relação de dependência que desfavorece o produtor, pois implica a cobrança de juros extorsivos ou achatamento no preço final. O adiantamento com a entrega do produto para posterior negociação do preço é praticado por 7,5% dos produtores, modalidade que exige o atrelamento das partes na medida em que o comprador, com a retenção do produto, tem a garantia para o recurso antecipado e segurança na cobrança dos juros do período enquanto não se efetivar o ajuste.

A entrega do produto para posterior recepção do recurso é realizada por 4%, a vinculação efetiva-se pelo ângulo da armazenagem, que poderá ou não ter seu custo abatido no preço, nesta situação o lavrador expõe-se às oscilações do mercado. À venda na "flor" ou na "folha" recorrem 3% dos agricultores, Neste acerto, o produtor recebe os recursos enquanto o produto ainda está sendo gerado pelas plantas, trata-se da forma de venda mais escorchante e que exige uma maior submissão do produtor, os preços são determinados pelo comprador e o vendedor termina sempre endividado em consequência dos exorbitantes juros, podendo levá-los a ter que se desfazerem da propriedade para saldar os débitos. Apenas 1% vende as suas mercadorias diretamente nas feiras locais, o qual dis-

põe de parcas produções e faz desta atividade o meio de aumentar a reduzida renda gerada pela unidade produtiva.

Nos Tabuleiros de Valença 1% dos pequenos produtores tem os seus rendimentos externos pagos em produto, relação de troca adotada pelos comerciantes menos capitalizados e que mais diretamente se ligam a este conjunto social. Os demais agrossistemas estudados não revelam a existência deste tipo de relação, ou seja, o dinheiro intermedia as trocas. O arrendamento é buscado por 0,9% dos produtores familiares, em 0,6% dos casos o pagamento é feito em produto (renda produto) na modalidade da terça parte e 0,3% em prestação de serviços (renda trabalho)<sup>(12)</sup>, fornecendo ao dono da terra três dias por semana. Trata-se de relações pré-capitalistas, reproduzidas em regiões onde as forças produtivas apresentam um menor dinamismo.

## 2. FONTES DE DESPESAS

O domínio do capital financeiro sobre as demais formas de capital ganha corpo no último quartel do século XIX<sup>(13)</sup>, quando as potências imperialistas passam a controlar os países do Terceiro Mundo através do endividamento sem, contudo, deixar de utilizar o tradicional intercâmbio de mercadorias, redimensionando-o às novas exigências do capital, pois ambos os processos articulam-se para a ampliação da dinâmica da acumulação capitalista.

A agricultura brasileira atrela-se com maior intensidade ao capital financeiro<sup>(14)</sup> a partir dos anos 60, como componente que viabilizaria a sua vinculação ao capital industrial, tornando-a absorvedora dos insumos modernos e fornecedora de matérias-

(12) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. IV, p. 905-913.

(13) Vladimir Ilich LENNIN, *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, p. 46-97.

(14) Guilherme C. DELGADO, *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, p. 115-228.

primas agroindustriais. Cabia ao setor primário um papel relevante na geração de excedentes acumuláveis, secundário, entretanto, em relação à apropriação da mais-valia social.

## 2.1. CRÉDITO RURAL

O acesso das unidades camponesas ao crédito agrícola para investimento revela que, 8% destas de vez em quando, tomaram empréstimos para esta finalidade, 9% raramente recorreram aos agentes financeiros e 83% nunca buscaram recursos externos. Com respeito ao crédito para custeio, constata-se que 2,5% dos pequenos produtores o procuraram regularmente, 16% de vez em quando, 13% raramente e 68% nunca captaram estes recursos. A maioria foi impossibilitada por razões culturais, legais e pelo temor de não poderem saldar os empréstimos tomados, o que poderia levá-los à perda da terra para honrar os compromissos assumidos.

Pelo exposto, observa-se que a grande massa dos produtores familiares nunca conseguiu tomar empréstimos, portanto, poucos se beneficiaram dos subsídios embutidos nos juros, os quais se situavam bem abaixo dos praticados pelo mercado e os saldos não eram corrigidos pelo índice inflacionário, que cronicamente tem alimentado os setores monopolizados da economia brasileira. Os poucos que captaram estes recursos, fizeram-no de maneira aleatória para pequenos investimentos (casas, pequenos plantios, casas de farinha, etc.) e para o custeio da minguada produção. A citação de Ferreira, exposta abaixo, enfoca as consequências do crédito no meio rural:

*"...A política de crédito teve resultado direto na valorização da terra e, conseqüentemente, num estímulo à liberação dos proprietários daquelas parcelas que, sendo muito pequenas, e com baixa produtividade, apresentavam uma produção insuficiente, pelo menos em termos do valor e da renda que gerava para seus proprietários. Estes passaram então, a ter um estímulo para se desfazer da terra dado seu preço elevado. Para os pequenos produtores que tiveram acesso ao crédito e chegaram a incorporar tecnologia moderna, a pequena elevação da produtividade física das culturas dela resultante, aliada ao sistema*

de comercialização desigual e deficitário, ao controle dos preços dos produtos e ao endividamento crônico a que o crédito conduz, levou-os a também se capitalizarem: ao contrário, estes mecanismos de política econômica conduziram a uma estreita subordinação da pequena produção ao grande capital, levando-a a mal conseguir garantir a sua sobrevivência, na forma do sustento do pequeno produtor e sua família..." (15).

A despeito de os pequenos produtores auto-declararem-se dirigentes do estabelecimento, não utilizam qualquer tipo de controle formalizado, algumas informações mais recentes são lembradas por um ou outro membro da família. Nestes termos torna-se difícil de resgatar os controles de receitas, despesas, valor dos empréstimos, etc., a grande maioria desconhece o montante de crédito, assim como prazos de pagamento e os juros cobrados.

A responsabilidade pelo direcionamento e orientação do crédito agrícola na Região Litoral Sul coube à CEPLAC, este organismo em 1986 assistia 41% dos estabelecimentos dispersos pela área pesquisada; destes, 88% dedicam-se à exploração da cacauicultura voltada primordialmente para o mercado externo. Comprova-se, de imediato, que os serviços da extensão rural não atingem uma parte majoritária dos produtores, dentre os quais se destacam os pequenos camponeses persistentemente marginalizados e o privilegiamento de uma cultivar em detrimento da diversificação.

No que concerne aos financiamentos direcionados para o espaço estudado, observa-se que a cacauicultura absorve 97% dos valores liberados, se cada produtor fizesse apenas um contrato creditício, a sua abrangência se estenderia a 16% do universo de estabelecimentos em que se divide este polígono e 36% dos assistidos pela CEPLAC. O cultivo do cacauero, portanto, consome recursos preponderantemente superiores aos destinados às outras cultivares, denotando a distinção dos produtores voltados para o mercado externo<sup>(16)</sup>.

(15) Ângela D.D.FERREIRA, *Movimentos Sociais Rurais no Paraná, 1978-1982*, p. 14.

(16) CEPLAC, *Desempenho da Programação Anual do DEPEX - 1986 e 1989*.

Entre os 17% de unidades familiares a que se possibilitou o acesso ao crédito rural, averigua-se que 92,5% são preferencialmente produtores de cacau. Estas informações patenteiam o caráter discriminatório dos financiamentos agrícolas, até mesmo entre os pequenos campoenses, cuja seletividade recaiu sobre os agricultores capazes de modernizar os processos produtivos e os cultivos destinados ao intercâmbio com os países do Primeiro mundo para a geração de divisas.

O acesso dos produtores familiares ao crédito evolui com o tamanho do estabelecimento e guarda uma forte correlação com o grau de tecnificação. Apenas 14% dos produtores com menos de 5 ha foram contemplados com crédito rural, 6 a 10 ha - 28%, 11 a 20 ha - 44%, 21 a 30 ha - 62% e mais de 30 ha - 61%. Especificamente os recursos para custeio ou investimento foram captados por 54% e 12% dos imóveis respectivamente, 15% dos camponeses conseguiram financiamentos para ambas as finalidades. Quanto à periodicidade da procura de capital observa-se que 8% regularmente apelaram para os agentes financeiros, 41% de quando em vez e 51% raramente.

Para os pequenos produtores que obtiveram crédito agrícola subsidiado entre 1970 e 1988, 54% deles reconhecem que esta forma de capital foi muito importante para a sua melhoria econômica e social, 35% acham que foi importante e 11% definem-a como pouco importante. Se os poucos recursos creditícios subsidiados aos produtores familiares desencadearam tal percepção, afere-se que a adoção de uma política de crédito específica para este conjunto de produtores, certamente, auxiliaria-os a sair do estado de miserabilidade em que se encontram - pois propiciaria-lhes meios para a utilização mais adequada dos recursos ociosos à unidade familiar (terra e trabalho)

## 2.2. INSERÇÃO AO CAPITAL USURÁRIO

O capital usurário, normalmente, apresenta o seu maior dinamismo onde as forças produtivas sociais revelam um menor desenvolvimento. No espaço em estudo, os pequenos produtores que recorrem aos empréstimos particulares, atrelam-se a agiotas, comerciantes ou bodegueiros por reduzidas somas para fazer face às despesas mais prementes, para suprir as necessidades nos períodos de entressafra, nas adversidades e/ou infortúnios. Soares assim vê o papel desta forma de capital:

*"Não é arbitrário que os agentes capitalistas fundamentais presentes neste mercado ou nesta etapa do percurso circulatório das mercadorias sejam, basicamente, os capitais comercial e usurário. Estas formas antediluvianas de capital, que desempenharam o papel de pioneiro preparatório da transição ao sistema dominado pelo capital industrial, são compatíveis com a reprodução de formas não-capitalistas de produção, agem exteriormente em relação a elas, não penetram suas estruturas, nem se comprometem com sua transformação. Ao contrário são congruentes com a preservação e perpetuação das formas, digamos, tradicionais de produção, porque seu próprio ciclo reprodutivo não interfere na estrutura produtiva..." (17).*

De vez em quando ou raramente, 18,7% dos camponeses vinculam-se a essa forma de capital. No agrossistema monocultura de cacau 28% das unidades camponesas recorrem ao capital usurário, 24% nos Tabuleiros de Valença, 19% na diversificação cacau-pecuária e 7% no Extremo Sul. Este fenômeno não se explica tão-somente pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, também pela maior ou menor dependência em relação à comercialização da produção, o hiato ascende da diversificação para a monocultura, conectando com a abrangência de ciclo produtivo.

Os produtores com menos de 10 ha de área total são os que mais recorrem ao capital usurário (12%), ampliando até às terras com 20 ha o índice atinge 16% e somente 2,7% dos maiores produtores familiares buscam esta forma de capital. Entre os que procuram estes empréstimos a frequência revela que 2% o fazem regular-

(17) Luiz E. SOARES, *Campesinato: ideologia e política*, p. 184.

mente, de vez em quando 52% e raramente 46%. Portanto são os camponios com áreas diminutas que mais se atrelam a esta espoliadora forma de capital.

### 2.3. A POUPANÇA DOS PEQUENOS PRODUTORES

Para garantir uma velhice mais tranquila ou precaver-se de possíveis adversidades, o homem apela para acumular algumas economias na poupança. Dispõem de caderneta de poupança 5,6% dos produtores familiares retendo um saldo médio de Cr\$ 14.724,00 (quatorze mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros). No agrossistema diversificação cacau-pecuária, 1,2% dos pequenos produtores tem poupança com montantes bem superiores à média; os 4,3% que pouparam no Extremo Sul, possuem os menores depósitos; na região monocultora de cacau 5,1 dos camponeses economizaram valores um pouco superiores aos do conjunto do espaço pesquisado; 7,4% dos lavradores dispersos pelos Tabuleiros de Valença recolheram à poupança menos do que a média regional.

Pelo exposto, constata-se que poucos são os produtores familiares que dispõem de economias para depositá-las na poupança, os que o fizeram, juntaram um reduzido montante nesta conta. Os depósitos são feitos com certa regularidade por 3,4% dos camponeses, 35,6% fazem-no quando nas épocas de safra e 61% de vez em quando ou sempre que sobram algumas economias. A sistemática dos depósitos é um indicador que afere o afluxo de renda nas unidades familiares, como também aponta para a baixa capacidade de acumular deste conjunto de produtores.

Os recursos da poupança destinam-se em 39% dos casos para investir no estabelecimento, 29% objetivam o suprimento das necessidades básicas da família nas fases de paradeiro do ciclo produtivo, 16% têm por finalidade a educação dos filhos, 10% das economias são reservados para precaver-se da velhice e para a compra de

utensílios. Já a compra de casa na cidade e a ajuda na instalação dos filhos são contempladas com 6% da poupança.

#### 2.4. COMPRA DE FORÇA DE TRABALHO

A compra de força de trabalho permanente ou temporária por parte das unidades familiares, efetiva-se em 40% destas por um período de 127 dias/ano. No agrossistema monocultor de cacau e nos Tabuleiros de Valença 54% das pequenas propriedades assalariam mão-de-obra, na diversificação cacau-pecuária e no Extremo Sul o trabalho externo é buscado por 31% e 24% dos pequenos estabelecimentos respectivamente.

Em média, no conjunto da região, cada propriedade camponesa compradora despende Cr\$ 25.527,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e sete cruzeiros) anualmente. Os menores gastos com assalariamento são detectados na monocultura cacaueira (Cr\$ 17.109,00) e nos Tabuleiros de Valença (Cr\$19.506,00) intermediariamente aparece a diversificação cacau-pecuária (Cr\$ 35.632,00) e o maior peso detecta-se no Extremo Sul (Cr\$ 39.244,00). Com base nestas informações constata-se que os dois primeiros agrossistemas apresentam um potencial mais significativo de imóveis que procuram o assalariamento, com intensidade, porém, inferior à dos demais.

O maior número de estabelecimentos que assalariam na monocultura cacaueira e nos Tabuleiros de Valença conecta-se às maiores exigências de mão-de-obra do processo produtivo – lavouras temporárias e permanentes – principalmente para a colheita; tarefas que superam a capacidade de trabalho dos membros da família. As unidades produtivas dos agrossistemas – Extremo Sul e diversificação cacau-pecuária – que requerem um assalariamento mais concentrado, deve-se às características das suas explorações agropecuárias – que no conjunto empregam uma menor população trabalhadora, que reflete a sua maior flutuação na fase do ciclo produtivo que requi

sita mais trabalho (colheita).

A compra de força de trabalho cresce com o tamanho da propriedade, como também os dias requisitados por ano. Condição intimamente atrelada à dimensão dos cultivos permanentes (73%) — capital trabalho capitalizado. O grupo que esporadicamente assalaria corresponde a 26% dos produtores, os quais possuem em média 14 ha ocupados com espécies vegetais perenes; já os que necessitam comprar em alguns períodos (colheita) e vender-se em outros (entressafra) exploram em torno de 8 ha, ou seja, nestes estabelecimentos os membros da unidade familiar tornam-se em alguns períodos trabalhadores para o capital<sup>(18)</sup>.

Através da inserção da pequena produção ao mercado de trabalho, avalia-se o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o nível da divisão social do trabalho no seu interior, os quais revelam que, sazonalmente, uma parte recorre tenuemente a este mercado, principalmente para a execução das tarefas mais prementes, que suplantam a capacidade de trabalho dos membros da família (colheita, preparo de terreno, etc.). A maioria limita-se ao trabalho familiar e/ou incorpora-se a este mercado como vendedor de força de trabalho para outros proprietários rurais. Esta situação pode ser vista também como indicativa do estágio de diferenciação<sup>(19)</sup> entre os produtores familiares e o seu encaminhamento para o processo de expropriação.

## 2.5. AJUDA FINANCEIRA AOS FILHOS EMANCIPADOS

O vínculo entre pais e filhos, mesmo após a sua emancipação, não se efetiva tão-somente pela periodicidade das visitas — alguns mantêm laços mais fortes que consistem na ajuda financeira aos descendentes que se acham em situação econômica difícil,

(18) Maria de Nazaré B. WANDERLEY, *O Camponês: um trabalhador para o capital*, p. 50-72.

(19) Vladimir Ilich LENNIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, p. 35-214.

quando atingidos pelo desemprego ou acometidos de doenças, situações que comprometem a sua subsistência, à qual alguns progenitores acorrem em socorro aos filhos.

O desembolso da unidade familiar para ajudar os filhos que não mais vivem no imóvel é posta em prática por 15% dos lavradores. Detectando-se que este comportamento é mais corriqueiramente adotado pelos produtores da região monocultora (30%), seguidos pelos Tabuleiros de Valença (18%), pela diversificação cacau-pecuária (15%) e, com menor expressividade, pelo Extremo Sul (5%).

Com relação ao montante despendido para esta finalidade, observa-se que em média este situa-se em Cr\$ 7.780,00 (sete mil, setecentos e oitenta cruzeiros) por ano. A maior ajuda é dada pelos pequenos produtores localizados no agrossistema definido pela diversificação cacau-pecuária no valor de Cr\$ 10.220,00 (dez mil, duzentos e vinte cruzeiros), a monocultura dá, em média, uma ajuda de Cr\$ 6.550,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros), os Tabuleiros de Valença transferem Cr\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos cruzeiros) e o Extremo Sul Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros).

O valor das ajudas financeiras aos filhos amplia-se com o porte econômico — menos de 5 ha — Cr\$ 3.313,00, mais de 30 ha Cr\$ 9.271,00 — da unidade produtiva doadora; como também o número de beneficiários — até 5 ha — 11%, acima de 30 ha — 32% — por esta medida paterna. Averigua-se que nas pequenas propriedades que adotam este comportamento, 60% da progênie em idade de trabalhar sobrevive empregando-se fora do estabelecimento; quanto menor a gleba mais se acentua esta situação. A população em apreço exerce as profissões de operário rural (46%), empregada doméstica (16%), assalariado urbano (13%), comerciante, professor, contador, profissional liberal, etc.; os negócios que exigem mais capital e/ou capacidade são preferencialmente ocupados pela prole dos

camponeses que possuem maior área territorial.

Anualmente, estas contribuições representam apenas 1,3 salário-mínimo, o que retrata o baixíssimo valor destas doações e, a grosso modo, demonstram as minguadas disponibilidades monetárias dos produtores familiares. Situação que enfatiza a sua reduzida capacidade para acumular, ou seja, a estes praticamente não é dado o direito de apropriar-se dos frutos do seu trabalho, para fazer face a esta e a outras eventualidades.

## 2.6. DESPESAS COM CONSUMO

A composição da cesta de consumo e o dispêndio da unidade camponesa para a sua aquisição constituem-se em importantíssimos indicativos para aferir-se a inserção destas populações ao capital. A quantidade e a qualidade desta cesta de alimentos possibilita a análise das formas de reposição das forças para a execução dos trabalhos afetos à unidade produtiva e/ou para a sua venda como força de trabalho a terceiros.

**TABELA 7 - DESPESAS DE CONSUMO**

DESPESAS DE CONSUMO	A G R O S S I S T E M A				TOTAL
	MONOCULTURA CACAU/EIRA	DIV. CACAU/ PECUÁRIA	EXTREMO SUL	TABULEIROS DE VALENÇA	
DESPESA MENSAL	7.035	7.515	8.459	8.791	7.950
Nº DE CONSUMIDORES	5,7	4,2	6,4	5,5	5,6
DISPÊNDIO MÉDIO	1.234	1.789	1.322	1.598	1.420
% DOS ALIMENTOS NO GASTO					
. Energéticos	49	44	38	26	35
. Protéicos	51	56	62	74	65
% DOS ALIMENTOS NO PESO					
. Energéticos	73	74	66	62	63
. Protéicos	27	26	34	38	37

FONTE: Pesquisa de campo do autor - 1990.

Pelo que se observa, a despesa com consumo por unidade camponesa situa-se em Cr\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) mensais, para o suprimento de 5,6 pessoas, as quais de

mandam um custo por membro da família de Cr\$ 1.420,00 (um mil, quatrocentos e vinte cruzeiros). O menor gasto individual é registrado no agrossistema monocultor, sendo 12% inferior à média regional e o maior detecta-se nos Tabuleiros de Valença com 11% acima da média, estes dois extremos discrepam em 25% apontando para significativo desnível no padrão alimentar entre estes dois espaços e menor em relação aos demais.

Com relação ao gasto com os alimentos energéticos e protéicos, detecta-se que os maiores desembolsos se destinam à aquisição dos protéicos, com o agrossistema diversificação especiarias destinando 74% para a compra dos gêneros ricos em proteínas e 26% para os carboidratos, a monocultura cacauera guarda um certo equilíbrio: 51% e 49% entre ambos. Se analisados pelo ângulo do peso de cada um destes no *quantum* da cesta de alimentos, constata-se que o melhor suprimento é incorporado pelos pequenos produtores dos Tabuleiros de Valença, intermediado pelo Extremo Sul e os mais pobres nos agrossistemas diversificação cacau-pecuária e monocultor de cacau.

A vinda dos produtores familiares à cidade ocorre com maior frequência aos sábados (67%) ou às sextas-feiras (25%). Estes deslocamentos objetivam uma ou mais finalidades, entre as quais se destacam as idas para fazer feira (90%), vender a produção e contatos com os agentes financeiros. O carro é o meio de locomoção de 69% dos camponeses, pagando pelo serviço a veículos de carreira ou de vizinhos, 21% deslocam-se a pé e a montaria é utilizada por 9% destes.

A compra de gêneros de primeira necessidade é feita preponderantemente nos supermercados (62%), nas feiras livres (23%), em armazéns (9%) e nas bodegas (6%). Os produtores familiares, conseqüentemente, adquirem seus alimentos de agentes comerciais que praticam preços relativamente monopolizados a exemplo dos su-

permercados, em mercados concorrenciais das feiras livres e o atrelamento aos preços escorchantes e ao fiado dos comerciantes e bodegueiros.

A inserção ao capital para a aquisição dos bens de consumo imediato conecta-se preponderantemente ao capital comercial mais evoluído (supermercados departamentalizados), que mantém uma estreita interação com o capital industrial e financeiro. minoritariamente integram-se às formas mais atrasadas as quais, na sua individualidade, supõem que vendem os seus produtos o mais caro possível e adquirem as mercadorias intercambiáveis por preços irrisórios, desconhecem as leis da oferta e da procura que regem a fixação dos preços em mercados concorrenciais, ou seja, exploram os incautos pequenos produtores intermediando a transferência do sobretabalho para o conjunto da mais-valia social.

Os produtos adquiridos no mercado pelas unidades familiares são preponderantemente, os semi-manufaturados agrícolas, que ainda se encontram em seu estado natural (in natura), os processados agroindustrialmente têm pouca expressividade na dieta alimentar destas populações. Parte significativa da produção dos pequenos produtores dos agrossistemas diversificação especiarias e diversificação pecuária-cultivos perenes-temporários destina-se ao auto-consumo, sendo a farinha de mandioca o produto que, prioritariamente, é reservado a esta finalidade, em menor escala, internamente, suprem-se de feijão, café, banana, milho, óleo de dendê, leite, condimentos, carne de galinha, ovos, etc.

Não se trata de uma economia fechada<sup>(20)</sup>, mas de um recurso a que estes produtores recorrem para poderem continuar-se reproduzindo como produtores simples de mercadorias<sup>(21)</sup>. Em realida

(<sup>20</sup>) Alexander CHAYANOV, *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas*, p. 134-166.

(<sup>21</sup>) José Vicente T. dos SANTOS, *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, p. 25-134; Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. III, p. 659-673; Paul SINGER, *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*, p. 24-38.

de estes estão totalmente integrados ao mercado capitalista, dinamizando o sistema com o incremento à mais-valia social do seu trabalho vivo (capital variável)<sup>(22)</sup>, que é captada pelas formas de capital com maior composição orgânica, através das suas mais diferentes vinculações e intermediações.

### 3. FONTES DE RECEITAS

Através da análise das fontes de recursos aportados à unidade camponesa para fazer frente aos gastos demandados pela mesma, busca-se resgatar a que meios recorrem os produtores familiares para continuarem-se mantendo como produtores simples de mercadorias. A origem destes valores dará condições para aferir-se o grau de capitalização ou empobrecimento deste conjunto social que o encaminha para proletarização ou permanência, com base na conjuntura que ora se delineia.

**TABELA 8 - FONTES DAS RECEITAS DOS PEQUENOS PRODUTORES**

RECEITAS (Cr\$ 1,00)	A G R O S S I S T E M A				MÉDIA
	MONOCULTURA CACAU/EIRA	DIV. CACAU/ PECUÁRIA	EXTREMO SUL	TABULEIROS DE VALENÇA	
AGRÍCOLAS	199.608	132.910	191.127	154.265	167.551
AJUDA DOS PAIS	1.783	2.100	1.779	3.760	2.185
ASSALARIAMENTO	12.912	17.370	9.065	25.249	16.144
APOSENTADORIA	1.808	1.857	2.348	860	1.837
COMÉRCIO	3.029	2.637	-	2.510	2.659
RECEITAS TOTAIS	216.111	156.874	204.319	183.244	190.376

FONTE. Pesquisa de campo do autor - 1990.

<sup>(22)</sup> Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. II, p. 712-752.

### 3.1. VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Enfatizam-se as fontes de receitas oriundas das explorações agropecuárias, nestes termos constata-se que 73% originam-se das culturas permanentes, 24% das temporárias e 3% da produção animal, esta última é tida como atividade reserva para socorrer a unidade familiar em alguma eventualidade fortuita (doença, ajuda aos filhos, apertos financeiros, etc.). A silvicultura e a horticultura são insignificantes como explorações econômicas entre os pequenos produtores.

O cacau contribui com 52% das receitas, a mandioca com 21%, o café com 9%, o dendê com 6%, o cravo-da-índia com 3%, o coco, a laranja, a piaçava, o feijão, o milho, o abacaxi e a banana colaboram com 9%. Existem outras cultivares de reduzida expressão econômica. Pelo exposto, constata-se que a massa de recursos gerados pelas unidades camponesas é de responsabilidade de poucos produtos; a gama de opções agropecuárias é limitada nos agrossistemas monocultor de cacau e diversificação cacau-pecuária, amplia-se nos Tabuleiros de Valença e no Extremo Sul onde o produtor pode eleger e dedicar-se com maior zelo às explorações que estiverem auferindo melhores preços no mercado ou qualquer outra possibilidade econômica.

A receita média dos produtos agrícolas por unidade familiar situa-se em Cr\$ 167.551,00 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e um cruzeiros) por ano. Especificamente, com relação aos agrossistemas, detecta-se que a diversificação cacau-pecuária e a diversificação especiarias obtêm rendimentos 21% e 8% inferiores à média, respectivamente. O Extremo Sul e a monocultura cacauera auferem 14% e 19% superiores ao patamar médio. No geral, os recursos provenientes da agropecuária correspondem a 27,6% salários mínimos anuais, ou 2,3 mensais, para suprir a manutenção de 5,6 consumidores por unidade familiar.

### 3.2. AJUDA FINANCEIRA DOS FILHOS AOS PAIS

Estas ajudas referem-se ao aporte de recursos à unidade camponesa por parte dos filhos emigrados, que se encontram em situação financeira que lhes possibilita deslocar algumas economias para os pais em idade avançada, ou àqueles que não conseguem retirar da gleba o suficiente para a manutenção da família camponesa ainda residente no imóvel.

As ajudas financeiras em questão, revelam-se nos quatro agrossistemas delimitados pela pesquisa de maneira , desuniforme, ou seja, nos Tabuleiros de Valença estas contribuições são ofertadas a 6% dos estabelecimentos, na monocultura cacaeira estes recursos são percebidos por 8% das unidades familiares, na diversificação cacau-pecuária 11% dos pequenos produtores são ajudados pelos filhos e no Extremo Sul 12% dos camponeses são auxiliados pela sua progênie.

Esta situação de dependência de 9% dos produtores familiares, pode ser tomada como um indicativo de encaminhamento para a expropriação. Enquanto o capital não degradar as condições econômicas dos filhos, estes continuarão mantendo os pais trabalhando a terra. O capital, contudo, limita a apropriação da riqueza a um contingente cada vez menor, à medida que os filhos dos camponeses forem-se empobrecendo, concomitantemente são afetados os dependentes deles, impondo-lhes a busca de outras formas de reprodução, que poderá culminar com a venda da unidade produtiva.

O montante destas ajudas financeiras atinge em média Cr\$ 2.185,00 (dois mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros) por ano. O reduzido valor que estes expressam, revela que corresponde a 36% do salário mínimo decretado pelo governo. Em todos os agrossistemas estas contribuições guardam um certo equilíbrio e agregam muito pouco à renda das unidades produtivas familiares.

Entre os produtores familiares auxiliados pelos filhos,

78% possuem menos de 20 ha de terra e são contemplados com 73% dos recursos liberados para esta finalidade. Neste espectro a pesquisa detectou o mais expressivo contingente de lavradores em aviltante estado de empobrecimento, para alguns destes as minguadas ajudas que recebem, contribuem para que os mesmos possam continuar se reproduzindo como pequenos produtores.

### 3.3. RENDAS ORIUNDAS DO TRABALHO ASSALARIADO

O assalariamento do camponês ou dos membros da célula familiar é buscado pelas unidades produtivas que não conseguem auferir a subsistência da família apenas do trabalho na própria terra, ou em razão de o estabelecimento não propiciar a efetiva ocupação da força de trabalho disponível, principalmente nas fases do processo produtivo menos exigente em mão-de-obra. No fundamental, este tem o intuito de melhorar as minguadas rendas aportadas preliminarmente pela exploração agrícola. Este fenômeno é analisado por Burbach e Flinn como o explicitado abaixo:

*"...Muitos destes camponeses marginais já deram os primeiros passos na direção da proletarização, abandonando sua terra por semanas ou meses de uma só vez, para procurar trabalho como trabalhadores assalariados na agricultura (...). Para um número crescente desses trabalhadores de tempo parcial, que são também camponeses a tempo parcial, os salários são hoje a sua principal fonte de renda, embora sejam desesperadamente baixos e signifiquem a continuação da agricultura de subsistência indispensável à sobrevivência..." (23).*

No universo da região em estudo, 43% das pequenas unidades produtivas recorrem ao trabalho assalariado. Por agrossistema, observa-se que nos Tabuleiros de Valença e na monocultura cacaeira esta venda de trabalho averigua-se em expressivos 51% das unidades camponesas, na diversificação cacau-pecuária 35% e no Extremo Sul 27%. A maior ou menor intensidade deste assalariamento é um indicador do seu encaminhamento para a proletarização e/ou expropriação.

(23) Roger BURBACH e Patrícia FLINN, *Agroindústrias nas Américas*, p. 152

Com relação ao total do assalariamento efetivado no decorrer do ano, os Tabuleiros de Valença respondem por 41%, sequenciado pela diversificação cacau-pecuária com 21%, a monocultura cacau eira alcança 20% e o Extremo Sul 18%. Cada unidade produtiva da diversificação ciclo longo-especiarias comercializa anualmente 245 dias, na diversificação cacau-pecuária este número atinge 240 dias, no Extremo Sul 169 dias e na monocultura 127 dias. A venda de trabalho no Extremo Sul concentra-se nos estratos inferiores a 30 ha (93%), nos demais agrossistemas a procura de trabalho para terceiros centraliza-se nas glebas de até 20 ha (91%).

Anualmente, o aporte destes recursos monta em média a Cr\$ 36.380,00 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta cruzeiros), valor que corresponde à venda de 181 dias de trabalho por ano, isto não descarta a existência de membros da unidade camponesa que se assalariem por todo o período. Mesmo sendo a diversificação cacau-pecuária o agrossistema com um menor número de imóveis que se vinculam ao assalariamento, é neste que seus membros se empregam com maior frequência. O inverso constata-se em relação à monocultura cacau eira, com um alto percentual de pequenos produtores que vende trabalho para fora, mas com a menor das frequências dentre os quatro agrossistemas demarcados.

Constata-se que 59% dos estabelecimentos com menos de 5 ha respondem por 35% dos dias de trabalho vendidos, 44% dos compreendidos entre 6 e 10 ha responsabilizam-se por 34% do assalariamento, 37% dos imóveis dos estratos de 11 a 20 ha por 16% e cabe às demais unidades (19%) pesquisadas 15% do período trabalhado para terceiros. Este quadro coaduna-se com mais força à superfície explorada com cultivares de ciclo longo, quanto menor for esta maior o atrelamento da família camponesa ao mercado de trabalho. Portanto, o encaminhamento para a expropriação ou diferenciação

tem na área plantada um de seus principais determinantes, nas condições de mercado ora vigentes para os produtos que geram.

Os pequenos produtores que buscam o assalariamento o fazem para a execução dos tratos culturais (44%), colheita (37%) e preparo do terreno (15%), pelo exposto observa-se que os produtores familiares que precisam assalariar-se recorrem a este expediente com frequências variadas para a execução das fases básicas do processo produtivo. O espectro de práticas para as quais são forçados a vender-se como força de trabalho para garantir a sobrevivência, obriga-os a relegar a segundo plano os afazeres na própria unidade familiar. Difere desta distribuição a diversificação cacau-pecuária, onde prepondera a procura de trabalho para a colheita (87%), a qual deixa pouca margem de protelamento, se não executada no tempo certo acarreta sérios prejuízos para o agricultor.

#### 3.4. RENDA DE APOSENTADORIAS OU PENSÕES

Estes recursos são fruto das conquistas sociais incorporadas à Carta Magna (Constituição) recém-promulgada, que propugna os benefícios que cabem a cada cidadão aposentado por idade ou tempo de serviço, como forma de garantir uma velhice mais tranquila para as populações que não mais têm condições físicas para garantir o seu sustento trabalhando.

Dos 17% da população de pequenos produtores com idade acima de 60 anos, apenas 2,6% destes tiveram acesso aos recursos previdenciários, quando por direito muitos mais fazem jús a este benefício. O baixo alcance da previdência social entre os produtores familiares é ocasionado por uma série de fatores, entre os quais destacam-se o nível cultural destas populações, a burocratização para a obtenção do benefício, o desconhecimento da legislação, dificuldades de locomoção e outros entraves que se interpõem para impossibilitá-los de auferirem este provento.

Em termos do que representa o valor das aposentadorias, constata-se que estas situam-se na faixa de Cr\$ 1.837,00 (um mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros) mensais, trata-se de montante pouco significativo, que funciona como uma ajuda suplementar à reprodução da unidade familiar. A regularidade destes minguados recursos garantem uma curta estabilidade no suprimento alimentar das populações vinculadas às pequenas propriedades, diante das incertezas inerentes à produção agrícola.

### 3.5. RENDA ORIGINADA DO COMÉRCIO

O comércio constitui-se num dos refúgios para onde afluem os camponeses expulsos do campo após o fechamento da fronteira agrícola, este expediente também é utilizado por alguns nos momentos que precedem a expropriação, isto é, através da atividade comercial procuram protelar a sua permanência no meio rural. Portanto, negociando, alguns pequenos produtores mantêm os laços com a terra, mesmo que, para isto, comprometam a execução das tarefas pertinentes à agropecuária dos seus estabelecimentos.

Entre os produtores familiares da Região Litoral Sul 10% complementam as rendas agrícolas recorrendo a atividades comerciais: vendendo produtos agrícolas, tecidos, bugigangas e bens de primeira necessidade em feiras livres, mascatagem, vendolas ou bodegas anexas às residências ou em galpões específicos para esta finalidade. São os produtores dos Tabuleiros de Valença os que mais se dedicam a este afazer, numa proporção de 19%; 16% na diversificação cacau-pecuária e 9% na monocultura cacaueira. No Extremo Sul este direcionamento tem pouca expressividade econômica. Os dois agrossistemas onde os pequenos produtores mais se voltam para esta atividade são também os que auferem menores rendas da exploração agropecuária.

O saldo proveniente da atividade comercial ascende a

Cr\$ 2.659,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros) mensais, quantia que tem um papel determinante para a persistência das pequenas unidades camponesas. Voltam-se para esta finalidade nos períodos de entressafra, nos momentos de ociosidade ou sacrificando o lazer e o descanso; em certo sentido, este trabalho configura-se como uma dupla jornada, quando deveriam estar recuperando as forças físicas do árduo trabalho com a terra devotam-se ao comércio.

Averigua-se que 83% dos produtores familiares que se dedicam ao comércio utilizam reduzidos recursos, trata-se de agricultores com minguadas áreas cultivadas, os quais possuem estabelecimentos com menos de 20 ha. Os 17% restantes dispõem de negócios mais capitalizados, fruto do maior poder econômico decorrente da maior renda agrícola auferida. Para as unidades produtivas com limitadas posses, esta atividade constitui-se numa das condições para continuarem se reproduzindo como camponeses, semelhantemente ao papel exercido pela venda de força de trabalho. O grupo em posição oposta direciona seu capital para um incipiente diversificação em outros ramos.

#### 4. OBSERVAÇÕES A RESPEITO DAS RECEITAS E DESPESAS

Entre as despesas quantificadas neste estudo, detecta-se que 80% destinam-se à aquisição da paupérrima cesta de consumo alimentar; para a compra de trabalho assalariado deslocam-se 10%, a ajuda aos filhos e a modernização do processo produtivo são contemplados com 10%. As dificuldades em se conseguir captar as informações a respeito dos dispêndios com encargos financeiros, agiotagem, impostos, transportes, vestuário, educação e utensílios, fazem com que deixem de ser consideradas despesas de grande monta para este conjunto de produtores.

A principal parte das receitas para os produtores familia-

res origina-se da comercialização dos produtos agrícolas os quais propiciam 84% da arrecadação, o trabalho assalariado contribui com 8,0%, o comércio, a ajuda dos filhos e as aposentadorias colaboram com 8,0%. O dimensionamento das receitas refletem com maior fidelidade os valores anualmente aportados à unidade camponesa.

O montante das receitas auferidas por cada unidade produtiva corresponde a 31,5 salários-mínimos por ano. Se analisado em relação à força de trabalho disponível no estabelecimento, averigua-se que lhe cabem anualmente 8,1 salários-mínimos, ou seja, mensalmente cada campônio recebe 67% do salário legal estipulado pelo Governo. A unidade familiar sub-remunera a força de trabalho a ela atrelada, caso esta mão-de-obra encontrasse trabalho contínuo fora do estabelecimento, o seu nível de renda mais que dobraria – o trabalho relativamente coletivizado da família esconde esta realidade, aliado ao fato de contentarem-se com a mísera subsistência, condição suficiente para continuarem-se reproduzindo como pequenos produtores. Esta problemática ganha nos estudos de Marx o seguinte sentido:

*"...O lucro médio do capital não limita a exploração da pequena propriedade, enquanto o camponês é pequeno capitalista, tampouco a limita a necessidade de uma renda, enquanto ele é proprietário da terra. Embora pequeno capitalista, o único limite absoluto para ele é o salário que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivar a terra, e frequentes vezes submetendo-se a salários reduzidos, ao mínimo vital..." (24).*

O saldo resultante do confronto das receitas com as despesas atingem no geral um superávit médio de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros), dando a impressão de que os produtores nos quatro agrossistemas conseguem acumular um pouco. Sendo mais significativo os Cr\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil cruzeiros) da monocultura cacauzeira e os Cr\$ 78.000,00 (setenta e oito mil cruzeiros) do Extremo Sul. Na diversificação cacau-pecuária e nos

(24) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. VI, p. 923.

Tabuleiros de Valença as supostas disponibilidades financeiras são bem mais reduzidas do que nos dois outros agrossistemas, montando em Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e Cr\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil cruzeiros) respectivamente.

Estas sobras não retratam a real situação dos produtores familiares, pois dão as condições médias da região. Quando averiguadas ao nível da gradação das variáveis enfocadas, constata-se que uma minoria consegue retirar da agropecuária rendas que atingem patamares algumas vezes superiores à média (até três vezes) do universo, aos quais é oportunizada a apropriação de algum excedente. Em outro estágio encontram-se os que retiram da terra o suficiente para a subsistência da população da unidade camponesa, sequenciado pelos que retiram parte dos rendimentos para a manutenção da atividade agropastoril e o restante da maior ou menor necessidade da venda sazonal da força de trabalho e, finalmente, aqueles para os quais o estabelecimento serve de referencial para moradia ou o refúgio nos períodos de crise, isto é, retiram o sustento quase que exclusivamente da comercialização do seu trabalho e dos membros da família. Se estes, porventura, ainda não emigraram em decorrência da expropriação. Guimarães teoriza esta questão nos seguintes termos:

*"...Os pequenos proprietários de parcelas da terra, bem como os posseiros, parceiros, arrendatários e foreiros, ante a impossibilidade de obter da terra a que por quaisquer vínculos estão ligados, o mínimo do produto necessário à sua própria subsistência e à sua família, vão dedicando parte cada vez maior do seu tempo ao trabalho acessório, até transformar-se cada um deles num trabalhador livre para vender sua força de trabalho onde quer que ache um comprador. A princípio, resistem enquanto podem à tentação de migrar. Quando sua permanência como explorante se torna impossível, afasta-se para outra localidade rural pouco distante, vindo mais tarde a experimentar uma estada, ainda que provisória na cidade que lhe pareça oferecer melhor futuro..." (25).*

Se toda mão-de-obra em idade de trabalhar das unidades camponesas fosse vendida para fora, percebendo um salário-mínimo men-

(25) Alberto Passos GUIMARÃES, *A Crise Agrária*, p. 266.

sal, obteria, em média, uma receita de Cr\$ 302.000,00 (trezentos e dois mil cruzeiros), ou seja, 59% superior à verificada pela pesquisa. Considerando como despesas o consumo alimentar, a ajuda aos filhos e desconsiderando todos os outros gastos não quantificados, o saldo passaria a ser de Cr\$205.000,00 (duzentos e cinco mil cruzeiros) ou 185% acima do constatado pelo estudo. Este quadro configura a baixa produtividade do trabalho nas unidades familiares, o qual não pode até mesmo ser comparado ao mínimo que um trabalhador pode auferir com a venda da força de trabalho, circunstância que indica a presença do exército latente de reserva a serviço do capital<sup>(26)</sup>. Assim Singer trata este tema:

*"...Pode-se concluir, pois, que superpopulação e subemprego no campo, onde de fato são encontrados, não resultam de excessivas densidades demográficas, mas da distribuição desigual da propriedade do solo, que produz um exército de reserva de trabalhadores agrícolas ao impedir a aplicação mais ampla de métodos intensivos de cultivos."* (27)

Vale ressaltar que as despesas de consumo revelam-se um pouco maiores nas unidades camponesas mais capitalizadas, em relação às que se encaminham para a expropriação, mas estes gastos não são muito discrepantes, pois todos mantêm um padrão alimentar bastante semelhante e limitado. Também entre os pequenos produtores o crédito é distribuído discriminatoriamente, cujo acesso privilegia as unidades familiares que dispõem de melhores condições econômicas.

O processo de expropriação (proletarização) ou diferenciação conecta-se ao tamanho da unidade produtiva camponesa, mais especificamente à área que exploram com cultivares permanentes e temporárias. O capital trabalho incorporado à terra constitui-se num dos fatores determinantes das trajetórias seguidas por este

(26) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. II, p. 696-751.

(27) Paul SINGER, *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*, p. 102.

segmento social. A tendência à expropriação revela-se mais forte entre os estabelecimentos com menos de 20 ha, que amanhã reduzidos plantios, ou seja, quanto menor o estrato de área maiores as possibilidades de ocorrer o fenômeno. Para continuarem se reproduzindo como pequenos produtores buscam com maior ou menor intensidade o assalariamento e por vezes um fraquíssimo comércio.

Os produtores que ascenderam economicamente foram os que possuíam uma maior superfície territorial e nelas alocaram quantitativamente mais capital trabalho, capitalizado principalmente sob a forma de cultivos perenes. Para atingirem este nível contaram com uma exígua compra de força de trabalho para a execução de algumas fases do ciclo produtivo e/ou tiveram acesso ao restrito crédito rural.

## CAPÍTULO - V

## RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Por relações sociais de produção entende-se a forma como o homem interrelaciona-se entre si e com a natureza para a geração e apropriação dos excedentes. Nos primórdios da humanidade, as relações de produção e troca davam-se de indivíduo para indivíduo, estágio em que as mercadorias eram intercambiadas por seus valores, isto é, preços e valor ainda não se haviam dissociado, o valor-de-uso obstruía a manifestação do valor-de-troca. Afonso conceitua a categoria relações sociais de produção nos termos abaixo:

*"...As relações de produção definem um modo específico de apropriação do sobretabalho e a forma específica da distribuição social dos meios de produção que corresponde a aquele modo de apropriação do sobretabalho! O modo de produção é então definido como uma combinação articulada de relações de produção e forças produtivas entendidas como nas definições acima. Um modo de produção é assim completamente identificado quando as forças produtivas são empiricamente localizadas e teoricamente estabelecidas como uma articulação entre elementos do processo de trabalho, e a forma de apropriação do sobretabalho é também estabelecida..." (1).*

Com a evolução da sociedade instituiu-se a moeda e a comercialização ganha maior dinamismo, nesta fase o valor-de-troca passa a manifestar-se com mais força. Emergem as primeiras formas de exploração do homem pelo homem, inicialmente surge o escravismo, no qual a exploração do trabalho parece que todo o esforço humano é fornecido ao explorador gratuitamente. No feudalismo esta

---

(1) Carlos A. AFONSO, *Teoria do Estado: uma contribuição à discussão teórica do estado capitalista*, p. 36.

relação revela-se como um vínculo extra-econômico, que impõe ao servo inúmeras condições para que este obtenha segurança e possa ter acesso às terras do senhor, principalmente através da renda produto ou da renda trabalho<sup>(2)</sup>.

No capitalismo as relações entre explorados e explorados apresentam-se como uma troca entre iguais, em que uns aparentemente pagam o justo valor para que os outros executem um serviço previamente ajustado entre as partes (preço e prazo). Mas em realidade trata-se de uma troca danosa ao trabalhador, na medida em que produz mais valores do que recebe. O trabalhador tem, portanto, a capacidade de gerar o "trabalho pago", que o capitalista no final do contrato lhe repassa e o "trabalho excedente"<sup>(3)</sup> que é apropriado durante ou no final do processo pelo detentor dos meios de produção.

As relações entre os homens no modo de produção capitalista têm por vínculo a mercadoria, que é levada ao mercado como se tivesse vida própria e não resultasse do trabalho humano. Este fetiche obscurece a manifestação do caráter exploratório da produção capitalista, dá uma conotação social à produção e privada à apropriação do trabalho excedente, cultua um exarcebado individualismo no seio das classes sociais a ele inerentes, mas em contrapartida este sistema tem uma índole contraditória em seu movimento, ultrapassado um antagonismo outro sempre mais forte surgirá com o desenvolvimento capitalista. Marx e Moniz fundamentam as teses da alienação nos textos abaixo:

*"...A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao*

(2) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. VI, p. 897-931.

(3) *Ibidem*, v. II, p. 583-752.

objeto se torna uma força hostil e antagônica..." (4).

"...O homem está alienado na natureza, alienado de si mesmo, de sua própria atividade, de seu ser genérico, de seu ser enquanto gênero humano, alienado dos outros homens. A alienação surge, na sociedade, numa fase de sua evolução, tendo um caráter transitório, embora demorado. É no trabalho e na divisão do trabalho que se manifesta o processo da alienação. O trabalho, desde que relaciona o homem com a natureza, provoca o surgimento de um mundo e de um homem novos. Com o crescimento da propriedade privada, o trabalho absorve todas as energias e todo o tempo do homem e o torna escravo da exploração das classes sociais..." (5).

A tomada de consciência da situação que o capital impinge à classe trabalhadora, leva-la-á a emancipar-se da alienação que a apropriação privada dos meios de produção lhe impõe, a sua libertação dar-se-á quando este se harmonizar com o seu semelhante, o trabalho e a natureza, engendrando uma sociedade sem explorados e exploradores, onde se abolirá a propriedade privada e o Estado. Aos homens compete a construção (histórica) da transformação social que as condições objetivas e subjetivas de existência articuladas exigirão. Neste contexto, cabe aos massacrados pequenos produtores tarefa relevante para a conquista da sua independência e a das demais classes de despossuídos que buscam revolucionariamente delinear o mundo dos homens. As idéias de Marx a respeito da emancipação pautam-se nas premissas expostas na citação que se segue:

"Toda a emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão a pessoa moral.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato: quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico: e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política". (6).

(4) Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p. 160.

(5) Edmundo MONIZ, *A Originalidade das Revoluções: uma visão abrangente do socialismo no século XX*, p. 214.

(6) Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p. 63.

## 1. A FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR

Na sociedade capitalista a família constitui-se na célula mater onde se gera e prepara a força de trabalho em cada momento histórico para o capital. A sua manutenção e reprodução são essenciais ao sistema, trata-se, pois, de importantíssimo aparelho ideológico da burguesia para a preservação da dominação por parte das elites. A família camponesa e o atraso relativo em que são mantidos os seus membros, faz parte do papel que o capital delegou a este segmento social, principalmente como sustentáculo do exército latente de reserva a serviço do capital. Como Corrigan e Leonard explicitam abaixo:

*"...A família, como unidade de reprodução, reproduz não apenas os seres humanos físicos que formarão a força de trabalho, mas, o que é igualmente importante, os seres humanos sociais que se motivam a si mesmos no tocante à produção e reprodução." (7).*

A divisão social familiar do trabalho distribui-se entre os seus membros de acordo com o sexo e a faixa etária. Sobre os adultos do sexo masculino recaem 55% dos serviços agrícolas, a estes se direcionam as tarefas mais pesadas; personalizados nos chefes da unidade produtiva (37%), filhos homens maiores (15%), pais, sogros e genros (3%). Os componentes da família que apresentam um menor vigor físico, responsabilizam-se pela execução de 45% dos trabalhos afetos à produção vegetal, estão assim distribuídos: 23% às donas de casa, 19% aos filhos menores e às filhas e 3% aos outros membros da família.

Com relação ao tratamento dos animais, constata-se que aos homens compete o cuidado do rebanho de grande porte, que tem finalidades econômicas de reserva e trabalho (bovinos, equinos, asininos e muares). As crianças colaboram na alimentação dos animais e juntamente com as mulheres tratam da horta, quintal ou po-

(7) Paul CORRIGAN e Peter LEONARD, *Prática do Serviço Social no Capitalismo: uma abordagem marxista*, p. 123.

mar e conduzem os afazeres demandados pelo rudimentar plantel suíno e avícola (galinhas, patos, gansos, perus, etc.). Garcia vê a divisão de trabalho no trato dos animais entre os pequenos produtores como o focalizado na citação a seguir:

*"A criação de animais é uma atividade que também se apresenta segmentada em esferas masculinas e esferas femininas. A criação de cabeças de gado, tanto vacas como garrotes, é atividade masculina, enquanto que a de outros animais, designados como miunças, cabras, ovelha, peru, galinha, pato e outras aves, pertence a esfera feminina. Quem se ocupa da alimentação e do trato das miunças são as mulheres e crianças pequenas..."* (8).

A direção do estabelecimento e o controle da comercialização da produção cabem, preponderantemente, ao chefe da unidade familiar, no impedimento deste ou na sua ausência assumem tal papel os filhos, o cônjuge insere-se, na falta de membros masculinos adultos capazes de conectar a unidade camponesa com o exterior, mais especificamente em suas relações de intercâmbio. Esta situação retrata o grau de dominação que os homens exercem sobre as mulheres entre os pequenos produtores as quais, normalmente, restringem os seus movimentos às circunvizinhanças e os relacionamentos limitam-se sobretudo a parentes.

Os trabalhos domésticos referentes aos cuidados da casa - cozinhar, zelar das crianças, lavar roupa - são predominantemente conduzidos pela dona de casa, em colaboração com as filhas ou por estas; as crianças e os adultos masculinos participam muito pouco destas atividades. Parcela significativa das donas de casa (68%) executam dupla jornada de trabalho, desde a madrugada são absorvidas pelos serviços domésticos com o preparo do café da manhã e após cada turno de trabalho na terra, acompanhando os maridos ou os filhos, são-lhes reservados os maçantes, cansativos e monótonos afazeres do lar. Para Garcia a divisão social do traba

(8) Afrânio Raul GARCIA JR., *O Sul: caminho do roçado: estratégia de re produção camponesa e transformação social*, p. 135.

balho no sítio revela-se como o exposto:

"...Ao homem, pai de família, cabem as decisões sobre o sítio e/ou roçado da unidade doméstica e os meios de fazer face ao consumo doméstico semanal materializado na feira. A mulher, mãe de família, cabem as decisões da casa, o consumo diário de alimentos do grupo doméstico, a reprodução das condições sociais de consumo, o cuidado das crianças menores (...). Há tarefas especialmente femininas no roçado, como plantar, enquanto os homens cavam leirão. (...) As mulheres podem ainda ser responsáveis por limpar, ou seja, remover de enxada o mato que cresce entre os cultivos do roçado..." (9).

As donas de casa aparentemente manifestam-se alheias à condução econômica da unidade camponesa, em razão de pouco se imiscuïrem formalmente nas relações comerciais mas, em realidade, a estas cabe um papel relevante no seu equilíbrio financeiro, pois a elas competem os possíveis arranjos nos gastos com consumo, dispêndio que mais onera a pequena propriedade. O cônjuge promove o equilíbrio das contas ajustando a composição da cesta de consumo e/ou buscando outras alternativas alimentares entre os produtos agropecuários remanescentes, para a superação do período de escassez decorrente do ciclo agrícola, da instabilidade da produção rural ou de outras eventualidades fortuitas (10).

Constata-se que a população trabalhadora não remunerada dentro da unidade camponesa não se resume tão somente ao casal explorador (marido 24%; cônjuge 23%) e aos filhos menores (28%); neste contingente incorporam-se os filhos e filhas adultos, os genros e as noras (25%). Em princípio estes trocam o seu trabalho pela sua manutenção e reprodução, pois não auferem uma remuneração explicitada monetariamente, em caso de disponibilidade de sobras financeiras, a estes cabe parte da partilha dos excedentes, como também estão predispostos, a sofrer todos os demais sacrifícios que se impuserem ao estabelecimento, aos quais primeira

(9) Afrânio Raul, GARCIA JR. *O Sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social*, p.135.

(10) Beatriz Maria Alásia de HEREDIA, *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*, p. 77-104.

mente se interpõe o êxodo rural.

O trabalho infantil abarca 55% dos menores residentes nas pequenas propriedades, 12% destes foram obrigados a abandonar a escola para ajudar os pais nas atividades agrícolas. Dedicam-se, de maneira geral, ao serviço nos períodos de recesso escolar diário, como: cuidar dos irmãos, tomar conta e tratar dos animais, limpar o quintal, ajudar na limpeza da casa, colher frutos, molhar as plantas, retirar ervas, carregar água, dar recados, etc.

O camponês inicia o trabalho na roça ao alvorecer do dia, pára para comer o minguido almoço no próprio local de trabalho ou indo fazer a refeição em casa, encerra o serviço no meio da tarde - utilizando o entardecer para ajudar nos serviços caseiros ou tirar uma prosa com os parentes, vizinhos e/ou amigos. Devota-se às mais diferentes tarefas exigidas pelo processo produtivo agrícola, inexistente qualquer nível de especialização na execução dos afazeres agropastoris.

## 2. VENDA DE FORÇA DE TRABALHO PELA UNIDADE CAMPONESA

Os membros da unidade familiar recorrem ao assalariamento ou outra forma de relação de trabalho, com o fim de suprir complementarmente a manutenção da reprodução da família camponesa e/ou protelar a sua expropriação da terra, diante da impossibilidade de retirar todo o suprimento da exploração do estabelecimento. Por todos os meios lutam para manter algum liame com a terra, o elo só é rompido no momento em que não há mais condições de suportar o sacrifício que este atrelamento exige. Santos aborda a questão nos termos a seguir:

*"A dinâmica específica das lutas agrárias talvez seja a luta pela terra, enquanto ação coletiva com o objetivo de preservar, conquistar ou reconquistar a terra, concebida como espaço de produção e de reprodução da vida social. A terra passa a ser uma condição da luta por reivindicar ao Estado o cumprimento dos direitos de cidadania"*

*nia das populações rurais; configura-se, como espaço vital para uma participação na sociedade contemporânea que assegure aos que nela trabalham um lugar de vivência autônoma possível..." (11).*

A região demarcada revela que 41% das pequenas propriedades pesquisadas assalariam a população trabalhadora familiar por algum tempo, destas 27% inserem-se apenas como vendedores de força de trabalho e 14% também como compradores. Para cada dia comprado pelos que se atrelam duplamente ao mercado de trabalho têm que vender 3,7 dias. As unidades produtivas que configuram este quadro localizam-se primordialmente nos menores Estratos de área e exploram reduzidos plantios.

Com relação à venda de força de trabalho por parte do pai de família, averigua-se que este comportamento é adotado na região em estudo por 24% dos pequenos produtores. No que diz respeito aos agrossistemas detecta-se que 49% dos produtores familiares buscam trabalho fora nos Tabuleiros de Valença, 23% na monocultura cacaueteira, 15% na diversificação cacau-pecuária e 10% no Extremo Sul. O quadro que acima se delineia, em princípio, indica um maior ou menor encaminhamento no sentido da expropriação em cada um dos subespaços pesquisados.

Esta postura tem por principais razões: a necessidade de complemento da renda familiar, expresso por 89% dos que se assalariam, 7% são causados pela ineficiência do estabelecimento para absorver a mão-de-obra camponesa e 4% porque a venda temporária de trabalho propicia melhor renda do que a auferida trabalhando a própria terra. Estas informações fundamentam com maior propriedade a assertiva aposta no parágrafo anterior, no que concerne ao rumo que o capital imporá a estes produtores. Questão tratada por Garcia Jr. como o exposto a seguir:

*"...É que o cálculo da necessidade de trabalho alugado, para completar a feira semanal, passa pela mediação dos recursos objetivamente*

(11) José Vicente Tavares dos SANTOS, *Introdução: Lutas Agrárias Latino Americanas; resistências ao projeto societário*, p. 13.

disponíveis para o grupo doméstico, do número e composição por sexo e idade dos consumidores do grupo doméstico, da produção obtida no ciclo agrícola presente, confrontada com a possibilidade de assegurar a subsistência até o início do ciclo agrícola futuro. Ou melhor, a predisposição para trabalhar alugado será tanto maior quanto mais desfavorável for a situação objetiva do grupo doméstico de agricultores, para fazer frente ao consumo socialmente necessário mediante o trabalho doméstico materializado no roçado. Esta situação desfavorável tem na pouca terra disponível um elemento central, mas não único..." (12).

O período de assalariamento é indicativo do estágio de desconexão do camponês com a unidade produtiva, na medida em que 6% dos produtores familiares já se encontram em situação de vender o seu trabalho durante todo o ano para outros, 1,5% se assalariam por 181 a 270 dias, 4,6% entre 121 e 180 dias, 4,7% por 61 a 120 dias e 7% se vendem como força de trabalho por até 60 dias no ano. A gradação ora enfocada coaduna-se e sedimenta o destino que se delineia historicamente para os pequenos proprietários rurais (13).

Entre os pequenos produtores que vendem trabalho para fora, 75% acham que este comportamento tem sido crescente no decorrer dos últimos anos e 25% preconizam que a busca de trabalho tem decrescido de ano para ano. A maior inserção ao mercado de trabalho tem por causas: o encarecimento do custo de manutenção (36%), a queda dos rendimentos dos estabelecimentos (32%), a piora no preço dos produtos agrícolas (24%), a redução da área produtiva (4%) e as dificuldades de acesso ao crédito (4%). Os que propugnam o seu decréscimo pautam suas posturas no aumento dos rendimentos na unidade produtiva (71%), na redução de custo de manutenção (18%) e na ampliação da área produtiva.

Aparentemente, os produtores familiares apercebem-se dos fenômenos que os estão levando ao estado de empobrecimento em que se encontram: interpretam-nos como algo natural, que foge ao seu

(12) Afrânio Raul GARCIA JR., *O Sul: Caminho do Roçado: estratégias de re produção camponesa e transformação social*, p. 176.

(13) Maria Rita Garcia LOUREIRO, *Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*, p. 25; John WILKINSON, *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*, p. 97-209.

controle e está acima das forças humanas. Em essência, por trás destes, acha-se a figura antidiluviana do capital, revelado pelos preços de monopólio praticados pelos setores aos quais se atrelam, enfatizado pela perda do poder de compra dos produtos agrícolas, pela vinculação mesmo que ténue ao capital financeiro (crédito rural) e o capital industrial (insumos modernos). Dentre as imposições que o capital interpõe ao camponês como recurso, mesmo que efêmero, para continuar ligado à terra, aparece o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho, este sacrifício tem por limites o comprometimento do sustento familiar<sup>(14)</sup>.

Na Região Litoral Sul 25% dos pequenos estabelecimentos vendem o trabalho dos membros da família para outros. Entre os agrossistemas constata-se que 32% das unidades familiares da monocultura cacaeira e dos Tabuleiros de Valença recorrem a este expediente, 19% no Extremo Sul e 18% na diversificação cacau-pecuária. Existe uma certa analogia entre os imóveis em que ocorre a venda de trabalho tanto do chefe da unidade familiar como a de seus membros.

Em média, os membros da unidade camponesa vendem seu trabalho para fora por 163 dias/ano. Mesmo sendo o agrossistema diversificação cacau-pecuária o que apresenta o menor número de unidades que apelam para este recurso, em contrapartida são estas que o fazem mais intensivamente, correspondendo anualmente a 275 dias, os Tabuleiros de Valença aparecem com 194 dias, o Extremo Sul e a monocultura cacaeira revelam respectivamente 120 e 112 dias por ano. Quanto maior o atrelamento do estabelecimento à venda de força de trabalho mais se aproxima o momento de excluí-los da propriedade da terra.

---

(14) Lygia SIGAUD, *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*, p. 125-204.

O início da inviabilização da unidade camponesa manifesta-se normalmente com a venda da mão-de-obra da prole camponesa, que gradativamente vai sendo forçada a se alugar cada vez por mais tempo, até o seu total desligamento como trabalhador da unidade familiar. Esta desloca-se para as redondezas ou migra para outras regiões em busca de trabalho na expectativa de melhorar as suas condições de vida; desvanece-se esta ilusão quando se inteira da nova realidade em que se encontra, como mão-de-obra desqualificada, obrigada a executar os trabalhos mais árduos, por baixíssimas remunerações e habitual integrante do exército de reserva a serviço do capital. Teresa Sales enfoca a questão nos seguintes termos:

*"A consequência deste processo de parcelamento da propriedade camponesa a dimensões mínimas e insuficientes para manter a família manifesta-se de duas maneiras: na necessidade ainda mais premente de assalariamento temporário de membros da família camponesa, e na proletarianização definitiva de gerações que chegam à idade de trabalhar e já não dispõem de terra, pela impossibilidade de subdivisão dos minifúndios (...). Vimos que a produtividade agrícola destes minifúndios é muito baixa, em consequência não apenas da prática agrícola atual, com técnicas atrasadas de cultivo, onde praticamente não se emprega insumos industriais, adubos orgânicos e máquinas modernas, como pelo desgaste sofrido pelo solo através de anos de seu uso intensivo por parte do pequeno produtor." (15).*

Quanto à fase do processo produtivo em que os membros da família alugam o seu trabalho para terceiros, verifica-se que 63% o fazem especificamente nos períodos de colheita, 19% são contratados para as tarefas que antecedem a safra e 18% optam e/ou são forçados a fazê-lo para a execução de outros serviços. A movimentação desta mão-de-obra restringe-se ao espaço circunvizinho à unidade produtiva, os quais são mais requisitados pelos médios e grandes estabelecimentos. Este reduzido deslocamento deve-se aos laços que os prendem à terra e à família, como parte do seu espírito paternalista e conservador.

Parcela considerável das pequenas propriedades em que a família é forçada a assalariar-se não consegue compatibilizar o tra-

(15) Teresa SALES, *Agreste e Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*, p. 180.

balho para fora com os requerimentos concomitantes demandados pela gleba, situação que os obriga a protelar os afazeres da unidade produtiva, ou impor a si e aos demais componentes da família o esforço de dedicarem-se ao seu estabelecimento nos intervalos de lazer; de toda a maneira, comprometem a renda do negócio agrícola e a saúde do camponês.

Aqueles que vendem mão-de-obra para fora, atrelam-se a uma gama de relações de trabalho, dentre os quais destacam-se o assalariamento com 49%, a empreitada com a participação de 42% a troca de dias com 5%, a remuneração por produção e em produto efetivaram-se por 3% e 1% respectivamente. Predomina entre os produtores familiares a relação característica do capitalismo (trabalho assalariado) e duas das suas variantes que são a empreitada e a remuneração por produção, que no final, o pouco mais que oferecem não compensam o maior esforço físico dispendido, portanto, ajustam-se aos valores recebidos em cada uma destas relações.

Ainda se averiguam resquícios de relações não especificamente capitalistas – a troca de dias (relação social entre iguais, não ocorre a exploração do trabalho alheio) e remuneração em produto – mesmo que minoritariamente, mas expressam em certa medida o grau de atraso das forças produtivas sociais, entre o conjunto populacional que as adota. Martins no escrito abaixo aborda o movimento do capital para reproduzir-se:

*"O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares setores da economia que se vincula ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de relações de produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas..." (16).*

Quanto à noção de que o trabalho para terceiros prejudica a condução das tarefas do estabelecimento, 46% dos produtores familiares pressentem que a venda é danosa, 40% acham que não e 14%

(16) José de Souza MARTINS, *O Cativo da Terra*, p. 21.

não se apercebem do seu alcance. Estes produtores já se encontram no limiar da expropriação, o nível da intensidade com que é afetada a pequena propriedade, aponta para o estágio de seu encaminhamento na direção do processo enfocado.

Dentre os fatores que levam os pequenos produtores a se venderem como força de trabalho para outros, destaca-se no espaço pesquisado, a complementação da renda familiar, tendo por causa a deficiência de capital diante da disponibilidade de mão-de-obra e em razão do limitado tamanho da unidade produtiva para absorver e alimentar os seus componentes. Situações que requerem tratamentos específicos, como a implementação de uma política que oportunize aos produtores familiares meios para a adequada utilização dos recursos humanos, ou seja, o acesso ao crédito subsidiado e a outros instrumentos que viabilizem a adequada exploração da terra e do potencial de trabalho disponível na gleba<sup>(17)</sup>.

A manutenção e reprodução dos produtores familiares que dispõem de pouca terra conecta-se a um projeto de reforma agrária, que tenha como horizonte não só os sem-terra, mas também a estes que margeiam a expropriação. Os termos da reforma agrária que se propõe, diferem profundamente dos que a burguesia ora impinge à sociedade, nos quais os assentados servem de amansadores da terra, pois após terem incorporado o seu valor-trabalho, o capital expropria-os anexando ao seu patrimônio a renda trabalho capitalizado durante o período de ocupação. Gramsci trata a questão da divisão das terras como o exposto abaixo:

*"...O que obtêm um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita. (...) Ele satisfaz*

(17) Lygia SIGAUD, *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*, p. 33-124; Margarida Maria de MOURA, *Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*, p. 13-32.

num primeiro momento, seus instintos de proprietário, mata sua primitiva fome de terra, mas, num segundo momento, quando percebe que os braços não bastam para arrotear uma terra que só a dinamite consegue romper, quando percebe que são necessários as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas essas coisas indispensáveis, e pensa na série de dias e das noites a passar numa terra sem casa, sem água, com a malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário..." (18).

A intensiva substituição de trabalho por capital nos diferentes setores da economia<sup>(19)</sup> tem implicado o crescimento da composição orgânica do capital e na manutenção da mais-valia social em patamar relativamente estabilizado, acarretando a queda gradual da taxa média de lucro — insumo fundamental da aplicação capitalista. Para contrarrestar à tendência decrescente da taxa de lucro, o capital poderá buscar a saída em uma falsa reforma agrária, que proponha a ocupação da terra por formas de exploração não especificamente capitalistas — meeiro, parceiro, arrendatário, morador, etc. — que apenas dá ao ocupante a ilusão da posse, pois não interfere no monopólio da propriedade privada da terra, mas exigindo dos exploradores a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho para fazer face aos requisitos do capital. Trata-se, portanto, de uma artimanha para propiciar mais uma sobrevida ao capitalismo.

Em nível mais avançado das forças produtivas poderá ocorrer a divisão das terras — entre aqueles que não a possuem ou têm pouca, ofertando-lhes a terra com o compromisso de entrega da produção ao grande capital. O controle da produção pelo capital acarreta a dominação sobre a comercialização, momento da realização do valor, posição que lhe possibilita a administração dos recursos que caberão aos produtores. Os preços das matérias-primas oscilam de acordo com a capacidade da unidade transformadora ou comercializadora. Impõem preços de monopólio aos consumidores e

(18) Antonio GRAMSCI, *A Questão Meridional*, p. 76.

(19) José Graziano da SILVA, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, p. 7-144.

determinam os do produtor ao nível da subsistência da unidade familiar, historicamente estabelecida com o próprio desenvolvimento capitalista.

Idealiza-se uma proposta de reforma agrária que insira concretamente o produtor familiar como classe, no sentido de quebrar a ambivalência que o caracteriza. Os poucos meios de produção que possuem lhe dão a idéia de capitalistas, mas a situação de miséria em que se encontram equipara-os aos trabalhadores despossuídos. Defende-se a subdivisão da terra de forma coletiva a qual passará a pertencer a uma associação ou cooperativa, responsável pela organização econômica, social, política e cultural do assentamento e administrada pelos mesmos.

Entre as cláusulas que o assentado se compromete a cumprir inclui-se: o pagamento de arrendamento — mesmo que simbólico — incidente sobre a terra em seu controle. Estes recursos destinam-se ao desenvolvimento da infra-estrutura social — educação, cultura, saúde, lazer, etc. — do conjunto da comunidade. Caberá a estes apenas o que construírem sobre a terra, caso queiram desfazer-se do lote, venderão a um outro previamente selecionado apenas o resultado do trabalho incorporado à terra em culturas e/ou benfeitorias. Soares explicita a coletivização na situação a seguir:

*"...A terra por ser de todos, não é passível de recortes individualizados que a convertam em bem negociável. Permanece, então valor de uso, meio de produção por excelência e patrimônio coletivo, apoio da identidade genealógica do grupo pensada pelo prisma da trajetória da herança. Terra de herança não pode ser submetida — senão como verdadeira traição ou profanação — a transações, porque ela reflete a integridade do próprio grupo, reproduzindo sua história reificada(...) A terra é indivisível e não é sequer pertinente, enquanto valor de troca e meio de produção, a cálculos econômicos das unidades de produção..." (20).*

Essa proposição não se reduz tão-somente ao relevante aspecto acima descrito; terá que ser precedida da adequada escolha

(20) Luiz Eduardo SOARES, *Campesinato: ideologia e política*, p. 82.

do solo, da instalação de toda a infra-estrutura social e econômica. Preferencialmente, utiliza-se a mão-de-obra familiar e a cooperação fará, naturalmente, parte do correlacionamento entre as unidades produtivas. A centralização do sistema de comercialização lhe propiciará uma maior participação e competição no mercado, o que possibilitará aos camponeses a apropriação de parte da mais-valia social, consolidada sob a forma de renda da terra não capitalizada e/ou do lucro médio.

Em síntese, o trabalho alugado pelas unidades familiares a outros produtores apresenta uma série de nuances desde aquelas que compram ou vendem força de trabalho para a execução de algumas tarefas do ciclo produtivo e complementação da renda, passando pela venda exclusiva do trabalho dos filhos, em razão da desnecessidade de os pais trabalharem para fora, ou por estarem em idade avançada para fazê-lo, sequenciados pela venda somente do chefe, em função de os filhos não se encontrarem em idade de trabalhar ou porque estes já migraram, culminando com os estabelecimentos em que se incorporam ao mercado de trabalho pais e filhos, mas ainda mantêm raízes com a terra.

Com maior ou menor fundamento os que se acham nas situações explicitadas, necessitam recorrer ao trabalho alugado para suprirem a subsistência dos membros dependentes da propriedade camponesa. No estágio em que se encontram podem ser denominados de trabalhadores para o capital<sup>(21)</sup>, pois este pode lançar mão deles sempre que os seus requerimentos o exigirem, podendo até mesmo impor a sua incorporação gradativa ao exército de reserva, desde que o valor da força de trabalho esteja comprometendo a lucratividade do capital, modificando os processos produtivos através da substituição de trabalho por capital.

---

<sup>(21)</sup> Maria de Nazareth B. WANDERLEY, *O Camponês: um trabalhador para o capital*, p. 28-72.

Questionaram-se os pequenos produtores quanto à possibilidade de gerir um estabelecimento maior com a mão-de-obra disponível no mesmo, 51% definiram-no como limitado para o aporte da força de trabalho existente, 35% acham que esta é suficiente e 14% não sabem posicionar-se quanto a esta problemática. Deduz-se daí que os pequenos imóveis com excedentes de trabalhadores, em futuro, próximo serão forçados a incluí-los no mercado de trabalho, pois limitações dos fatores terra e/ou capital comprometerão a reprodução, a qual dar-se-á com a venda desta força de trabalho para terceiros. Chonchol trata a migração nos termos abaixo expostos:

*"Como uma boa parte das áreas agrícolas camponesas são pequenas demais para ocuparem em tempo integral a força de trabalho familiar e garantir uma renda mínima de subsistência, parte dessa força de trabalho deve migrar de maneira regular ou sazonal, ou para as safras das grandes plantations ou para as cidades para completar sua renda alugando sua força de trabalho. Esses camponeses vivem, assim, em estado de semi-proletarização, sem deixarem de ser produtores individuais." (22).*

Alguns pequenos produtores se negam a reconhecer este estado de empobrecimento, postura que se funda em aspectos de ordem moral, cultural e educacional. A ambiguidade da sua caracterização como classe, leva-os a não reconhecer o estado de depauperamento em que se encontram, trata-se de pequenos burgueses<sup>(23)</sup> que não conseguem preservar esta condição. Para alguns, o baixo nível cultural não permite discernir um horizonte mais amplo e, para não admitirem esta realidade, fecham-se em seu acanhado mundo, mas em verdade pressentem que estão totalmente imersos por algo que supera as suas forças. Poulantzas retrata esta visão nos seguintes termos:

*"...O desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na fase atual, longe de aplainar as desigualdades, não faz mais que reproduzi-las sob formas novas e mesmo intensificá-las (...) Em suma, trata-se a*

(22) Jacques CHONCHOL, *O Desafio Alimentar: a fome no mundo*, p. 174.

(23) Vladimir Ilich LENNIN, *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, p. 58-79; IDEM, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, p. 35-155.

*de grandes grupos da população para os quais as condições reais de vida econômicas, sociais, culturais, não apenas estão cada vez mais afastadas das representações jurídico-políticas de igualdade, mas tornam sua participação nas instituições da democracia política cada vez mais aleatória." (24).*

Pelos agrossistemas, a percepção da diminuta dimensão da propriedade revela que no Extremo Sul 60% acham suas áreas insuficientes para a absorção da mão-de-obra remanescente, nos Tabuleiros de Valença 59% das pequenas unidades produtivas têm o mesmo horizonte, na diversificação cacau-pecuária 43% e na monocultura cacauzeira 39%. Estes índices, conectados às análises precedentes fornecem o horizonte histórico mais imediato das expectativas da expropriação.

Na ótica destes produtores, a dimensão da propriedade para absorver o potencial de recursos humanos existentes nas unidades familiares, deveria ter 24 ha nos agrossistemas monocultor de cacau e Tabuleiros de Valença, 62 ha e 55 ha respectivamente no Extremo Sul e na diversificação cacau-pecuária. A definição do tamanho do estabelecimento almejado mostra muita logicidade por parte dos pequenos produtores, os que se localizam em regiões de agricultura, requisitam glebas menores, pois este tipo de exploração requer mais mão-de-obra por unidade de terra; os que se situam em espaços onde preponderam as atividades agropastoris, optaram por áreas compatíveis com as exigências destas explorações, dimensionando sua extensão de acordo com a especificidade da unidade camponesa.

### 3. COMPRA DE FORÇA DE TRABALHO PELA UNIDADE CAMPONESA

A compra de força de trabalho pela unidade camponesa tem dupla conotação. Para parcela destes produtores, o trabalho assalariado torna-se em determinadas fases do ciclo produtivo necessá-

---

(24) Nicos POULANTZAS, *O Estado, o Poder, o Socialismo*, p. 248-249.

rio ao suprimento alimentar da família, em outros períodos tem de ser buscado o trabalho de terceiros para fazer frente à demanda de serviços no estabelecimento. Um segundo segmento centra a execução das tarefas na mão-de-obra familiar, mas esporadicamente atrela-se à compra de trabalho de forma permanente ou temporária, entre estes poderá detectar-se algum nível de diferenciação econômica<sup>(25)</sup>, fruto da apropriação de parte dos excedentes acumuláveis.

### 3.1. TRABALHADORES PERMANENTES

O emprego de assalariados permanentes além de membros da família é captado por 7,6% das pequenas propriedades da região pesquisada. No que diz respeito aos agrossistemas constata-se que esta relação ocorre com maior intensidade na diversificação cacau-pecuária com 16,7%, o Extremo Sul aparece com 9,2%, os Tabuleiros de Valença registram 3,8% e a monocultura cacauceira detém o índice de 2,6%. A dispersão desta relação de trabalho ora retratada, apenas reflete, em parte, o desenvolvimento econômico em cada um dos agrossistemas demarcados, pois somente com este ângulo da questão não se penetra em sua essência.

Quanto ao número de trabalhadores contratados, observa-se que, no conjunto das unidades produtivas familiares dispersas pela Região Litoral Sul; este quantitativo situa-se em 1,4 pessoa por estabelecimento. A sua distribuição pelos agrossistemas revela a seguinte situação: no Extremo Sul o trabalho permanente incorpora 1,8 pessoa por propriedade, na diversificação cacau-pecuária este número aproxima-se de 1,2 trabalhador, já na monocultura cacauceira e nos Tabuleiros de Valença esta contratação limita-se a um operário.

---

<sup>(25)</sup> Vladimir Ilich LENNIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, p. 35-155.

Os dois aspectos analisados acima refletem melhor a inserção das unidades familiares à relação de produção característica do capitalismo; a pequena expressividade desta relação bem define o estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais do conjunto destes produtores. Como diferenciador deste estágio entre os agrossistemas, não deve ser desprezado como indicador, mas este para espelhar a realidade do fenômeno terá que ser conectado com outras variáveis que o complementam, destacando-se a composição orgânica do capital, produtividade social do trabalho, etc.. Afonso aborda abaixo o conceito de forças produtivas:

*"...O conceito de forças produtivas se refere ao de apropriação da natureza, isto é, ao processo de trabalho em que uma certa matéria-prima é transformada em um produto determinado! As forças produtivas de um modo de produção representam uma articulação dos elementos do processo de trabalho..." (26).*

As determinantes que induzem as unidades camponesas que procuram o assalariamento permanente, revelam que em 65% dos casos esta vincula-se à falta de braços para fazer frente aos serviços agropecuários. Devido à insuficiente população trabalhadora familiar remanescente, que foi compelida a emigrar em busca de melhores condições de vida (27%), outros porque não possuem filhos para ajudá-los (15%) e um grupo em que a prole ainda não atingiu a idade de trabalhar (58%). Trata-se de estabelecimentos que em média cultivam 7 ha (4 ha - ciclo longo, 3 ha ciclo curto). Para estes a contratação em apreço não é indicativa do processo de diferenciação.

Verifica-se que 35% das unidades camponesas que adotam esta relação de trabalho, revelam ter agregado mais capital trabalho à terra em termos de culturas, consolidado em cerca de 26 ha explorados (12 ha - gramíneas, 12 ha - lavouras perenes e 2 ha temporárias). Para este conjunto de produtores a contratação de trabalh

(26) Carlos A. AFONSO, *Teoria do Estado: uma contribuição crítica à discussão teórica do estado capitalista*, p. 36.

dores permanentes constituiu-se num forte indício de ascensão econômica (diferenciação).

### 3.2. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

A contratação de trabalho temporário é procurada por 40% das unidades familiares do espaço pesquisado. Enfocando esta questão ao nível dos agrossistemas, verifica-se que nos Tabuleiros de Valença e na monocultura cacauzeira o peso desta relação atinge 57% das pequenas propriedades, o Extremo Sul e a diversificação cacaupecuária alcançam 28% e 27% respectivamente. Entre os estabelecimentos que alugam temporariamente trabalho, 14% incorporam-se na dupla relação de comprar para algumas práticas e vender-se quando ameaçada a subsistência, sendo que a venda suplanta a compra. Silva aborda esta relação de trabalho nos seguintes termos:

*"...Deve ser lembrado, provavelmente, boa parte do contingente de assalariados temporários é constituída por pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir sua sobrevivência unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano." (27).*

Os camponeses que se vinculam ao mercado de trabalho como compradores (26%), possuem uma área cultivada que gira em torno de 14 ha, respondem pela compra de 79% do trabalho temporário, constituem-se no grupo de produtores mais capitalizados. Entre os agrossistemas estes produtores representam 33% na monocultura cacauzeira, 31% nos Tabuleiros, 22% no Extremo Sul e 18% na diversificação cacaupecuária. Infere-se pelo exposto que estas unidades produtivas elevaram-se economicamente (ascenderam), contando para isto principalmente com o trabalho familiar e em menor escala com o temporário, coadjuvados pelo aporte de reduzido montante de crédito rural.

---

(27) José Graziano da SILVA (coord.), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, p. 103.

Esta relação é representada em média pela compra de 75 dias/ano, correspondendo a pouco mais de três meses de trabalho efetivo em cada unidade produtiva. Em relação aos enclaves delimitados, nota-se que esta média é de 82 dias nos Tabuleiros de Valença, 78 dias na monocultura cacaeira, 75 dias no Extremo Sul e 32 dias na diversificação cacau-pecuária. Mais uma vez se reafirma que a compra de força de trabalho assalariado entre os pequenos produtores é muito baixa. Portanto, os trabalhos afetos à unidade produtiva são majoritariamente conduzidos pelos membros da família e pautando-se nos dados até aqui levantados esta ainda dispõe de um vasto tempo para alugar.

Os assalariados temporários são mais requisitados para os serviços relativos aos tratos culturais (44%) – capina, roçagem, aplicação de insumos, etc. – à colheita (37%) e ao preparo do terreno (15%); o direcionamento que se detecta não resulta de qualquer grau de especialização, compreende, sim, as fases do processo produtivo mais exigentes em mão-de-obra. A penetração do capital no campo acarretou a especialização e a tecnificação mais intensiva de algumas práticas, situação que acirrou o requerimento sazonal de força de trabalho. A oferta de trabalho concentra-se em etapas do ciclo produtivo, nas quais os afazeres na própria terra também apresenta uma alta exigência, o dilema do produtor consiste em não saber como compatibilizar o trabalho para si e a necessidade de alugá-lo.

O cálculo econômico imediato resolve o impasse forçando o pequeno produtor a assalariar-se para continuar mantendo o suprimento familiar. Findo o trabalho nas empresas mais capitalizadas, volta-se tardiamente para o seu estabelecimento, quando o prejuízo é irremediável, o que busca fazer é minorar a sua dimensão; nestas ocasiões é compelido a contratar trabalho temporário, para por em dia os serviços agrícolas, atrelamento que provoca um

maior debilitamento da unidade camponesa.

Vale a pena refletir o que representa para a propriedade familiar ter de pagar salários, mesmo que por curto espaço de tempo, quando esta não consegue propiciar aos componentes da família que trabalham a terra, o mínimo preconizado pelo Estado para a sua paupérrima produção e reprodução. Mesmo se remunerando os trabalhadores neste ridículo patamar, este situa-se bem acima das suas possibilidades, pois para suprir este valor aos assalariados reduzem-se sobremaneira as disponibilidades financeiras da unidade camponesa. Este trabalho, quando agregado às mercadorias produzidas pelos pequenos estabelecimentos familiares, gera um valor inferior ao do conjunto da sociedade, devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas sociais, que não permitem auferir uma produtividade compatível com os demais segmentos do setor<sup>(28)</sup>.

Predomina entre os pequenos produtores que contratam trabalhadores temporários a relação especificamente capitalista do assalariamento (47%), 44% recorrem à empreitada e 4% à remuneração por produção, as duas últimas constituem-se em transmutações do assalariado, nas quais a retirada mensal depende da predisposição do trabalhador em intensificar e/ou prolongar a jornada de trabalho, cujo esforço físico não é compensado pelo que recebe a mais. A relação pré-capitalista da troca de dias é praticada por 5% dos estabelecimentos onde o trabalho familiar não dá conta dos serviços. Para Guimarães, a relação por tarefa ou empreitada tem o seguinte papel:

*"O trabalho remunerado por tarefa e por empreitada, que tende a substituir, na agricultura brasileira, o trabalho remunerado por unidade de tempo, presta-se em circunstâncias tais como as atualmente existentes no Brasil, à utilização das forças mais brutais de exploração do homem..."* (29).

(28) Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, v. II, p. 543-654.

(29) Alberto Passos GUIMARÃES, *A Crise Agrária*, p. 288.

Entre os agrossistemas, observa-se que o assalariamento prevalece na monocultura cacauzeira e nos Tabuleiros de Valença (67% e 56% respectivamente), a empreitada é mais adotada no Extremo Sul e na diversificação cacau-pecuária (70% em cada), A remuneração por produção não se revela na diversificação cacau-pecuária, nos outros espaços situa-se ao nível dos 4%. O costume da troca de dias não se manifesta no Extremo Sul e tem grande importância na diversificação cacau-pecuária (25%). No universo dos pequenos produtores a relação especificamente capitalista tem um baixo peso, razão pela qual os índices expostos terão que ser reduzidos à sua real dimensão, para poder conectá-los ao estágio de desenvolvimento das pequenas unidades camponesas nos quatro agrossistemas.

No que diz respeito ao cumprimento da legislação Trabalhista em relação aos trabalhadores permanentes e temporários, detecta-se que pouco mais de 12% dos produtores familiares enquadram-se nas determinações da Lei. Outros 52% conhecem as suas obrigações legais, mas não satisfazem as suas exigências quanto ao pagamento do FGTS, férias, décimo terceiro salário e aviso prévio. Os restantes 36% desconhecem os termos legais, não obedecendo aos seus preceitos quando compram trabalho ou quando o alugam para outros<sup>(30)</sup>.

#### 4. COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CAMPONESA

Busca-se descrever as categorias que integram a composição da força de trabalho ocupada nas pequenas unidades produtivas familiares. Estas são as protagonistas responsáveis pela condução dos serviços no interior da gleba e principais alvos do estudo que ora se leva a efeito, nos quais poucos reconhecem o cidadão que compõe as minorias marginalizadas econômico, social, cul

<sup>(30)</sup> Lygia SIGAUD, *Greve nos Engenhos*, p. 11-101.

tural e politicamente. Esta discriminação ganha corpo com o seu alijamento da articulação das alianças que dão sustentação ao Estado burguês, o qual não reconhece nestas qualquer força, razão suficiente para eliminá-las da participação das instâncias do governo e não identificam nelas nenhum poder de pressão para forçar o delineamento de políticas voltadas para o equacionamento das graves questões que as afligem.

O casal explorador e os membros adultos não remunerados da unidade familiar correspondem a 62% da força de trabalho, os homens participam com 35% e as mulheres com 27%. No Extremo Sul o trabalho destes atinge 75% (homens-45%; mulheres-30%), a monocultura aparece com 60% (homens-31; mulheres-29%), na diversificação cacau-pecuária esta mão-de-obra fixa-se em 57% (homens-34%; mulheres-23%) e nos Tabuleiros de Valença 51% (homens-29%; mulheres-22%).

Com relação aos menores de 14 anos que contribuem na execução dos trabalhos da propriedade camponesa, averigua-se que o seu peso como trabalhadores é de 24%, deste percentual os meninos têm uma cota de 13% e as meninas 11%. Os Tabuleiros de Valença revelam a maior participação desta população, a qual ascende a mais de 37% (meninos-21%; meninas-16%), sequenciado pelo Extremo Sul com 20% (meninos-12%; meninas-8%), a monocultura cacauífera (meninos-9%; meninas-9%) e a diversificação cacau-pecuária (meninos-10%; meninas-8%) aparecem cada qual com 18% de trabalho infantil.

Os dados expostos denotam a supremacia do trabalho familiar não remunerado (86% em média), sobre as demais formas a que as unidades camponesas se atrelam. Situação que confirma a hipótese de que a população pesquisada utiliza, preferencialmente, força de trabalho familiar – característica marcante entre os pequenos produtores espalhados pelos quatro agrossistemas em que foi demarcada a Região Litoral Sul.

Ressalta-se, também, a participação da mulher e das crianças na divisão sexual e etária do trabalho camponês, manifestando o seu papel para a preservação da unidade familiar, pelo trabalho que estes incorporam compulsoriamente ao produto camponês. A patroa e as filhas são sobrecarregadas com uma dupla jornada de trabalho pois, para estas, ainda estão reservados os fatigantes e enfadonhos afazeres domésticos.

O trabalho dos meninos acarreta nas pequenas unidades familiares dos agrossistemas definidos pela monocultura cacauceira e diversificação cacau-pecuária uma evasão escolar de 5%, ou seja, a criança em vez de dedicar-se ao estudo tem que ajudar os pais nos afazeres do estabelecimento. Nos Tabuleiros de Valença e no Extremo sul este quadro revela-se mais estarrecedor onde estes índices atingem 16% e 30% respectivamente. A causa primordial desta situação vincula-se com a precisão de suprir a ausência dos membros trabalhadores da família nos períodos que estes se vendem como força de trabalho para outros. Este contingente constitui os semi-analfabetos, mal sabem assinar o nome, que no futuro servirão de massa de manobra para a viabilização dos interesses das elites.

Sanar os problemas educacionais do meio rural não depende de vontade técnica ou profissional. A modificação do conteúdo escolar, a adequação do calendário, a alocação de pessoal suficiente e preparado; são transformações que se subordinam, sobretudo, a decisões políticas, as quais o "bloco no poder"<sup>(31)</sup> nunca esteve predisposto a tomar. Manter este estado de coisas faz parte de um processo maior de dominação, que tem na educação o seu mais importante aparelho ideológico<sup>(32)</sup>. Portanto, tudo isto é arquitetado, a sua reversão dar-se-á no embate entre as classes subjuga-

<sup>(31)</sup> Hugues PORTELLI, *Gramsci e o Bloco Histórico*, p. 19-32.

<sup>(32)</sup> Luciano COSTA NETO, *Hegemonia e Política de Estado: do marxismo à realpolitik*, p. 37-115.

das e a repressora.

Os remunerados da família são expressos por 6%, nos quais os homens correspondem ao dobro das mulheres. A representatividade mais significativa é observada na diversificação cacau-pecuária (21%), seguida pela monocultura (11%), os Tabuleiros de Valença aparecem com 2,2% e o Extremo Sul alcança o baixo índice de 0,4%. Este conjunto de trabalhadores é formado pelos filhos emancipados, genros ou noras que residem em casas localizadas nos limites das unidades produtivas e exploram para si um pequeno lote de terra cedida pelo chefe da família e lhe vendem trabalho quando as tarefas o exigem.

Existe uma relativa autonomia entre a propriedade familiar e o roçado do descendente, basicamente no que concerne aos aspectos administrativos, comportam-se como dois estabelecimentos interdependentes com respeito ao relacionamento econômico e social. A sua dimensão normalmente restringe-se à cota-parte que cabe ao membro da família na partilha deste bem, podendo ampliá-la caso consiga adquirir as partes de outros herdeiros, comportamento corriqueiramente constatado entre os pequenos produtores.

Na região em estudo, a população trabalhadora atraída pelo assalariamento permanente pelas pequenas propriedades corresponde a 1,3% da mão-de-obra ocupada nas mesmas. Deste percentual o trabalho masculino equivale a 1,2% e o feminino a 0,1%. O trabalho da mulher nesta relação é praticamente insignificante nos quatro agrossistemas. A compra de trabalho permanente centra-se no Extremo Sul (25%), na diversificação cacau-pecuária (1,9%) e na monocultura cacauífera (0,8%).

Observa-se que os trabalhadores temporários significam 6,4% da população obreira atualmente nas pequenas unidades familiares, neste contingente os homens e as mulheres têm o peso de 5,4 e 1,0% respectivamente. A sua distribuição pelos agrossistemas

revela que as trabalhadoras inserem-se nesta relação, com maior intensidade nos Tabuleiros de Valença (1,5%) e monocultura cacaeira (1,8%), praticamente insignificante nos demais. Quanto aos trabalhadores masculinos, constata-se que os Tabuleiros de Valença revelam uma representatividade de 9,0%, a monocultura cacaeira 8,5%, a diversificação cacau-pecuária 4,3% e o Extremo Sul 1,7%.

No conjunto do trabalho remunerado – assalariados familiares, permanentes e temporários – detecta-se a discriminação das mulheres, a participação destas mostra-se diminuta em toda a Região Litoral Sul, tanto no envolvimento da família como no aluguel de força de trabalho exterior. Este preconceito faz parte da cultura dos agricultores, os quais são, por natureza, conservadores – para estes só se concebe a venda de trabalho feminino em situações de extrema necessidade, tentam resumir a sua ação aos afazeres da casa e à colaboração nos serviços da unidade produtiva.

Por conseguinte, a mão-de-obra familiar compulsória ou remunerada entre os agrossistemas situa-se na faixa de 92% demonstrando a preponderância destes elementos na condução dos serviços afetos à unidade produtiva, coadunando-se com a caracterização definida para os pequenos produtores a serem abarcados pela pesquisa. Confirmando também a esporadicidade do trabalho temporário e a baixíssima inserção ao permanente.

##### 5. ENCAMINHAMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES

Tanto a expropriação como a diferenciação camponesa são faces de processos antagônicos, articulados pela dinâmica da acumulação capitalista. Entre as causas destes dois encaminhamentos destaca-se o tamanho do estabelecimento, conectado às facilidades ou dificuldades de acesso ao crédito rural, à modernização agrícola – aquisição de insumos modernos, máquinas, equipamentos, etc, e aos serviços de assistência técnica.

A forma de utilização do trabalho familiar e/ou alheio aponta o direcionamento das pequenas unidades produtivas num dos sentidos enfocados. A manutenção dos laços com a terra e a sobrevivência dos mais empobrecidos são tenuemente garantidos pelos recursos oriundos do assalariamento dos componentes da unidade familiar. A capitalização de parcela das pequenas propriedades centrou-se primordialmente no aporte do trabalho dos membros da família camponesa e esporadicamente apelaram para a contratação de mão-de-obra permanente e/ou temporária.

Ideologicamente a expropriação ou a diferenciação revelam-se na maneira de pensar dos protagonistas destes processos. A iminência da proletarização leva os primeiros a imaginarem-se como trabalhadores rurais, devido, certamente, à similitude das condições vivenciadas por estes segmentos sociais. Enquanto a condição pequeno burguesa dos segundos induze-os a verem-se como produtores rurais, que expressa o "status" almejado.

O movimento do capital – ciclos de conjuntura – exige para o seu desenvolvimento a concentração e a centralização da terra e da renda, ou seja, cada novo patamar de acumulação inaugurado pela dinâmica capitalista, o tamanho da terra (módulo) e o capital mínimos demandados pela exploração econômica são crescentes. A recomposição do capital no setor primário atiza a expropriação das unidades produtivas familiares; os que "ontem" conseguiram diferenciar-se, "amanhã" poderão incluir-se entre os que se encaminham para a privação da posse – perda do vínculo com a terra.

## CAPÍTULO - VI

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAMPONESA

A evolução histórica do homem acarretou profundas modificações na organização social dos povos em cada etapa do seu desenvolvimento econômico. No princípio, homem e natureza refletiam uma identidade una, suprido e supridora, conviviam nos limites da exploração animalésca, na qual a população era controlada pela disponibilidade de alimentos espontaneamente encontrados no campo. Porém, com o despertar do gênero humano, a natureza constituiu-se a sua principal especulação, identificou os fenômenos que antes o atemorizavam, ocasião na qual abriu os olhos para o mundo, como o ente capaz de transformá-lo<sup>(1)</sup>. Engels expõe assim a concepção da história:

*"Com o homem, entramos na história. Também os animais têm uma história: a de sua descendência e desenvolvimento gradual até seu estado atual. Mas esta história é feita para eles e, na medida em que eles mesmos dela participam, se realiza sem que o saibam ou queiram. Os homens, pelo contrário, quanto mais se afastam do animal, entendido limitadamente, tanto mais fazem eles próprios sua história, correspondendo, cada vez com maior exatidão, o resultado histórico aos objetivos previamente estabelecidos."*<sup>(2)</sup>.

Os modos de produzir foram se sucedendo um após o outro, a decadência destes pautou-se historicamente na contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção vigentes

(1) Friedrich ENGELS, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, p. 28-79.

(2) IDEM, *A Dialética da Natureza*, p. 26.

em cada um deles. As formas de apropriação dos excedentes e de exploração do trabalho são características inerentes aos sistemas. No capitalismo, estas atingem a plenitude da mistificação, pois para os explorados manifesta-se aparentemente uma troca entre iguais, ou seja, parece que todo o trabalho está sendo pago, mas em realidade os donos dos meios de produção ficam com a maior fatia da riqueza gerada. Marx tem a seguinte concepção para o desenvolvimento histórico:

*"...Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade..."* (3).

O inter-relacionamento dos homens nas mais diferentes conexões, resultou o aprimoramento das relações sociais, este avanço é progressivo, ocorre na medida em que o mesmo toma consciência da sua realidade. Este processo é obstaculizado pelas condições objetivas de existência, a essência e a aparência falseiam suas dimensões, induzindo-os a não se aperceberem da inserção de classe que melhor se ajuste à sua situação econômica.

A organização social do modo de produção capitalista é terminada pela sua superestrutura jurídica, política, educacional, espiritual e ideológica, a qual condiciona a organização da sociedade civil (4). As Instituições da sociedade organizada desempenham papel preponderante para a sua estabilidade social, econômica e política, são também as guardiãs da democracia, as quais evoluem encadeadas com o conjunto da sociedade. Gandy assim preconiza o seu desenvolvimento:

*"Uma formação social abrange a civilização de uma época. Inclui a base econômica, a superestrutura política e as ideologias sociais. É o todo social. É a totalidade dos sistemas e subsistemas sociais que constituem a civilização, e suas inter-relações, sobretudo as*

(3) Karl MARX, *Para a crítica da Economia Política: Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes*, p. 26.

(4) *Ibidem*, p. 23-27.

*relações econômicas: é a cultura humana vista da perspectiva da sua estrutura econômica. (...) Cada uma das diferentes formações sociais é definida pelo modo de produção nela dominante. Porque em cada formação há também remanescentes de modos de produção obsoletos." (5).*

Os pequenos produtores são fruto das determinações engendradas pelo capitalismo, a sua maneira de ser e de pensar são impostas por relações alheias à sua vontade, que os envolvem, deixando-lhes pouca margem para refletir a situação econômica, política, social e cultural em que vivem. As contradições são inerentes ao capitalismo; o antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de produção ganharão novos contornos com o desenvolvimento do sistema. Os produtores familiares fazem parte deste contexto, só com organização poderão contrapor-se à dominação e à expropriação.

A penetração do capital no campo tem historicamente provocado a expropriação de terras dos pequenos proprietários rurais, fonte do proletariado urbano, como também dos exércitos de reserva e do crescente contingente dos marginalizados pelo processo produtivo. Aos que permanecem na terra compete lutar para reverter esta tendência, sozinhos dificilmente atingirão este fim, sem que se incorporem à sua causa outras forças sociais. Estas alianças devem efetivar-se com os demais explorados pelo capital, mais especificamente os assalariados urbanos e rurais, os pequenos comerciantes e industriais.

#### 1. A FAMÍLIA CAMPONESA

A célula familiar no capitalismo desempenha relevante papel para a preservação do sistema, este delega-lhe a responsabilidade pela produção e reprodução da força de trabalho, o insumo

---

(5) D. ROSS GANDY, *Marx e a História: da sociedade primitiva ao futuro comunista*, p. 126.

básico para a geração da riqueza – substância criadora do valor. A esta cabe, também, a importante função de suprir a manutenção do exército de reserva a serviço do capital, para que esta pressione os salários do exército da ativa – regulando o mercado de trabalho – e servindo de freio nos períodos de desemprego, para que este não se torne um problema social que possa comprometer a reprodução do sistema. O escrito abaixo revela a visão de Singer a respeito da reprodução:

*"A reprodução da força de trabalho implica em dois processos combinados: a) a manutenção do trabalhador enquanto tal, ou seja, renovação diuturna de suas forças, o atendimento de suas necessidades materiais no que se refere à alimentação, vestuário, abrigo, higiene, saúde, recreação, etc.; b) a reposição do trabalhador, quando este se retirar da força de trabalho por aposentadoria, invalidez ou falecimento. Para que esta reposição seja possível é preciso fornecer ao trabalhador os meios para que possa criar os filhos, satisfazendo as necessidades materiais destes até atingirem idade adequada para oferecer sua capacidade de trabalho no mercado e os educando, de modo que sua futura capacidade de trabalho inclua as aptidões técnicas e culturais exigidas pelo capital." (6).*

Dentre as delegações que o capital lhe impõe, destaca-se a de aparelho ideológico cativo às suas determinações, capacitando a mão-de-obra de acordo com os requerimentos que o seu desenvolvimento vai exigindo. À família, compete a construção do arcabouço moral da população, a fim de que esta se submeta passivamente às imposições do capital. Fazem parte do processo de dominação as manifestações culturais, o esporte, o lazer, a religião, a escola, as comunicações, etc., todos conectados voltam-se para resguardar a estabilidade política e social. Coutinho faz a seguinte análise dos aparelhos ideológicos:

*"...Se o Estado é composto por múltiplos aparelhos e é influenciado pela correlação de forças entre classes e frações de classes, disso deriva que - em sua ação efetiva - diferentes aparelhos serão mais ou menos influenciados por diferentes classes e muitas políticas específicas do Estado [de qualquer Estado concreto] refletirão interesses entre si conflitantes..." (7).*

(6) Paul SINGER, *Economia Política do Trabalho*, p. 118.

(7) Carlos Nelson COUTINHO, *Dualidade de Poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista*, p. 49.

As pequenas unidades familiares se constituem ainda no refúgio do exército latente, onde a produtividade do trabalho não atinge o patamar médio determinado pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, nas quais se mantém uma população obreira subutilizada, frente aos limitados recursos terra e capital disponíveis. Quando o exército de reserva deixa de cumprir a função de regulador dos salários, o capital direciona-se para a tecnificação substitutiva de trabalho por capital e provoca a modernização da agricultura que acarreta, nesta última, o decréscimo absoluto e relativo da força de trabalho, a qual migra, para ser absorvida pelos demais setores da economia, ou para integrarem a massa dos reguladores do mercado de trabalho<sup>(8)</sup>.

#### 1.1 SITUAÇÃO FAMILIAR DOS CAMPONESES

Quanto à origem do proprietário e sua companheira, verifica-se que 57% emanam do próprio município onde se localiza o estabelecimento, 19% vieram de outras municipalidades do espaço pesquisado, 7% procedem da região árida do Estado da Bahia, 7% imigraram de outros Estados da Federação e 6% provieram do meio urbano das cidades da região estudada. A mobilidade geográfica deste grupo social centra-se preferencialmente nos limites da Região Litoral Sul, a dispersão de uma minoria é proveniente dos mais diferentes rincões do país. Homens e mulheres enveredaram por estas paragens com o intuito de melhorarem as suas condições de vida e para propiciar um futuro mais digno aos filhos.

Destaca-se que, entre os que mudaram para este polígono, o Extremo Sul foi o receptáculo de 92% dos evadidos da região seca dos Estados Nordestinos, 91% dos oriundos de outros Estados, 67% dos

---

(8) Theotônio dos SANTOS, *O Caminho Brasileiro para o Socialismo*, p. 103-140.

retirantes da região árida do Estado da Bahia e 58% dos que arribaram dos demais municípios da Bahia. Este agrossistema foi re descoberto a partir dos anos 70 com a abertura da rodovia litorânea (BR-101), período a partir do qual se tornou um dos pólos de atração dos expulsos da terra pelo processo de modernização agrícola instalado no país na década de 60. O imediatismo econômico desta segunda colonização degradou os abundantes recursos naturais renováveis, para posteriormente o capital produtivo apossar-se das terras e rapidamente fechar a fronteira<sup>(9)</sup>.

A análise aposta acima é confirmada quando se constata que o Extremo Sul possui tão somente 21% dos pequenos produtores originários do próprio município onde se situa a unidade produtiva, ou do meio urbano regional. Já nos outros agrossistemas estes indicadores atingem 83%. Historicamente, as regiões recém desbravadas apresentam um alto grau de aventureirismo, nas quais a luta pela terra é bem mais acirrada, os forrâneos sobrepõem os nativos; fenômeno averiguado no Extremo Sul, amenizado, porém, pelo próprio desenvolvimento capitalista que deslocou parte destes para outras instâncias do seu movimento antagônico.

A homogeneidade e a mobilidade das populações rurais residentes na região pesquisada, afere-se quando se averigua que o sobrenome Santos corresponde a 33% das famílias camponesas - diversificação cacau-pecuária 42%, Tabuleiros de Valença 39%, monocultura cacauzeira 35% e Extremo Sul 22%. Nos quatro agrossistemas os Santos, Silva, Souza e Jesus identificam 52% das pessoas. Em realidade trata-se de grupos sociais relativamente homogêneos e com baixa mobilidade geográfica, ratificadas pela regular estabilidade na posse e uso da terra. Solari focaliza esta questão

(9) José de Souza MARTINS, *A Militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política*, p. 75-112.

nos seguintes termos:

*"...As comundiades rurais tendem a ser, em suas características psicossociais, mais homogêneas do que a população das comunidades urbanas. Pode-se dizer a mesma coisa assinalando que a diferenciação social é maior e muito mais variada nas cidades do que no campo. A razão deste fenômeno é que, são muito mais homogêneas do que as origens da população urbana..." (10).*

Os sobrenomes também indicam o atrelamento religioso destas populações, pois verifica-se que 48% destes reportam-se às suas crenças. personificados nos Amparo, Anunciação, Batista, Bonfim, Conceição, Cruz, Divino, Encarnação, Jesus, Paixão, Rosário, Santana, Santos e Trindade espalhados pela região estudada. Como estes produtores podem entender o mundo, se as determinações da fé rivalizam com as materiais em suas mentes, sendo induzidos a compatibilizá-las obedecendo às prescrições das suas convicções e a ficar com a consciência tranquila. Davis e Moore abordam esta percepção dos camponeses na citação a seguir:

*"...Através da crença e do ritual, os fins e valores comuns são relacionados a um mundo imaginário simbolizado por objetos sagrados concretos, que por seu turno é relacionado de maneira significativa com os fatos e experiências de vida individual. Através da adoração dos objetos sagrados e dos seres que eles simbolizam, bem como da aceitação das prescrições sobrenaturais que são ao mesmo tempo códigos de comportamento, é exercido um poderoso controle sobre a conduta humana, guiando-a ao longo de linhas que sustentam a estrutura institucional e estão de acordo com os fins e valores últimos." (11).*

Nas unidades camponesas, a situação familiar revela que os solteiros correspondem a 12,5%, os casados a 55%, os amancebados a 23%, os viúvos a 5%, os separados a 3% e os divorciados a 0,5%. A maioria dos casamentos no campo cumprem apenas o ritual religioso, por imposição dos progenitores ou dos noivos, imaginando que, com isto, estão garantindo a estabilidade da união. Trata-se de um problema cultural, alicerçado no conservadorismo e no

(10) Aldo SOLARI, *O Objeto da Sociologia Rural*, p. 7.

(11) Kingsley DAVIS e Wilbert E. MOORE, *Alguns Princípios de Estratificação*, p. 121.

temor a "Deus".

O amancebamento é expressivo entre os pequenos produtores; relação que, na ótica da sociedade moderna, revela o primarismo destas populações, pois foge a qualquer trâmite legal socialmente definido. Para os produtores familiares, entretanto, esta relação é fruto de decisões amadurecidas, fato constatado quando o seu alto percentual é conectado com o baixo índice verificado pelas separações (3%), nas quais se incluem as resultantes do casamento e dos amancebados.

Entre os agrossistema, constata-se que a diversificação cacau-pecuária dispõe do maior número de casamentos (66%), em contrapartida revela o menor de amancebados (4%); nos Tabuleros de Valença, no Extremo Sul e na monocultura cacauzeira o matrimônio é buscado por uma faixa de 50% dos casais e 28% recorrem ao amancebamento. A concepção religiosa deste conjunto de produtores leva-o a considerar ambas as relações com a mesma respeitabilidade, pois a união entre duas pessoas quando bem intencionada tem a aceitação e a benção do "Senhor", crêem que este "Ente Superior" é o direcionador dos seus destinos.

No que concerne ao grau de escolaridade do casal explorador das unidades familiares camponesas comprova-se que 70% são analfabetos ou semi-analfabetos (assina o nome), existe similaridade entre o índice dos homens e das mulheres. Com o primário incompleto aparecem 19%, completaram as primeiras letras 5% e 6% atingiram graus mais adiantados. Estes índices dão a real medida do nível cultural dos pequenos produtores, situação que os coloca à margem das instituições da sociedade, pois estes não se incorporam entre os seus valores.

O menor percentual de analfabetos e semi-analfabetos detecta-se no agrossistema diversificação cacau-pecuária com 56% e o maior alcança 79%, nos Tabuleiros de Valença. A diversificação

especiarias detêm o mais baixo quantitativo dos que não terminaram o primário e dos que o completaram com 13% e 4% respectivamente, nos demais espaços situam-se na faixa de 18% e 6% em cada. A diversificação cacau-pecuária discrepa dos outros agrossistemas quanto aos produtores que concluíram o ginásio e cursos mais elevados, cujo percentual atinge em torno de 18%, altamente significativo em relação à média de 1,8% dos Tabuleiros de Valença, Extremo Sul e monocultura cacauzeira.

A emancipação de qualquer povo, grupo ou classe social tem se pautado historicamente no seu desenvolvimento cultural, ou seja, quanto mais evoluída uma sociedade, maior o seu arsenal de conhecimentos científicos e tecnológicos, fruto dos investimentos no homem. Diante da realidade dos pequenos produtores e do que representa o preparo intelectual para a libertação, é aceitável a sua postura submissa frente às determinações do capital, a reversão de tal quadro dá-se com a conscientização processual deste conjunto social. Ianni trata desta problemática nos termos seguintes:

*"Sob as condições em que ocorre o desenvolvimento do capitalismo no campo, o camponês não chega a constituir-se como cidadão, ou membro da sociedade nacional; a não ser como trabalhador, produtor de mercadorias, criador direto ou indireto de mais-valia. (...) Na perspectiva das classes dominantes, esse povo aparece em geral como subordinado, tutelado, conquistado." (12)*

Os camponeses da Região Litoral Sul possuem em média um número de filhos igual a 5,45. Em relação aos agrossistemas, averigua-se que o Extremo Sul destaca-se com 5,82, os Tabuleiros de Valença 5,49, a monocultura cacauzeira 5,23 e a diversificação cacau-pecuária 5,0. Entre os mais antigos, ter muitos filhos era sinônimo de uma velhice mais tranquila, haveria sempre quem o ajudasse nos trabalhos, como se tudo fosse resumido aos horizontes

---

(12) Octávio IANNI, *Classe e Nação*, p. 93.

da pequena unidade produtiva, o modo de produzir naquele momento histórico lhes transferia esta ilusão, não os deixando aperceber-se de que geravam força de trabalho para o capital.

O estrato de faixa etária que compreende os filhos com mais de quatorze anos abarca 58% da prole, os restantes 42% estão com idade inferior a este patamar. Os Tabuleiros de Valença dispõem de apenas 39% dos herdeiros na condição de população economicamente ativa, enquanto nos outros três enclaves esta se situa acima dos 60%. Estes percentuais fornecem o potencial de trabalho da progênie camponesa, trata-se de um contingente que se encontra incorporado, ou tem condições de inserir-se no mercado de trabalho na ocasião em que o capital deles necessitar.

No que diz respeito ao local de residência dos descendentes dos pequenos produtores, averigua-se que 65% moram com os pais no estabelecimento na mesma ou em casas separadas, 35% já saíram do imóvel em razão de estar estudando na cidade sob a tutela dos progenitores ou porque se emanciparam e buscaram outras opções para ganhar a vida. Vale ressaltar que as maiores presenças dos filhos na unidade produtiva verificam-se nos Tabuleiros de Valença (77%) e no Extremo Sul (66%), as menores ocorrem na monocultura cacaueteira (58%) e diversificação cacau-pecuária (50%). Os maiores índices conectam-se com a presença mais forte dos filhos ainda não emancipados.

Avaliando-se o aspecto cultural dos descendentes dos produtores familiares em idade de trabalhar, ao nível do tempo em que permaneceram na escola, os homens fizeram 3,6 anos e as mulheres 4,2, ou seja, mal conseguiram aprender as primeiras letras. Constata-se que o índice de analfabetos entre esta população supera os 16%. A diversificação cacau-pecuária apresenta os melhores padrões educacionais (6,5 anos de escola, 0,7% de analfabetos) e os piores são encontrados no Extremo Sul (2,8 anos de esco

la e 9,3% de analfabetos). Segundo Bonim, para a escola ser atrativa aos camponeses deveria sofrer transformações de base, como o explicitado abaixo:

*"...Embora reconhecendo o aprendizado como fundamental para seus filhos, percebe-se uma rejeição ao padrão de ensino elaborado segundo modelos urbano-industriais, imputando-lhe uma parcela de responsabilidade no processo de atração às cidades que afasta as gerações mais jovens. Assim, sua proposta de repensar a escola significa adequá-la às suas necessidades concretas de agricultores e transformá-la num instrumento de valorização do meio rural e da vida camponesa." (13)*

Dentre as crianças em idade escolar, chama-se atenção para o fato de que 11% destas não vão à escola porque têm de ajudar os pais nos afazeres do estabelecimento. 58% bem ou mal estão tendo a possibilidade de aprender a ler e a escrever, 31% constituem os menores que ainda não atingiram a idade escolar. Pelo exposto não se processaram grandes transformações na situação educacional das gerações de pequenos produtores, que os pudessem levar a dar um salto de qualidade para o entendimento da sua realidade; as elites continuam marginalizando este grupo social ao acesso à educação formal que o Estado constitucionalmente é forçado a dar pois, mantê-los como tal, protela o processo de exploração e dominação.

A inserção da prole camponesa no mercado de trabalho, afe-re o papel da agricultura como fonte do exército latente, quando se constata que 60% dos filhos destes ganham o sustento como trabalhadores rurais, 12,4% vão ser empregadas domésticas, os assalariados urbanos correspondem a 11,9% - carpina, comerciário, policial, pedreiro, ajudante de pedreiro, vigia, mecânico, motorista, etc. - ascenderam profissionalmente 6,4% - professor, técnico agrícola, padre, contador, enfermeira, médico, advogado, engenheiro, etc. - reproduziram-se como produtores familiares 2,8% e os

(13) Anamaria A. BONIM, et al, *Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida*, p. 86.

pequenos empresários são expressos por 1,0% - comerciantes, caminhoneiros, costureiras, etc..

As informações acima patenteiam a função da agricultura como suporte do exército latente, liberando força de trabalho tanto para o setor primário como para os demais setores da economia; inserem-se principalmente em atividades que exigem pouquíssimo conhecimento e especialização. O potencial deste exército consubstancia-se através do contingente dos adultos e crianças ainda remanescentes nas unidades camponesas.

O vínculo familiar entre os pequenos produtores é bastante estreito, este retrata-se quando se analisa a frequência de visitas dos filhos emancipados aos pais. Cotidianamente ou semanalmente visitam os pais 36% dos filhos que residem nas proximidades da unidade produtiva, 34% dos que moram nas redondezas o fazem mensalmente ou várias vezes por ano. Aqueles que se deslocaram para locais mais distantes vêm ao encontro dos progenitores ocasionalmente (20%), uma vez por ano (8%) e apenas 2% nunca mais voltaram a rever os pais.

Enquanto vivos os pais exercem uma forte influência sobre o encaminhamento e a conduta dos filhos. O lar paterno constitui-se, nos momentos difíceis, a certeza do abrigo garantido e compreensão. Estes e muitos outros papéis o capitalismo relega à família e transforma-a no movimento do seu próprio desenvolvimento, adequando-a em cada período histórico aos seus requerimentos.

#### 1.2. COMPOSIÇÃO DA CESTA DE ALIMENTOS

A cesta de alimentos dos produtores familiares é composta por um reduzido número de gêneros de primeira necessidade, mas nem todos têm acesso na mesma proporção, detecta-se a seguinte ordem de consumo: carne de gado (95%), feijão (93%), óleo ou banha (91%), farinha de mandioca (67%), pão (48%), ovos (43%), açúcar

(41%), batatinha (36%), manteiga (33%), carne de galinha (33%), peixe (26%), leite (24%), carne de porco (17%), macarrão (10%) e farinha de milho (7%). Normalmente compram os produtos mais acessíveis à situação financeira do momento, forçando-os conseqüentemente a optar pelos de qualidade inferior.

Alguns destes bens não revelam o quantitativo realmente consumido, pois não são adquiridos no mercado em razão de serem fruto do auto-consumo, dentre estes destacam-se a farinha de mandioca, feijão, café, leite, carne de galinha, aipim, batata-doce e ovos. As verduras e as frutas são muito pouco utilizadas e este consumo se resume quase exclusivamente ao que retiram do estabelecimento. O regime alimentar destas populações é muito limitado pois, de maneira geral, não têm tradição e poder aquisitivo para consumir muitos dos produtos corriqueiramente constantes na dieta das sociedades modernas (agroindustrializados) <sup>(14)</sup>.

A Organização da Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) da Organização das Nações Unidas (ONU) concluíram que uma pessoa necessitava ingerir em média um grama de proteína por quilograma de peso e 2.500 calorias/dia, cuja quantidade de energéticos varia de acordo com o estágio de desenvolvimento, sexo, idade, constituição física e o tipo de trabalho que realiza. Se analisado o conjunto dos pequenos produtores da Região Litoral Sul, o suprimento alimentar fornece proteína (40 g/pessoa/dia) e energia (1.556 calorias/pessoa/dia) que a situa em patamar bem inferior ao preconizado pela ONU <sup>(15)</sup>.

A qualidade do regime alimentar da população camponesa estudada melhora com a sua situação econômica, nas unidades produtivas que dão indícios de diferenciação o consumo de energéticos alcança em média 1.896 calorias/pessoa/dia e os protéicos 47 g/pes-

---

<sup>(14)</sup> Antonio CÂNDIDO, *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 91-164.

<sup>(15)</sup> MEDICINA E SAÚDE, *Função dos Alimentos*, V. VIII, p. 1876-1877.

soa/dia; enquanto que nas mais empobrecidas – principalmente as enquadradas nos estratos com menos de 20 ha – os calóricos atingem 1.469 calorias/pessoa/dia e os protéicos 37 g/pessoa/dia. Em termos percentuais os estabelecimentos em processo de ascensão superam os demais na ingestão de calorias e proteínas em 25% e 27% respectivamente.

Entre os agrossistemas, os Tabuleiros de Valença aparece com o melhor suprimento de proteínas aos grupos analisados (56 e 49 g/pessoa/dia) – em processo de diferenciação ascendente ou encaminhamento para a expropriação – os subseqüentes são o Extremo Sul (43 e 34 g/pessoa/dia) a monocultura cacaeira (46 e 29 g/pes-soa/dia) e a diversificação cacau-pecuária (41 e 34 g/pessoa/dia). Com relação aos energéticos observa-se a mais equilibrada provisão na diversificação cacau-pecuária (2.143 e 1.915 calorias/ pessoa/dia), aproxima-se deste os Tabuleiros de Valença (2.080 e 1.853 calorias/pessoa/dia), discrepam a monocultura cacaeira (1.754 e 1.202 calorias/pessoa/dia) e o Extremo Sul (1.692 e 1.182 calo-rias/pessoa/dia). Portanto, esquecendo a particularidade de cada unidade camponesa, detecta-se que em todos os agrossistemas a popu-lação em média não tem as suas necessidades energéticas e protéi-cas satisfeitas.

A cesta alimentar dos produtores familiares revela-se to-talmente desequilibrada em termos de origem e composição da mes-ma, aspectos que retratam a pobreza em que vive a maioria destas populações, situação que indubitavelmente está acarretando o com-prometimento orgânico e mental das atuais e futuras gerações de camponeses. Quadro que também afere o baixo nível de renda apro-priada por este segmento social e conseqüentemente a subordinação que o capital lhes determina para a manutenção da lógica da acumu-lação capitalsita.

### 1.3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CAMPONES

Os pequenos produtores da Região Litoral Sul tiveram como predecessores do estabelecimento em 43% dos casos os pais, os sogros em 8%, outros membros da família 7%, 38% por compra a terceiros e 4% em consequência de assentamentos. As transferências de posse da terra entre familiares ocorrem com mais frequência na monocultura cacauceira, diversificação cacau-pecuária e Tabuleiros de Valença. O Extremo Sul lidera os processos de compra (41%) e a efetividade dos assentamentos (72%). Na monocultura e na diversificação-especiarias o acesso à terra através da compra dá-se respectivamente por 18% e 33% dos produtores.

Enquanto o capital não modificou os métodos de trabalho na agricultura, as pequenas unidades camponesas conseguiram manter-se praticamente numa economia natural relativamente fechada, ou seja, entre outros fenômenos a posse da terra distribuía-se pelos familiares. No espaço pesquisado, a despeito de 83% dos pequenos proprietários descenderem de agricultores, a compra e o assentamento são responsáveis por 42% das posses, demonstrando ser a superfície destas unidades produtivas insuficiente para absorver a força de trabalho aí gerada, pois o capital desestruturou as relações de trabalho dentro das mesmas, subordinando-a à sua lógica. Veja-se o que pensa Ianni sobre este assunto.

*"...O avanço das relações mercantis revoluciona o trabalho, as formas de trabalho, a produção de valores-de-uso, as relações entre vizinhos, irmãos, pais e filhos. A terra muda de figura, lugar. O interesse, o dinheiro, a ganância mudam de jeito de alguns e todos. Pouco a pouco, ou de repente, todo o mundo passa a ser influenciado pelo que vem de fora: novidades, coisas, idéias, esquisitices..." (16).*

Antes da instalação no estabelecimento dos ora ocupados, 82% destes camponeses ganharam a vida exercendo outras atividades, a saber: operários rurais (59%), pequenos produtores (21%), comerciantes (4%), caminhoneiros, carpintas, bodegueiros, empregadas domésticas, ajudantes de pedreiro, mecânicos, pescadores e meeiros

(16) Octávio IANNI, *Classe e Nação*, p. 88.

(7%). A unidade camponesa não tem capacidade de absorver os filhos chegados à idade de trabalhar, forçando-os a buscar opções de sustento fora do estabelecimento; com alguns retornando mais tarde quando os pais já faleceram, ou a velhice não lhes permite mais aguentar a dureza do trabalho na terra.

Uma pequena minoria dos herdeiros dos pequenos produtores conseguem ter acesso à terra, pois a subdivisão da gleba paterna resulta no fracionamento do infracionável. Cabendo a cada descendente um minguado lote de terra, insuficiente para garantir o seu sustento, situação que implica que estes sejam forçados a vender suas parcelas para parentes ou terceiros. Processo que, em realidade, acarreta a manutenção de parte das unidades camponesas, a emergência das mini-unidades produtivas – encaminhamento para a inviabilização – e a concomitante concentração da propriedade fundiária.

Na transmissão da propriedade, em 87% das partilhas todos os herdeiros homens e mulheres receberam uma parte igual da herança – isto não implica o seu retorno para o campo – em 9% dos imóveis não houve transmissão dos bens, 2% doaram a certos herdeiros e outros 2% não fizeram uma divisão igualitária. Nota-se muito desconhecimento da legislação pertinente ao assunto, fruto da excessiva burocratização para se enquadrarem nos requisitos legais, tão complexos para este conjunto social.

Entre os atuais proprietários, 92% acham que dispõem de alguém para sucedê-los, 4% não possuem filhos para substituí-los e 4% não querem que os herdeiros continuem ligados à terra. As razões que levam estes últimos a pensar desta maneira, atrela-se ao fato de o campo não permitir mais ganhar o suficiente para viver, por tratar-se de uma profissão muito dura e porque os mais jovens não querem morar no campo. Aqueles que não desejam a terra para os filhos constituem o grupo que se encontra na iminência da ex-

propriação, a estes a unidade produtiva serve de escape nos momentos em que se torna difícil alugar o seu trabalho.

## 2. O CAMPESINATO COMO CLASSE

As determinações do sistema capitalista impõem aos homens a sua respectiva inserção de classe, cada qual se enquadra sem se aperceber na classe que mais se identifica com as prerrogativas que a vida lhes oportuniza. Enquanto não compreendem os ditames do capital, podem equivocadamente sentir-se pertencentes e defensores da classe à qual em realidade são antagônicos. Interessa delinear a posição dos produtores familiares com respeito a esta questão, como também desnudar os fundamentos das suas posturas frente às demais categorias sociais. Para maior reflexão expõe-se, a posição de Perceval para o tema:

*"A inclusão numa classe é um fato objetivo independente da consciência do indivíduo, que aliás pode mudar de classe ou de camada social sem mesmo o suspeitar. isto é particularmente nítido na agricultura onde as relações de produção evoluem depressa: o pequeno camponês torna-se um semiproletário, o camponês médio um camponês, ainda que se não dêem conta disso inteiramente." (17).*

### 2.1. INSERÇÃO DE CLASSE

Questionados os produtores familiares qual o termo como gostariam de ser designados, 67% inclinam-se pela terminologia "produtor rural", 26% preferem a denominação "trabalhador rural", 4% têm predileção por "camponês" e 3% por "empresário rural". Certamente os que se posicionam favoráveis à nomenclatura "produtor rural" e "trabalhador rural" se encontram em situações sócio-econômicas díspares, ou ainda não se aperceberam da realidade que os envolve.

Pelo nível cultural retratado por estas populações, tudo

(17) Louis PERCEVAL, *Com os Camponeses por uma Agricultura Moderna*, p. 157.

leva a crer que as suas inserções não resultam de atos reflexivos da consciência, esta identificação revela-se de acordo com as condições de vida em cada momento histórico. Os assemelhados a trabalhadores rurais devem estar na situação de venderem com maior ou menor intensidade força de trabalho e se encontram no limiar da expropriação. Os que se imaginam como produtores rurais foram levados a tal percepção em decorrência da diferenciação econômica que por ventura tenha ocorrido, outros porque estão absorvidos pela ideologia dominante, que mantém a alienação através da posse de poucos meios de produção, que não geram renda suficiente para suprir as necessidades da unidade camponesa.

Buscou-se captar quais as profissões que os produtores familiares definiam como as mais identificadas com a de agricultor, entre as citadas aparecem operário rural (34%), Técnico agrícola (34%), engenheiro agrônomo (24%), comerciante (4%), empresário (3%) e médico veterinário (1%). A preferência por profissões ligadas à agropecuária atrela-se à influência destes técnicos vivenciada pela ação da extensão rural, mas também reflete as aspirações de ascensão social dos que assim pensam. Os que se assemelham com o operariado rural, fazem-no pautados nos seus inter-relacionamentos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Conectando a designação com a identificação profissional, patenteia-se a ambivalência de classe em que este conjunto social emerge, sempre que a essência e a aparência negaciam a manifestação das respectivas dimensões. Não bastassem as várias categorias que integram o campesinato — pequenos produtores, arrendatários, parceiros, posseiros, meeiros, ocupantes, etc. — com uma gama diversificada de reivindicações, ainda os aflige o fato de serem proprietários de escassos meios de produção que lhes antepõem um horizonte classista pequeno burguês. Para outros, a proletarianização torna-se uma realidade cada vez mais palpável. Como compa-

tibilizar este espectro de percepções e reivindicações? Este é o dilema dos produtores familiares. A dicotomia classista dos camponeses é abordada por Ianni como o exposto na citação abaixo:

"...Ocorre que os camponeses não formam uma classe social amadurecida, homogênea. Ao contrário são diversificados em termos econômicos, sociais, culturais. Compõem-se de unidades familiares de produção, dispondo de alguns meios de produção, além da força de trabalho. Estão altamente determinados pela terra, como objeto e meio de produção. Uns são sitiantes, outros arrendatários. Muitos combinam a produção para o consumo e o comércio; alguns exclusivamente para o comércio; outros exclusivamente para o consumo. Todos convivem de permeio a latifúndios, empresas, fazendas, usinas e parques indígenas, além de outras formas de organização do trabalho..." (18).

A ambivalência de classe entre os produtores familiares revela-se também quando analisada ao nível da filiação às entidades sindicais: 56% não militam no sindicalismo, 31% pertencem ao sindicato dos trabalhadores e 13% ao patronal. O agrossistema de diversificação cacau-pecuária está com o maior índice de agricultores não atrelados a sindicatos (84%), uma das maiores em relação ao patronal (16%) e insignificante ao dos trabalhadores. Na monocultura é alto o percentual dos não associados (73%), os sindicatos dos trabalhadores e o dos patrões atraem respectivamente 19% e 8% desta população. O Extremo Sul tem o melhor contingente de atrelamento ao sindicato dos trabalhadores (58%), o patronal aparece com 8% e os não afiliados com 34%. Nos Tabuleiros de Valença, o quadro é o seguinte: o sindicato dos trabalhadores contam com 32%, o patronal 21% e a nenhum deles 47%.

Constata-se que 70% dos produtores familiares que se atrelam ao sindicato patronal possuem uma superfície inferior a 20 ha, os restantes 30% estão acima deste patamar. Dos camponeses associados ao sindicato dos trabalhadores rurais 63% incluem-se nos estratos com menos de 20 ha e 36% são detentores de glebas maiores. Esta ambivalência é determinada pela contradição entre

(18) Octávio IANNI, *Revoluções Camponesas na América Latina*, p. 38.

a posse de reduzidos meios de produção – insuficientes para garantir a sobrevivência – e a necessidade de se venderem como força de trabalho para continuar se reproduzindo, isto é, num momento se comportam como patrões e no seguinte como assalariados.

A sua indefinição como classe social patenteia-se quando se observa que os pequenos produtores militam em entidades díspares, demonstrando que são afetados diferentemente pelas determinações que o capital impõe a este conjunto social. A maioria destes está à margem das Instituições da sociedade civil, mostram-se alheios ao processo político e aos engendramentos que o jogo do poder articula para manter a dominação das elites e a extração do sobretabalho. Entre os agrossistemas, a ambivalência é retratada com a mesma fidelidade do universo da Região Litoral Sul, com maior ou menor preponderância de uma ou outra situação enfocada.

## 2.2. PROCESSO DE MUDANÇA SOCIOCULTURAL

A mudança sociocultural é um fenômeno que ocorre em todas as culturas, variando enormemente de uma sociedade para outra e até mesmo de um momento para outro. Esta efetiva-se no meio rural com a migração, composição da população, taxa de natalidade, nível educacional, declínio das relações sociais, difusão de traços culturais dentro e entre as sociedades. O custo deste processo mostra o seu lado maléfico com a desorganização pessoal e social<sup>(19)</sup>.

Na perspectiva de 48% dos produtores familiares, a unidade produtiva não tem condições de absorver os filhos, pois não dispõe de terra suficiente para garantir-lhes o seu sustento. Posição vivenciada pelos que têm a prole em idade de trabalho, o que coloca à disposição do capital praticamente a metade dos descendentes dos pequenos produtores, os quais forçosamente terão que transformar-

---

(19) Paul B. HORTON e Chester L. HUNT, *Sociologia*, p. 381-402.

se em força de trabalho que se incorporará ao exército da ativa ou de reserva.

Os filhos seguem uma trajetória semelhante à dos pais, no que concerne ao fato de estes antes de se instalarem como produtores ter passado por outras experiências (82%). Entre os herdeiros, observa-se que 80% empregam-se pelas redondezas da unidade camponesa, 12% migram para o sul do país, 6% instalam-se como comerciantes e 2% escapam para as regiões de fronteira. Esta situação confirma a necessidade de se ampliar o horizonte das propostas de reforma agrária, no sentido de propiciar à família camponesa uma superfície de terra capaz de garantir a sua manutenção e reprodução.

Quanto à situação econômica dos filhos emancipados imigrados, 48% dos pequenos produtores declaram haver melhorado, para 43% estes se encontram na mesma e piorou na visão de 9%. O estado que os produtores familiares evocam, tem por referencial as suas próprias condições de existência, padrão que comumente entre estes produtores se situa ao nível da subsistência, o que bem dá a medida da classificação que declinam para os filhos.

Com relação ao local de residência que almejam para os filhos homens, 31% revelam preferir vê-los morando na cidade, 59% no campo e para 10% tanto faz. No concernente às filhas, 42% preferem que vivam na cidade, 48% no meio rural e indiferentes para os restantes (10%). A maioria dos camponeses continua mantendo a ilusão de que os filhos devem fixar-se nas unidades produtivas, mesmo se apercebendo que a terra é insuficiente para garantir o suprimento alimentar de todos. Mostram-se um pouco mais liberais nesta questão no que diz respeito às mulheres.

Inquiriu-se os produtores familiares a respeito de que profissão gostariam que os filhos do sexo masculino seguissem, 30% desejam que estes venham a ser agricultores, 26% engenheiros

agrônomos ou técnicos agrícolas, 17% profissionais liberais, 14% profissionais autônomos ou comerciantes, 6% professores ou funcionários públicos, 5% padres ou pastores e 2% operários rurais. Aspiram a que as filhas sejam professoras ou funcionárias públicas (49%), profissionais liberais (17%), agricultoras (11%), profissionais autônomas ou comerciantes (10%), engenheiras agrônomas ou técnicas agrícolas (9%), religiosas (4%), não as querem ver como operárias rurais.

Ambicionam para os filhos ascensão profissional, para isto reconhecem no estudo uma das possibilidades de transformação, mesmo admitindo que pouquíssimos dispõem de meios para levar avante esta aspiração. Outras atividades e empregos menos sacrificantes e mais seguros foram eleitos como opções de garantia da estabilidade dos filhos. A reprodução como agricultores é desejada para expressivo contingente desta população, em contrapartida mostra-se insignificante o número dos que os imaginam como trabalhadores rurais, pois os horizontes delineados por este trabalho não lhes oportuniza a perspectiva de um futuro melhor para a prole. O lado religioso demonstra-se pelo percentual dos que gostariam de ver os herdeiros padres, pastores ou freiras.

Os produtores familiares definem que para o futuro seria mais conveniente para os filhos: trabalhar a terra (19%), estudar e encontrar um trabalho condigno (50%), estudar e assumir o trabalho no estabelecimento (21%) e para as filhas 10% preceituam o estudo como preparo para o casamento. A escolarização se manifesta como uma das mais fortes saídas para os descendentes dos camponeses, os laços com a terra aparecem também de forma destacada, tanto para os que não conseguiram um maior aprofundamento intelectual como para os que o auferiram.

Estas populações patenteiam a sua reação a mudanças quando se analisa o local de morada desejado para os filhos casados, 7%

preferem tê-los vivendo consigo, 49% querem que vivam na propriedade mas em casas separadas, 42% definem-se por sua localização nas circunvizinhanças e apenas 2% almejam que residam longe uns dos outros. Quadro que retrata a característica gregária da família camponesa, alimentada pelo esmerado sentido de proteção e solidariedade cultuado através de gerações.

O conservadorismo e a perspectiva de mudança social apresentam-se de forma ambígua para estas populações; as suas condições de existência amarram-nos ao passado, enquanto as determinações do sistema projetam suas ilusões para o futuro. O antigo sobrepõe o moderno, pois constitui-se na negatividade das suas concepções de vida, realidade à qual gradativamente terão que se adaptar através dos inter-relacionamentos econômicos, sociais, culturais e políticos.

A mudança social que as determinações do capital impõe à população estudada, é bem caracterizada com a definição do número de filhos que um casal atualmente deveria ter, em média fixam-se em 3,1 crianças, enquanto ora possuem 5,6. Preconizam a seguinte distribuição: 43% desejariam ter dois filhos, 26% três, 22% quatro, 5% cinco, 1% um e 3% seis ou mais. Portanto, o sistema condiciona a oferta da população trabalhadora, neste sentido tem o poder de exercer o controle da natalidade, através das condições de existência vivenciadas pela sociedade. Corrigan e Marx teorizam a respeito da questão enfocada nos seguintes termos:

*"...Argumentamos que a consciência reflete o ser social e que as atitudes e relacionamentos do indivíduo não são algo gerado espontaneamente de dentro para fora, mas, pelo contrário, refletem a realidade material existente. Essa realidade material, naturalmente, será experimentada pelos indivíduos, à medida que crescem e se desenvolvem, através da mediação da família, da escola, do emprego, das instituições e de outros elementos da sociedade; inseridas nessa realidade material estão as ideologias que refletem as necessidades funcionais e as contradições da população capitalista." (20).*

(20) Paul CORRIGAN e Peter LEONARD, *Prática do Serviço Social no Capitalismo: uma abordagem marxista*, p. 113-114.

"A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, de que dependa a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas. Se a oferta exceder a procura, um dos elementos que entram no preço - lucro, renda da terra, salários - será pago abaixo do seu valor; uma parte da procura destes factores será retirada do uso e o preço corrente gravitará para o preço natural..." (21).

Para os pequenos produtores uma família numerosa expressava a estratégia de produção e reprodução das unidades camponesas; trabalhando a terra conjuntamente ou alugando-se como força de trabalho para outros e remetendo ao estabelecimento parte da renda auferida nesta relação de troca. Nos idos tempos era mais fácil obter trabalho e com ganhos mais condizentes, as condições deterioraram-se paulatinamente, à medida que as forças produtivas avançavam, processava-se concomitantemente o empobrecimento do proletariado. O que antes se mostrou vantajoso para o equilíbrio da unidade camponesa, hoje constitui-se um dos factores mais onerosos, no que concerne à sua educação e manutenção como integrantes do exército latente de reserva a serviço do capital. Diante das implicações econômicas, sociais e culturais que os filhos acarretam, impôs-se aos progenitores uma reflexão mais profunda a respeito do tamanho da prole e a sua consequente redução por força das condições materiais de existência.

Na ótica dos produtores familiares a mudança social é refletida pelas seguintes percepções: para 12% a situação é boa, 48% definem-a como mais ou menos ruim, 35% classificam-na como muito ruim e 5% não sabem posicionar-se a respeito da questão. Nenhum deles se vê em excelente situação, quando muito, uns poucos se enquadram na boa, a grande maioria reflete o estado de pauperização a que as formas de subordinação os está levando.

(21) Karl. MARX, *Manuscritos Econômicos - Filosóficos*, p. 102.

Quanto ao futuro dos pequenos produtores, 57% propugnam que este depende do Estado, para 32% dos próprios agricultores familiares, 7% atrelam esta dependência aos agentes de comercialização e 4% aos grandes produtores. Entre os agrossistemas detecta-se que a diversificação cacau-pecuária (58%) e os Tabuleiros de Valença (40%) apresentam os maiores graus de independência e os menores são observados na monocultura cacaueira (18%) e no Extremo Sul (22%). De maneira geral os camponeses não se vêem como força social capaz de desencadear a transformação do processo de subordinação determinado pela lógica da acumulação capitalista.

Para fazer frente a despesas não cobertas pela renda gerada na unidade familiar, 9% dos pequenos proprietários venderam em média 9,0 ha de suas terras. Os Tabuleiros de Valença (5,5%) e a diversificação cacau-pecuária (2,5%) despontam como os agrossistemas onde este comportamento teve mais adeptos. Este quadro mostra a luta pela continuidade da sua manutenção como produtores familiares, nos marcos das determinações ditadas pelas formas de extração do sobretrabalho camponês.

A possibilidade de se desfazer do estabelecimento poderia ser buscada por 4%, em decorrência da falta de sucessores; 62% na eventualidade de comprar uma área maior; 73% no caso de poderem comprar um imóvel melhor; 34% para ajudar na instalação dos filhos; 23% para pagar dívidas e 8% para investir fora da agricultura. Estas informações enfatizam o apego dos produtores familiares à terra, os quais limitam os seus horizontes econômicos à exploração agrícola, querendo alhear-se das determinações do mundo que os cerca, para as quais sentem ser impotente a sua reação.

Alguns fatores entravam a compra de terras por parte dos produtores familiares após a sua instalação, 18% porque dispõem de área suficiente, 80% em razão de não terem possibilidade de auto-financiamento, 80% por dificuldades de acesso ao crédito, 9%

alegam falta de terras para comprar, outros 9% vêem como motivo a falta de mão-de-obra para ajudá-los na execução das tarefas, 69% acham que a terra é muito cara e 17% dão como pretexto o fato de não mais terem idade para comprá-la. Em realidade, expressivo contingente dos pequenos produtores não possui terra suficiente para retirar dela a sua subsistência, situação que não lhes permite acumular para a expansão deste fator de produção.

Buscou-se a opinião dos camponeses a respeito do local onde se vive melhor, 62% responderam ser no campo, 25% na cidade, para 10% tanto faz e 3% não souberam definir-se. Aó tempo em que se captou a sua expectativa em relação a alguns serviços, a cidade ganha a preferência no que concerne aos cuidados médicos (96%), compras para casa (95%), escola para os filhos (86%), diversões (74%), moradia (51%) e relacionamento com as pessoas (46%). Os produtores familiares preferem a vivenda no campo, mas em contrapartida reconhecem as vantagens que a cidade oferece; é no meio rural que conseguem se encontrar, aí se acham as suas realizações, o esconderijo onde destilam as mágoas e as frustrações do cotidiano, nas metrópoles estão os fantasmas que os atemorizam e lhes roubam os sonhos dourados das suas ilusões.

Caso os pequenos produtores dispusessem de algumas economias, 38% as destinariam para a compra de terra, 16% para a aquisição de equipamentos agrícolas, 11% deslocariam-nas para a melhoria da casa, 9% para terminar de pagar suas dívidas, 8% procurariam comprar gado, 8% tenderiam a ajudar os filhos a se instalarem e 6% objetivariam comprar um carro. A terra, a família e a honra são as preocupações básicas dos camponeses, se pudessem primordialmente aplicariam em terras, na forma de ampliação dos limites ou investimentos, para a família almejam a tranquilidade e o bem estar e finalmente a garantia do cumprimento dos deveres assumidos, questão que perpassa até mesmo o seu grande apego à terra.

O processo de mudança sociocultural ocorrido com os camponeses da Região Litoral Sul, avalia-se sobremaneira ao nível das concepções familiares no que concerne à educação, à profissão, ao trabalho, no tamanho da prole almejada para as futuras gerações. A situação de empobrecimento ou diferenciação tem acarretado transformações marcantes para estas populações, ou seja, enquanto uns melhoram sócio-economicamente outros encaminham-se para a expropriação. Portanto, a transformação de valores destes lavradores abarca uma ampla gama de aspectos, entre estes destaca-se a idealização da terra como bem de família que perpassa os horizontes do tempo.

### 3. FORMAS DE SOLIDARIEDADE

Com as formas de solidariedade os camponeses compartilham idênticos interesses, através da integração e do correlacionamento dos cidadãos consigo mesmo e com as entidades da sociedade civil. O seu estágio oportunizará a aferição do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção no contexto dos pequenos produtores<sup>(22)</sup>.

Entre os pequenos agricultores detecta-se que, para a execução de determinados trabalhos, 64% recorrem à ajuda mútua; esta co-participação tem, por principais protagonistas os familiares (50%), os vizinhos (38%) e ambos (12%). Entre as características do capitalismo sobressai o culto ao individualismo e este atinge a sua plenitude em sociedades subdesenvolvidas, países nos quais o capital atua com toda a selvageria, onde se sedimenta o processo de democratização; ou seja, a sociedade ainda não está plenamente organizada para contrapor-se aos seus métodos. Nos conjuntos sociais que mais se aproximam de uma economia natural, torna-se mais intensiva a manifestação desta forma de solidariedade.

---

(22) Antonio CÂNDIDO, *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 35-90.

Confirma esta assertiva o fato de 91% dos camponeses podem em caso de dificuldades, apelar para o auxílio dos vizinhos, 4,5% reconhecem que não teriam esta ajuda e 4,5% têm dúvidas se a receberiam. Mesmo dispersos, os pequenos produtores não vivem em isolamento, mantêm um estreito relacionamento com familiares e vizinhos, nas ocasiões de trabalhar conjuntamente, no bate "papo" ao entardecer no terreiro, na bodega, nos momentos de lazer e nas visitas formais e informais.

O associativismo atrai apenas 30% da população estudada, destes 11% atrelam-se a organizações cooperativistas - cooperativas de comercialização/crédito (6%), comercialização (3%), comercialização/consumo (1%) e crédito (1%). Estes dados demonstram a sua baixa vinculação às formas mais evoluídas de organização engendradas pelo sistema capitalista, principalmente no que concerne ao cooperativismo, que os poderia libertar das garras dos intermediários e dar-lhes um maior poder de barganha no ato de comprar ou vender em comum. Martins trata esta questão nos seguintes termos:

*"O Cooperativismo constitui-se na técnica econômica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção da sua parcela no preço final do produto ou, ao menos, atenuar a descapitalização do plano de estabelecimento rural. Por isso mesmo, o cooperativismo enquanto dimensão dos movimentos associativos agrários tem também as suas implicações políticas, uma vez que se revestiu da condição de instrumento de defesa de interesses de classe..." (23)*

O cooperativismo no modo de produção capitalista assume outros importantes papéis para a dinâmica da acumulação capitalista, dentre estes destaca-se o de promover o desenvolvimento das forças produtivas, mantendo as tensões e os conflitos sociais nos limites não comprometedores à estabilidade do sistema. Para projetar-se no mercado esta forma de organização precisa assumir pa-

(23) José de Souza MARTINS, *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, p. 68.

drões de competitividade semelhantes aos de qualquer empresa capitalista, caso contrário será subordinada às determinações dos grandes grupos econômicos<sup>(24)</sup>.

A situação enfocada reflete o caráter político desta categoria social, a qual vive dispersa pelo campo cada qual vivenciando seus próprios problemas e tentando resolvê-los individualmente, ou esperando que outras entidades (Estado) venham trazer-lhes a solução. A sua congregação em associações constitui-se uma das formas de fazê-los perceber as vantagens da agregação para buscarem aliados entre as classes exploradas pelo capital e confrontarem-se com os expropriadores do sobretrabalho, a fim de arregimentarem forças para conseguir ter acesso aos excedentes. Kleinschmidt aborda a politização no texto a seguir como processo organizativo:

*"A politização é um dos componentes necessários em todo o processo de organização, é a mola propulsora para o crescimento e desenvolvimento, tanto qualitativo como quantitativo do grupo envolvido neste processo."* (25)

#### 4. VINCULAÇÃO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Busca-se captar as vinculações do camponês com as instituições da sociedade civil, que forma de atrelamento se efetiva e a sua percepção a respeito das mesmas. As entidades em apreço constituem e integram o conjunto dos aparelhos ideológicos postos a serviço da manutenção da dominação burguesa, os quais mistificam a exploração que o capital lhes impõe para a extração do so-

(24) José H. ACCARINI, *Economia Rural e Desenvolvimento; reflexões sobre o caso brasileiro*, p. 41-46; José Vicente T. dos SANTOS, *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, p. 114-125; Maria T. L. FLEURY, *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, p. 77-100; Odacir L. CORADINI e Fredericq ANTOINETTE, *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*, p. 52-61.

(25) Carin KLEINSCHMIDT e Jorgina M. da SILVA, *Movimento Popular e Serviço Social*, p. 47.

bretrabalho gerado nas unidades produtivas familiares.

#### 4.1. MANIFESTAÇÕES FESTIVAS E RELIGIOSAS

No que concerne à participação dos pequenos produtores em festas ou competições esportivas realizadas na região, observa-se que 16% se fazem presentes sempre que há, 4% com certa frequência, 39% muito raramente e 41% nunca foram adeptos das manifestações enfocadas. Como opções de lazer para as populações pesquisadas estas atividades são pouco atrativas, em razão de as acharem uma perda de tempo ou ambiente propício para bagunceiros e depravados.

Quanto ao atrelamento religioso observa-se que 5% dos produtores familiares praticam algum rito, 5% dedicam parte de um dia da semana "às coisas do espírito", de mês em mês 12% destinam algum tempo às suas crendices, 52% ocasionalmente lembram-se da sua religiosidade e 16% não têm ligação com nenhuma religião. A diversificação cacau-pecuária apresenta a menor inserção desta população às práticas religiosas (18%), nos outros agrossistemas o índice de receptividade situa-se em torno dos 35%.

A religiosidade do camponês como prática vivenciada no dia-a-dia desta população parece algo tênue, causa para a qual demonstra um alheamento bastante acentuado; mas como sentimento culturalmente internalizado por estes, revela um horizonte bem mais profundo. A crença em um ente superior, criador e ordenador de todas as coisas é quase generalizado no seio desta gente, retratada pelo calendário agrícola, nome dos filhos, desejo de ter na família padres, pastores ou freiras, denominação do estabelecimento, entre outros. O aspecto ideológico da religião é enfocado por Wolf no texto abaixo:

*"A religião não se explica unicamente em seus próprios termos. Ela funciona para sustentar e equilibrar o ecossistema camponês e a or-*

*ganização social e também constitui um componente da ordem ideológica mais ampla..." (26)*

As convicções religiosas deste conjunto social assemelham-se a uma herança legada pelos seus descendentes, que se transferem naturalmente sem nenhum ensinamento formal de pais para filhos. Esta religiosidade é utilizada como forma de as elites manterem o controle social e moral sobre estas populações, os seus preceitos doutrinários limitam-se quase exclusivamente a questões da espiritualidade (imaterialidade), não se propondo a fazê-los avançar em termos de organização política, que lhes propiciaria em realidade a emancipação dos grilhões que o capital de termina. Forman trata esta questão nos seguintes termos:

*"A religião sempre desempenhou um importante papel - embora ambíguo no pensamento e nas ações dos camponeses brasileiros. Ao mesmo tempo em que alimentou a cultura do silêncio, deu voz ao seu descontentamento. Tanto como instituição, quanto como sistema de crença, aliou-se à estrutura social e à organização social para produzir uma ideologia que de fato às vezes age como ópio, impedindo a ação política direta por parte do campesinato, e em outras ocasiões é reorientada em explícitas e devastadoras expressões de projeto social. Ela é, portanto, ao mesmo tempo um instrumento de controle social e um meio de mobilização." (27)*

Enquanto o conteúdo das pregações, sermões ou prêlicas não envereda pela construção da conscientização política dos fiéis ou adeptos os dirigentes, aproveitando-se da influência da função, incursionam oportunisticamente na política partidária. No Congresso com raríssimas exceções, o elenco, dos parlamentares evangélicos constitui as correntes mais retrógradas, conservadoras e reacionárias, que fazem parte da base de sustentação do Estado burguês. Para a preservação da dominação persistem em manter um campesinato analfabeto, tradicionalista, desinformado e despolitizado.

(26) Eric R. WOLF, *Sociedades Camponesas*, p. 134.

(27) Shepard FORMAN, *Camponeses: sua participação no Brasil*, p. 272.

#### 4.2. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A organização em partidos políticos ocupa um espaço relevante entre as Instituições da sociedade civil, 11% dos camponeses são ou já foram filiados a alguns. A diversificação cacau-pecuária (6%) e os Tabuleiros de Valença (7%) apresentam a menor participação partidária, as maiores são detectadas no Extremo Sul (16%) e na monocultura cacauceira (13%). Estes índices refletem tão somente alguma forma de atrelamento, não o seu envolvimento em termos de militância e politização, servem aos interesses dos grupos dominantes, que se utilizam destes para resguardar o poder político da burguesia. Bobbio trata a sociedade civil e as suas organizações nos termos seguintes:

*"...Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desse conflito e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações de vários gêneros com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens, etc..." (28).*

Com relação à simpatia por algum partido político observa-se que 33% dos produtores familiares revelam inclinar-se por um, entre o espectro de opções. Pelos agrossistemas constata-se que nos Tabuleiros de Valença 62% dos pequenos produtores têm tendências partidárias, no Extremo Sul esta situa-se em 37%, na monocultura cacauceira 16% e na diversificação cacau-pecuária 9%. O alheamento da população dos produtores familiares patanteia-se com o baixo interesse demonstrado pelo poder político, reflexo da situação econômica e cultural em que se encontra o segmento social estudado.

Relacionando o engajamento dos produtores familiares com

(28) Norberto BOBBIO, *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*, p. 35-36.

algum cargo ou função em nível do município, paróquia, cooperativa, sindicato ou associação, constata-se que pouco mais de 8,5% as sumem alguma responsabilidade nestas instituições. Pelos agrossis temas, observa-se que os Tabuleiros de Valença apresentam uma performance de 18%, o Extremo Sul 9%, a monocultura cacauzeira 3,8% e a diversificação cacau-pecuária 1,6%. Estes índices aferem a baixa participação desta população na condução dos destinos econômicos, administrativos, políticos e sociais das organizações da soci idade civil que lhe são acessíveis.

É oportuno registrar neste momento a percepção deste segmento social a respeito de quais grupos exercem maior influência sobre a vida local, destacaram-se os pequenos e médios agricultores (43%), o padre ou pastor (18%), os grandes proprietários (15%), os comerciantes (7%), os professores ou funcionários públicos (6%) e 10% não sabem definir-se quanto à questão. A interferência de grupos externos sobre a vida local das comunidades de pequenos pro dutores é bastante forte, principalmente por parte daqueles que mantêm um relacionamento mais estreito com as mesmas.

As duas situações enfocadas retratam o pouco poder econômi co e político desta categoria<sup>(29)</sup>, assim como, a pressão que os seus detentores exercem sobre este conjunto social como forma de manutenção da sua hegemonia. A emancipação desta população depende preferencialmente da sua organização política e social, que a levará a encontrar-se como "classe para si", esta libertação se fortalecerá se articulada com as camadas sociais exploradas pelo capital, superando e compatibilizando a disparidade das reivindicações, para contrapor-se ao inimigo comum, que o está levando ao

---

(29) Carlos A. de MEDINA, *Estrutura do Poder e Resistência à Mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implementação*, p. 190-203; Paul HIRST, *Classes Econômicas e Políticas*, p. 143-152.

crescente estado de empobrecimento<sup>(30)</sup>. O político e o econômico na percepção de Lenin são transcritos na citação abaixo:

"...As revelações políticas constituem uma declaração de guerra ao governo, da mesma forma que as revelações econômicas constituem uma declaração de guerra aos fabricantes. E essa declaração de guerra tem um significado moral tanto maior quanto mais vasta e vigorosa for a campanha de denúncias, quanto mais decidida e numerosa for a classe social que declara a guerra para começar a guerra. Por isso as revelações políticas constituem, por si próprias, um meio poderoso para desagregar o regime contrário, separar os inimigos dos seus aliados fortuitos ou temporários, semear a hostilidade e a desconfiança entre os participantes permanentes do poder autocrático."<sup>(31)</sup>.

#### 4.3. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Os serviços de assistência técnica e extensão rural emergem no momento em que ganham corpo as ligas camponesas<sup>(32)</sup>, articuladas pelas correntes de esquerda que propugnavam uma revolução democrático-burguesa, que teria seu caráter revolucionário centrado no explorado campesinato, extirpando as reminiscências feudais e eliminando as relações retrógradas pré-existentes no campo<sup>(33)</sup>. Foi a forma encontrada pelo Estado para propagar a ideologia dominante, de maneira a manter os movimentos sociais rurais nos limites a não comprometerem a estabilidade do regime.

A partir dos anos 60 o capital impõe ao Estado a ampliação do papel deste serviço, legando-lhe a responsabilidade de inserir a agricultura na lógica da acumulação capitalista, ou seja, transformá-la em absorvedora dos produtos da indústria (máquinas, equipamentos, insumos agrícolas, etc.) e fornecedora de matérias-primas à agroindústria processadora<sup>(34)</sup>. Nesta segunda fase a extensão

<sup>(30)</sup> Pierre-Philippe REY, *As Alianças de Classes*, p. 91-172.

<sup>(31)</sup> Vladimir Ilich LENIN, *Que Fazer*, p. 69-70.

<sup>(32)</sup> Elide R. BASTOS, *As Ligas Camponesas*, p. 141; Fernando Antonio AZEVEDO, *As Ligas Camponesas*, p. 145.

<sup>(33)</sup> Alberto Passos GUIMARÃES, *Quatro Séculos de Latifúndio*, p. 5-40.

<sup>(34)</sup> Jacques CHONCHOL, *O Desafio Alimentar: a fome no mundo*, p. 53-114; João Bosco PINTO, *A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Rural*, p. 65-102; Oriowaldo QUEDA e Tomás SZMRECSANYI, *O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica*, p. 216-234.

rural contou com o aporte do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA<sup>(35)</sup>, que privilegiou uns poucos no que concerne ao acesso à terra e a outros incentivos creditícios, contou também com uma abundante disponibilidade de recursos para fazer frente aos seus programas e ações. Para um melhor entendimento, expõe-se a concepção de Fonseca a respeito da extensão:

*"Extensão nada mais é que educação. O objetivo fundamental de qualquer organização educacional é ensinar às pessoas como pensar e não o que pensar. Assim sendo, a função da extensão é ensinar as famílias rurais a descobrir e determinar suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus próprios problemas, ajudando-as a adquirir conhecimentos e a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos."* (36)

A Comissão executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, na década de 60, organiza-se de maneira a oferecer aos seus usuários os serviços de pesquisa, extensão e ensino, constituindo uma Instituição modelar aos requisitos demandados pelo capital e ditados pelo padrão de acumulação engendrado no decorrer do terceiro e parte do quarto quartel do século XX. Atrela vigorosamente a agricultura às formas de capital que determinavam a dinâmica capitalista (capital industrial, financeiro e comercial), desencadeando um agressivo processo de concentração da terra e da renda, que resultou na expropriação de milhares de pequenos produtores e no crescente e gradativo empobrecimento dos segmentos sociais explorados por estes capitais, culminando com o momento em que a burguesia deu por concluído o seu papel, passando a engendrar o seu esvaziamento como forma de encaminhá-la para a extinção, para posterior apropriação do seu patrimônio. Articulado um serviço seletivo de assistência técnica e extensão rural para os grandes grupos econômicos nacionais e/ou multinacionais.

(35) Teresa SALES, *Agreste, Agrestes, transformações recentes na agricultura nordestina*, p. 41-63.

(36) Teresa Lousa da FONSECA, *A Extensão Rural no Brasil, um projeto Educativo para o Capital*, p. 52.

Inicialmente o funcionalismo do Órgão percebeu estrategicamente salários e vantagens compensadoras, que lhe permitiram algum nível de acumulação, excedentes que se deslocaram preferencialmente para a compra de terras. Expressivo número de ceplaqueanos tornou-se proprietário agrícola — comprando por bagatela inúmeras unidades produtivas familiares — constituindo uma pequena burguesia rural conservadora, que passou a entrar a abertura da Organização para os segmentos sociais (pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais) marginalizados pelo capital e a aliar-se compulsoriamente com as elites dominantes<sup>(37)</sup>.

O melhor preparo dos servidores da CEPLAC credenciou-os a exercerem uma forte influência para a captação dos instrumentos de política agrícola em benefício próprio. Para aquisição da terra foram amparados pelos recursos do PROTERRA, o Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura (FUSEC) serviu de garantia para a tomada dos elevados empréstimos creditícios subsidiados. Não bastasse tudo isto, ainda receberam privilegiadamente os serviços da pesquisa, da extensão, a melhoria da infra-estrutura — levada a efeito pelo Departameto de Apoio ao Desenvolvimento (DEADE) — e a capacitação da mão-de-obra — executada pela Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC). Enquanto estes enriqueciam às expensas do "valor trabalho" dos produtores familiares e da apropriação dos recursos sociais embutidos nos subsídios à agricultura, os pequenos produtores eram forçados a buscar outros meios para ganhar a vida, ou a permanecerem esquecidos no campo.

O trabalho na Instituição passou a importar-lhes em função do tráfico de influência (política) que beneficiava os seus outros interesses econômicos; o desgastado salário percebido é visto como um lenitivo para cobrir as despesas mais imediatas. Este grupo

---

(37) Paulo FREIRE, *Extensão ou Comunicação?* p. 19-93.

não se identifica com os assalariados, razão pela qual não internaliza as reivindicações sociais dos trabalhadores; caracteriza-se de maneira geral pela omissão, temeridade e/ou subserviência às causas que contestem as posições mesmo equivocadas da direção. Dias aborda esta questão com a seguinte concepção:

*"Em função das diferenças entre grupos divergentes sociais no meio rural se estabelecem padrões de interação completamente distintos entre organizações políticas e esses grupos(...). De fato, pode ser constatado inclusive que membros daquelas organizações estão em não poucas instâncias desempenhando o duplo papel de responsável pela sua atuação e de clientes dos serviços que estas propiciam. Na realidade a atividade agrícola como tal tem-se transformado numa fonte de suplementação da renda de técnicos de alto nível que não raro passa a ter na sua atividade junto aos órgãos públicos de que são funcionários ou mesmo responsáveis, um "bico" que lhes assegure uma parte ainda que menor, porém fixa de sua renda..." (3<sup>a</sup>).*

Dentre as unidades familiares ainda remanescentes na Região Litoral Sul averigua-se que 25% receberam assistência técnica regularmente, 50% foram visitadas pelos extensionistas de vez em quando e 25% nunca tiveram acesso a este serviço. O maior desprezo pelos pequenos produtores é constatado na monocultura cacau-eira (61%), nos demais agrossistemas a extensão atinge níveis superiores à média (75%). Se analisada a extensão rural apenas pela superficialidade dos pequenos produtores alcançados, observa-se que aqueles que mais dela precisam, são, em sua maioria, os que têm um acesso esporádico ou nunca foram tocados pelos seus ensinamentos.

Quanto à percepção dos camponeses a respeito da contribuição da extensão rural para a sua evolução sócio-econômica, 75% acham que esta teve um papel benéfico e 25% posicionam-se contrários ou não sabem definir-se. Entre os agrossistemas o menor grau de insatisfação é comprovado no Extremo Sul (19%) e nos Tabuleiros de Valença (24%), os maiores detectam-se na monocultura cacau-eira

(3<sup>a</sup>) Gentil M. DIAS, *Organizações Públicas e Populações no Nordeste*, p. 118-119.

(30%) e na diversificação cacau-pecuária (28%). Esta apreensão distorcida da realidade retrata o caráter alienante deste aparelho ideológico a serviço da dominação capitalista.

Os indicadores levantados no presente estudo, revelam que os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos concernentes aos produtores familiares encontram-se em estágios bastante rudimentares, na medida do seu profundo grau de empobrecimento, do alheamento às Instituições da sociedade civil, do baixo nível de conhecimento e da sua não identificação como cidadãos. Poucos conseguiram diferenciar-se, muitos já foram expropriados e outros encaminham-se para a proletarização, a extensão rural em vez de reverter este quadro provocou o seu acirramento, papel que fazia parte das delegações do capital. Quando os extensionistas desperteram para esta realidade o Estado desarticulou os serviços de extensão.

##### 5. VIDA SOCIAL E POLÍTICA

Há que ressaltar na pesquisa que ora se efetiva os aspectos da vida social e política dos pequenos produtores familiares, os quais guardam uma estreita conexão com os econômicos, pois estes se auto-determinam reciprocamente. O "status", o lazer e o bem estar social evoluem de acordo com a posição econômica que os homens angariam e desfrutam na sociedade, estes permitirão aferir o gradativo processo de expropriação ou diferenciação que o capital progressivamente impõe aos camponeses dispersos pela Região Litoral Sul. Marx assim expressa as suas percepções a respeito das relações entre os homens:

*"...Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo*

*em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência..."* (<sup>39</sup>).

### 5.1. SOCIALIZAÇÃO E LAZER DO CAMPONESES

Por relações de amizade entende-se a ligação profunda e íntima de afeição, simpatia, estima e dedicação recíproca entre as pessoas. O círculo de relacionamentos mais estreitos dos camponeses efetiva-se em 45% dos casos com vizinhos, no meio familiar estes situam-se em 38% e espalhados pela população da localidade 17%. Quanto ao local de residência observa-se que 61% moram nos estabelecimentos, vilas ou distritos próximos, 36% vivem no município e 4% habitam outros espaços rurais e urbanos.

O restrito horizonte das amizades dos produtores familiares limita-se fortemente ao espaço que circunscreve a unidade camponesa, esta situação atrela-se principalmente ao nível dos intercâmbios comerciais que estes realizam com as miríades de agentes econômicos que os cercam. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção e a consequente divisão social do trabalho implicam, portanto, na diversidade e amplitude dos correlacionamentos entre os homens, ou seja, quanto mais evoluída uma sociedade maiores os requerimentos sociais, culturais, políticos, etc..

A análise que ora se leva a efeito conecta-se com a revelação da profissão dos dois melhores amigos dos camponeses, a saber: pequenos produtores (67%), operários rurais (13%), comerciantes (9%), grandes produtores (2%), caminhoneiros (1,4%), comerciantes (1%), pedreiros (1%), pastores (0,8%), professores (0,6%),

---

(<sup>39</sup>) Karl MARX, *Para a Crítica da Economia Política; Salário Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes*, p. 25.

contadores, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, médicos, assalariados urbanos, bodegueiros, empresários e donas de casa. Este quadro revela que 95% dos seus melhores amigos gravitam em torno do estabelecimento ou se atrelam às suas relações intercambiais, os quais enfatizam a estreiteza dos seus laços de amizade.

O nível econômico, social, cultural e político das classes ou grupos sociais tem entre os seus indicadores os meios de diversão que as suas condições materiais de existência lhes permitem usufruir. As possibilidades dos pequenos produtores condicionam-nos a utilizar habitualmente ou de vez em quando os seguintes divertimentos: visita a parentes e amigos (90%), escutar música (78%), passear (66%), caçar ou pescar (52%), assistir a manifestações esportivas ou culturais (39%), participar de bailes, (36%), frequentar bares ou bodegas (35%), leitura (33%), tomar tempo para não fazer nada (23%), jogar cartas ou dominó (20%), praticar esportes ou jogos coletivos (16%), ir ao circo (14%), frequentar restaurantes por prazer (9%) e ir ao cinema (8%). Para um melhor entendimento a respeito do lazer expõe-se o significado que lhe dá Fausto Neto:

*"...Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo se pode entregar de pleno agrado, seja para descansar, seja para divertir-se, seja para desenvolver sua participação social voluntária, sua informação ou sua formação desinteressada, depois de se ter liberado de todas as suas obrigações profissionais, familiares e sociais." (40).*

Habitualmente as formas de lazer mais acessíveis aos produtores são: escutar música (38,5%), visitar os parentes e amigos (18,5%), caçar ou pescar (9,5%), frequentar bares ou bodegas (5,3%), leitura (5,3%), passear (4,3%), jogar cartas ou dominó (3,7%), participar de bailes (2,8%), praticar esportes ou jogos coletivos (2,5%) e assistir a manifestações esportivas ou culturais (2,5%). Na perspectiva da habitualidade, os passatempos bus-

(40) Ana Maria Q. FAUSTO NETO, *Família Operária e Produção da Força de Trabalho*, p. 177.

cados pelos camponeses têm uma dimensão bastante reduzida tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Quando se agregam os pequenos agricultores que costumeiramente se distraem aos que o fazem esporadicamente, transparece fenomenicamente que esta população é muito bem suprida em uma extensa gama de divertimentos. Ilusão desnudada com a exposição dos acostumados a dispor de tempo para dedicarem-se ao lazer, fazem-no tenuemente recorrendo a formas tradicionais, primitivas e menos onerosas financeiramente; os que demandam maiores gastos e um nível social e cultural mais apurado são inacessíveis à preponderante maioria dos produtores familiares.

A classe trabalhadora em suas lutas conquistou o direito a ter um período de férias para descansar, os empresários dão-se a este prazer sempre que o desejarem, pois vivem da exploração do trabalho alheio. A esta liberalização somente tem acesso 3,4% dos pequenos produtores; destes 50% conseguem descansar por uma semana e 50% estendem o seu repouso por mais de quinze dias. O insignificante número dos que têm meios para folgar, certamente constitui o contingente mais capitalizado; parcela ponderável dos outros necessita trabalhar diuturnamente para suprir a sua produção e reprodução, não tendo possibilidades de acumular excedentes para fazer face a este deleite.

## 5.2. O BEM-ESTAR E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A busca de melhores opções de bem-estar e meios de comunicação por parte dos produtores familiares articula-se com a situação econômica destes, os quais, de maneira geral integram as primeiras necessidades a serem satisfeitas em caso de disponibilidade de excedentes financeiros. Historicamente o acesso a estes tem acompanhado a evolução econômica, social, política e cultural do

homem; conquista que a classe trabalhadora dos países desenvolvidos conseguiu incluir no cálculo do valor do seu salário.

Levantados os itens que compõem o conforto dos camponeses em termos de utensílios domésticos mais encontrados em suas residências, constatam-se os seguintes em ordem de importância: camas (95%), colchões (93%), mesas e cadeiras (88%), rádio (78%), habitação adequada ao tamanho da família (77%), fogão a gás (63%), armário (61%), sofá (52%), luz elétrica (19%), liquidificador (17%), televisão (16%), ferro elétrico (14%), refrigerador (13%), automóvel utilitário (5%), telefone (3%), automóvel de passeio (3%) e freezer (2%).

Vale ressaltar que os bens adquiridos pelos produtores familiares correspondem preferencialmente aos encontrados no mercado e acessíveis às camadas mais humildes da sociedade. Por casa adequada ao tamanho da família entende-se a residência que dispõe de acomodações íntimas independentes para os pais, filhos e filhas, a sala e a cozinha poderão ser conjugadas e o banheiro, na maioria delas, não existir.

Ponderando a situação do bem-estar entre os pequenos produtores dispersos pelos agrossistemas, detecta-se que na monocultura cacaeira esta variável consegue 47% da pontuação possível, os Tabuleiros de Valença atingem 43%, a diversificação cacau-pecuária 40% e o Extremo Sul 35%, portanto, o conforto em todos eles deixa muito a desejar. O estágio de desenvolvimento de uma sociedade, entre outros fatores, poderá ser aferido pelo nível de seu padrão de vida<sup>(41)</sup>, - o patamar da satisfação das necessidades básicas e a qualidade das comodidades e do lazer. Pautados nesta assertiva e nos índices expostos acima, deduz-se que as forças produtivas e as relações sociais de produção distribuem-se de

(41) Ibidem, p. 87-186.

uniformemente pelos agrossistemas.

Pela qualificação e quantificação do mobiliário e dos utensílios encontrados nas casas dos pequenos produtores retrata-se a situação de pobreza da marcante maioria destes. Pouquíssimos têm acesso aos artigos que facilitam as tarefas da dona de casa, ou seja, não conseguem chegar às tecnologias mais sofisticadas, que tornam cômoda a vida do cidadão de poder aquisitivo médio a alto. Se a questão da subsistência destas populações ainda está por ser resolvida, como esperar outro quadro senão este para o bem-estar?

Quanto aos veículos de comunicação escrita, falada e televisada que os produtores familiares se ligam habitualmente ou de vez em quando verifica-se a seguinte ordem: escutar rádio (58/37%), participar em reuniões (16/41%), assistir ao televisor (12/40%), lê jornais ou revistas agrícolas (1/12%), lê jornais diários (0/9%) e lê revistas semanais ou mensais (0/8%). Detecta-se que a comunicação auditiva e audiovisual é a preferida por este conjunto social, em detrimento da visual que depende de uma maior escolaridade e conhecimentos, os quais são bastante restritos entre a população em estudo.

Estes aparelhos ideológicos difusores das doutrinas das elites dominantes e socializadores do conhecimento, são pouco captados por este grupo social, cuja audiência ou compra de periódicos é limitada por aspectos econômicos, culturais ou técnicos. Se, por um lado, a escuta ou a leitura dos mesmos pode acentuar a alienação que prevalece no campo, por outro, poderá levá-los a construir uma consciência crítica libertadora, como contradição inerente ao próprio sistema.

### 5.3. O CAMPONÊS E A POLÍTICA

Nos aspectos políticos pertinentes aos pequenos produtores tenta-se resgatar a sua percepção a respeito da influência que a direção organizativa do Estado exerce sobre as suas vidas<sup>(42)</sup>. Pautados na premissa de que o "bloco no poder" representa os interesses da classe dominante, para a qual delinea as políticas que mistificam a apropriação do sobretabalho pelos detentores do capital. A sua impressão no que concerne a esta questão, demarca os horizontes prospectivos deste segmento social, no encaminhamento do entendimento da realidade política determinada pelas vigentes condições de existência. A citação transcrita abaixo, expõe a visão de Gruppi a respeito do Estado:

*"O Estado é então a expressão da dominação de uma classe, é a necessidade de regulamentar juridicamente a luta de classes, de manter de terminados equilíbrios entre as classes em conformidade com a correlação de forças existentes, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante. O Estado é a expressão da dominação de uma classe, mas também um momento de equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação."*<sup>(43)</sup>.

Com relação ao dever cívico de eleger os seus representantes na esfera municipal, estadual ou nacional, os produtores familiares revelam que 89% sempre votam nas eleições, 6% algumas vezes escolhem aqueles que constituirão os poderes executivo e legislativo, já 5% nunca cumpriram este dever. Apesar de esta população apresentar um baixo nível de politização, têm uma alta presença nos pleitos eleitorais, nos quais funcionam como massa de manobra para guindar descompromissadamente aos cargos eletivos os representantes da burguesia.

Entre os pequenos agricultores, 52% acham que têm capacidade de influenciar a política agrícola do governo. Pelos agros-

(42) Carlos Alberto AFONSO, *Teoria do Estado: contribuição crítica à discussão teórica do Estado capitalista*, p. 53-83; Luciano COSTA NETO, *Hegemonia e Política de Estado*, p. 116-128; Norberto BOBBIO, *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*, p. 53-134; Niccolò POULANTZAS, *O Estado, o Poder, o Socialismo*, p. 141-186.

(43) Luciano GRUPPI, *Tudo Começou com Maquiavel*, p. 31.

sistemas, a maior crença nesta ilusão detecta-se no Extremo Sul (71%), sequenciada pelos Tabuleiros de Valença (59%) as menores são encontradas na monocultura cacau-eira (29%) e na diversificação cacau-pecuária (43%). Nas regiões de ocupação mais recente esta se manifesta mais forte, onde o capitalismo ocupa com maior avidez os espaços propícios à sua expansão.

O caráter desfavorável da política agrícola do governo é manifestado por 79% dos pequenos produtores, contingente que certamente não conseguiu ter acesso a seus recursos. A maior rejeição é detectada nos Tabuleiros de Valença (88%) e a menor na monocultura cacau-eira (68%), índices determinados pela correspondente falta de afluxos financeiros. Em realidade, estes não avaliam os efeitos do crédito, pois nunca o tiveram, mas as inúmeras dificuldades que lhe são interpostas para conseguí-lo.

Na perspectiva de 54% dos produtores familiares o crédito agrícola favoreceu apenas certos grupos de agricultores, 17% acham que este se direcionou indistintamente para todos e 29% desconhecem o assunto. O comportamento discriminatório é sentido com maior intensidade no Extremo Sul (64%); a harmonização da distribuição do crédito encontra mais adeptos na monocultura cacau-eira (23%) e Extremo Sul (22%), já a diversificação cacau-pecuária revela o alheamento mais pronunciado (52%). Estes números revelam o caráter elitista no acesso ao crédito rural, aspecto percebido por expressivo grupo de pequenos produtores e ratificado pelos que não sabem da sua existência.

Mesmo o crédito agrícola não sendo acessível a significativo percentual de camponeses, 85% destes são de opinião de que o governo deve interferir na agricultura, entre estes incluem-se muitos dos que desconhecem a questão. Na diversificação cacau-pecuária, apenas 54% desejam a intervenção estadual; nos demais espaços os que almejam esta postura do Estado ascendem a mais de 90%. Este

conjunto social espera que os seus problemas sejam resolvidos por entidades estranhas ao seu mundo, pois não se encontra como categoria para encaminhar as suas lutas, não se reconhece como força social, razão pela qual busca o tutelamento dos poderes constituídos ou dos detentores do capital. Carnoy no texto a seguir descreve o caráter elitista do Estado:

*"...Na verdade, o estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio de dominação de classe." (44).*

Para 88% dos produtores familiares, a atuação do governo em relação à agricultura é ineficiente ou nula; esta opinião sedimenta-se mais profundamente na diversificação cacau-pecuária (97%), sequenciada pelo Extremo Sul (88%), pela monocultura cacau-eira (84%) e os Tabuleiros de Valença (84%). Percentual altamente expressivo de pequenos produtores demonstra aperceber-se da realidade que representa as políticas do Estado para os seus interesses, e a contrapartida não esboça qualquer reação a esta situação, pois acredita que a Instituição enfocada está acima da capacidade dos homens, portanto, vê este quadro como algo natural e que transcende às suas forças tentar revertê-lo.

Com relação à doação de subvenções governamentais, 27% dos pequenos produtores declaram ter recebido este tipo de ajuda. No Extremo Sul, 54% destes agricultores já foram auxiliados, 21% nos Tabuleiros de Valença e 10% correspondentes à monocultura cacau-eira e à diversificação cacau-pecuária. O aporte de recursos sociais direcionou-se com maior intensidade para os espaços de ocupação mais recente, nos quais o Estado tem interferido nos conflitos pela terra, cujas subvenções fazem parte da estrutura dos assentamentos. Chonchol trata a questão nos seguintes termos:

(44), Martin CARNOY, *Estado e Teoria Política*, p. 67.

"...Uma das limitações maiores dos programas comunitários pelo governo é que eles procuram principalmente melhorar as condições materiais das comunidades sem procurar elevar o nível de consciência social e de participação política. Assim os camponeses são encorajados a desenvolver seus próprios sistemas de saúde básica, a estabelecer cooperativas para os medicamentos, a melhorar as disponibilidades de água, a desenvolver o artesanato e a criar creches para as crianças durante a jornada de trabalho, mas nada é feito para que eles tomem consciência da estrutura do poder e a maneira como a economia de mercado funciona em seu prejuízo e esses dois aspectos estão na raiz de sua situação de pobreza." (45).

As principais subvenções obtidas pelos produtores familiares foram centros comunitários (52%), construção de escolas (25%) e doação de sementes (21%). O Extremo Sul detém 98% dos centros comunitários e 41% das escolas; os demais prédios escolares construídos pelos poderes públicos localizam-se nos Tabuleiros de Valença (32%) e na monocultura cacauzeira (23%). A reduzida ação do Estado no meio rural em termos de organização social e educação destas populações é suprida como forma de agradecimento, em que os favorecidos sentem-se extremamente gratos por aquilo que lhes é devido.

Quanto ao papel dos agricultores no desenvolvimento do país, 80% definem-no como importante e os restantes classificam-no como inexpressivo ou não têm um posicionamento preciso a respeito do assunto. Na diversificação especiarias, 90% dos produtores familiares destacam a sua participação, 85% no Extremo Sul, 75% na monocultura cacauzeira e 62% na diversificação cacau-pecuária. Se este valor que se dão em relação à questão enfocada fosse percebido com a mesma força no que concerne aos seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, a sua situação revelaria uma outra realidade. Certamente a dimensão do seu papel prende-se tão somente ao fato de retirarem da própria produção a sua subsistência.

Questionados a respeito de qual foi o pior período para a

---

(45) Jacques CHONCHOL, *O Desafio Alimentar: a fome no mundo*, p. 147.

sua atividade agrícola, 5% afirmam ter sido 70/74, 3% foram mais atingidos entre 75/79, outros 8% declaram ter ocorrido no início da década de 80 (80/85) e por fim 84% encontraram as maiores dificuldades no quadriênio 86/89. A determinação da época que mais os prejudicou conecta-se fortemente aos baixos preços auferidos pelo cacau – fruto da dominação imposta pelos cartéis de exportadores, indústrias de transformação e beneficiamento do produto – considerando-se o expressivo peso desta cultivar na economia das populações pesquisadas.

A resposta majoritária dos pequenos produtores corresponde à lógica que o capital impõe aos segmentos explorados, sobre os quais recai um sempre crescente grau de exploração que redundando em seu gradativo empobrecimento, ou seja, consubstancia-se a regressão das condições materiais de existência que induzem e sensibilizam a sua percepção. Para elucidar esta questão expõe-se o depoimento extraído da obra de Sales:

*"O tempo antigo. Para mim aquele tempo antigo era outro tempo. Certo, porque era muito sacrificado e o dinheiro era pouco. Mas aquele dinheiro pouco, tinha valor. Porque o camarada trabalhava uma semana ganhava cinco mil réis, vinha carregado com tudo que nunca teve hoje em dia. Já vinha de não poder trazer aquela feira com os cinco mil réis do alugado. Hoje em dia nem mil réis se fala mais é esse negócio desse cruzeiro - o camarada pega cem contos ele vai para a feira traz a mercadoria assim fechada na mão e não é nada aqueles cem contos. Conforme sejam as coisas que o pai de família vai comprar na feira, ele volta assim, que traz na palma da mão. Naquele tempo quem pegava cem mil réis, naquele tempo, oxente, era uma usura, fazia gosto. Por isso me vem que naquele tempo, para mim, era outro tempo." (46).*

(46) Teresa SALES, *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*, p. 143.

## CONCLUSÕES

O estudo em questão busca resgatar as formas de subordinação impostas pelo capital às pequenas unidades familiares camponesas. Toma como parâmetros básicos os aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ideológicos que envolvem este segmento populacional, sobre o qual se assentam as análises registradas nesta dissertação. Conclui-se a presente pesquisa enfatizando a verificação das hipóteses propostas, fundamentando-se na realidade destes produtores e no arcabouço teórico legado pelos clássicos e contemporâneos a respeito do assunto.

O mecanismo que dá suporte à extração do sobretrabalho gerado pelos pequenos produtores fundamenta-se na baixíssima composição orgânica do capital em suas explorações; a qual implica uma produtividade do trabalho bem inferior à determinada pelo conjunto das forças sociais postas em movimento pelo capital. Este processo consubstancia-se através dos diferentes circuitos de comercialização a que o camponês se vincula, conectado a esquemas de controle da produção e fixação dos preços dos produtos agrícolas.

A pesquisa mostra através dos seus indicadores econômicos e sociais, que os pequenos produtores localizados principalmente nos estratos inferiores a 20 ha e/ou que cultivam menos de 7 ha, são os que apontam para a processual expropriação. Os indícios de diferenciação ascendente detectam-se nos estabelecimentos que exploram em torno de 14 ha, os quais de maneira geral plantam cultivos permanentes e possuem uma área superior a 20 ha - capital trabalho incorporado à terra.

Entre os agrossistemas averigua-se que o encaminhamento para a expropriação é mais acentuado nos Tabuleiros de Valença, se-

guido de perto pela monocultura cacaeira, em patamar mais inferior estão a diversificação cacau-pecuária e o Extremo Sul. Com relação à diferenciação o maior grau de produtores em ascensão constata-se na monocultura cacaeira, aproximam-se os Tabuleiros de Valença e um pouco abaixo estão o Extremo Sul e a diversificação cacau-pecuária.

A produtividade do trabalho nas unidades camponesas ascende com o tamanho do estabelecimento, mas esta se situa em patamar inferior à obtida no conjunto da região. Situação que implica em terem que trabalhar com um custo individual de produção superior ao social realizado na atividade, condição que os coloca à margem da captação da renda da terra e do lucro médio. Em verdade os preços auferidos com a venda das mercadorias produzidas, não remuneram o trabalho dispendido para gerá-las, o qual não se equipara, até mesmo, ao reduzido salário mínimo instuído pelo Estado.

O grande capital multinacional determina a lógica da acumulação capitalista neste espaço, o qual controla os circuitos de comercialização e industrialização dos principais produtos. O capital agrário fica subsumido a esta forma de capital, o grau de submissão conecta-se ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais, isto é, quanto menor a composição orgânica do capital mais esta se acentua, pois esta estabelece a produtividade do trabalho em cada unidade produtiva.

O lucro médio e a renda da terra a que os pequenos produtores fazem jús, por se constituírem proprietários territoriais e empresários capitalistas (exploram seu próprio empreendimento rural) são-lhes extorquidos através da repartição da mais-valia social. Assertiva confirmada pela situação de empobrecimento em que, de modo geral, encontram-se os produtores familiares da Região Litoral Sul — estado que se acentua entre os que dispõem de área inferior a 20 ha — aos quais não é dado o direito de apropriar-se des-

tes valores. Enquanto as pequenas unidades puderem-se manter, estas perdas não limitarão a sua permanência, cujo limite é a escassez subsistência, após recorrer a outras estratégias para continuarem se reproduzindo.

A renda diferencial decorrente da melhor fertilidade do solo — rico em elementos nutritivos para o suprimento das plantas — que propicia uma produtividade mais elevada e conseqüentemente concorre para impulsionar a diferenciação ascendente dos produtores que têm acesso a este lucro suplementar. Esta vantagem destaca-se na monocultura cacaeira, intermediariamente aparecem a diversificação cacau-pecuária e o Extremo Sul, as piores terras encontram-se nos Tabuleiros de Valença.

No polígono pesquisado o capital hegemônico é o comercial, que se conecta aos circuitos de acumulação do grande capital industrial nacional e internacional, devido principalmente a importância dos produtos voltados para a exportação — destacando-se o cacau. A maior vinculação ao movimento do capital multinacional se dá na monocultura cacaeira, nos outros agrossistemas esta forma de atrelamento perde um pouco de importância para o que se cricuns creve à esfera do mercado interno.

A modernização agrícola posta em prática pela burguesia a partir dos anos 60 visava inserir a agricultura na lógica da acumulação capitalista, logrou êxito entre os segmentos aos quais se direcionava, mais especificamente os grandes produtores rurais. A tecnificação não atingiu as pequenas unidades camponesas, em razão de não serem objetivadas por este projeto, que propugnava tecnologias que demandavam terra e capital que estavam acima das possibilidades das pequenas propriedades, relegando a segundo plano o aproveitamento dos recursos naturais aí remanescentes.

A modernização agrícola e o acesso ao crédito rural foi oportunizado preferencialmente aos estabelecimentos enquadrados

nos maiores estratos de áreas, situação que se conecta ao processo de diferenciação. Portanto, estes dois fatores contribuíram para a ascensão sócio-econômica dos lavradores que dispunham dos recursos terra e mão-de-obra disponíveis para a adequada aplicação do capital liberado.

A inserção das unidades camponesas ao mercado de trabalho como compradoras e/ou vendedoras de força de trabalho, aponta o encaminhamento para a diferenciação ou expropriação. A venda ocorre com maior intensidade nos estratos com área inferior a 20 ha, já a compra se concentra nos produtores que possuem uma superfície superior à especificada acima.

O grupo que ascende economicamente apenas se vinculam ao mercado de trabalho como compradores, nestes estabelecimentos os serviços são preponderantemente conduzidos pela mão-de-obra familiar. De permeio encontra-se um segmento que compra um pouco de trabalho e se vende com mais força para terceiros. O contingente dos vendedores supera os demais. A maior ou menor extensão da compra e/ou venda de força de trabalho atrela-se ao nível de capitalização ou empobrecimento das pequenas propriedades.

A compra de força de trabalho pelos pequenos produtores cresce com o porte da exploração agropecuária. A trajetória inversa ocorre com os vendedores, isto é, quanto menor a área cultivada maior a necessidade de buscarem trabalho fora. A situação em apreço permite antever diferentes gradações tanto em direção à diferenciação como à proletarização. Quanto menor a produtividade do trabalho maior a necessidade de se vender para outros.

Nos agrossistemas em que foi delimitada a região, a compra de força de trabalho ganha maior relevância no Extremo Sul, sequenciado pelos Tabuleiros de Valença, diversificação cacau-epcuária e por fim a monocultura cacaueira. Em relação à venda preponderam os Tabuleiros de Valença, em posição bem inferior aparecem a diver

sificação cacau-pecuária, a monocultura cacauzeira e o Extremo Sul.

Para continuar se reproduzindo os produtores familiares recorrem a uma série de estratégias, dentre as quais destaca-se a incorporação ao processo produtivo de todos os membros da família, apelando para o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho. parcela expressiva dos camponeses tenta contrarrestar-se à expropriação vendendo-se como força de trabalho para terceiros. Alguns tentam obstaculizar o processo dedicando-se a atividades comerciais (bodegas, barracas em feiras, mascateando, etc.). Entre os paliativos detecta-se a ajuda financeira dos filhos, as pensões e aposentadorias percebidas pelos mais idosos.

Dentre as estratégias adotadas pelos camponeses para continuarem-se reproduzindo, não se detecta o direcionamento dos membros da família para atividades artesanais e/ou para a exploração de rudimentares fabricos caseiros que processam os produtos e subprodutos gerados por estes. Aspectos que também demonstram o nível de dominação imposto pelo capital, pois expõe-os às garras implacáveis das suas determinações.

As mercadorias produzidas pelas pequenas unidades familiares resultam de um trabalho socialmente necessário, pois produzem bens de consumo que se realizam no mercado. São fruto de uma baixíssima produtividade do trabalho, ou seja, em seus produtos incorpora-se quase que exclusivamente capital variável, o único capaz de gerar valor novo, que é anexado ao conjunto da mais-valia social e apropriado pelos ramos com maior composição orgânica.

A necessidade de o camponês ter de recorrer ao trabalho as salariado para poder manter a sua regular subsistência, implica prejuízos para a condução das tarefas da unidade familiar. As fases do ciclo produtivo mais exigentes de mão-de-obra nas propriedades capitalistas coincidem com as camponesas, deixando os pequenos produtores num dilema; têm necessidade de se vender como força

de trabalho para garantir a feira semanal, mas para isto terão que relegar a segundo plano os trabalhos dentro da própria terra.

A penetração do capital no campo da Região Litoral Sul, acarretou uma agressiva concentração da propriedade da terra, ou seja, o módulo mínimo exigido pela exploração agrícola capitalista cresceu com a da composição orgânica do capital no setor. Como consequência, as pequenas unidades produtivas foram incorporadas às grandes e, aos pequenos produtores expropriados, restou a sua recriação em outro espaço ou a proletarização urbana e rural – os exércitos latente, da ativa e de reserva a serviço do capital.

As unidades familiares constituem-se no refúgio do exército latente de reserva – contingente de trabalhadores subutilizados remanescentes nas pequenas propriedades – o qual é remanejado de acordo com o movimento do capital para desestruturar a viabilização das reivindicações e a organização do exército da ativa; transferindo-os para o exército de reserva, regulador do mercado de força de trabalho no capitalismo – substância criadora do valor.

A divisão social do trabalho entre os produtores familiares não tem a mesma conotação que o capital lhe dá, que é a busca incessante da produtividade do trabalho para a persistente ampliação da lucratividade. Tem o sentido para este conjunto social da forma de utilização dos membros da família por sexo e/ou faixa etária na subdivisão dos afazeres pertinentes à condução dos serviços na unidade produtiva.

Terra e capital são os fatores de produção que limitam a adequada utilização do recurso força de trabalho disponível nas unidades familiares e, conseqüentemente, responsáveis pelo estado de pauperização em que se encontra expressiva parcela dos pequenos produtores, como também de todas as demais mazelas que o capital impinge a estas populações – alheamento social, cultural, econômico e político

A formação dos preços dos produtos gerados nas unidades familiares não tem por base o custo de produção aí praticado, mas determinado pelos agentes de comercialização atrelados ao capital monopolista nacional e/ou internacional. Nesta relação, os camponeses adotam as mais variadas formas de venda, com diferentes intermediações comerciais engendradas para a extração do sobretrabalho camponês. Pouquíssimos associam-se ao capital cooperativo, que regularia o mercado e como consequência oportunizaria preços mais compensadores.

As mulheres camponesas em idade de prestar algum serviço, é imposto o peso de uma dupla jornada de trabalho, sobre as quais recaem os cuidados da casa — tomar conta das crianças, lavar, varrer, cozinhar, etc. — que se inicia pela madrugada com o preparo do café e arrumação da casa, encerrando-se à noite com o jantar e acomodação das crianças. Ainda auxiliam os homens na condução dos trabalhos afetos às tarefas agrícolas da unidade produtiva — colher, carpir, limpar, zelar do pomar e dos animais de pequeno porte, etc.

Os pequenos produtores foram discriminados em suas possibilidades de acesso ao crédito rural, apenas uma minoria mais esclarecida e com maior influência conseguiu captar parcelas reduzidas do montante liberado. A burguesia rural aliada das elites dominantes destinaram-se estes recursos, pois este segmento social era um dos suportes do "bloco no poder"; o crédito fácil e subsidiado foi a forma de agraciar e manter o grande capital agrário coeso nesta aliança.

O endividamento é temido pelos produtores familiares, pois poderá obrigá-los a comprometer a propriedade da terra para honrar o compromisso assumido. Razão suficiente para suportarem tempos difíceis e não se vincularem mais ativamente ao capital. Dentre estes destaca-se o seu baixo atrelamento ao capital usurário,

o mais escorchante e menos desenvolvido de todos eles; processo originalmente adotado na região pelo capital estritamente comercial.

Num balanço das receitas e despesas efetivadas no interior das unidades camponesas, observa-se que o maior aporte de recursos tem por fonte o resultado da venda da produção agrícola; ganha corpo também o assalariamento dos membros da unidade familiar. Entre as despesas preponderam os dispêndios com a pobre e limitada cesta de consumo.

Entre os agrossistemas, os Tabuleiros de Valença (diversificação ciclo longo – especiarias) apresenta uma diversificação agropecuária pujante. No Extremo Sul (diversificação cacau-cultivos de ciclo longo e curto) esta manifesta-se mais moderada. Já na monocultura cacauzeira e na diversificação cacau-pecuária tal direcionamento é quase imperceptível. Pelo menos em termos da utilização dos recursos terra e trabalho é mais adequado nos agrossistemas onde as unidades produtivas exploram uma gama maior de cultivares.

As vantagens da policultura em relação à monocultura afe-re-se também quando se verifica que o auto-consumo prepondera nos agrossistemas onde predomina a diversificação agropecuária – Tabuleiros de Valença e extremo Sul. Situação que proporciona a estes melhores condições para superar os persistentes períodos críticos redimensionados pela dinâmica da acumulação capitalista.

A relação de trabalho que se efetiva quando os estabelecimentos familiares compram ou vendem força de trabalho é o assalariamento. Em ambos os casos, pouquíssimos cumprem o que determina a legislação trabalhista; os camponeses por desconhecimento e os empresários capitalistas por astúcia, em decorrência de pressentirem que este segmento social não os comprometerá junto à justiça, oportunizando-lhes a apropriação dos valores que por direito cabem aos

camponeses.

Trata-se de uma categoria ambivalente socialmente, indefinição induzida pelas condições materiais de existência que o capital lhes impõe. Ao tempo em que se vêem como detentores de parques meios de produção e que, por vezes, contratam mão-de-obra, são forçados a completar a subsistência vendendo-se como força de trabalho para terceiros.

O termo como os produtores familiares gostariam de ser designados, manifesta a ambivalência de classe a que as condições de existência os induz. Situação que se vincula ao nível de capitalização; vêem-se como empresários os que almejam ser chamados de produtores rurais – normalmente cultivam áreas maiores – os mais empobrecidos identificam-se como trabalhadores rurais – dispõem de reduzidos meios de produção.

A indefinição dos pequenos produtores como classe social, é retratada pela posição que tomam em relação à sindicalização, os quais se filiam tanto ao sindicato dos trabalhadores rurais como ao patronal. A posse de limitados meios de produção que não garantem a sua subsistência e a necessidade de se venderem como força de trabalho para continuarem se reproduzindo nutrem esta ambivalência.

O grau de alienação deste conjunto social avalia-se entre outros fatores pela percepção que eles têm a respeito do Estado, vêem-no como uma entidade desconectada da sociedade civil, que tem o poder de determinar o destino dos cidadãos. Não se apercebem das alianças do "bloco no poder" com as classes sociais, principalmente com aquelas que lhe dão sustentação e que corriqueiramente mantêm a dominação econômica, cultural, política e ideológica sobre as demais. Esta apreensão equivocada da realidade dá-lhes a ilusão de que os seus problemas terão de ser solucionados por esta Instituição – visão que obstrui o avanço organizado desta catego-

ria social para o encaminhamento das suas reivindicações.

O baixo nível de politização desta categoria social patenteia-se quando se observa que poucos ocupam cargos ou funções junto aos poderes constituídos, cooperativas, associações ou sindicatos. O poder econômico, político e social das classes é consubstanciado no sistema capitalista através do seu controle sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Portanto, o quadro ora enfocado dá a real medida da interferência dos produtores familiares na sociedade capitalista.

A organização social e política dos camponeses é bastante rudimentar, como categoria social reivindicadora praticamente inexistente, pois organizativamente não se impõem como força social reconhecida e respeitada pelas outras classes, com as quais poderiam articular alianças para fazer valer os seus direitos. Em realidade, não se reconhecem como camada social definida, que identifica o seu lugar na sociedade.

Trata-se de uma população marginalizada culturalmente pelas elites dominantes, à qual não é dado o direito de acesso aos mínimos conhecimentos propugnados na Constituição. É a forma encontrada pela burguesia para manter a alienação a que o capital submete os pequenos produtores.

A pequena produção dispersa pelo polígono estudado caracteriza-se por ser detentora de escassos meios de produção: utilizar preponderantemente mão-de-obra familiar e esporadicamente comprar ou vender força de trabalho. Coloca-se como dinamizadora da acumulação capitalista, na medida em que esta serve de mantenedora do exército latente, fornecedora de matérias-primas agroindustriais, geradora de produtos exportáveis e supridora de gêneros de primeira necessidade para a redução do custo de produção dos assalariados urbanos e rurais.

A forma de acesso dos pequenos produtores à terra foi basi

camente por herança ou compra, sendo que as transmissões inter-familiares preponderam sobre as demais. Se os pais não tivessem possibilidades de legar aos filhos este bem de produção, o destino da maioria seria a proletarização, pois não teriam condições econômicas para adquirir as terras que exploram. Situação que tende a piorar com relação aos descendentes que substituirão os camponeses que aí se encontram.

Parcela expressiva dos pequenos produtores abarcados pela pesquisa passou por experiências empregatícias para ganhar a vida antes de se assentarem como proprietários familiares. As pequenas unidades camponesas não têm condições de garantir o sustento dos filhos emancipados, devido ao limitado tamanho da gleba, para que todos possam trabalhar e dela retirar a subsistência. Esta tese é reforçada quando se constata que a maioria destes produtores conseguiu as terras que ocupa por herança de pais ou sogros.

Diante da impossibilidade dos pequenos estabelecimentos em garantir trabalho remunerado para os filhos na gleba, leva-os a reconhecer que, com a força de trabalho remanescente nas unidades familiares, poderiam dar conta de uma propriedade maior. Uma proposta de reforma agrária ampla e democrática deverá ter entre os princípios que a norteiam, também a fixação destes excedentes populacionais à terra, alocando-os em outras unidades produtivas ou alargando as posses dos pais, de forma a torná-las capazes de absorver os filhos em idade de trabalhar.

A extensão rural e os demais serviços oferecidos pela CEPLAC, praticamente não atingiram as pequenas unidades produtivas familiares, a despeito de extensionistas, pesquisadores e educadores manterem a ilusão da neutralidade do seu trabalho. Em verdade constituíram-se num forte aparelho ideológico de dominação burguesa. Assertiva confirmada pelo rudimentar estágio da divisão social do trabalho e dos processos produtivos entre os produtores fami

liares; mais profundamente é retratada pela sua omissão em termos de organização social, econômica, cultural e política dos mesmos.

Os pequenos produtores detêm um elevado senso de solidariedade no seio da família e entre os camponeses circunvizinhos, mas este comportamento não evolui para formas de organização social e política libertadoras, que os poderiam guindar à condição de uma "classe em si", para posteriormente encaminharem-se conscientemente para a sua definição como segmento capaz de reivindicar a parte que lhe cabe na repartição da mais-valia.

As relações de amizade entre os pequenos produtores restringem-se, preponderantemente, ao seio da família e aos vizinhos que moram nas redondezas do estabelecimento. A estreita convivência com parentes e amigos dá-lhes a certeza de que poderão contar com os mesmos em caso de necessidade, entenda-se que a recíproca encontra apoio na contraparte.

Se as condições conjunturais ora prevalescentes se revelassem semelhantes às vigentes na época em que os camponeses constituíram suas famílias, certamente teriam um número de filhos condizente com a situação material de existência que o capital determina à sociedade. Hoje, estes almejariam ter proles bem mais reduzidas, pois as dificuldades para criar, educar e encaminhar os filhos tornou-se crescentemente mais difícil, fenômeno percebido com relativa clareza por este grupo social, pois situa-se ao nível da infra-estrutura.

Na perspectiva dos pequenos produtores os filhos deveriam dedicar-se o quanto possível aos estudos, concluída a sua profissionalização, no campo estaria a continuidade de suas vidas. Almejam um futuro melhor para a prole, o qual se conecta com a terra, mesmo tendo clareza de que esta é insuficiente para garantir-lhes o sustento. O desejo de tê-los junto a si, tem por fundamento o seu grande apego à família e às raízes que mantêm com a terra, es-

tes constituem-se nos valores mais sagrados para este segmento social.

A quantidade e a qualidade da cesta de alimentos melhoram com o grau de capitalização das pequenas unidades camponesas, ou seja, os produtores que ascenderam economicamente têm acesso a um regime alimentar mais encorpado em energéticos e rico em protéicos. Mas de maneira geral a sobrevivência do conjunto da população pesquisada é bastante deficiente – calorias e proteínas.

Os bens de consumo que suprem a subsistência dos produtores familiares são adquiridos, preferencialmente, nas redes de supermercados das cidades próximas à propriedade agrícola. Trata-se da forma de capital comercial mais concentrado entre os ramos alimentares em cada municipalidade, os quais conseguem praticar preços de monopólio e conseqüentemente se apropriar de um super-lucro, para o qual estes produtores transferem parte do sobretrabalho gerado.

O recurso ao auto-consumo é observado com maior intensidade nos Tabuleiros de Valença e no Extremo Sul, o produto básico deste direcionamento é a farinha de mandioca – agrossistemas onde a cultivar geradora deste produto ganha relevância. Na monocultura cacau-eira e na diversificação cacau-pecuária pouco peso têm os gêneros da unidade produtiva na composição da sua cesta de alimentos. Nos espaços onde este direcionamento prepondera, são os de ocupação mais recente, nos quais o capital não impôs a monocultura ou a especialização agrícola como forma de ocupação da terra.

As criações e os depósitos em poupança na lógica das explorações familiares têm a forte conotação de "reserva", à qual recorrem nos momentos de dificuldades financeiras, ajuda aos filhos, tratamento de saúde, compra de casa na cidade, precaver-se para a velhice, educação da prole, etc.

Os produtores familiares da Região Litoral Sul, pratica-

mente vivem para o trabalho, poucos se utilizam dos períodos de descanso semanais para divertir-se, amenizando o corpo e a mente dos labores da faina diária. Somente uma inexpressiva minoria retira alguns dias de férias para visitar familiares, amigos ou fazer uma romaria. O entretenimento mais difundido entre estas populações é o de escutar rádio, aparelho que normalmente dispõem em casa.

Os veículos de comunicação a que os produtores familiares mais se ligam é o rádio, em quase todas as residências existe um aparelho, no qual ouvem música e notícias pela madrugada e ao entardecer, quando dispõem de algum tempo para se dedicarem a este prazer. Aos outros meios – jornais, revistas, televisão e reuniões – quase não têm acesso por razões econômicas, culturais e técnicas.

## BIBLIOGRAFIA

- ACCARINI, José H. *Economia Rural e Desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987. 224 p.
- AFONSO, Carlos A. *Teoria do Estado: uma contribuição crítica à discussão teórica do Estado capitalista*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1988. 99.
- ALCANTARA, Paulo B. e BUFARAH, Gilberto. *Plantas Forrageiras, Gramíneas e Leguminosas*. São Paulo, Nobel, 1980. 150 p.
- AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela (crônica de uma cidade do interior)*. São Paulo, Martins, 1969. 453 p.
- \_\_\_\_\_, *O País do Carnaval; Cacau; Suor (romance)*. São Paulo, Martins, 1969. 339 p.
- \_\_\_\_\_, *Terras do Sem Fim*. São Paulo, Martins, 1969. 288 p.
- ANDRADE, Manoel C. de. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP, Papyrus, 1988. 77 p.
- AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 145 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 14).
- BAIARDI, Amilcar. *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia*. Salvador, HUCITEC, 1984. 156 p.
- BASTOS, Elide R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1984. 141 p.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 173 p. (Pensamento Crítico, 69).
- BONIM, Anamaria A. et al. *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba, PR, Criar, 1987. 146 p.
- BURBACH, Roger e FLYNN, Patrícia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 284 p.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parcerios do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7ª ed., São Paulo, Duas Cidades, 1987. 284 p.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 2ª ed., Campinas, SP, Papyrus, 1988. 339 p.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1971. 341 p.
- CHONCHOL, Jacques. *O Desafio Alimentar: a fome no mundo*. São Paulo, Marco Zero, 1989. 185 p.
- COCHRAN, Willian G. *Técnicas de Amostragem*. Rio de Janeiro, Fundo de cultura, 1965. 555 p.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. *Recursos Florestais*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1976. 346 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 7).
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO. *Relatório Anual de Desenvolvimento da Programação do DEPEX-1988*. Ilhéus, BA, CEPLAC, 1989. 75 p.
- CORADINI, Odacir L. e FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 184 p.
- CORRIGAN, Paul e LEONARD, Peter. *Prática do Serviço Social no Capitalismo: uma abordagem marxista*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara 1986. 148 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

- COSTA NETO, Luciano. *Hegemonia e Política de Estado: do marxismo à realpo-  
litik*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1988. 181 p.
- COUTINHO, Carlos N. *A Dualidade de Poderes: estado, revolução e democracia  
na teoria marxista*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. 109 p.
- DAJOZ, Roger. *Ecologia Geral*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1973. 472 p.
- DAVIS, Kingsley e MOORE, Wilbert E. *Alguns Princípios da Estratificação*.  
In: VELHO, Otávio G.; PALMEIRA, Moacir G. S. e BERTELLI, An-  
tonio R., org. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 9ª ed.,  
Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 121 p. (Biblioteca de Ciências  
Sociais).
- DELGADO, Guilherme C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-  
1985*. São Paulo, ICONE, Unicamp, 1985. 240 p.
- DIAS, Gentil. *Organizações Públicas e População no Nordeste*. In: PINSKI,  
Jaime, org. *Capital e Trabalho no Campo*. 2ª ed., São Paulo, HUCI-  
TEC, 1979. 146 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 7).
- ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. 4ª ed., Rio de Janeiro,  
Paz e Terra, 1979. 240 p. (Coleção Pensamento Crítico, v. 8).  
\_\_\_\_\_, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 8ª ed., São Pau-  
lo, Global, 1986. 79 p. (Coleção Bases, v. 13).
- FAUSTO NETO, Ana M. Q. *Família Operária e Reprodução da Força de Traba-  
lho*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1982. 211 p.
- FERLINI, Vera Lúcia. *A Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasilien-  
se, 1988. 271 p.
- FERREIRA, Ângela D. D. *Movimentos Sociais Rurais no Paraná - 1976-1982*.  
In: *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba, PR, Criar, 1987. 146 p.
- FERREIRA, Orlins. *Aspectos da Atividade Pesqueira*. Ilhéus, BA, CEPLAC/  
IICA, 1976. 95 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacau  
eira, v. 9).
- FLEURY, Maria T. Leme. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*.  
São Paulo, Global, 1983. 152 p. (Tese, 11).
- FONSECA, Maria T. Lousa da. *A Extensão Rural no Brasil: um projeto educa-  
tivo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985. 192 p.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janei-  
ro, Paz e Terra, 1979. 340 p.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e  
Terra, 1985. 93 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo De-  
mográfico 1980: Bahia*. Rio de Janeiro, 1983. v. 1).  
\_\_\_\_\_, *Censo Comercial 1980: Bahia*. Rio de Janeiro, 1984, v. 1.  
\_\_\_\_\_, *Censo Industrial 1980: Bahia*. Rio de Janeiro, 1984. v. 1.  
\_\_\_\_\_, *Censo Agropecuário 1980: Bahia*. Rio de Janeiro, 1984. v. 1.  
\_\_\_\_\_, *Censo Agropecuário 1970: Bahia*. Rio de Janeiro, 1970, v. 1.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17ª ed., São Paulo, Na-  
cional, 1980. 248 p.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 25ª ed., Rio de  
Janeiro, Paz e Terra, 1987. 307 p.
- GANDY, D. Ross. *Marx e a História; da sociedade primitiva ao futuro comunis-  
ta*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 200 p.
- GARCEZ, Angelina N. R. *CEPLAC de Corpo e Alma*. Ilhéus, BA, CEPLAC.  
99 p.

- \_\_\_\_\_ e FREITAS, Antonio F. G. de. *História Econômica e Social da Região Cacaueira*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1975. 250 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 8).
- GARCIA JR., Afrânio Raul, *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989. 285 p. (Coleção Pensamento Antropológico).
- GONÇALVES, Everaldo. *Geologia Econômica e Recursos Minerais*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1975. 42 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 6).
- GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 165 p. (Pensamento Crítico, p. 72).
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel; as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci*. 8ª ed., São Paulo, L & PM, 1987. 93 p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Política Agrícola e Reforma Agrária: subsídios ao programa do PT*. In: WEFORT, Francisco C., org. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989. 248 p.
- GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255 p. (Estudos Brasileiros, v. 24)
- \_\_\_\_\_, *A Crise Agrária*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 362 p.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A Morada da Vida; trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 164 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 7).
- HIRST, Paul. *Classes econômicas e Políticas*. In: HUNT, Alan, org. *Classes e Estrutura das Classes*. São Paulo, Martins Fontes, 1982. p. 143-175.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1987. 158 p.
- HORTON, Paul B. e HUNT, Chester L. *Sociologia*. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1980. 479 p.
- IANNI, Octávio. *Classe e Nação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1986. 139 p.
- \_\_\_\_\_, *Revoluções Camponesas na América Latina*. In: SANTOS, José Vicente T. dos, org. *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, ICONE/UNICAMP, 1985. 286 p.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3ª ed., São Paulo, Proposta, 1980. 329 p.
- KLEINSCHMIDT, Carin e SILVA, Jorgina M. da. *Movimento Popular e Serviço Social*. 2ª ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 1985. 74 p.
- LENIN, Vladimir I. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo, Debates, 1980. 100 p.
- \_\_\_\_\_, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 402 p.
- \_\_\_\_\_, *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª ed., São Paulo, Global, 1987. 127 p. (Coleção Bases, 23).
- \_\_\_\_\_, *Que Fazer: as questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo, HUCITEC, 1986. 149 p. (Coleção Pensamento Socialista).
- LOUREIRO, Maria R.G. *Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987. 182 p.

- LUCAS, José. S. O. S.: *homem do campo*. São Paulo, Kairós, 1984. 245 p.
- \_\_\_\_\_, *Capital Ilusão*. São Paulo, Coragem, 1986. 244 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica*. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988, v. 2. 195 p.
- MARTINS, José de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981. 185 p.
- \_\_\_\_\_, *O Cativo da Terra*. 2ª ed., São Paulo, LECH, 1981. 157 p.
- \_\_\_\_\_, *A Militarização da Questão Agrária no Brasil; terra e poder: o problema da terra na crise política*. 2ª ed., Petrópolis, RJ, 1985. 134 p.
- \_\_\_\_\_, *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*. São Paulo, HUCITEC, 1986. 152 p.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 3. O processo global da produção capitalista. 4ª ed., São Paulo, DIFEL. v. 4. 1983. 305 p.
- \_\_\_\_\_, *O Capital: crítica da economia política*. 1. Processo de produção do capital. 10ª ed., São Paulo, DIFEL, v. 1, 1985. 579 p.
- \_\_\_\_\_, *O Capital: crítica da economia política*. 1. O processo de produção do capital. 10ª ed., São Paulo, DIFEL, v. 2. 1985. p.583-933.
- \_\_\_\_\_, *O Capital: crítica da economia política*. 3. O processo global da produção capitalista. 4ª ed., São Paulo, DIFEL, v. 6, 1985. p. 705-1079.
- \_\_\_\_\_, *O Capital: crítica da economia política*. 3. O processo global da produção capitalista. 4ª ed., São Paulo, DIFEL, v. 5. 1985. p. 309-701.
- \_\_\_\_\_, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lisboa, Portugal, Edições 70, 1989. 270 p. (Textos filosóficos).
- \_\_\_\_\_, *Teoria da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo, DIFEL, 1980. p. 449-477.
- \_\_\_\_\_, *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 242 p. (Os Economistas).
- MEDICINA E SAÚDE. *A Função Alimentar*. São Paulo, Abril Cultural, 1969. v. 8. p. 1876-1877.
- MEDINA, Carlos A. de. *Estrutura de Poder e Resistência à Mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implementação*. In: SZMRECSANYI, Tomas e QUEDA, Ariovaldo. org. *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1979. 239 p. (Biblioteca Universitária, v. 46).
- MONIZ, Edmundo. *A Originalidade das Revoluções: uma visão abrangente do socialismo no século XX*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987. 274p.
- MOURA, Margarida M. *Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. 250 p.
- MULLER, Geraldo. *O CAI de Carnes no Brasil e a Metodologia da Pesquisa sobre os CAIs, Empresas Transnacionais e Pecuária de Carnes no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1982. 123 p. (Relatório de Pesquisa, nº 21). Mimeografado.
- \_\_\_\_\_, *O CAI Brasileiro e as Transnacionais e o CAI Soja/Indústria das Oleaginosas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1982. 76 p. (Relatório de Pesquisa, nº 24). Mimeografado.

- NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985. 239 p.
- NASCIMENTO, Edmilson C. do. *A Bacia Leiteira do Pólo Itabuna*. Ilhéus, BA, CEPLAC/DEPEX. Extensão Rural nº 3 1985. 36 p.
- NEVES, Delma P. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana; estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 201 p.
- ODUN, Eugene P. *Ecologia*. São Paulo, Pioneira, 1981. 212 p.
- PERCEVAL, Louis. *Os Camponeses para uma Agricultura Moderna*. Lisboa, Prelo, 1973. 248 p.
- PEREIRA FILHO, Carlos A. *Crédito Agrícola, Modernização Tecnológica e a Concentração de Terras na Região Cacaueira*. Análise, Itabuna, BA, Ano I, nº 2, maio de 1990. p.8.
- PINTO, João B. *A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Rural*. In: WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan D., Org. *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 370 p. (Coleção Educação e Comunicação v. 5).
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 142 p. (Coleção Pensamento Crítico, v. 7).
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985. 307 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo; colônia*. 20ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. 390 p.
- \_\_\_\_\_, *A Revolução Brasileira*. 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. 267 p.
- \_\_\_\_\_, *História Econômica do Brasil*. 35ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. 364 p.
- \_\_\_\_\_, *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987. 188 p.
- QUEDA, Ariovaldo e SZMRECSANYI, Tomás. *O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica*. In: SZMRECSANYI, Tomás e QUEDA, Ariovaldo. *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1979. 239 p. (Biblioteca Universitária, v. 46).
- RANGEL, Jefferson F. *CEPLAC/cacau; ano 26*. Brasília, IICA. Desenvolvimento Institucional nº 16, 1982. 138 p.
- REY, Pierre-Philippe. *As Alianças de Classe: "sobre a articulação dos modos de produção; "Materialismo histórico e luta de classes"*. Coimbra, Centelha, 1979. 224 p.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 286 p.
- ROCHA FILHO, Carlos A. *Recursos Hídricos*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1976. 133 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 5).
- ROEDER, Miguel. *Reconhecimento climatológico*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1975. 89 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 4).
- SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 196 p. (Série cadernos CEBRAP, nº 36).
- SANTOS, José V. T. dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182 p.

- \_\_\_\_\_, (Org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo ICONE/ UNICAMP, 1985. 286 p.
- SANTOS, Theotonio dos. *Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987. 286 p.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979. 260 p.
- \_\_\_\_\_, *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 114 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 2).
- SILVA, Luiz A. M., LISBOA, Gildro e SANTOS, Talmon S. dos. *Nomenclatura Vulgar e Científica de Plantas Encontradas na Região Cacaueira de Bahia*. Ilhéus, BA, CEPLAC/CEPEC, Boletim Técnico nº 95, 1982. 79 p.
- SILVA, Luiz F. da et alii. *Solos da Região Cacaueira: aptidão agrícola dos solos da Região Cacaueira*. Ilhéus, BA, CEPLAC/IICA, 1975. 179 p. (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 2).
- SILVA, José G. da. coord. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1980, 240 p.
- \_\_\_\_\_, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo, HUCITEC, 1981. 210 p.
- \_\_\_\_\_, *A Modernização Dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p.
- SINGER, Paul. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento; o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. 4ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1988, 250 p.
- \_\_\_\_\_, *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo, Moderna, 1987. 87 p. (Coleção Polêmica, v. 7).
- \_\_\_\_\_, *Economia Política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-cultural do emprego da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. 2ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1979, 198 p.
- SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo, Hemus, 1981, 515 p.
- SOARES, Luiz E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 230 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- SOLARI, Aldo B. *O Objeto da Sociologia Rural*. In: SZMRECSANYI, Tomás e QUEDA, Ariovaldo. Org. *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1979. 239 p. (Biblioteca Universitária, v. 46).
- SORJ, Bernard. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. 162 p.
- \_\_\_\_\_, POMPERMAYER, Malori J. e CORADINI, Odacir L. *Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 118 p.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil; período colonial, monarquia e república*. 12ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1975. 668 p.
- WANDERLEY, Maria de N. B. *O Camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas, SP, UNICAMP, 1981. 72 p. Mimeografado.
- WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 250 p.
- WILKINSON, John. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. São Paulo, HUCITEC, CEPA-BA, 1986. 219 p.

## GLOSSÁRIO

As categorias registradas no texto da dissertação são definidas e explicitadas no glossário. Trata-se de construções teóricas elaboradas pelos pensadores em suas interpretações da realidade, em seus aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos entre outros. Constituem-se em importantes balizadores científicos dos fenômenos estudados pela pesquisa em questão e auxiliares para o melhor acompanhamento e entendimento das teses aqui descritas.

**Acumulação de capital** - aumento do capital pela transformação de parte da mais-valia em capital adicional.

**Agrossistema** - corresponde à paisagem rural que guarda uma certa homogeneidade agro-ecológica.

**Alienação** - baseia-se no fato de o homem alhear-se da sua essência.

**Articulação** - é a relação entre dois processos, que permanecem distintos, aproximam-se para formar uma unidade complexa.

**Bloco no poder** - constitui a relação de forças articuladas entre os diferentes segmentos da burguesia para a manutenção da dominação.

**Burguesia** - classe dominante no modo de produção capitalista, detentora da propriedade dos meios de produção e que se apropria da mais-valia social gerada.

**Capital** - valor-de-troca que busca incessantemente aumentar ainda mais de valor.

**Capital constante** - parte do capital que é incorporado ao valor das mercadorias por meio da atividade da força de trabalho.

**Capital produtivo** - parte do capital social investido em setores onde se produz mais-valia.

**Capital variável** - parte do capital usada para comprar força de trabalho - fonte geradora da riqueza.

**Centralização do capital** - consiste na fusão de vários capitais para formação de um único.

**Complexo agroindustrial** - constitui a agricultura e as indústrias situadas a montante da mesma, mais especificamente produtoras de insumos modernos, máquinas e equipamentos e as localizadas a jusante absorvedoras de matérias-primas agrícolas.

**Composição orgânica do capital** - relação técnica (física) ou de valor entre o capital constante e o capital variável necessária para produzir mercadorias com determinado nível de produtividade.

**Concentração do capital** - retrata o aumento do valor do capital em consequência da acumulação e da concorrência.

**Desemprego** - fenômeno que manifesta a existência do exército de reserva, isto é, parte dos trabalhadores que não são absorvidos pelo processo produtivo.

**Diversificação agrícola** - expressa a situação em que a unidade produtiva explora economicamente mais de uma atividade agropecuária.

**Estabelecimento** - é a unidade administrativa onde se efetiva uma exploração agropecuária (categoria pesquisada pela FIBGE).

**Estado** - é o local de organização estratégica da classe dominante em relação com as classes dominadas.

**Exército da ativa** - conjunto dos trabalhadores ocupados pelo capital.

**Exército latente** - constitui o conjunto da população subutilizada na agricultura familiar, retirada do campo no momento que o capital dela precisa.

**Exército de reserva** - são os trabalhadores que não encontram espaço no processo produtivo e pressionam o rebaixamento dos salários do exército da ativa.

**Exodo rural** - processo de expulsão dos trabalhadores e camponeses do meio rural para as cidades.

**Expropriação** - processo pelo qual o pequeno produtor é expulso da terra (venda, grilagem, abandono, etc.), tendo que proletarizar-se ou reproduzir-se nas áreas de fronteira.

**Força de trabalho** - constitui as forças física e mental de que o homem dispõe e que utiliza no processo de produzir bens de produção e/ou de consumo.

**Forças produtivas sociais** - correspondem ao estágio de desenvolvimento das formas de os homens se relacionarem produtivamente com a natureza.

Imóvel rural - é a unidade de propriedade definida por quem é o dono da terra (categoria pesquisada pelo INCRA).

Lucro - parte da mais-valia social apropriada pelo capital.

Mais-valia - parte do sobreproduto social gerado pela força de trabalho e apropriada pelo capitalista, mais especificamente o valor que ultrapassa a subsistência do trabalhador, que se denomina trabalho excedente.

Mais-valia absoluta - corresponde à ampliação do trabalho não pago decorrente do prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho.

Mais-valia relativa - corresponde ao aumento do excedente social através da redução do custo de reprodução da força de trabalho sem comprometer o seu padrão de vida, fruto tão-somente dos ganhos de produtividade nos ramos voltados para a subsistência.

Mobilidade social - define-se como o ato de passar de um "status" social a outro.

Modernização agrícola - subentende a penetração do capital (comercial, industrial e financeiro) no processo agrícola de produzir excedentes (capital produtivo).

Modo de produção capitalista - sistema de produção em que os detentores do capital exploram os despossuídos, cuja sociedade se divide na classe capitalista, que monopoliza os meios de produção, e o proletariado, que é obrigado a vender sua força de trabalho para se reproduzir.

Padrão de vida - abarca a composição da cesta básica, a disponibilidade de utensílios domésticos, vestuário, habitação e lazer.

Pequena produção - forma de produzir que utiliza predominantemente mão-de-obra familiar e esporadicamente compra ou vende força de trabalho, cuja exploração se localiza em terras de tamanho reduzido próprias ou de terceiros, com poucos recursos econômicos.

Preço - é a expressão monetária do valor-de-troca de uma mercadoria, o qual gira em torno do "valor", segundo as leis de oferta e da procura.

Preço de produção - corresponde à transformação do valor das mercadorias por meio da concorrência entre os capitais, que tende a nivelar a taxa de lucro de todo o capital.

Produção simples de mercadorias - modo de produzir no qual os agricultores são proprietários dos meios de produção, mas aos quais não é oportunizada a apropriação do excedente.

**Produtividade social do trabalho** - nível de produtividade do trabalho com a qual se produz a mercadoria média em todo o ramo da produção.

**Proletariado** - classe expropriada dos meios de produção no sistema capitalista, dispondo para sobreviver apenas da venda de sua força de trabalho.

**Proletarização** - transformação dos pequenos produtores em integrantes do exército da ativa (assalariados) ou do exército de reserva (desempregados e/ou subempregados) a serviço do capital.

**Relações sociais de produção** - compreende as formas de geração e apropriação dos excedentes nos sistemas de produção.

**Renda da terra** - é uma forma específica de super lucro, originado do monopólio da posse da terra, condição que possibilita ao seu detentor a apropriação de parte da mais-valia social.

**Reprodução** - processo pelo qual determinado capital empreende um novo ciclo de produção.

**Salário** - é a expressão monetária do "valor" da mercadoria força de trabalho.

**Subordinação** - forma de vinculação da pequena produção ao capital através da qual se processa a extração do excedente gerado por esta.

**Taxa de juros** - é a parcela da mais-valia que os capitalistas pagam aos proprietários do capital monetário a fim de ampliar o alcance de suas operações produtivas.

**Taxa de lucro** - corresponde à relação entre a mais-valia e o volume total de capital constante e variável empregado na produção.

**Trabalho produtivo** - é o trabalho que produz mercadorias para satisfazer as necessidades sociais e se realiza socialmente no mercado.

**Unidade produtiva ou camponesa** - constitui a área de terra de onde o pequeno produtor retira parcial ou totalmente a produção e reprodução dos membros da família camponesa.

**Valor da força de trabalho** - é determinado pelo valor de dada quantidade de meios de subsistência. O que muda com a produtividade do trabalho é o valor desses meios de subsistência e não sua quantidade.

**Valor-de-troca** - corresponde à contraparte imanente à mercadoria,

que expressa o "valor" na relação de intercâmbio.

**Valor-de-uso** - representa na unidade de contrários imanente à merccadoria a parte antagônica ao valor-de-troca, que manifesta a necessidade nas relações comerciais.

A N E X O S

Tabela 9 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO LITORAL SUL

MUNICÍPIOS	ÁREA Km <sup>2</sup>	POPULAÇÃO			HABIT/ Km <sup>2</sup>
		RURAL	URBANA	TOTAL	
Aiquara	124	5.645	1.644	7.627	58,8
Alcobaça	2.748	35.664	4.556	40.220	14,6
Almadina	162	4.275	4.869	9.144	56,4
Apuarema*	-	-	-	-	-
Arataca*	-	-	-	-	-
Aurelino Leal	438	7.892	8.471	16.363	37,4
Barra do Rocha	221	6.874	2.719	9.593	43,4
Belmonte	1.947	12.596	9.953	22.549	11,6
Buerarema	257	14.720	10.148	24.868	96,7
Cairu	433	5.391	5.651	11.042	25,5
Camacã	667	25.538	14.960	40.498	60,1
Camamu	1.274	29.325	6.831	36.156	28,4
Canavieiras	2.164	27.413	14.705	42.118	19,5
Caravelas	2.426	34.075	7.089	41.164	17,0
Coaraci	261	11.078	16.338	27.416	105,0
Dário Meira	372	9.672	3.261	12.933	34,8
Eunápolis*	-	-	-	-	-
Firmino Alves	149	2.383	3.652	6.035	40,5
Floresta Azul	417	11.705	6.729	18.434	44,2
Gandu	447	15.922	13.339	29.261	65,5
Gongogi	277	3.921	4.434	8.355	30,2
Guaratinga	2.796	23.272	7.170	30.442	10,9
Ibicaraí	285	12.811	18.174	30.985	108,7
Ibicaí	1.096	8.656	6.968	15.624	14,3
Ibirapitanga	602	15.690	4.622	20.312	33,7
Ibirapoã	832	6.384	3.420	9.804	11,8
Ibirataia	207	9.947	10.026	19.973	96,5
Igrapiúna*	-	-	-	-	-
Iguaí	935	16.349	7.200	23.549	25,2
Ilhéus	1.712	50.652	80.802	131.454	76,8
Ipiaú	276	11.733	27.346	39.079	141,6
Itabela*	-	-	-	-	-
Itabuna	937	15.679	137.663	153.342	163,7
Itacaré	746	10.184	3.027	13.211	17,7
Itagi	302	7.580	5.848	13.428	44,5
Itagibã	731	14.377	4.635	19.012	26,0
Itagimirim	953	4.071	3.799	7.870	8,3
Itaju do Colônia	1.071	8.012	2.820	10.832	10,1
Itajuípe	324	12.154	12.837	24.991	77,1
Itamaraju	2.783	44.631	33.051	77.682	27,9
Itamarí	88	4.750	3.344	8.094	92,0
Itanhém	1.472	16.822	10.857	27.679	18,8
Itapê	462	6.414	4.982	11.396	24,7
Itapebí	659	6.453	4.610	11.063	16,8
Itapitanga	520	5.317	5.076	10.393	20,0
Itororó	250	12.348	9.507	21.855	87,4
Ituberá	572	18.040	9.559	27.599	48,3
Jiquiriçã	126	7.348	2.010	9.358	74,3
Jitaúna	311	11.199	5.567	16.766	53,9
Jucuruçu*	-	-	-	-	-
Jussari*	-	-	-	-	-

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1980

\* Municípios recentemente desmembrados

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO LITORAL SUL (Continuação)

MUNICÍPIOS	ÁREA Km <sup>2</sup>	POPULAÇÃO			HABIT/ Km <sup>2</sup>
		RURAL	URBANA	TOTAL	
Laje	509	9.750	2.991	12.741	30,9
Lagedão	610	2.712	1.970	4.682	7,7
Lomanto Júnior	141	4.815	3.394	8.209	58,2
Marau	815	12.194	2.107	14.301	17,6
Mascote	1.038	17.925	1.287	19.212	18,5
Medeiros Neto	947	12.761	14.691	27.452	29,0
Mucuri	1.776	12.301	2.842	15.143	8,5
Mutuípe	358	12.925	4.402	17.327	48,4
Nilo Peçanha	399	6.396	1.200	7.596	19,0
Nova Ibiã*	-	-	-	-	-
Nova Viçosa	1.369	12.496	6.091	18.587	13,6
Pau Brasil	509	10.021	8.771	18.792	36,9
Piraí do Norte*	-	-	-	-	-
Porto Seguro	3.540	40.562	5.742	46.304	13,1
Potiraguá	996	6.900	4.128	11.028	11,1
Prado	2.928	19.530	6.913	26.443	9,0
Pres. Tancredo Neves	-	-	-	-	-
Santa Cruz Cabrália	2.634	47.834	1.545	49.379	18,6
Santa Cruz da Vitória	198	2.584	4.386	6.970	35,2
Santa Luzia*	-	-	-	-	-
São José da Vitória	-	-	-	-	-
Taperoá	444	7.586	4.548	12.134	27,3
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	-
Teolândia	328	8.028	1.215	9.243	28,2
Ubaira	653	13.157	5.051	18.208	27,9
Ubaitaba	90	6.628	9.391	16.019	178,0
Ubatã	400	6.280	16.964	23.244	58,1
Una	1.576	30.343	7.267	37.610	23,9
Uruçuca	440	12.368	9.571	21.939	49,9
Valença	1.706	34.470	31.813	66.283	38,9
Vereda*	-	-	-	-	-
Wenceslau Guimarães	680	13.903	2.398	16.301	24,0
<b>T O T A L</b>	<b>60.916</b>	<b>992.422</b>	<b>724.947</b>	<b>1.717.369</b>	<b>28,2</b>

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico da Bahia - 1980

\* Municípios recentemente desmembrados.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS (HA) DOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA REGIÃO LITORAL SUL

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
01	Aiquara	393	14.239
02	Alcobaça	1.807	160.367
03	Almadina	396	29.162
04	Apuarema*	-	-
05	Arataca*	-	-
06	Aurelino Leal	435	45.485
07	Barra do Rocha	671	58.374
08	Belmonte	1.091	106.542
09	Buerarema	953	27.986
10	Cairu	1.029	36.843
11	Camacã	1.566	56.508
12	Camamu	3.664	99.166
13	Canavieiras	2.788	143.220
14	Caravelas	1.627	169.326
15	Coaraci	660	36.885
16	Dário Meira	654	33.461
17	Eunápolis*	-	-
18	Firmino Alves	197	18.510
19	Floresta Azul	835	31.645
20	Gandu	1.428	43.953
21	Gongogi	208	24.552
22	Guaratinga	1.668	196.213
23	Ibicaraí	1.227	25.965
24	Ibicuí	841	130.846
25	Ibirapitanga	889	40.964
26	Ibirapoã	477	80.802
27	Ibirataia	689	31.187
28	Igrapiúna*	-	-
29	Iguaí	1.547	75.690
30	Ilhéus	3.701	163.204
31	Ipiaú	880	30.514
32	Itabela*	-	-
33	Itabuna	772	59.299
34	Itacaré	1.577	61.031
35	Itagi	904	57.815
36	Itagibá	1.571	75.159
37	Itagimirim	234	73.002
38	Itaju do Colônia	202	105.274
39	Itajuípe	790	29.684
40	Itamaraju	2.941	345.502
41	Itamari	537	13.004
42	Itanhém	1.376	186.983
43	Itapê	857	33.349
44	Itapebí	418	93.552

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário da Bahia - 1980

\*Municípios recentemente desmembrados.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS (HA) DOS MUNICÍPIOS COMPENENTES DA REGIÃO LITORAL SUL (Continuação)

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
45	Itapitanga	362	42.162
46	Itororó	838	31.471
47	Ituberá	1.951	42.652
48	Jiquiriçá	956	23.521
49	Jitaúna	891	24.209
50	Jucuruçu	-	-
51	Jussari	-	-
52	Lage	1.347	36.370
53	Lagedão	303	55.880
54	Lomanto Júnior	238	13.520
55	Marau	1.746	64.974
56	Mascote	1.132	56.547
57	Medeiros Neto	1.106	96.583
58	Mucuri	573	130.440
59	Mutuípe	1.655	24.895
60	Nilo Peçanha	823	31.770
61	Nova Ibiá*	-	-
62	Nova Viçosa	1.075	79.684
63	Pau Brasil	967	65.896
64	Piraí do Norte*	-	-
65	Porto Seguro	870	84.773
66	Potiraguá	248	106.529
67	Prado	1.102	200.488
68	Pres. Tancredo Neves*	-	-
69	Sta. Cruz Cabrália	751	107.706
70	Sta. Cruz da Vitória	325	29.398
71	Santa Luzia*	-	-
72	São José da Vitória*	-	-
73	Taperoá	1.359	40.660
74	Teixeira de Freitas*	-	-
75	Teolândia	787	22.838
76	Ubaíra	1.517	73.013
77	Ubaitaba	504	17.822
78	Ubatã	435	24.050
79	Una	2.427	132.640
80	Uruçuca	669	41.896
81	Valença	5.541	116.820
82	Vereda*	-	-
83	Wenceslau Guimarães	1.093	62.681
T O T A L		78.091	4.927.151

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário da Bahia - 1980

\* Municípios recentemente desmembrados

Tabela 11 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

MUNICÍPIOS	TOTAL		MENOS DE 10 Ha		10 A MENOS 100 Ha		MAIS DE 100 Ha	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985
GANDU	952	1.594	191	722	697	781	70	100
ITAGIBÁ	489	1.797	43	1.253	274	357	172	187
ITAMARAJU	3.266	3.207	127	576	2.244	1.845	895	256
VALENÇA	4.197	6.865	1.915	4.327	2.120	2.363	154	175
TOTAL	8.904	13.463	2.276	6.878	5.337	5.346	1.291	718

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e sinopse 1985.

Tabela 12 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

MUNICÍPIOS	TOTAL		MENOS de 10 Ha		10 A MENOS 100 Ha		MAIS de 100 Ha	
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985
GANDU	39.185	46.904	941	2.689	22.782	25.632	15.462	18.583
ITAGIBÁ	70.950	72.584	260	3.421	9.835	11.466	60.855	57.697
ITAMARAJU	337.459	365.046	570	1.973	97.347	73.178	239.542	289.894
VALENÇA	93.014	118.398	8.136	17.305	54.817	57.590	30.061	43.502
TOTAL	540.608	602.932	9.907	25.388	184.781	167.866	345.920	409.676

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e sinopse 1985.

TABELA 13 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

MUNICÍPIOS	T O T A L				L A V O U R A S							
	ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)		PERMANENTES				TEMPORÁRIAS			
					ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)		ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	952	1.428	39.185	43.953	871	1.420	7.662	16.227	951	286	1.358	607
ITAGIBÁ	489	1.572	70.950	75.162	400	1.478	5.175	10.245	367	380	1.562	462
ITAMARAJU	3.266	2.953	337.459	346.440	1.150	1.912	15.767	29.696	2.250	1.978	9.934	9.854
VALENÇA	4.196	5.548	93.014	116.948	2.786	5.385	12.496	24.856	3.408	3.959	7.751	7.834
TOTAL	8.903	11.501	540.608	582.503	5.207	10.195	41.100	81.024	6.616	6.603	20.605	18.757

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 13 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (Continuação)

MUNICÍPIOS	PASTAGENS								MATAS E TERRAS NÃO UTILIZADAS			
	NATURAIS				PLANTADAS							
	ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)		ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)		ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	618	298	5.184	1.607	145	651	670	5.142	837	805	22.706	18.893
ITAGIBÁ	413	901	41.897	51.406	93	16	12.213	2.816	380	403	9.852	7.784
ITAMARAJU	411	1.200	14.546	54.241	2.909	1.911	166.632	136.370	2.434	2.302	125.522	98.934
VALENÇA	1.737	1.315	4.005	6.919	105	500	263	3.575	4.939	5.477	61.285	67.218
TOTAL	3.179	3.722	65.712	114.173	3.252	3.006	179.778	147.903	8.590	8.987	219.365	192.829

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 14 - EFETIVO PECUÁRIO

MUNICÍPIOS	REBANHO BOVINO (Cab.)		OUTROS REBANHOS (Cabeças)							
			EQUINOS		ASININOS/MUARES		SUINOS		AVES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	2.787	4.175	225	171	956	2.447	1.237	2.447	18.072	20.025
ITAGIBÁ	45.163	45.659	1.441	1.766	1.915	440	1.413	3.006	11.614	27.318
ITAMARAJU	63.986	94.807	5.187	7.182	2.867	2.124	20.486	10.846	53.259	70.299
VALENÇA	3.335	7.067	887	912	4.697	2.309	6.472	3.700	64.302	110.834
TOTAL	115.271	151.708	7.740	10.031	10.435	7.320	29.608	19.999	147.247	228.476

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 15 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

	TRATORES (Número)		ARADOS (Número)		VEÍCULOS (Número)					
					CAMINHÕES		UTILITÁRIOS		TRAÇÃO ANIMAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	-	17	-	10	-	8	7	63	-	1
ITAGIBÁ	-	30	-	19	-	8	51	50	3	15
ITAMARAJU	6	66	3	72	10	34	89	210	3	25
VALENÇA	6	43	7	38	2	54	16	112	-	161
TOTAL	12	156	10	139	12	104	163	435	6	202

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 16 - USO DE FERTILIZANTES E DEPÓSITOS PARA PRODUÇÃO

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM FERTILIZANTES								DEPÓSITOS					
	INFORMANTES		ADUBAÇÃO						INFORMANTES		QUANTIDADE		CAPACIDADE	
			QUÍMICA		ORGÂNICA		CALAGEM							
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980		
GANDU	200	822	195	815	4	61	6	77	111	168	119	184	7.903	13.281
ITAGIBÁ	93	453	91	444	2	59	-	66	55	87	57	113	7.131	5.223
ITAMARAJU	54	494	47	456	6	139	7	124	99	151	126	224	14.863	17.556
VELENÇA	945	1.895	31	1.865	913	169	5	209	29	88	31	107	7.701	26.287
TOTAL	1.292	3.664	364	3.580	925	428	18	476	294	494	333	628	37.598	62.347

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 17 - LOCAL DE RESIDÊNCIA DO PRODUTOR

MUNICÍ- PIOS	T O T A L				NO ESTABELECIMENTO				FORA DO ESTABELECIMENTO			
	ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)		ESTEBELECIMENTOS		ÁREA (ha)		ESTEBELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	952	1.394	39.184	42.786	519	943	15.356	17.321	433	451	23.828	25.465
ITAGIBÁ	489	1.520	70.950	70.484	248	749	16.543	18.055	241	771	54.407	52.429
ITAMARAJU	3.266	2.906	337.460	335.408	2.390	1.870	173.960	125.546	876	1.036	163.500	209.862
VALENÇA	4.196	5.527	93.014	115.135	3.440	4.440	70.803	74.922	756	746	22.211	40.213
TOTAL	8.903	11.347	540.608	563.813	6.597	8.343	276.662	235.844	2.306	3.004	263.946	327.969

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

TABELA 18 - PESSOAL OCUPADO

MUNICÍPIOS	TOTAL		TRABALHO FAMILIAR							
			HOMENS				MULHERES			
	TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS		TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS			
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	4.735	11.206	1.583	3.058	1.394	2.140	741	2.238	670	1.474
ITAGIBÁ	3.073	8.280	886	2.575	695	2.289	725	1.259	579	1.172
ITAMARAJU	17.222	17.755	8.138	6.167	5.858	4.823	6.100	3.838	4.169	2.909
VALENÇA	16.182	29.600	8.186	9.988	6.516	8.181	5.694	8.241	4.826	6.820
TOTAL	41.212	57.841	18.739	21.788	14.463	17.433	13.260	15.576	10.244	12.375

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980

TABELA 18 - PESSOAL OCUPADO (Continuação)

MUNICÍPIOS	EMPREGADOS PERMANENTES							
	HOMENS				MULHERES			
	TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS		TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	946	2.839	919	2.418	274	1.446	272	1.166
ITAGIBÁ	472	2.049	451	1.931	191	730	178	689
ITAMARAJU	721	2.649	654	2.214	155	1.144	105	867
VALENÇA	314	592	306	568	49	223	46	202
TOTAL	2.453	8.129	2.330	7.131	669	3.543	601	2.924

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980

TABELA 18 - PESSOAL OCUPADO (Continuação)

MUNICÍPIOS	EMPREGADOS PERMANENTES							
	HOMENS				MULHERES			
	TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS		TOTAL		MAIOR DE 14 ANOS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	984	1.378	970	1.356	205	243	195	224
ITAGIBÁ	685	1.475	685	1.465	48	190	48	188
ITAMARAJU	1.670	2.248	1.624	2.201	136	251	151	233
VALENÇA	1.617	1.225	1.598	1.217	112	308	108	304
TOTAL	4.956	2.326	4.877	6.239	501	992	456	949

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980

Tabela 19 - PRODUÇÃO DE ORIGEM VEGETAL

MUNICÍPIOS	CACAU				MANDIOCA			
	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)		ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
GANDU	5.942	8.136	3.102	8.305	518	230	7.879	2.282
ITAGIBÁ	4.412	13.308	3.052	9.279	507	93	5.683	978
ITAMARAJU	9.807	26.552	3.752	10.641	4.042	940	36.534	12.270
VALENÇA	858	6.542	564	2.623	7.563	3.534	79.116	53.000
TOTAL	21.019	54.538	10.470	30.866	12.630	4.797	129.248	68.610

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e CEPLAC - Programação Anual do DEPEX - 1988.

Tabela 19 - PRODUÇÃO DE ORIGEM VEGETAL (Continuação)

MUNICÍPIOS	FEIJÃO				MILHO			
	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)		ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
GANDU	162	7	58	1	146	2	57	1
ITAGIBÁ	477	10	342	5	213	10	153	10
ITAMARAJU	2.151	232	627	101	1.630	200	481	148
VALENÇA	12	17	3	7	14	11	16	9
TOTAL	2.802	266	1.030	114	2.003	223	707	168

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e CEPLAC - Programação Anual do DEPEX - 1988.

Tabela 19 - PRODUÇÃO DE ORIGEM VEGETAL (Continuação)

MUNICÍPIOS	BANANA				CAFÉ			
	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)		ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
GANDU	466	465	177	328	234	14	51	12
ITAGIBÁ	264	523	126	324	6	-	1	-
ITAMARAJU	179	689	67	2.716	780	10.735	153	8.541
VALENÇA	730	3.059	449	514	147	-	26	-
TOTAL	1.639	4.736	819	3.900	1.167	10.749	231	8.553

FONTE. FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e CEPLAC - Programação Anual do DEPEX - 1988.

Tabela 19 - PRODUÇÃO DE ORIGEM VEGETAL (Continuação)

MUNICÍPIOS	COCO-DA-BAHIA		DENDÊ		CRAVO-DA-ÍNDIA			
	PRODUÇÃO (Mil Frutos)		PRODUÇÃO (T)		ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (T)	
	1970	1988	1970	1988	1970	1988	1970	1988
GANDU	12	35	2	-	-	-	-	-
ITAGIBÁ	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAMARAJU	33	-	3	-	-	-	-	-
VALENÇA	336	12	18.513	26.384	748	3.718	503	781
TOTAL	381	47	18.518	26.384	748	3.718	503	781

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e CEPLAC - Programação Anual do DEPEX - 1988.

Tabela 20 - PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL

MUNICÍ- PIOS	BOVINOS VENDIDOS		LEITE				AVES		OVOS	
	CABEÇAS		VACAS ORDENHADAS (Cabeças)		PRODUÇÃO (Mil litros)		PRODUÇÃO (Cabeças)		PRODUÇÃO (Mil dúzias)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	303	45	422	423	223	322	986	130	8	8
ITAGIBA	6.410	6.552	5.797	3.548	2.875	2.462	2.146	21.444	30	13
ITAMARAJU	7.082	10.259	4.881	7.425	1.506	4.931	8.193	34.114	40	35
VALENÇA	300	646	306	477	124	254	1.727	6.009	50	47
TOTAL	14.097	17.502	11.406	11.873	4.728	7.969	13.052	61.697	128	103

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 21 - PRODUÇÃO DOS PRODUTOS EXTRATIVOS

MUNICÍPIOS	LENHA				CARVÃO VEGETAL		MADEIRA	
	ESTABELECIMENTOS		PRODUÇÃO (Mil m <sup>3</sup> )		PRODUÇÃO (T)		PRODUÇÃO (Mil m <sup>3</sup> )	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	815	1.073	48	53	68	13	1	-
ITAGIBÁ	427	523	17	26	-	-	-	-
ITAMARAJU	2.949	2.164	104	84	9	60	8	23
VALENÇA	2.575	305	128	15	126	310	-	6
TOTAL	6.766	4.065	297	178	203	383	9	29

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Tabela 22 - VALOR DOS BENS

MUNICÍPIOS	BENS IMÓVEIS (Mil Cr\$)*									
	TOTAL (Mil Cr\$)		TOTAL		TERRAS		PRÉDIO/FIM SOCIAL		INSTALAÇÕES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	39.079	508.605	19.950	170.477	14.548	126.035	3.462	27.299	1.939	17.213
ITAGIBÁ	86.762	490.968	64.549	263.116	59.777	214.536	2.894	20.253	1.878	28.327
ITAMARAJU	103.201	785.455	63.139	518.011	50.899	444.578	5.596	29.648	6.645	43.785
VALENÇA	53.828	400.369	37.587	169.676	30.877	127.309	4.446	33.404	2.263	8.964
TOTAL	282.870	2.185.397	185.225	1.121.288	156.101	912.458	16.398	110.533	12.725	98.289

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980

\* Valores em cruzeiros - base março de 1990

TABELA 22 - VALOR DOS BENS (Continuação)

MUNICÍPIOS	TOTAL (Mil Cr\$)*		OUTROS BENS (Mil Cr\$)*							
			CULT. PERMANENTES		VEÍCULOS		ANIMAIS		MÁQ./EQUIPAMENTOS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	19.129	388.128	17.540	328.902	108	1.507	1.368	7.098	113	620
ITAGIBÁ	17.340	227.952	4.471	158.631	17.340	942	400	63.642	2	4.616
ITAMARAJU	40.062	267.443	18.503	177.592	20.384	4.499	993	81.861	181	3.477
VALENÇA	16.241	230.693	13.262	211.708	2.679	2.506	108	13.943	219	2.492
TOTAL	92.772	1.064.116	53.776	876.833	40.511	9.454	2.869	166.544	515	11.205

FONTE: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

\* Valores em cruzeiros - base março de 1990

Tabela 23 - VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

MUNICÍPIOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Mil Cr\$) *					
	TOTAL		ANIMAL		VEGETAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	5.830	42.211	257	527	5.581	41.684
ITAGIBÁ	8.914	36.191	3.569	10.150	5.345	26.041
ITAMARAJU	11.029	51.723	2.915	13.590	8.114	38.134
VALENÇA	8.652	48.685	241	1.440	8.411	47.245
TOTAL	34.433	178.810	6.982	25.707	27.451	153.104

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de 1970 e 1980

\* Valores em Cruzeiros - base março de 1990

Tabela 24 - DESPESAS

MUNICÍPIOS	DESPESAS (Mil Cr\$)*									
	TOTAL		SALÁRIOS		AGROPECUÁRIA		JUROS		IMPOSTOS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GANDU	2.652	17.736	1.834	12.563	424	3.788	169	554	30	136
ITAGIBÁ	2.078	13.981	1.502	8.791	190	2.973	27	101	64	516
ITAMARAJU	7.618	29.322	3.325	18.029	787	6.999	264	1.392	385	724
VALENÇA	2.396	11.981	1.220	6.872	224	3.347	40	453	70	269
TOTAL	14.744	73.020	7.881	46.246	1.625	17.107	500	3.100	549	1.645

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário de 1970 e 1980

\* Valores em Cruzeiros - base março de 1990

Tabela 25 - PREÇOS E PRODUÇÃO DE CACAU ENTRE 1920/90

ANOS	SPOT PRICE BAHIA NEW YORK (US \$/T)	PRODUÇÃO (T)	ANOS	SPOT PRICE BAHIA NEW YORK (US\$/T)	PRODUÇÃO (T)
1920/21	-	36	55/56	826	171
21/22	-	59	56/57	601	163
22/23	-	57	57/58	673	164
23/24	-	68	58/59	976	175
24/25	-	59	59/60	806	201
25/26	209	72	1960/61	626	124
26/27	253	71	61/62	498	118
27/28	348	73	62/63	463	113
28/29	282	64	63/64	557	125
29/30	229	69	64/65	515	119
1930/31	181	64	65/66	381	173
31/32	115	98	66/67	537	175
32/33	97	100	67/68	641	144
33/34	97	84	68/68	758	165
34/35	115	104	69/70	1.007	201
35/36	110	124	1970/71	753	182
36/37	152	116	71/72	590	167
37/38	185	140	72/73	711	162
38/39	115	139	73/74	1.418	246
39/40	106	120	74/75	2.161	273
1940/41	112	131	75/76	1.648	258
41/42	167	138	76/77	2.407	234
42/43	196	114	77/78	4.450	283
43/44	196	125	78/79	3.844	314
44/45	196	109	79/80	3.659	294
45/46	196	140	1980/81	2.951	349
46/47	253	105	81/82	2.600	314
47/48	769	84	82/83	2.075	336
48/49	874	145	83/84	1.735	302
49/50	476	150	84/85	2.117	412
1950/51	707	155	85/86	2.395	376
51/52	782	56	86/87	2.253	369
52/53	780	142	87/88	2.066	402
53/54	817	166	88/89	1.994	333
54/55	1.273	142	89/90	1.583	345

FONTE: GILL E DUFFUS - Cacao Statistics - 1973, 1981 e 1989.

Tabela 26 - PREÇOS AO PRODUTOR EXERCITADOS NO MERCADO

PRODUTOS	UNID.	VALOR (Cr\$)
Terra nua	-	-
- Gandu	ha	40.000,00
- Itagibá	ha	35.000,00
- Itamaraju	ha	25.000,00
- Valença	ha	35.000,00
Culturas		
- Pastagens	ha	70.000,00
- Cacau novo	ha	70.000,00
- Produtos Alimentares		
- Cacau	arr	1.000,00
- Café	sc	3.200,00
- Farinha de mandioca	sc	700,00
- Feijão	sc	3.400,00
- Milho	sc	1.000,00
- Cravo-da-Índia	kg	80,00
- Pimenta-do-Reino	kg	60,00
- Guaraná	kg	120,00
- Piaçava	arr	1.300,00
- Dendê	kg	20,00
- laranja	cento	200,00
- Coco	cento	2.500,00
- Banana	cento	250,00
- Carne	arr	2.500,00
- Produtos agrícolas		
- Adubo	sc	3.200,00
- Inseticida	sc	2.500,00
- Calcário	sc	1.000,00
- Formicida	kg	100,00
- Ração	sc	3.200,00

FONTE: A Tarde, Salvador, 27.08.90 - Suplemento Rural, p. 3.

Tabela 27 - RELAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CALORIAS E PROTEÍNAS  
NOS ALIMENTOS

PRODUTOS	CALORIAS/100 g DO PRODUTO	PROTEÍNAS/100 g DO PRODUTO
Açúcar	385	-
Arroz	353	7
Batata	80	2
Biscoito	136	4
Carne de boi	420	15
Carne de galinha	246	18
Carne de porco	340	16
Farinha de fubá	345	8
Farinha de mandioca	343	1
Farinha de trigo	355	11
Feijão	346	22
Leite	123	3
Macarrão	336	10
Manteiga	41	1
Óleo/Banha	82	2
Ovos (dois)	144	13
Pão	269	2
Peixe	149	23

FONTE: João Uchoa Jr., *Só é Gordo Quem Quer*, p. 21-32.